



SEC-1976

**DIRETRIZES
CURRICULARES
ENSINO DE 2º GRAU
RIO GRANDE
DO SUL**

educação geral

12.3.81



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

SINVAL GUAZZELLI
Governador do Estado do Rio Grande do Sul

AIRTON SANTOS VARGAS
Secretário da Educação e Cultura

DULCE CRISTELLO DE LUCCA
Supervisor de Assessoramento Especial

NELSON CAMARGO MONTE
Supervisor Técnico

PLÁCIDO STEFFEN
Supervisor de Apoio Administrativo

UPRGS
TAC. DE EDUCACAO
DIRT 1
REG. 1.9 17523
EM 14/10/81

SEC - SUT - UPO - 1976

**DIRETRIZES
CURRICULARES
ENSINO DE 2º GRAU
RIO GRANDE DO SUL
EDUCAÇÃO GERAL**

JOSÉ DIFINI NETO

Coordenador da Unidade de
Pesquisa, Supervisão e
Orientação Educacionais e
Diretor do Departamento de
Educação Média

CLARA ELDA KIPPER

Coordenadora Adjunta da
Unidade de Pesquisa, Supervisão
e Orientação Educacionais

GEMA ANGELINA BELIA

Coordenadora do Laboratório
de Currículo da Unidade de
Pesquisa, Supervisão e
Orientação Educacionais

MARIA ASSUNTA TANSSINI

Coordenadora da Equipe de
Ativação e Avaliação da
Unidade de Pesquisa, Supervisão
e Orientação Educacionais

APRESENTAÇÃO

As presentes diretrizes foram elaboradas com base no Projeto 5 – MEC/DEM, bem como nas formulações inseridas na justificativa do Subprojeto 5.1 (Implementação do Processo de Planejamento Curricular, no âmbito do Ensino de 2º Grau – ano de 1975).

A execução do Projeto foi confiada ao Departamento de Educação Média e à Supervisão Técnica, através da Unidade de Pesquisa, Supervisão e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, em cujo Laboratório de Currículo foram elaboradas as Diretrizes ora apresentadas.

Visando a dar maior operacionalidade às Diretrizes e melhor instrumentalizar o professor para suas atividades docentes, os trabalhos foram desenvolvidos em várias etapas, contando com a colaboração de professores de diversas escolas que contribuíram com sugestões na etapa preliminar à elaboração das Diretrizes e participaram em sua validação, após elaboradas.

Na oportunidade manifestamos ao professor do Ensino de 2º Grau do Rio Grande do Sul o desejo de que esta Revista se constitua em documento de efetivo apoio a sua nobre função de educar.


(a) NELSON CAMARGO MONTE
Supervisor Técnico

AGRADECIMENTO

A Supervisão Técnica, através da Unidade de Pesquisa, Supervisão e Orientação Educacionais, agradece

a) aos órgãos e equipe da Secretaria de Educação e Cultura, às delegacias de educação e aos estabelecimentos de ensino, abaixo relacionados, pela colaboração prestada mediante liberação de técnicos, supervisores e professores, a fim de participarem nos trabalhos preliminares à elaboração das diretrizes curriculares para as disciplinas da educação geral do ensino de 2º grau – 1976, bem como para validação destas, após sua conclusão.

– Órgãos e equipe da SEC:

- Departamento de Assuntos Culturais (DAC)
- Departamento de Educação Física e Desportos (DED)
- Equipe de Ativação e Avaliação da UPO

– Delegacias de Educação:

- 1ª – Porto Alegre
- 2ª – São Leopoldo
- 12ª – Guaíba
- 15ª – Erechim
- 16ª – Bento Gonçalves
- 27ª – Canoas
- 28ª – Gravataí

– Estabelecimentos de Ensino:

- Colégio Comercial Cachoeirinha
- Colégio Estadual de 1º e 2º Graus Dom Diogo de Souza – Porto Alegre
- Colégio Estadual Dom João Becker – Porto Alegre
- Colégio Estadual Dr. Carlos Chagas – Canoas
- Colégio Estadual Inácio Montanha – Porto Alegre
- Colégio Estadual Júlio de Castilhos – Porto Alegre

- Colégio Estadual Madre Santa Bárbara – Bento Gonçalves
- Colégio Estadual Padre Reus – Porto Alegre
- Colégio Estadual Rubem Berta – Porto Alegre
- Colégio Industrial Monteiro Lobato – Taquara
- Escola Normal Gomes Jardim – Guaíba

b) às coordenações e funcionários do

- Núcleo de Apoio Administrativo (SUT)
- Serviço de Publicações e Reprografia (SUA)
pela presteza e eficiência demonstradas na datilografia e
reprodução da matéria, para fins de validação.

c) aos professores:

Alberto de los Santos Jr.
Glacir Judite Cercal Batista
Irene de Oliveira Leipnitz
Jane Oliveira Loureiro
Mara Luiza Schneider
Maria Magdalena Scopel
Nélia Roca Bragança
Zilda Maria Dias

pela participação em trabalhos referentes às Diretrizes Curriculares para a
Educação Geral do Ensino de 2º Grau no Rio Grande do Sul.

d) em especial à professora Horlay Zietlow Bueno pelo efetivo apoio
emprestado aos trabalhos preliminares à elaboração das presentes Diretrizes
quando, ainda, na coordenação do Laboratório de Currículo.

***COORDENAÇÃO GERAL
DOS TRABALHOS***

Laura Cecília Bohn Lautert

INDICE

I Parte

BASES PARA O PLANEJAMENTO CURRICULAR

● Base Legal	13
● Base Sociocultural	25
● Base Biopsicossocial	28

II Parte

REFERENCIAL PARA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO PLENO DO ENSINO DE 2º GRAU	33
---	----

III Parte

DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS DA EDUCAÇÃO GERAL	49
--	----

● Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	51
● Língua Estrangeira Moderna	79
● Educação Artística	87
● Educação Física	103
● História	129
● Geografia	157
● Educação Moral e Cívica	173
● Organização Social e Política Brasileira	187
● Matemática	233
● Ciências Físicas e Biológicas	257

I PARTE

BASES PARA O PLANEJAMENTO CURRICULAR

● **BASE LEGAL**

- Princípios
- Objetivos
- Decisões legais para a estruturação da Educação Geral, no Currículo do Ensino de 2º Grau
- Caracterização dos elementos fundamentais da estruturação curricular

● **BASE SOCIOCULTURAL**

● **BASE BIOPSIKOSSOCIAL**

Organização de:

- Raul José Moraes Machado
- Sérgio Raimundo dos Anjos Oliveira

BASES PARA O PLANEJAMENTO CURRICULAR

O Planejamento Curricular, concebido como processo de tomada de decisões com vistas a consecução do Currículo, tem sua coerência e orientação asseguradas:

- pela observância dos princípios, objetivos e decisões expressas em documentação legal, instrumento que visa a nortear todo movimento de atualização e expansão do sistema de ensino brasileiro em direção aos fins da Educação;
- pela adequação ao conhecimento da realidade sociocultural em termos de necessidades, restrições e disponibilidades para a formação do indivíduo responsável e ativo em direção ao seu próprio desenvolvimento e ao exercício consciente da cidadania;
- pela adequação ao conhecimento da realidade biopsicossocial da clientela em termos de características gerais, necessidades e tendências próprias da etapa de desenvolvimento em que se encontra.

Dessa forma, a atividade educativa encontra sustentação no que se denomina Base Legal, Base Sociocultural e Base Biopsicossocial para o Planejamento Curricular.

BASE LEGAL

PRINCÍPIOS

A filosofia educacional, a partir de uma perspectiva global e realística, procura tornar o planejamento da educação coerente e objetivo, segundo os valores considerados relevantes pela sociedade a que se destina.

A base filosófica da educação nacional se concretiza através da política educacional adotada pelo governo. Esta última está alicerçada por um sistema filosófico que emite um escalonamento de valores que a política educacional transformará em aspectos legais de ação.

O governo brasileiro considera a educação como condição básica para o desenvolvimento auto-sustentado, não havendo limites para a demanda social de educação.

“A educação deve proporcionar a plena realização do homem nas suas diferentes dimensões, tornando-o cada vez mais capaz de exercer julgamentos criteriosos e de assumir maiores encargos e responsabilidades.

A educação exige das sociedades organizadas o estabelecimento de uma política que permite a realização de seus fins e a sociedade deve oferecer a seus membros, por meio da educação, condições para o desempenho de seus papéis sociais. A educação brasileira deve orientar o esforço de aperfeiçoamento político nacional no sentido da construção de uma sociedade de participação cada vez menos injusta”.

A aceleração da revolução na educação tem por meta governamental “criar as bases para uma década de desenvolvimento, capaz de possibilitar ao Brasil, no final do século, formar entre as sociedades desenvolvidas, sem perder sua identidade sociocultural” (Plano Setorial de Educação).

Para a consecução dos propósitos, acima mencionados, é de extrema importância que os planos curriculares se compatibilizem e ponham em ação os princípios básicos que orientam a Lei 5.692/71, instrumento legal norteador de todo o movimento de atualização e expansão do sistema de ensino brasileiro.

Para o currículo, esses princípios são:

- de atualização,
- de descentralização,
- de integração,
- de continuidade e terminalidade,
- de concentração de meios.

Princípios de atualização

Requer a montagem de um plano de ação estruturado em bases amplas e flexíveis a fim de:

- permitir à escola ajustar-se dinamicamente às múltiplas variáveis que nela interferem, quer sejam em termos de diferenças locais e regionais, quer sejam em relação às mudanças que se operam no campo do conhecimento e no das técnicas de trabalho;
- ser passível de reajustes que assegurem continuidade, expansão e aceleração do processo educacional brasileiro, tornando a população um fator de produção e destinatária dos resultados do progresso.

O sistema curricular, atendendo ao princípio de atualização, permite ao currículo modificar-se sem crises periódicas, tornando-o válido por um longo espaço de tempo, já que poderá adaptar-se ao tipo de aluno que atenderá às diferentes solicitações de uma sociedade em mudança.

Princípio de descentralização

- busca um estilo, evitando um modelo único de currículo, no sentido de adaptar-se às realidades desde as mais modestas até as mais evoluídas.

O currículo deve ser elaborado e executado em função de uma dada realidade, consideradas as peculiaridades da comunidade, as características da clientela, as possibilidades humanas e materiais da escola.

A descentralização curricular não é enfocada numa perspectiva de totalidade, porém se reveste de características de descentralização articulada onde os Estados, os municípios, as escolas e os alunos possuem certa liberdade e autonomia.

Não podia ser de outra forma porque a execução do plano curricular, a nível de escola, é parte integrante de um sistema curricular de nível nacional, onde cada órgão educacional tem suas competências bem definidas e onde princípios e objetivos comuns a toda nação precisam ser observados, a fim de que sejam preservadas a unidade e a segurança nacional, em especial ao se tratar de um país de dimensões continentais como é o Brasil.

O princípio de integração

– princípio altamente renovador – da Lei 5.692/71 – visualiza o ensino de 2º grau como um bloco único em que as articulações internas (currículo) se processam tanto no sentido vertical quanto horizontal, de modo que os obstáculos ao progresso do aluno, na escola, sejam apenas as condições pessoais do próprio aluno.

A integração vertical do currículo do ensino de 1º e 2º graus deve garantir a continuidade, o aprofundamento e o encadeamento lógico das experiências de aprendizagem do aluno, assim como deve dar maior flexibilidade à execução do plano curricular para permitir a compatibilização entre:

- o tempo destinado ao ensino;
- as capacidades e aptidões do aluno;
- a evolução acelerada de certos conhecimentos, técnicas e formas de vida.

A integração vertical, no currículo, aparece como uma porta aberta por onde o aluno pode passar em busca de novas oportunidades.

A integração horizontal se especifica por um conjunto de situações de aprendizagem, relacionadas e organizadas em torno de um foco integrador, com o fim de atingir a objetivos previamente estabelecidos.

A integração horizontal propicia à ação educativa:

- racionalizar o desenvolvimento das potencialidades do aluno;
- garantir a unidade nos diferentes momentos de interdependência e relação das várias disciplinas;
- dar sentido mais global e abrangente às experiências de aprendizagem, dentro e fora da sala de aula.

O princípio de continuidade e de terminalidade decorre do princípio de integração.

O currículo, em face do princípio de integração, passa a organizar-se sob duplo aspecto, no sentido de:

- oportunizar e favorecer a continuidade do processo educacional do aluno, se assim o aluno desejar;
- oferecer condições de terminalidade educacional, isto é, instrumentalizar o educando para que ele, no momento em que as contingências sociais exijam, se encontre apto, segundo suas possibilidades individuais, a ingressar na força viva do trabalho.

Esta nova colocação, dada ao atual sistema de ensino brasileiro, busca valorizar o indivíduo – como pessoa capaz de progredir e aperfeiçoar-se, harmonizando o atendimento das condições pessoais do educando com o processo de desenvolvimento em que está empenhado o país.

O princípio de concentração de meios apresenta significativas implicações curriculares. Procura racionalizar o aproveitamento dos cursos disponíveis, tanto na rede estadual de escolas, como na rede particular, tentando amenizar as carências materiais e humanas que a implantação do novo sistema de ensino está a exigir. A reunião de recursos e esforços ao mesmo tempo em que elimina duplicações e corrige a dispersão, reforça, amplia e acelera a implantação da reforma.

O currículo, como um dos meios de concretizar a reforma, precisa atender a esse princípio e racionalizar seu plano de execução, de maneira que escola e comunidade formem um todo integrado e, juntos, trabalhem para a melhoria dos recursos humanos e da eficácia do processo educacional.

Concluindo, a Lei 5.692/71 visa, através de sua concretização, a que o indivíduo aprenda a viver numa sociedade humana, superando suas próprias deficiências, alcançando os objetivos propostos e sentindo que a vida é um extraordinário desafio que devemos saber aceitar, interpretar e viver, dando nossa parcela de contribuição para a construção de um novo universo.

OBJETIVOS

Todo o sistema existe em função de um objetivo.

O objetivo define e norteia toda a estrutura e organização dos componentes do sistema.

Objetivo é aquilo que se quer atingir.

Os objetivos educacionais se constituem em objetivos amplos, reveladores da filosofia de educação adotada. Eles descrevem o tipo de

homem que queremos formar, a longo alcance. Estão definidos na própria legislação. Assim, vamos encontrar como Fins da Educação Nacional, no artigo 1º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, os seguintes:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de "raça".

Conservando os objetivos acima, a Lei 5.692/71 estabelece:

OBJETIVO DO ENSINO DE 1ª E 2º GRAUS

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, Capítulo I – Do Ensino de 1º e 2º graus, Art. 1º.

OBJETIVO DO ENSINO DE 2º GRAU

O ensino de 2º grau destina-se à formação integral do adolescente.

Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, Capítulo III – Do Ensino de 2º grau, Art. 21.

OBJETIVO DAS MATÉRIAS DO NÚCLEO COMUM

Além dos conhecimentos, experiências e habilidades inerentes às matérias fixadas, (...), o seu ensino visará:

- a) em Comunicação e Expressão, ao cultivo de linguagens que ensejem ao aluno o contato coerente com os seus semelhantes e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físico e espiritual, ressaltando-se a Língua Portuguesa, como expressão da Cultura Brasileira;
- b) nos Estudos Sociais, ao ajustamento crescente do Educando ao meio, cada vez mais amplo e complexo em que deve não apenas viver como

- conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do seu desenvolvimento;
- c) nas Ciências, ao desenvolvimento do pensamento lógico e à vivência do método científico e de suas aplicações.

Resolução 8/71, do Conselho Federal de Educação, Art. 3º

OBJETIVO GERAL DO PROCESSO EDUCATIVO

O ensino das matérias fixadas e o das que lhe sejam acrescentadas, sem prejuízo de sua destinação própria, deve sempre convergir para o desenvolvimento, no aluno, das capacidades de observação, reflexão, criação, discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio, cooperação, decisão e ação, encaradas como objetivo geral do processo educativo.

Resolução 8/71 do Conselho Federal de Educação, Art. 3º §1º.

DECISÕES LEGAIS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA EDUCAÇÃO GERAL NO CURRÍCULO DO ENSINO DE 2º GRAU

Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional (...)

(Lei 5692/71, art. 4º)

O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhe os objetivos e a amplitude.

(Lei 5692/71, art. 4º, § 1º, inciso I)

Os conselhos de educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.

(Lei 5692/71, art. 4º, § 1º, inciso II)

Observação: Ver Resolução 97/72 do Conselho Estadual de Educação

O núcleo comum a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus abrangerá as seguintes matérias:

- a) Comunicação e Expressão;
- b) Estudos Sociais;
- c) Ciências.

(Resolução nº 8/71, do CFE, art. 1º)

Para efeito da obrigatoriedade atribuída ao núcleo comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas:

- a) em Comunicação e Expressão – a Língua Portuguesa;
- b) nos Estudos Sociais – a Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil;
- c) nas Ciências – a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas.

(Resolução nº 8, do CFE, art. 1º, § 1º)

Exigem-se também Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso, este obrigatório para os estabelecimentos oficiais e facultativo para os alunos.

(Resolução nº 8, do CFE, art. 1º, § 2º)

As matérias fixadas, diretamente e por seus conteúdos obrigatórios deverão conjugar-se entre si e com outras que se lhes acrescentem para assegurar a unidade do currículo em todas as fases do seu desenvolvimento (princípio de integração).

(Resolução nº 8, do CFE, art. 2º)

As matérias fixadas nesta Resolução serão escalonadas, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus, da maior para a menor amplitude do campo abrangido, constituindo atividades, áreas de estudo e disciplinas.

(Resolução nº 8, do CFE, art. 4º)

Nas disciplinas, a aprendizagem se desenvolverá predominantemente sobre conhecimentos sistemáticos.

(Resolução nº 8, do CFE, art. 4º, § 3º)

Observação: O currículo do ensino de 2º grau está organizado por disciplina.

No escalonamento a que se refere o artigo anterior, conforme o plano do estabelecimento, as matérias do núcleo comum serão desenvolvidas: (...)

II – No ensino de 2º grau, sob as formas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História, Geografia, Matemática e Ciências Físicas e Biológicas, tratadas predominantemente como disciplinas e dosadas segundo as habilitações profissionais pretendidas pelos alunos.

(Resolução nº 8, do CFE, art. 5º, inciso II)

Ainda conforme as habilitações profissionais pretendidas pelos alunos, as Ciências Físicas e Biológicas, referidas no inciso II, poderão ser desdobradas em disciplinas instrumentais da parte especial (formação especial) do currículo e, como tais, integrar também esta parte.

(Resolução nº 8, do CFE, art. 5º, parágrafo único)

As atividades, áreas de estudo e disciplinas referidas no Artigo 5º terão o sentido de educação geral e, associadas a outras que eventualmente se lhes acrescentem com o mesmo sentido serão distribuídas de modo que, em conjunto: (...)

c) as do inciso II tenham duração e intensidade inferiores às das (disciplinas) de formação especial, no ensino de 2º grau, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo artigo 5º.

(Resolução nº 8, do CFE, art. 6º)

No ensino de 2º grau, admitir-se-ão variações não somente de carga horária como do número de períodos letivos em que seja incluída cada disciplina e, eventualmente, área de estudo ou atividade.
(Resolução nº 8, do CFE, art. 6º, § 2º)

CARACTERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DE ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE 2º GRAU

A escola, ao definir seu plano curricular, está definindo o seu currículo pleno.

O CURRÍCULO PLENO abrange o núcleo comum e a parte diversificada, bem como as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência (princípio de integração). Envolve uma parte de educação geral e outra de formação especial.

A EDUCAÇÃO GERAL envolve uma base comum de conhecimentos, experiências e habilidades, indispensável a todos os alunos, visando à unidade e à continuidade do processo educativo. Será exclusiva nos anos iniciais de escolarização e predominará sobre a formação especial, até o fim do ensino de 1º grau. Entretanto, terá menor carga horária, no ensino de 2º grau.

A FORMAÇÃO ESPECIAL é o conjunto de conhecimentos, experiências e habilidades que tem como objetivo a inserção do educando no mundo do trabalho, caracterizando a terminalidade.

O NÚCLEO COMUM é o conteúdo básico do currículo a nível nacional. É o conjunto de matérias fixadas pelo CFE, através da Resolução nº 8, de 1º de novembro de 1971, que deverão ser estudadas por todos os alunos, com o objetivo de assegurar a unidade nacional em termos de educação (princípio de unidade).

A PARTE DIVERSIFICADA é o conteúdo do currículo a nível regional. É o conjunto de matérias, acrescido e articulado ao núcleo comum, pelo CFE e unidades escolares de cada Sistema, com o objetivo de atender “às peculiaridades locais, às diferenças individuais dos alunos e aos planos dos estabelecimentos de ensino”, (princípio de descentralização).

Tanto o núcleo comum como a parte diversificada expressam-se em Matéria, aqui considerada como “matéria-prima”, “matéria-bruta” que deverá ser trabalhada.

MATÉRIA: é todo o campo de conhecimentos fixado ou relacionado pelos Conselhos de Educação e, em alguns casos, pela escola. Envolve conhecimentos, atividades e habilidades relacionados a este campo de conhecimentos.

As matérias relacionadas ao núcleo comum são:

- Comunicação e Expressão
- Estudos Sociais
- Ciências

A matéria, ao apresentar-se sob a forma didaticamente assimilável, se converte em atividades, áreas de estudo e disciplinas.

“As atividades, áreas de estudo e disciplinas constituem categorias curriculares não estanques, que devem convergir para uma reconstrução da substancial unidade do conhecimento humano, através de seu relacionamento, ordenação e seqüência, a fim de que do conjunto resulte um todo orgânico e coerente.

Consideradas, assim, como categorias curriculares, definem-se atividades, áreas de estudo e disciplinas, num enfoque duplo, mas indissociável, de amplitude de campo abrangido e de forma de abordagem do conhecimento, partindo-se do mais amplo e menos específico, nas atividades, para se chegar ao menos amplo e mais específico, nas disciplinas.

Atividade, como categoria curricular, é uma forma de organização que utiliza as necessidades, os problemas e interesses dos alunos como base para a seleção, orientação e avaliação das experiências de aprendizagem – necessidades, interesses e problemas esses que deverão ter origem nas áreas de vida pessoal, nas relações imediatas pessoais-sociais, nas relações sociais-cívicas e nas relações econômicas, que são as fontes para a sua seleção; convergindo, desse modo, para os três aspectos de desenvolvimento do aluno, definidos no Artigo 1º, da Lei 5.692/71.

A Resolução 8/71, anexa ao Parecer 853/71, reitera essa colocação ao dispor que “nas atividades a aprendizagem far-se-á principalmente mediante experiências vividas pelo próprio educando, no sentido de que atinja, gradativamente, à sistematização de conhecimentos” (Artigo 4º § 1º).

Tal forma de se trabalhar a “matéria”, como se pode deduzir, pressupõe um tratamento amplo, abrangente e integrado dos conteúdos que, emergindo das experiências, serão sistematizados pelo aluno, sob orientação do professor. Em outras palavras o conhecimento não vem “pronto” para ser consumido, ao contrário, ele será reelaborado a partir das “experiências vividas”. Isso irá implicar, é óbvio, em maior abrangência, mas menor profundidade. Daí ser importante que as atividades selecionadas propiciem situações de experiência de onde possam fluir os “conteúdos” que dêem as bases para a aquisição da dimensão-profundidade, em etapas posteriores”.

No outro extremo, a disciplina, como outra forma didática particular que a “matéria” pode adquirir, pressupõe menor abrangência – porque mais específica, e de maior profundidade – porque mais especializada, mais singular.

Implica, como categoria curricular, na existência de um corpo sistematizado de conhecimentos, que serve de base às experiências de aprendizagem. O “conteúdo” aparece aqui organizado de uma forma lógica que lhe é própria, pois cada disciplina tem um domínio próprio, uma tradição, uma substância ou estrutura conceitual, um modo próprio de comprovar a validade de seus conhecimentos, uma linguagem especial, constituída por termos ou símbolos próprios. Eis porque a Resolução nº 8/71 dispõe que “nas disciplinas, a aprendizagem se desenvolverá predominantemente sobre conhecimentos sistemáticos”. (Artigo 4º § 3º).

Como forma intermediária, aparece a categoria curricular área de estudos na qual, segundo o § 2º, do Artigo 4º, da Resolução nº 8/71, “as situações de experiência tenderão a equilibrar-se com os conhecimentos sistemáticos para configuração da aprendizagem”. A área de estudos, como forma de organização curricular, integra os “conteúdos” em vastas áreas, mostrando o conhecimento como unidade, se bem que caracterizada pela pluralidade.

DISCIPLINA	SISTEMATIZADO	REMOTO	COMPLEXO	MEDIATO	ABSTRATO	ESPECÍFICO
ATIVIDADE	ASSISTEMATIZADO	PRÓXIMO	SIMPLES	IMEDIATO	CONCRETO	AMPLO

BASE SOCIOCULTURAL

Vivemos num mundo caracterizado por constantes mudanças e transformações.

O marcante desenvolvimento científico e tecnológico dos nossos tempos trouxe como consequência:

- automação;
- condicionamento;
- explosão de conhecimentos e difusão dos meios de comunicação;
- acentuado processo de industrialização;
- crescente complexidade da organização social;
- ascensão das massas;
- renovação de valores – novas hierarquias de valores;
- divergências ideológicas;
- transformação dos padrões de relacionamento na família, na escola e em todas as áreas da cultura.

A explosão científica tornou o homem não mais habitante apenas de um determinado contexto geográfico e cultural. A todo momento, cinema, rádio, televisão, impressos de toda ordem, colocam a cultura ao alcance do homem, tornando-o habitante de todo o planeta, oportunizando-lhe participação direta ou indireta em todas as culturas.

O homem moderno é um “cidadão do mundo”.

O momento está a exigir uma educação que permita ao indivíduo: (1) atender às constantes solicitações de maior compreensão e interpretação dessas informações; (2) sistematizar conhecimentos; (3) criticar e confrontar fontes de informações, sob pena de se ver pressionado e condicionado, deixando assim de “viver em plena integração de sua liberdade”.

A escola, através de seu currículo, deve enfatizar *como pensar* e não só o que pensar. Segundo Huxley, “uma educação que ensina o que pensar e não como pensar é uma educação de escravos e senhores”.

Dewey ressalta muito bem este aspecto quando diz: “Se não é possível a escola provar todas as afirmações, como não lhe é possível também fornecer todos os dados de uma questão, sua missão e, em

compensação, implantar, profundamente, hábitos eficientes a fim de permitir distinguirem-se as opiniões formadas das meras afirmações, conjecturas e hipóteses, desenvolver uma forte e sincera preferência pelas conclusões convenientemente provadas e introduzir, no trabalho do indivíduo, os métodos habituais de investigação e raciocínio adequados aos diversos problemas que se lhe deparam”.

Do exposto acima, percebemos que o homem exigido por uma sociedade em mudança deve ter, entre outras, as seguintes características:

- capacidade de análise crítica;
- criatividade;
- objetividade;
- responsabilidade;
- espírito de equipe;

as quais deverão levar à efetivação do objetivo expresso no artigo 1º da Lei 5.692/71:

“O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

O importante, é: (a) saber claramente que tipo de habilidades intelectuais, conhecimentos, valores, atitudes e hábitos são desejados, porque estes serão os objetivos, base de toda a estratégia educativa do sistema; (b) desencadear este processo de aperfeiçoamento em busca dos objetivos, dentro da realidade onde está inserida a escola, buscando os recursos para o desenvolvimento de seu currículo, nessa mesma realidade, configurada entre outros, nos seguintes elementos:

- Área física de influência da escola
- Condições climáticas
- Tipos de zona:
 - urbana
 - não-urbana
- Densidade populacional

– Instituições socioculturais

– Vida econômica:

setor primário

setor secundário

setor terciário

– Instituições de segurança e saúde pública

– Forma de administração pública

– Valores culturais

– Formas de relacionamento escola-família

– Tomada de consciência das formas de conflito sociais

BASE BIOPSIKOSSOCIAL

Via de regra, o aluno de 2º grau encontra-se na faixa etária de 14 a 19 anos. Segundo os estudiosos do desenvolvimento da personalidade, discriminar-se-iam duas etapas evolutivas: dos 14 aos 16 anos, marcada pelas características próprias da adolescência e dos 17 aos 19 anos, compreendida pelo surgimento das características próprias da juventude.

O surgimento precoce ou tardio das características de tais etapas é, em grande parte, determinado pelos efeitos da estrutura ambiental sobre a estrutura pessoal, enquanto que o significado de tais etapas para o indivíduo é função das relações interativas com seu meio.

O desenvolvimento harmônico do indivíduo em tais etapas, segundo ERIKSON se caracteriza, respectivamente, (a) pela aquisição de um sentido de identidade e autoconfiança realística, como superação de um sentido de difusão de identidade suscitado pelas múltiplas direções internas e externas; e (b) pela aquisição de um sentido de intimidade e de solidariedade, como superação de tendências ao isolamento.

Desta forma, o indivíduo transita da realização da fidelidade para a realização do amor.

O quadro a seguir discrimina características próprias de tais etapas, em íntima adequação com o significado das mesmas, acima colocado.

Etapa dos 14 aos 16 anos

O crescimento físico não se faz uniformemente. Acentua-se ao máximo, nos rapazes, com profundas modificações nas proporções do corpo criando inquietações e preocupação constante em saber qual a aparência física definitiva. As características sexuais secundárias continuam a desenvolver-se acentuadamente.

A maturidade física, precoce ou tardia, apresenta maior influência nos rapazes, principalmente no que diz respeito à formação do autoconceito.

Durante esta etapa, a instabilidade emocional provocada por não poder o indivíduo apoiar-se em base cinestésica e hormonal sólida, traduz-se na ambivalência de comportamentos e na própria afirmação do "eu". Oscilando entre sentimentos e impulsos antagônicos, apresenta-se ora alegre, confiante e cooperador, ora melancólico, desesperado e rebelde.

A avaliação de suas qualidades nem sempre corresponde à realidade.

Nas relações com as demais pessoas, espera aceitação, ajuda e segurança a fim de que manifeste suas percepções e desejos; preocupa-se em ser bem visto pelo seu grupo social; anseia por relações de amizade mais duradouras, buscando-as entre amigos de ambos os sexos; deixa-se influenciar facilmente pelo grupo de amizade a despeito de que apresenta julgamentos independentes; sente-se fortemente atraído pelo sexo oposto e para experiências de ordem sexual; perturba-se e entra em conflito com relação aos diferentes papéis que tem de desempenhar ora como "adulto", ora como "criança".

Não raro, relações de competição em seu meio podem produzir certa perda de confiança em si mesmo e nos outros.

Ao mesmo tempo que atinge maior independência junto aos pais e familiares, desenvolve comportamento social conseqüente e responsável e mantém relações interpessoais mais satisfatórias.

Intelectualmente, o indivíduo torna-se apto a realizar distinções conceituais significativas; operar com generalizações sob a forma de princípios, regras ou teorias; planejar e desenvolver atividades operacionalmente consistentes; tratar com problemas reais e fictícios; formular e testar hipóteses; fornecer explicações coerentes a eventos observáveis; utilizar com eficiência instrumentos e recursos de ordem técnica. Torna-se mais apto a usar a língua para expressar-se e tornar mais claros idéias e raciocínios complexos.

Evidencia acentuado interesse por problemas filosóficos, éticos e religiosos. Torna-se sensível às contradições de seu meio, face aos valores culturais e às crenças vigentes, sendo capaz de discriminá-las e verbalizá-las com agudo sentido crítico. Sente-se conscientemente atraído por valores.

Etapa dos 17 aos 19 anos

O crescimento físico evolui de forma mais equilibrada, atingindo o organismo uma configuração mais estável. Um sempre maior equilíbrio nas transformações fisiológicas e psicossomáticas permite, paulatinamente, o exercício responsável das funções próprias da vida adulta.

Durante esta etapa, a instabilidade emocional diminui, permitindo um perfil comportamental de linhas mais nítidas e contínuas. A descoberta realística das características pessoais permite uma visão mais coerente de si mesmo e afirmação mais adequada de seu "eu". Vivencia de forma mais completa suas próprias experiências, apreciando-as em termos de seu significado afetivo e social. Demonstra ansiedade pelo estabelecimento e manutenção de continuidade em suas relações interpessoais de caráter sexual e amoroso. Nas relações com as demais pessoas espera reconhecimento e abertura ao diálogo franco; desenvolve participação cooperativa no grupo social; estabelece relações duradouras com amigos de ambos os sexos; leva em conta, em suas escolhas e decisões pessoais, a opinião de seus amigos mais íntimos; emite julgamentos independentes e fundamentados; assume com maior desenvoltura e eficiência a diferentes papéis; expressa sentimentos de satisfação e apreço nos contatos interpessoais e com o grupo. Preocupa-se em encontrar no sexo oposto um companheiro com o qual possa estabelecer vínculos mais profundos e duradouros. Firma decisões na escolha profissional com base realística em seus interesses e aptidões, planeja a forma de atingi-la e escolhe os meios adequados de fazê-lo, incentivado pelas necessidades de independência econômica e de participação ativa no grupo social. Intellectualmente, o indivíduo torna-se cada vez mais apto a lidar com elementos teóricos; realizar complexas operações de raciocínio; sistematizar conhecimentos; aplicar conhecimentos à prática; desenvolver generalizações a partir da prática; utilizar com eficiência procedimentos, instrumentos e recursos de ordem técnica; desenvolver avaliações com base em conjunto de critérios internos e externos ao objeto de avaliação; a perceber diferenças de abordagem e contextos, bem como utilizar a língua como expressão e como instrumento para aperfeiçoamento do raciocínio.

Desenvolve gradativamente uma filosofia de vida com base em valores conscientemente assumidos e padrões de comportamento compatíveis com o sistema sociocultural.

II PARTE

REFERENCIAL PARA A ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO PLENO DO ENSINO DE 2º GRAU

Elaboração de:

- Raul José Moraes Machado
- Sérgio Raimundo dos Anjos Oliveira

REFERENCIAL PARA A ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO PLENO DO ENSINO DE 2º GRAU

APRESENTAÇÃO

● Estrutura

O presente referencial está organizado em quatro partes relacionadas:

- Introdução
- Quadro de Referência
- Noções e Relações de Fundamentação
- Explicitação Terminológica do Quadro de Referência

A INTRODUÇÃO – esclarece o ponto de vista assumido na elaboração do referencial.

O QUADRO DE REFERÊNCIA – situa relacionadamente:

- A – Influências formativas da Personalidade
- B – Atitudes
- C – Comportamentos Gerais
- D – Área de atuação do Planejamento Curricular

As NOÇÕES E RELAÇÕES DE FUNDAMENTAÇÃO – buscam revelar os pressupostos filosóficos, psicológicos e educacionais que originam o quadro de referência.

A EXPLICITAÇÃO TERMINOLÓGICA DO QUADRO DE REFERÊNCIA – apresenta a significação conceitual dos termos ali empregados.

● Objetivos

A finalidade precípua deste referencial é estabelecer um contexto que auxilie, tendo em vista o Ensino de 2º Grau:

- a) a constituição de modelos de saída com relação a clientela;
- b) a organização de Diretrizes Curriculares para as Disciplinas de Educação Geral e de Formação Especial;
- c) a constituição de linhas de orientação, em nível de Delegacia, tendo em vista a operacionalização de Diretrizes em nível de Escola;
- d) a operacionalização propriamente dita, em nível de Escola, das Diretrizes Curriculares, tendo em vista, no processo de ensino-aprendizagem, a determinação de objetivos e a definição de critérios de avaliação comuns a todas as disciplinas do quadro curricular;
- e) a definição de critérios de avaliação de desempenho dos recursos humanos envolvidos no processo de planejamento e execução de currículo.

INTRODUÇÃO

As Ciências que estudam o comportamento humano, no esforço de estabelecer condições sob as quais os fenômenos comportamentais ocorrem, assumem, ingênua ou responsavelmente, uma perspectiva de orientação realista. Essa perspectiva funciona à guisa de condição primeira de possibilidade de existência das mesmas como conhecimento efetivo da realidade. Ao determinarem relações entre comportamentos e outras variáveis, fazem-no no sentido de que tais relações não são apenas produtos da mente do pesquisador em sua tendência à síntese, mas possuem existência real, fora do plano das operações mentais.

A Educação, tendo como objetivo produzir modificações significativas e contínuas na capacidade ou disposição do sujeito humano, retoma a perspectiva realista. Com base nas constatações da Ciência, assume como ponto de partida os seguintes PRINCÍPIOS:

Uma situação planejada pode provocar o surgimento de determinados comportamentos.

Determinados comportamentos podem significar modificações profundas na capacidade ou disposição do sujeito.

Uma interrelação verificável entre comportamentos, em termos de continuidade, seqüência, contigüidade, pode significar um continuum de modificações na capacidade ou disposição do indivíduo, em termos de desenvolvimento.

Um continuum de situações planejadas pode provocar o surgimento de um continuum de comportamentos indicadores de um continuum de modificações na capacidade ou disposição do indivíduo, em termos de desenvolvimento.

A Educação formal, fundamentada em valores, – considerando centralmente o conjunto de conhecimentos cientificamente embasados de que a cultura dispõe a respeito das características e princípios de funcionamento biopsicossocial do ser humano e das condições de possibilidade de interferência intencional – aplica integralmente os princípios acima referidos no processo de planejamento curricular.

Nesse processo, a organização do Currículo Pleno ocupa especial atenção. Abrangendo o núcleo comum e a parte diversificada, envolvendo uma parte de Educação Geral e outra de Formação Especial, supõe, necessariamente, disposições para o relacionamento, ordenação e seqüência de seus constituintes. Assim, em atendimento a essa exigência, poder-se-á estabelecer, como determinação primeira, um quadro de referência que explicita o conjunto-universo de elementos sob os quais incidirá a atividade educacional. Esse quadro de referência deverá orientar a colocação de problemas de ordem técnica e o desenvolvimento de soluções viáveis, bem como suscitar um conjunto em aberto de possibilidades de atuação válida no esforço de obter melhores e mais funcionais efeitos de integração.

O Quadro de Referência, a seguir, julgamos dotado das condições acima expostas. Subentende a importância das intenções no processo educacional e direciona a atuação educativa a colocar-se sob o enfoque dos objetivos, que, definidos com clareza, poderão constituir-se como elementos fundamentais para integração curricular.

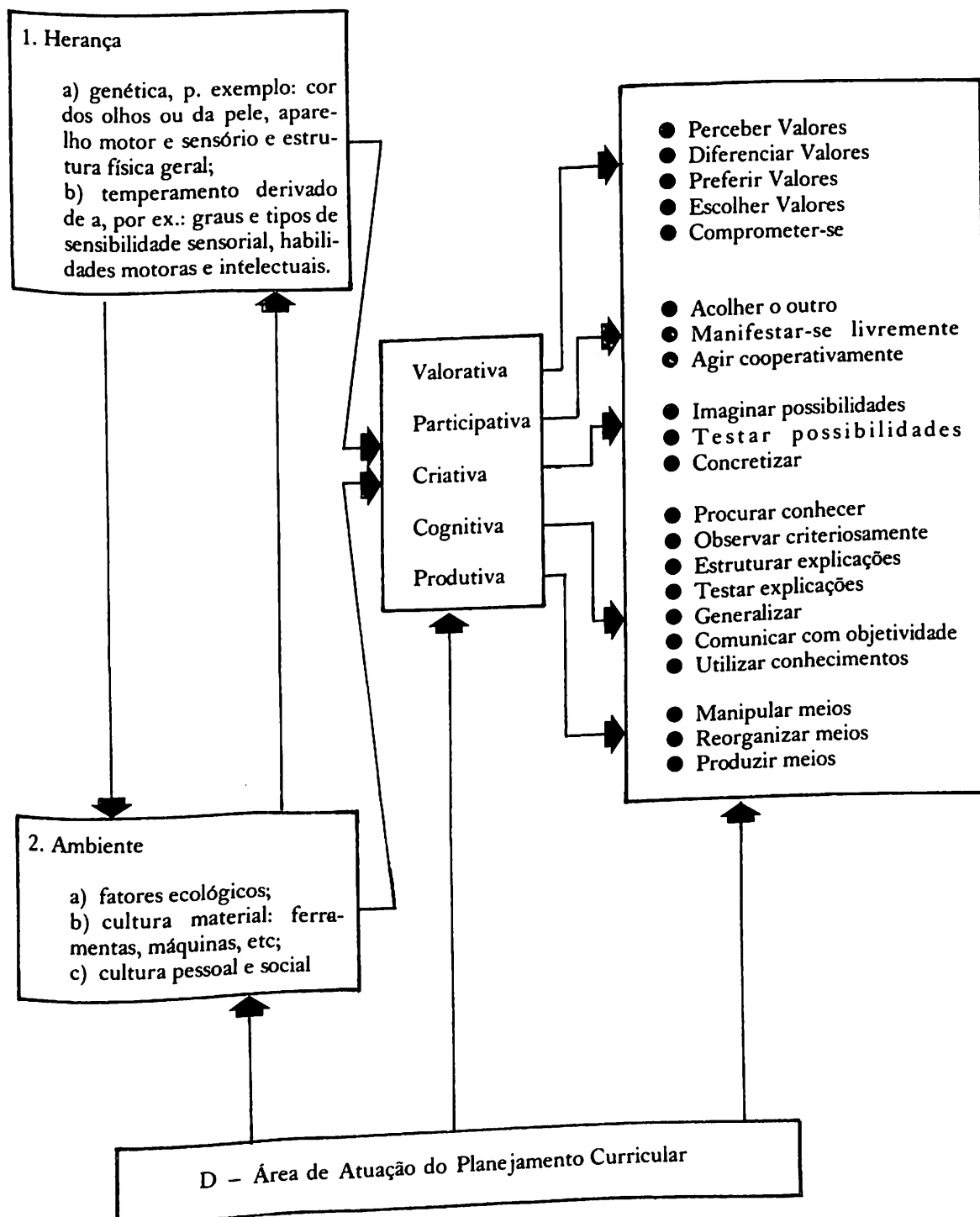
QUADRO DE REFERÊNCIA PARA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO PLENO DE 2º GRAU

– Representação Esquemática da
Formação da Personalidade, em
termos de atitudes e comporta-
mentos esperados.

A. Influências Fomativas da Per- sonalidade.

B. Atitudes

C. Comportamentos Gerais



NOÇÕES E RELAÇÕES DE FUNDAMENTAÇÃO

O quadro de referência apresentado se origina e se sustenta nas seguintes noções e relações:

- a) Noção de Estrutura – tradicionalmente tem-se entendido por estrutura a forma de organização que assume o conjunto de elementos constituintes de um todo, bem como a configuração de relações existentes entre os mesmos. Pela percepção do dinamismo e permanência das estruturas, juntaram-se a essa significação as idéias de transformação e auto-regulação.

Dessa forma o conceito de estrutura aproxima-se semanticamente do conceito de sistema, permitindo entender-se por estrutura o conceito que designa todo e qualquer “sistema de transformações que comporta leis enquanto sistema (por oposição às propriedades dos elementos) e que se conserva ou se enriquece pelo próprio jogo de suas transformações sem que estas conduzam para fora de suas fronteiras ou façam apelo a elementos exteriores. Em resumo, uma estrutura compreende os caracteres de totalidade, de transformação e de auto-regulação”. (J. Piaget)

- b) Noção de Pessoa – por pessoa designa-se a estrutura própria do ser humano, que se revela na dialética da interiorização e da comunicação. Devido à densidade da conotação ontológica de que se reveste o termo, por pessoa tem-se entendido, originalmente, a maneira peculiar de ser do sujeito humano. Esta segunda acepção, mais filosófica, permite estabelecer as seguintes relações:

- Pessoa e Valor
- Pessoa e Convivência
- Pessoa e Expressão
- Pessoa e Conhecimento
- Pessoa e Produção

● Pessoa e Valor

Considerando o valor como qualidade irreal copresente a determinada realidade, seu modo de existir em relação a um sujeito é precisamente valer, isto é, constituir-se em não-indiferença de alguma coisa com relação ao sujeito motivado. O modo de existir do ser humano é de tal ordem que lhe é imprescindível a apreciação, em termos de valor, das realidades com as quais entre em contato. Esta atividade é o que se designa, mais precisamente, por valorizar, isto é, processo que consiste em buscar, descobrir e operar com valores, pleiteando um significado mais profundo às realidades, às próprias ações e à existência em geral.

● Pessoa e Convivência

Se o ser humano é dotado de interioridade, não o é menos como entidade relacional. É na relação precisamente que a interioridade se revela e se enriquece. A convivência intencional, participativa e responsá-

vel, a rigor, só está reservada ao sujeito humano. Sua capacidade de descentralização, colocando-se na perspectiva do outro é o que, desde o mais remoto pensamento, foi-lhe atribuído como característica fundamental. Através da mesma assegura e edifica sua real existência à maneira humana. A comunicação e o compromisso com o outro são, pois, experiências primitivas; porque primitivas, originantes em relação às demais.

● Pessoa e Expressão

Não há expressão verdadeira sem criatividade, não há criatividade sem saturação de experiências e certa rebeldia para com a realidade.

A imaginação, como fonte de concepção de possibilidades, apresenta-se, pois, como origem de toda expressão. Portanto, a constituição de formas, significados e símbolos expressivos revela o transbordamento da existência. Dessa forma, sem revelar totalmente o homem, o ato expressivo revela o mundo no qual se situa o homem, suas relações com o mundo e as relações do homem consigo mesmo. Assim, o produto da expressão se recorta sobre um fundo de significações várias e entrelaçadas, sempre aberto a novas interpretações.

● Pessoa e Conhecimento

O conhecimento não pode ser visto como um produto passivo da relação sujeito/objeto. A verdade a que se chega deverá ser confirmada pela comunicação. A admiração, como ponto de partida do conhecimento, não é outra coisa senão a capacidade da pessoa em constatar que, presentes os fenômenos, não se encontram presentes as explicações dos mesmos. Assim, a presença do objeto não é garantia de presença de sua verdade. O conhecimento é sempre algo buscado. Entretanto, a explicação encontrada, a verdade descoberta deverá ser testada e validada por meios acessíveis a todo sujeito humano e, dessa forma, revelada. Conhecer, como afirma J. Lacroix, é distinguir tanto quanto unir. É revelar, quanto assumir.

● Pessoa e Produção

O âmbito das atividades humanas, pela presença da inteligência, se amplia consideravelmente com o "fazer". Perdendo o caráter de reação imediata a uma situação dada, atinge, em termos de independência e controle em relação ao ambiente, níveis cada vez mais complexos e funcionais. A produção, utilização de meios e a aplicação de alternativas de solução a problemas técnicos, devem perder, cada vez mais, o caráter cultural imediatista de que estiveram dotadas. O "fazer" é, fundamentalmente, fruto de uma decisão que satisfaz a um conjunto de critérios estabelecidos, na conjugação de múltiplas perspectivas. A idéia mais original, o meio mais eficiente, a solução mais técnica, pelo menos a esse nível, nem sempre o é, por ser nova ou por render mais ou por qualquer

outra razão em separado, mas é sempre a que obedece rigorosamente, sob os mais diversos ângulos, à necessidade prioritária de manutenção de um diálogo primeiro entre a natureza e o homem, entre o homem e seu semelhante. Sem essa dimensão, o “fazer” torna-se a desmedida que inexoravelmente deverá ser paga em prejuízos e escravidão. Ajustar o meio ao homem é enriquecê-lo pelas qualidades e valores próprios da pessoa, é pessoalizá-lo. Só então se estabelece o espaço em que efetivamente há lugar para cada homem e seus descendentes.

Em resumo: Na pessoa humana, o valorizar, o conviver, o expressar-se, o conhecer e o produzir não são atuações dissociadas, mas experiências indissolúveis, vividas em diversos níveis. Quando centralmente uma dessas atividades está sendo exercida, copresentes se acham as demais, dando-lhe coerência e significação tanto mais quanto mais integrada se encontrar a pessoa. É o nosso olhar classificatório que restringe o campo visual e se ufana por ver a superfície que vê. Valorizar, conviver, expressar-se, conhecer e produzir são manifestações mais ou menos exitosas de uma dialética mais profunda que mantém, vivifica e dá sentido à própria identidade pessoal.

c) Noção de Desenvolvimento – Denomina-se desenvolvimento o processo evolutivo que se manifesta através do “continuum” de fatos biológicos, psicológicos e sociais experimentados universalmente. Designa a dinamicidade de um sistema cujas transformações evolutivas se efetivam de modo a estabelecer sua permanência autônoma e auto-regulada.

d) Noção de Personalidade – A noção de personalidade, nas ciências humanas, corresponde à necessidade de definição a nível de teoria – da maneira de ser e de funcionar que caracteriza o organismo psicofisiológico a que chamamos pessoa. Trata-se, pois da organização dinâmica dos sistemas psicofísicos que determinam os ajustamentos peculiares de cada indivíduo ao meio. Ou seja, a maneira científica de determinar o que permanece nas transformações evolutivas que se manifestam através do continuum de fatos biológicos, psicológicos e sociais, verificados no indivíduo humano. Daí sua estreita relação com outros conceitos, tais como o de “desenvolvimento”.

●Personalidade, Atitude, Comportamento

O conjunto de fatores formativos da personalidade, provenientes da hereditariedade e do meio ambiente, como conjunto de características e qualidades, se estruturam em disposições emocionais, mais ou menos

duradoras. Tais disposições, pela sua origem ambiental, são fruto de aprendizagem e suscetíveis de serem estruturadas por intermédio do ensino. Através das mesmas, segundo estratégias suficientemente embasadas, a Educação apresenta-se com a possibilidade de influenciar mais decisivamente na estruturação da personalidade.

As disposições a que denominamos atitudes e que podem ser identificadas nos cinco principais tipos, (ef. Quadro de Referência) evidenciam-se em comportamentos gerais e específicos coerentes, suscetíveis de serem provocados mediante situações dotadas de significado teórico e prático. Transformadas em objetivos gerais e específicos dos componentes curriculares e desenvolvidas segundo adequada metodologia, poderão constituir instrumentos próprios para a consecução da finalidade última da educação formal.

EXPLICITAÇÃO TERMINOLÓGICA DO QUADRO DE REFERÊNCIA

Visando a facilitar a compreensão imediata do Quadro de Referência exposto, torna-se imprescindível delimitar a área de abrangência dos termos ali expressos, mediante explicitação conceitual. Dessa forma, entender-se-á por:

- Atitude – predisposição, tendência de natureza emocional para comportar-se de determinada maneira, face a objetos, pessoas, situações.
- Comportamento – ação ou conjunto de ações empreendidas pelo indivíduo em determinada situação, como resposta a elementos internos e externos presentes na situação.
- Atitude valorativa – predisposição para tratar com valores. Pode manifestar-se através dos seguintes comportamentos:
 - perceber valores – comportamento que se caracteriza pela discriminação de valores presentes nos fatos, eventos, processos e entes da natureza e da cultura;
 - diferenciar valores – comportamento que se caracteriza pelo estabelecimento de relações de semelhança entre dois ou mais valores;
 - preferir valores – comportamento que se caracteriza pela manifestação de inclinação para determinado valor em relação a outros;
 - escolher valores – comportamento que se caracteriza pela adesão consciente a determinado valor, visto como superior a outros;
 - comprometer-se – comportamento que se caracteriza, em termos de decisão e ação, pelo assumir as conseqüências da adesão a valores.
- Atitude participativa – predisposição para convivência autêntica e cooperativa com o outro (pessoa, grupo). Pode manifestar-se através dos seguintes comportamentos:
 - acolher o outro – comportamento que se caracteriza pela disponibilidade e respeito ao outro (pessoa ou grupo) em termos de aceitação de necessidades e limitações, e valorização de características e ações positivas;
 - manifestar-se livremente – comportamento que se caracteriza pela comunicação autêntica de sentimentos e idéias relevantes ao desenvolvimento pessoal e do outro (pessoa ou grupo);

- agir cooperativamente — comportamento que se caracteriza pela tomada de decisões e atuação junto com outro, tendo em vista a realização de um objetivo comum e a manutenção do compromisso firmado.
- Atitude criativa — predisposição para tratar com materiais como objetos para projeção de expressividade pessoal. Pode manifestar-se em termos dos seguintes comportamentos:
 - imaginar possibilidades — comportamento que se caracteriza pela busca de novas possibilidades de concepção de formas, símbolos e significações, com vistas ao desenvolvimento da ação e expressão;
 - testar possibilidades — comportamento que se caracteriza pelo ensaio de concretização de possibilidades concebidas, tendo em vista o objetivo da expressão (sensibilização, comunicação de idéias, produção técnica);
 - concretizar possibilidades — comportamento que se caracteriza pela realização de novas possibilidades como produtos efetivos do desenvolvimento da ação e expressão criadoras.
- Atitude cognitiva — predisposição para tratar a realidade como objeto de conhecimento. Pode manifestar-se em termos dos seguintes comportamentos:
 - procurar conhecer — comportamento que se caracteriza pela busca de informações sobre a realidade;
 - observar criteriosamente — comportamento que se caracteriza pela busca e adoção de estratégias perceptuais, dotadas de objetividade;
 - problematizar — comportamento que se realiza pelo configurar, a partir de necessidades e restrições, questões a serem resolvidas mediante explicações coerentes;
 - estruturar explicações — comportamento que se caracteriza em estabelecer, em face de problemas configurados, explicações coerentes a serem confirmadas mediante comprovação teórica ou prática;
 - testar explicações — comportamento que se caracteriza pela seleção e adoção de estratégias válidas para comprovar explicações;
 - generalizar — comportamento que se caracteriza pela organização de generalizações, sob a forma de princípios, normas, teorias e sistemas, capazes de explicitar condições sob as quais fenômenos ocorrem;
 - comunicar com objetividade — comportamento que se caracteriza pela codificação de informações em linguagem científica;
 - utilizar conhecimentos — comportamento que se caracteriza pelo emprego de conhecimentos adquiridos, na solução de problemas práticos e teóricos.

- Atitude produtiva – predisposição para tratar com materiais como recursos, isto é, objetos para a obtenção de bens e serviços. Pode manifestar-se em termos dos seguintes comportamentos:

- manipular meios – comportamento que se caracteriza pela utilização apropriada de produtos da atividade técnica;
- reorganizar meios. – comportamento que se caracteriza pela reelaboração de produtos da atividade técnica, em termos de combinação e adaptação, tendo em vista a solução de problemas imediatos de ordem prática;
- produzir meios – comportamento que se caracteriza pela estruturação de novos produtos de ordem técnica (objetos técnicos: utensílios, ferramentas, máquinas, técnicas) com vistas à obtenção de bens e serviços.

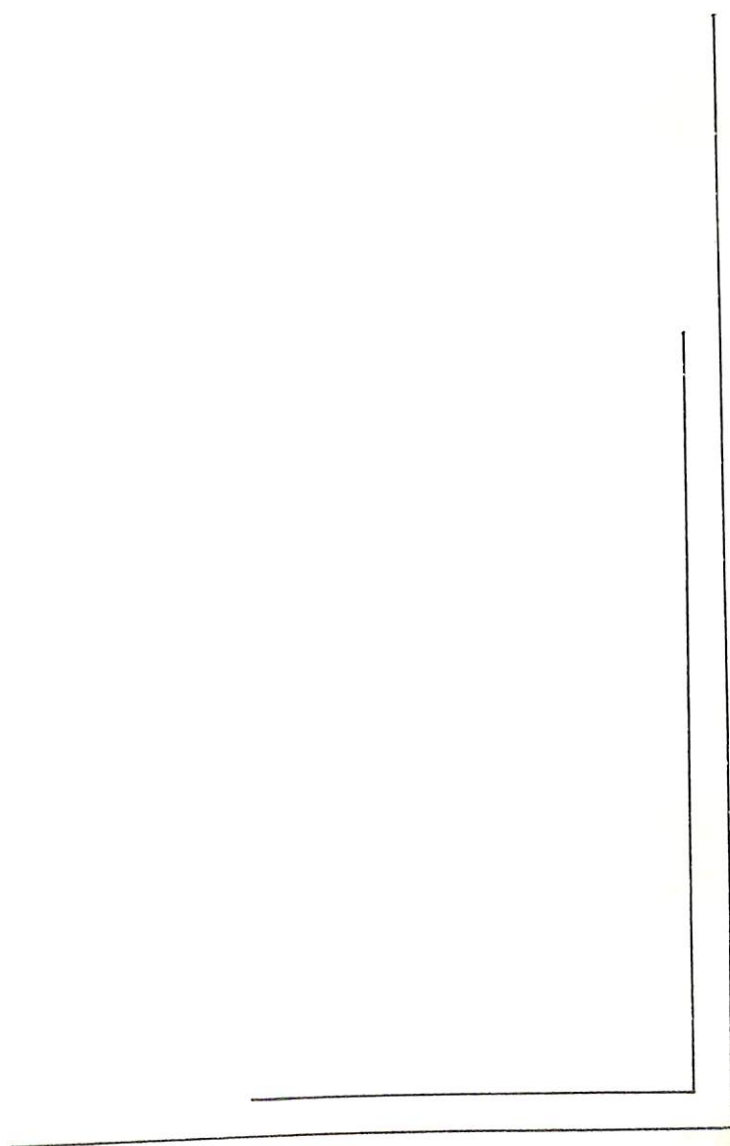
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABLER e outros. Spatial Organizations. New Jersey Prentice-Hall, 1971 (cap. 1 e 2)
- ALLPORT, G.W. Psicología de la Personalidad. Buenos Aires, Paidós, 1961.
- BELTH, M. La Educación como Disciplina Científica. Buenos Aires, El Ateneo, 1971.
- BERMAN, L. Novas Prioridades para o Currículo. Porto Alegre, Globo, 1975.
- BURTON, W.H. e outros. Hacia un Pensamiento Eficaz. Buenos Aires, Troquel, 1969.
- CHOMSKY, N. Linguagem e Pensamento. Petrópolis, Vozes, 1971.
- ETCHEVERRY, A. O Conflito Actual dos Humanismos. Porto Tavares Martins, 1964.
- FROMM, E. A Revolução da Esperança – Por uma tecnologia Humanizada. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- . Análise do Homem. Rio de Janeiro, Zahar, s. d.
- GABRIEL, J. Desarrollo de la Personalidad Infantil. Buenos Aires, Kapeluz, 1971.
- HALL, C. S. Teorias da Personalidade. São Paulo, Herder, 1971
- HAYMAN, J.L. Investigación y Educación. Buenos Aires, Paidós, 1969.
- JOHNSON e outros. The Theory and Management of Systems. Tokyo, Mc Granw-Hill Kogakusha, 1973.
- KATZ, D. et KAHN, R.L. Psicologia Social das Organizações. São Paulo Atlas, 1974.
- KAUFMAN, R. Planificación de Sistemas Educativos. México, 1973.
- KNELLER, G. Arte e Ciência da Criatividade. São Paulo, Ibrasa, 1973.
- LEWIN, K. Problemas de Dinâmica de Grupo. São Paulo, Cultrix, 1970.

- MAIER, H.W. Tres Teorías sobre el desarrollo del niño. Erikson, Piaget y Sears. Buenos Aires, Amorrortu, 1969.
- MIEL, A. Criatividade no Ensino. São Paulo, Ibrasa, 1973.
- MOUNIER, E. O Personalismo. Lisboa, Moraes, 1960.
- NOVAES, M.H. Psicologia da Criatividade. Petrópolis, Vozes, 1972.
- OCDE. El Curriculum para 1980. Buenos Aires, Marymar, 1974.
- OPTNER, S. L. Análise de Sistemas Empresariais. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1971.
- OSBORN, A. F. O Poder Criador da Mente. São Paulo, Ibrasa, 1972.
- PARRY, J. Psicologia da Comunicação Humana. São Paulo, Cultrix, 1972.
- PIAGET, J. O Estruturalismo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.
- ROGERS, C.R. Tornar-se Pessoa. Lisboa, Martins, 1975.
- SAYLOR, J.G. e outro. Planeamiento del Curriculum en la Escuela Moderna. Buenos Aires, Troquel, 1970.
- STEWART, D.K. A Psicologia da Comunicação. Rio de Janeiro, Forense, 1972.
- VIDAL, F. Metodologia Geral da Criatividade.

III PARTE

*DIRETRIZES PARA A
ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS
DA EDUCAÇÃO GERAL*



Elaboração de:

- Alsina Alves de Lima
- Vera Teixeira de Aguiar
- Vera Wannmacher Pereira

Colaboração de:

- Ana Gilda Cherubini
- Carmen Maria Faggion
- Déa Portanova Barros
- Eclér Maria Saraiva
- Elcemina Lúcia Balvedi Pagliosa
- Elonia Borba Debon
- Elsa Maria Nitsche Ortiz
- Francisco José Esteves Neto
- Léa Sílvia dos Santos Masina
- Maria Tasca
- Nilvia Beatriz Samrslá
- Regina Maria Varini Mutti
- *Paulo Junkes*

LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA

LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA

1. INTRODUÇÃO

A Educação tem como objetivo produzir modificações nas capacidades do homem, de maneira significativa e contínua. Verifica-se atualmente uma perspectiva de orientação realista, isto é, uma busca da existência real das condições em que os comportamentos se modificam.

O ensino de “Língua Portuguesa e Literatura Brasileira” é um instrumento para modificação nas capacidades. Sabe-se que o indivíduo tem determinada competência lingüística que vai se manifestar através de seu desempenho lingüístico. O ensino de “Língua Portuguesa e Literatura Brasileira” proporciona o desenvolvimento da competência lingüística do indivíduo, de modo a aprimorar o desempenho, desenvolvendo estruturas lingüísticas mais complexas. Visando sempre a realidade, verifica-se que o aluno, quanto melhor desempenho lingüístico apresenta, melhor sua interação com o meio; e quanto maior compreensão da linguagem literária, maior valorização da Cultura Brasileira.

O presente documento tem por objetivo orientar o professor no ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, como disciplina que favorece a competência lingüística do falante e conseqüente melhoria de seu desempenho lingüístico, bem como o conhecimento da expressão literária brasileira, para maior compreensão da Cultura Brasileira.

A parte referente às Diretrizes Curriculares de “Língua Portuguesa e Literatura Brasileira” é constituída dos seguintes tópicos:

- introdução, que caracteriza a disciplina de “Língua Portuguesa e Literatura Brasileira” e apresenta a estrutura da parte do documento referente a este assunto;

- objetivo geral do ensino de “Língua Portuguesa e Literatura Brasileira”;

- orientações para o ensino de “Língua Portuguesa e Literatura Brasileira”;

- diretrizes para avaliação do processo ensino-aprendizagem em “Língua Portuguesa e Literatura Brasileira”;

- bibliografia.

2. OBJETIVO GERAL DO ENSINO DE "LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA"

Valorização da Cultura Brasileira, através da compreensão da expressão literária brasileira e do uso adequado da língua como instrumento de comunicação, apresentando:

✓ atitude valorativa, que permite:

- perceber, diferenciar e preferir valores da Cultura Brasileira presentes nas obras literárias em estudo;

✓ atitude participativa, que permite:

- expressar-se livre e responsavelmente em suas comunicações orais e escritas;

- ouvir com atenção as comunicações dos colegas e professor, respeitando a opinião dos demais;

- desempenhar com eficiência funções e atividades propostas nas situações de trabalho em grupo;

atitude criativa, que permite:

- concretizar em trabalhos pessoais e grupais sua criatividade na utilização da língua portuguesa:

atitudes cognitiva e produtiva, que permitem:

✓ – buscar informações pertinentes aos assuntos em foco, nas obras de referência;

✓ – aplicar informações na estruturação e análise da estrutura e das formas de expressão lingüística;

✓ – comunicar com objetividade, utilizando linguagem predominantemente denotativa, na produção de relatórios, dissertações e informações em geral.

3. ORIENTAÇÕES PARA O ENSINO DE "LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA"

3.1 De caráter geral

- 3.1.1. Nas escolas onde houver número suficiente de professores, poderá haver numa mesma turma dois professores: um para Língua Portuguesa, outro para Literatura Brasileira, devendo, nesse caso, realizarem seu planejamento de maneira integrada.
- 3.1.2. Os objetivos contidos nessas Diretrizes, elaborados a nível de Secretaria, deverão ser operacionalizados pelo professor, quando do início de cada período (unidade, aula).
- 3.1.3. Os métodos e técnicas utilizados deverão ser variados, enfatizando sempre a atuação do aluno em atividades de elaboração.
- 3.1.4. O planejamento da disciplina de "Língua Portuguesa e Literatura Brasileira" deverá atender a um princípio de continuidade, tendo em vista que o comportamento de saída do 1º grau será, necessariamente, o comportamento de entrada de 2º grau.
- 3.1.5. O planejamento de "Língua Portuguesa e Literatura Brasileira" deverá evidenciar uma crescente sistematização na abordagem dos conteúdos, levando a um aprofundamento de conceitos desenvolvidos no 1º Grau, característica essa da organização curricular do Ensino de 2º Grau – Currículo por Disciplina.

3.2 Para o ensino de Língua Portuguesa

- 3.2.1. O ensino de Língua Portuguesa se fará através de três conjuntos de atividades:
 - 3.2.1.1. – atividades de decodificação (ouvir e ler);
 - 3.2.1.2. – atividades de codificação (falar e escrever);
 - 3.2.1.3. – atividades de estudo do código lingüístico, desenvolvidas através de uma das duas abordagens:
 - a) a que segue os princípios de gramática gerativo-transformacional;
 - b) a que segue as normas da gramática chamada tradicional.

3.2.2. Tendo escolhido a abordagem gerativo-transformacional o professor deverá considerar que:

- a) a gramática, vista como um conjunto finito de regras que possibilitam a realização de um conjunto infinito de frases, é constituída de um componente sintático, um componente semântico e um componente fonológico;
- b) o componente sintático que gera as estruturas profundas e as superficiais das sentenças de uma língua é constituído de um subcomponente transformacional;
- c) o subcomponente de base abrange um conjunto finito de regras de estrutura frasal (de onde decorrem as classes gramaticais e suas combinações) e o léxico (coleção de itens lexicais, cada um acompanhado de informações sintáticas, semânticas e fonológicas), que geram as estruturas profundas que contêm toda a informação semântica do enunciado;
- d) o subcomponente transformacional abrange as regras transformacionais que operam estabelecendo associações entre as estruturas profundas e as de superfície;
- e) o componente semântico opera sobre as estruturas sintáticas, dando-lhes uma representação semântica global;
- f) o componente fonológico opera sobre as estruturas sintáticas, geradas e transformadas pela sintaxe, determinando a forma em que as sentenças devem ser pronunciadas;
- g) o conhecimento lingüístico do falante se estrutura em uma parte abstrata, subjacente às manifestações concretas (competência) e em uma parte de manifestação concreta (desempenho), havendo relações constantes entre elas;
- h) constitui-se a competência de um conhecimento tácito e inconsciente, condicionado por uma faculdade inata do homem e que é por ele utilizada de modo intuitivo, enquanto que o desempenho é a sua concretização;
- i) pretendendo a gramática gerativo-transformacional ser um poderoso instrumento de explicitação da competência do falante, quanto àqueles componentes que a constituem (o sintático, o semântico e o fonológico), poderá ela ser utilizada como um meio de trazer ao plano da consciência do aluno a sua competência subjacente nos níveis sintático, semântico e fonológico; assim terá o professor como objetivo o aprimoramento da competência do aluno como falante, utilizando ele, professor, estímulos que favoreçam a conscientização lingüística, o que se refletirá no aprimoramento do desempenho do aluno como falante.

- 3.2.3. Tendo escolhido a abordagem da gramática chamada tradicional, o professor deverá seguir a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), porém revitalizando-a com novas orientações, como as apresentadas por Othon M. Garcia, em seu livro *Comunicação em Prosa Moderna*.
- 3.2.4. Qualquer que seja a abordagem escolhida para as atividades de estudo do código lingüístico, deverá o professor:
- 3.2.4.1. – desenvolver, através de textos, os conteúdos referentes à Teoria da Comunicação (processo de comunicação, mensagem e ambiente externo, realização da mensagem, mensagem e ambiente interno);
- 3.2.4.2. – levar em conta que o estudo da gramática, embora podendo servir como um meio para conscientizar cada aluno do seu saber lingüístico, deverá ele ser utilizado para que o aluno melhore a utilização que faz da língua; assim, o processo de análise (estudo da gramática) não perde seu valor, mas se enriquece ao constituir-se em instrumento para desenvolver o processo de síntese (quando se evidencia o saber lingüístico na concretização do uso da língua);
- 3.2.4.3. – considerar que o estudo sistemático de conteúdos referentes à Teoria da Comunicação e ao enunciado lingüístico, nas partes que o constituem, não deverá ter um fim em si mesmo, mas deverá ser instrumento para aprimoramento do desempenho lingüístico do aluno, com base na conscientização de seu saber lingüístico; assim sendo:
- a) o estudo da teoria da Comunicação deverá ter em vista favorecer o desempenho do aluno como emissor e receptor;
 - b) o estudo do enunciado lingüístico em seus constituintes maiores deverá ter como fim a construção de enunciados;
 - c) o estudo do enunciado lingüístico em seus constituintes menores – os morfemas – deverá ter em vista favorecer o enriquecimento do vocabulário;
 - d) o estudo do enunciado lingüístico em seus constituintes mínimos – os fonemas – deverá ter em vista servir de apoio à superação de problemas existentes na relação fonema/letra ou de problemas de pronúncia.
- 3.2.5. O ensino da gramática gerativo-transformacional é proposto em termos de abordagem, isto é, de aplicação de idéias e não de aplicação estrita de nomenclaturas e formalizações. Trata-se de um meio de que o professor dispõe para desenvolver a competência lingüística do aluno, e não de um fim em si mesmo.
- 3.2.6. O ensino de Língua Portuguesa no 2º grau visará à formação básica do aluno, visto que somente ao 3º grau caberá a formação de especialista em Língua, a nível de graduação.

3.3. Para o ensino de Literatura Brasileira

- 3.3.1. O trabalho de Literatura Brasileira deverá ser desenvolvido, partindo de elementos próximos e conhecidos do aluno em direção aos distantes e desconhecidos – da realidade contemporânea em direção à realidade barroca e às primeiras manifestações literárias no Brasil (Modernismo, Pré-Modernismo, Regionalismo, Simbolismo, Realismo, Romantismo, Barroco, Primeiras Manifestações Literárias).
- 3.3.2. O ensino de Literatura Brasileira deverá dar ênfase ao texto enquanto linguagem literária, sem, no entanto, deixar de situá-lo no contexto sociocultural em que se produziu.
- 3.3.3. O ensino da Literatura Brasileira deverá dar maior ênfase à narrativa, valorizando a literatura em seu aspecto de produção textual.
- 3.3.4. O ensino de Literatura Brasileira deverá dar maior ênfase a obras da atualidade, ênfase que deverá decrescer à medida que se distanciam do aluno no tempo, resguardadas, naturalmente, as grandes expressões da Literatura Brasileira, mesmo distantes no tempo.
- 3.3.5. O trabalho de Literatura Brasileira deverá ser desenvolvido, estabelecendo o texto literário como foco de estudo e daí partindo para a organização de quadros de referência sobre o movimento artístico no qual se insere.
- 3.3.6. O ensino de Literatura Brasileira deverá estar vinculado, quando possível, as mais significativas expressões da Literatura Estrangeira.
- 3.3.7. O trabalho de Literatura Brasileira deverá, sempre que possível, relacionar-se com o de Cultura Artística e com o da matéria Estudos Sociais.
- 3.3.8. O ensino de Teoria Literária deverá ter em vista a compreensão da obra Literária; noções básicas como:
- características da literatura,
 - narrativa,
 - funções da literatura: linguagem poética e linguagem prosaística,
 - formas literárias: poema, romance, conto, novela, crônica,

deverão ser desenvolvidas a partir do texto literário.

3.3.9. O trabalho de Literatura Brasileira deverá dar ênfase à leitura realizada fora do horário específico da disciplina visando a desenvolver o gosto pela obra literária e o senso crítico.

3.3.10. O ensino de Literatura Brasileira, no 2º Grau, visará à formação básica do aluno, visto que somente ao 3º Grau caberá a formação de especialista em Literatura, a nível de graduação.

3.3.11. O ensino de Literatura Brasileira se fará através de três abordagens metodológicas:

- atualidade Literária no Brasil, salientando os valores Literários do Rio Grande do Sul;
- visão global da Literatura Brasileira como realização artística e cultural situada num contexto histórico;
- apoio constante em Teoria Literária, como instrumento de abordagem para a obra.

4. COMPORTAMENTOS DE SAÍDA DE “LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA”

4.1. Comportamentos de saída de Língua Portuguesa

4.1.1. Tendo em vista que as atividades de decodificação terão como objetivos:

- o desenvolvimento da compreensão de mensagens orais e escritas (captação de sentido textual),
- o desenvolvimento da interpretação de mensagens orais e escritas: relacionamento de sentido textual com quadros de referência organizados (contexto sociocultural, implicações humanas e artísticas),

ao final do 2º Grau, o aluno deverá ser capaz de:

- apreender informações, valorizando a contribuição alheia;
- demonstrar atitudes de bom ouvinte (atenção ao falante, interesse pela mensagem);
- valorizar a atitude de bom ouvinte no grupo;
- colher informações;
- movimentar-se numa biblioteca: no ambiente físico da mesma (catálogos, fichários, estantes), numa obra de referência (dicionário, gramática, etc.), nos índices das obras, em obras diversas;
- valorizar a expressão artística de obras literárias;
- utilizar a leitura como meio de recreação, informação e aprimoramento da sensibilidade.

4.1.2. Tendo em vista que as atividades de codificação terão como objetivos:

- o desenvolvimento da comunicação oral e da comunicação escrita, adequadas à situação e ao contexto sociocultural,
- o desenvolvimento da expressão como exteriorização psíquica do indivíduo,

ao final do 2º Grau, o aluno deverá ser capaz de:

- expor suas idéias de maneira
 - precisa,
 - desembaraçada,
 - fluente,
 - ordenada,
 - adequada aos objetivos da comunicação e ao contexto (situação, ouvinte, etc);
- expressar oralmente e/ou por escrito impressões pessoais a respeito de estímulos diversos percebidos na realidade (ao vivo) ou através de impressões dessa realidade (livros, revistas e jornais, filmes, obras de arte em geral, etc);

- planejar e elaborar
 - narração,
 - descrição,
 - dissertação,
 - argumentação,
 - ficha,
 - roteiro;
- dar ênfase e expressividade a sua elocução quando interpretar e dramatizar textos elaborados por outros ou textos de sua própria elaboração;
- improvisar diálogos para uma situação dada ou criada por ele mesmo;
- transmitir, de forma organizada, oralmente e por escrito, informações de que dispõe;
- defender seus pontos de vista, argumentando com coerência e eficácia;
- tomar notas, captando o essencial de informações.

4.1.3. Tendo em vista que as atividades de estudo do código lingüístico terão como objetivos:

- o desenvolvimento da comunicação oral e da comunicação escrita, adequadas à situação e ao contexto sociocultural, com ênfase nas situações e contextos que exijam o padrão lingüístico considerado culto, na região em que estiver localizada a escola.
- a sistematização dos conhecimentos lingüísticos do aluno,

ao final do 2º Grau, o aluno deverá ser capaz, de identificar, descrever, comparar, classificar, concluir e aplicar conhecimentos referentes a:

teoria da comunicação	processo de comunicação	a) emissor, receptor, mensagem, código, codificação, decodificação, b) contexto extralingüístico da comunicação, c) caráter denotativo da comunicação, (associação por contigüidade e associações por semelhança); d) caráter conotativo da comunicação
	mensagem e ambiente externo	a) níveis de língua: falada (culto coloquial, vulgar regional, grupal) e escrita (literária, padrão);
	realização da mensagem	b) discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre;
	mensagem e ambiente interno	a) fontes (razão, sensibilidade, vontade); b) funções (designação, apelo, exteriorização, atuação); c) estrutura lingüística (declarativa, interrogativa, exclamativa, optativa, de mando);

– enunciado lingüístico
(abordagem
transformacional).

a) estrutura do enunciado:

- estrutura de superfície e estrutura de profundidade;
- transformação da estrutura de superfície em estrutura de profundidade;
- transformação da estrutura de profundidade em estrutura de superfície, através de regras de transformação-adição, permuta, cancelamento;

b) enunciado constituído por mais de uma subfrase:

- em equivalência de funções:
 - subfrases independentes,
 - ponto de conjunção entre as subfrases,
 - elemento de conjunção entre as subfrases,
 - transformação de conjunção para chegar à estrutura de superfície;
- em hierarquia de funções:
 - subfrase matriz,
 - subfrase (s) constituinte (s) nas seguintes posições:
 - de SN – constituinte imediato do enunciado,
 - de SN – constituinte de SV,
 - de SP – constituinte de SV em que o verbo é transitivo,
 - de SP – constituinte de SV em que o verbo é intransitivo,
 - de constituinte de SN;
 - ponto de encaixamento da (s) subfrase (s),
 - elemento de encaixamento da (s) subfrase (s),
 - transformação de encaixamento da (s) subfrase (s);

c) enunciado constituído por uma só frase ou subfrase

(regras de estrutura frasal):

- constituintes imediatos do enunciado – SN SV,

- constituintes de SN -,
 $\emptyset$,
 N,
 ProN,
 Det + N,
 Det + N + Adj,
 Det + N + SP.

- constituintes de SV - V,
 V + SN
 V + S P
 V + S N + SP,

- constituintes de SP - P + N;

d) o léxico:

- morfema,
- processos flexivos (transformação de concordância),
- processos derivativos,
- regras de subcategorização
 - contextual (de seleção e subcategorização estrita),
 - não contextual;

e) constituintes mínimos do enunciado:

- fonema,
- traços distintivos (binaridade),
 como:

- [$\pm$ sonoro],
- [$\pm$ consonantal],
- [$\pm$ nasal],
- [$\pm$ soante];

- traço prosódico:
 [$\pm$ ônico];
- relação entre fonema e forma gráfica;

enunciado lingüístico
(abordagem tradicional)

a) aspectos gramaticais:

a partir de textos, ter em vista a aplicação de conhecimentos sobre a organização da frase, quanto a:

- processo de coordenação
 - entre orações
 - entre termos da oração,
 - dentro de termos da oração;
- processo de subordinação
 - entre orações,
 - entre termos da oração,
 - dentro de termos da oração;
- transformação de períodos compostos em períodos simples, através da substituição de orações subordinadas por substantivos, adjetivos e advérbios (e vice-versa).
- transformação de períodos simples e/ou coordenados e relacionados pelo sentido em enunciados complexos, hierarquizados (e vice-versa);
- processo para indicação de circunstâncias e outras relações entre idéias de
 - causa,
 - consequência, fim, conclusão,
 - tempo,
 - condição,
 - oposição e concessão,
 - comparação;
- estabelecimento de relações de coordenação e de subordinação, através de palavras estruturais (preposições e conjunções);
- processo de flexão em gênero e número
 - do nome (substantivo e adjetivo)
 - do pronome (pessoal, possessivo,
 - demonstrativo, indefinido, relativo,
 - interrogativo),
 - do artigo (definido, indefinido),
 - do numeral (cardinal, ordinal, multiplicativo, fracionário);
- processo de flexão do verbo (de modo especial, os irregulares) em modo, tempo, número, pessoa e voz;
- processo de concordância

- nominal: substantivo e adjetivo, pronomes, numerais, artigos,
- verbal: pessoa gramatical do verbo (nome, pronome) e verbo;

– processo de regência

- nominal,
- verbal (de modo especial, os verbos com mais de uma regência);

b) estudo do vocabulário:

a partir de frases e palavras, ter em vista a aplicação de conhecimentos sobre:

– processos de seleção e organização do vocabulário:

- generalização e especificação,
- concretização e abstração;

– famílias etimológicas, ideológicas, áreas semânticas;

– valor dos afixos (prefixos e sufixos) na formação de palavras.

c) aspectos fonológicos e gráficos:

a partir de frases e palavras, ter em vista a aplicação de conhecimentos sobre:

– oposições entre fonemas

- aberto/fechado
- oral/nasal,
- surdo/sonoro;

– oposição entre sílaba tônica/sílaba átona;

– relação fonema/letra;

– grafia de palavras e abreviaturas;

– uso de sinais de pontuação e de acentos gráficos.

4.2 Comportamentos de saída de Literatura Brasileira

Tendo em vista os objetivos gerais do ensino de Literatura Brasileira no 2º Grau:

- compreender a Literatura como fenômeno humano e expressão de uma realidade social,
- perceber e valorizar o texto literário como produto cultural, manifestado através da linguagem,
- valorizar a obra literária como expressão artística,
- aperfeiçoar seus recursos de expressão;

● ao final do 2º Grau o aluno deverá ser capaz de:

- IDENTIFICAR,

numa obra, ou trecho de obra, a organização narrativa:

- o assunto,
- o tema,
- o ponto de vista narrativo,
- os elementos contextuais: locais e universais,
- os recursos de linguagem utilizados pelo autor;

- DESCRIVER,

a partir de uma obra ou trecho de obra:

- os personagens,
- o tempo e o espaço do desenvolvimento da ação,
- as características estruturais, tendo em vista sua forma literária,
- as características linguísticas;

- COMPARAR

obras e trechos de obras de um mesmo autor, de diferentes autores de um mesmo movimento literário, considerando:

- as características estruturais, tendo em vista sua forma literária,
- os personagens,
- os recursos de linguagem,
- a temática;

- CLASSIFICAR,

a partir de um quadro de critérios organizados pelos alunos:

- obras e trechos literários quanto a estrutura, recursos de linguagem, construção de personagens, temática, realidade representada,
- personagens quanto a tipo,
- autores quanto a recursos de linguagem utilizados, construção de personagens, realidade representada, temática;

– CONCLUIR,

a partir da leitura e análise de um mesmo autor:

- as características quanto a estrutura, recursos de linguagem, construção de personagens, temática;

a partir da leitura e análise de obras de diferentes autores brasileiros e também estrangeiros (quando possível):

- as características comuns quanto a estrutura, construção de personagens, temática, recursos de linguagem;
- as características do movimento literário que representam;

– APLICAR,

os conhecimentos adquiridos, através da elaboração de apreciações, análises, sínteses, esquemas, quadros de referência, tomando como foco:

- uma obra ou texto literário de um mesmo autor brasileiro,
- obras ou textos literários de autores brasileiros, e também estrangeiros, representando um mesmo movimento literário.

5. DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA

A avaliação do processo ensino-aprendizagem da disciplina de "Língua Portuguesa e Literatura Brasileira" será feita, levando em consideração

- os objetivos traçados pelo professor em planejamento com os alunos;
- os critérios estabelecidos pelo professor e conhecido dos alunos;
- as três áreas de formação do indivíduo: cognitiva, afetiva, psicomotora;
- as atitudes desenvolvidas: valorativa, participativa, criativa, cognitiva e produtiva;
- os níveis mentais de elaboração-identificação, comparação, descrição, classificação, conclusão e aplicação quanto a grau de complexidade;
- o crescimento do aluno como um todo único (vertical) e não em comparação com os demais alunos (horizontal).

6. BIBLIOGRAFIA

6.1 Teoria da Comunicação:

- AZEVEDO, Marcelo C. de . Comunicação, linguagem, automação
Porto Alegre, URGs.
- . Teoria da informação · Porto Alegre, URGs/Vozes.
- BERLO, K. · O processo de comunicação · Rio de Janeiro, Aliança para o Progresso.
- CARPENTER, Edmund e MCLUHAN, M. · Revolução na comunicação · Rio de Janeiro, Zahar.
- CARVALHO, Durval Moraes · Oratória e comunicação humana · São Paulo, Cil.
- FLEUR, Melvin de · Teorias de comunicação de massa · Rio de Janeiro, Zahar.
- HAYAKAWA, S. I. · A linguagem no pensamento e na ação · São Paulo, Pioneira de Administração e Negócios.
- JAKOBSON, Roman · Linguística e comunicação · São Paulo, Cultrix.
- MCLUHAN, Marshall · Os meios de comunicação · São Paulo, Cultrix.
- MELO, José Marques de · Comunicação Social · Teoria e pesquisa
· Petrópolis, Vozes.
- PENTEADO, J. R. Whitaker · A técnica da comunicação humana
· São Paulo, Pioneira de Administração e Negócios.
- PIGNATARI, Décio · Informação, linguagem, comunicação · São Paulo, Perspectiva.
- ROSA, Alfredo Pradelino · A estrutura lingüística do diálogo · Porto Alegre, URGs.

6.2. Gramática Gerativo-Transformacional:

- BISOL, Leda. Predicados complexos: uma análise transformacional do português. Porto Alegre, Formação/URGS
- CHOMSKY, Noam. Aspectos de la teoria de la sintáxis. Madrid, Aguilar.
- ·Linguagem e pensamento. Petropolis, Vozes.
- ·Lingüística cartesiana. Petrópolis, Vozes.
- ·Structures syntaxiques. Trad. de Michel Braudeau. Paris, Seuil.
- CHOMSKY Noam et alii. Novas perspectivas lingüísticas. Petrópolis, Vozes.
- HILL, Archibald (organiz.). Aspectos da lingüística moderna. São Paulo, Cultrix.
- LANGACKER, Ronald W.. A linguagem e sua estrutura. Petrópolis, Vozes.
- LEROY, Maurice. As grandes correntes da lingüística moderna. São Paulo, Cultrix.
- LYONS, John. As idéias de Chomsky. São Paulo, Cultrix.
- MALBERG, Bertil. As novas tendências da lingüística. São Paulo, Nacional.
- MOUNIN, Georges. A lingüística do século XX. Lisboa, Presença.
- NIVETTE, Joseph. Princípios de gramática gerativa. São Paulo, Pioneira.
- PERINI, Mário A.. A gramática gerativa. Belo Horizonte, Vigília.
- RUWET, Nicolas. Introdução à gramática gerativa. São Paulo, Perspectiva.
- SCHANE, Sanford A.. Fonologia gerativa. Rio de Janeiro, Zahar.
- VOTRE, Sebastião. Introdução às estruturas do português: abordagem transformacional. Porto Alegre, F...

6.3. Gramática Tradicional:

BECHARA, Evanildo · Moderna gramática portuguesa · São Paulo, Nacional.

CUNHA, Celso · Gramática do português contemporâneo · Belo Horizonte, Bernardo Álvares.

——· Gramática da língua portuguesa · Rio de Janeiro, FENAME-MEC.

GARCIA, Othon · Comunicação em prosa moderna · Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

LAPA, M. Rodrigues · Estilística da língua portuguesa · Rio de Janeiro, Acadêmica.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha · Gramática normativa da língua portuguesa · Rio de Janeiro, José Olympio.

LUFT, Celso Pedro · Gramática resumida · Porto Alegre, Globo.

6.4. Teoria Literária:

ALONSO, Amado · Matéria y forma en poesía · Madrid, Gredos

ALONSO, Dámaso · Poesia espanhola · Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.

AMORA, Antônio Soares · Teoria da literatura · São Paulo, Clássico-Científica.

ANJOS, Cyro dos · A criação literária · Salvador, Progresso.

BONATI, Félix Martinez · La estructura de la obra literária · Santiago do Chile, Universidad de Chile.

CANDIDO, Antônio e outros · A personagem de ficção · São Paulo, Perspectiva.

CASTAGNINO, Raúl · Que es literatura? · Buenos Aires, Editorial Nova.

CASTAGNINO, Raúl · El análisis literário · Buenos Aires, Nova.

COUTINHO, Afrânio · Antologia brasileira de literatura: romance e conto · Rio de Janeiro, Livros Escolares.

- Antologia brasileira de literatura. Livros Escolares. Lirismo. Rio de Janeiro,
- Antologia brasileira de literatura. Livros Escolares. Epopéia. Rio de Janeiro,
- Crítica e Poética. Rio de Janeiro, Acadêmica.
- CROCE, Benedetto. A poesia. Trad. de Flávio Loureiro Chaves
Porto Alegre, URGs.
- FORSTER E. M.. Aspectos do romance. Porto Alegre, Globo.
- GOYANES, Mariano Baquero. Que es la novela. Buenos Aires,
Columba.
- KAYSER, Wolfgang. Análise e interpretação da obra literária.
Coimbra, Arménio Amado.
- MOISÉS, Massand. A criação literária. São Paulo, Melhoramentos.
- Guia prático de análise literária. São Paulo, Cultrix.
- MUIR, Edwin. A estrutura do romance. Porto Alegre, Globo.
- PINO, Dino del. Introdução ao estudo da literatura. Porto Alegre,
Movimento:
- PORTELLA, Eduardo. Teoria da literatura. São Paulo, Tempo
Universitário.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. Ritmo e poesia. Rio de Janeiro,
Organizações Simões.
- RAMOS, Maria Luiza. Fenomenologia da obra literária. Rio de
Janeiro, Forense.
- SILVA, Vítor M. Aguiar e. Teoria da literatura. Coimbra, Almedina.
- STAIGER, Emil. Conceitos fundamentais de Poética. Rio de Janeiro,
Tempo Brasileiro.
- WELLEK, R. e Warren, A.. Teoria literária. Madrid, Gredos.

6.5. História da literatura:

- AMORA, Antônio Soares. História da literatura brasileira. São Paulo, Saraiva.
- . O Romantismo. São Paulo, Cultrix.
- ASSIS BRASIL. História crítica da literatura brasileira. A nova literatura. Rio de Janeiro, Americana/MEC.
- AZEVEDO, Filho, Leodegário A. de. Síntese da literatura brasileira. Rio de Janeiro, Gernasa.
- BOSI, Alfredo. pré-Modernismo. São Paulo, Ed. Cultrix.
- CASTELO, José Aderaldo. A literatura brasileira: manifestações da era colonial. São Paulo, Cultrix.
- CESAR, Guilhermino. História da literatura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo.
- CÂNDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira. São Paulo, Martins.
- COUTINHO, Afrânio. Introdução à literatura no Brasil. Rio de Janeiro, São José.
- . A literatura no Brasil. Rio de Janeiro, Sul-Americana.
- GRIECO, Agripino. Evolução da poesia brasileira. Rio de Janeiro, José Olympio.
- . Evolução da prosa brasileira. Rio de Janeiro, José Olympio.
- HAUSER, Arnold. História social da literatura e da arte. São Paulo, Mestre Jou.
- LIMA, Alceu Amoroso. Quadro sintético da literatura brasileira. Rio de Janeiro, Agir.
- . Introdução à literatura brasileira. Rio de Janeiro, Agir.
- MARTINS, M. R.. A evolução da literatura brasileira. Rio de Janeiro, S.E.
- MARTINS, Wilson. O Modernismo. São Paulo, Cultrix.
- MIGUEL PEREIRA, Lúcia. História da literatura brasileira. Prosa de ficção – de 1870 a 1920. Rio de Janeiro, José Olympio/MEC.
- MOTA, A.. História da literatura brasileira. São Paulo, Nacional.

MOISÉS, Massaud. O Simbolismo. São Paulo, Cultrix.

PACHECO, João. O Realismo. São Paulo, Cultrix.

PINTO FERREIRA. Interpretação da literatura brasileira. Rio de Janeiro, s. e.

ROMERO, Sílvio. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro, José Olympio.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da literatura brasileira. Seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

VERÍSSIMO, José. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro, José Olympio.

6.6 Obras Literárias*:

6.6.1. Romance

VEIGA, José J.. Sombra de reis barbudos.
— A hora dos ruminantes.

SCLIAR, Moacyr. O exército de um homem só.

PALMÉRIO, Mário. Chapadão do bugre.

SUASSUNA, Ariano. A pedra do reino.

RIBEIRO, João Ubaldo. Sargento Getúlio.

CARVALHO, José Cândido de. O coronel e o lobisomem.

DOURADO, Autran. O risco do bordado.
— • A barca dos homens.

— • Os sinos da agonia.

ROSA, Guimarães. Grande sertão: veredas.
— • Sagarana.

MARTINS, Cyro. Estrada nova.

* As obras aqui indicadas obedecem a uma ordem cronológica, considerando primeiramente os autores mais próximos. A listagem aqui feita fica apenas a título de sugestão, podendo o professor utilizar aquelas obras que julgar mais válidas para seu trabalho.

LISPECTOR, Clarice. A maçã no escuro.

VERÍSSIMO, Érico. O tempo e o vento.
Incidente em Antares.

FARIA, Otávio de. A tragédia burguesa.

ADONIAS Filho. Léguas da promessa.

AMADO, Jorge. Terras do Sem-Fim.
—— · Mar morto.

PINTO, Aureliano de Figueiredo. Memórias do Coronel Falcão.

PENA, Cornélio. Fronteira.

ANJOS, Cyro dos. Abdias.

RAMOS, Graciliano. Vidas Secas.
—— · São Bernardo.
—— · Angústia.
—— · Infância.

REGO, José Lins do. Fogo Morto.
—— · Banguê.

ALMEIDA, José Américo de. A bagaceira.

ANDRADE, Oswaldo de. Memórias sentimentais de João Miramar.

ANDRADE, Mário de. Macunaíma.

BARRETO, Lima. O triste fim de Policarpo Quaresma.

SIMÕES LOPES Neto. Contos gauchescos e lendas do Sul.

CUNHA, Euclides da. Os sertões.

PAIVA, Manuel de Oliveira. Dona Guidinha do Poço.

AZEVEDO, Aluísio. O Cortiço.
—— · O Mulato.

POMPÉIA, Raul. O Ateneu.

CAMINHA, Adolfo. A normalista.
—— · O bom crioulo.

ASSIS, Machado de. O alienista.
——— Quincas Borba.
——— D. Casmurro.
——— Memórias póstumas de Brás Cubas.

ALENCAR, José de. Lucíola.
——— Iracema.
——— Senhora.
——— O Guarani.

ALMEIDA, Manuel A. de. Memórias de um sargento de milícias.

MACEDO, Joaquim M. de. A moreninha.
——— * O moço loiro.

6.6.2. Conto

Contos de Nélida Pinõn, Dalton Trevisan, Lygia Fagundes Teles, Luís Vilela, Rubem Fonseca, Samuel Rawet, Ricardo Ramos, Flávio José Cardozo, Carlos Carvalho, Caio Fernando Abreu, José J. Veiga, Moacyr Scliar, Tânia Jamardo Faillace, Sérgio Faraco, Clarice Lispector, Ieda Inda, Aníbal Machado, Machado de Assis.

6.6.3 Poesia

Poesias de Armindo Trevisan, Oscar Bertholdo, Luiz de Miranda Carlos Nejar, Lara de Lemos, Mário Quintana, Carlos Saldanha Legendre, Itálico Marcon, César Pereira, Jayme Paviani, Heitor Saldanha, Isaac Starosta, Vinícius de Moraes, Augusto Meyer, Cecília Meireles, Jorge de Lima, Carlos Drummond de Andrade, Cassiano Ricardo, Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida, Augusto dos Anjos, Cruz e Souza, Alphonsus de Guimaraens, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Vicente de Carvalho, Olavo Bilac, Castro Alves, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias, Silva Alvarenga, Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Manuel Botelho de Oliveira, Gregório de Matos, Bento Teixeira.

6.6.4 Crônica

Crônicas de Luiz Fernando Veríssimo, Sérgio Jockymann, Ivete Brandalise, Evelyn Berg, Sérgio da Costa Franco, Ruy Carlos Ostermann, Kenny Braga, Carlos Drummond de Andrade, Dinah Silveira de Queiroz, Fernando Sabino, Stanislaw Ponte Preta, Paulo Mendes Campos, Rubem Braga, Cecília Meireles, Manuel Bandeira.

Elaboração de:

– Geneviève Le Dù

Assessoramento de:

– Nora Ther Thielen
do Instituto de Letras da UFRGS

Colaboração de:

- Beatriz Clezar
- Edela Ires Pilger Utz
- Elsie Corrêa
- Henriqueta M.K. Von Wackerritt
- Maria Amélia Boccanera
- Martha Petrik
- Sara Martins Viola Rodrigues
- Vanderlei Rosa Feijó.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

I. INTRODUÇÃO

I.1 No ensino de 2º grau, o estudo de Língua Estrangeira (de uma ou mais das Línguas Estrangeiras oferecidas pelo estabelecimento como formação geral), é de caráter obrigatório, e consta da parte diversificada do currículo.

I.2 O planejamento deverá obedecer a um princípio de continuidade, tendo em vista que o comportamento de saída do 1º grau guiará o comportamento de entrada no 2º grau.

I.3 Conforme já foi estabelecido no documento da SEC de 1972, as escolas deverão considerar a necessidade da organização de turmas por níveis.

Essa organização obedecerá aos critérios seguintes:

- a) valorização da aprendizagem pregressa do aluno, seja em escola de 1º grau, em centros culturais ou em casa.
- b) As turmas serão divididas em 3 (três) grupos, em função do resultado de testes de avaliação dos conhecimentos do aluno, a saber:
 1. Iniciantes
 2. Iniciados
 3. Médios
- c) As turmas deverão agrupar no mínimo 15 e no máximo 20 alunos, sendo fácil compreender que menos de 15 seria antieconômico, e mais de 20 antipedagógico para o ensino da Língua Estrangeira que se pretende oferecer.
- d) O aluno superdotado, avançado, após verificação dos seus reais conhecimentos, poderá ser dispensado das aulas de Língua Estrangeira ou incentivado a continuar os seus estudos em centros culturais.

II. OBJETIVOS GERAIS

A Língua Estrangeira, como as outras disciplinas, traz enriquecimento, e seu estudo visará a desenvolver no aluno determinadas atitudes que deverão contribuir para o desenvolvimento de sua personalidade.

A Língua Estrangeira terá pois, por objetivo desenvolver no aluno atitudes: valorativa, participativa, criativa, cognitiva e produtiva, como segue:

Valorativa fazer com que o aluno, tomando conhecimento da língua e formas de expressão de outro povo, e também de outra cultura, possa reconhecer o seu valor, estabelecer diferença com o que conhece (sua língua e seu povo), e aprender a valorizar sua herança cultural.

Participativa mostrar-lhe como ser "disponível" e aceitar o outro (o estrangeiro) sem preconceitos, e mais ainda os de sua comunidade com seus hábitos e modos de ser; enfim, através da Língua Estrangeira, iniciar o aluno na arte de conviver.

Criativa revelar ao aluno novas possibilidades de expressão pessoal, dando-lhe outros meios de comunicação, descortinando outras oportunidades para a sua futura profissão e também para o seu enriquecimento interior.

Cognitiva despertar no aluno o desejo de conhecer melhor outros povos, seus hábitos, sua cultura e sua tecnologia, e levá-lo a verificar as possibilidades da utilização dessas informações para o progresso de sua comunidade e seu futuro desenvolvimento profissional.

Produtiva dar ao aluno fundamentação lingüística sólida que lhe permita visualizar a efetiva utilização prática desses conhecimentos em atividades técnicas, culturais ou comerciais.

III. CONTEÚDOS

Os conteúdos que se seguem representam uma indicação dos mínimos de vocabulário e estruturas lingüísticas que se podem exigir para o ensino de Língua Estrangeira nas escolas de 2º grau.

Para que o aprendizado das estruturas siga uma progressão cuidadosa, recomenda-se a máxima cautela na escolha do manual de classe.

NÍVEL I – Estruturas básicas (fixação dos mecanismos), variação dos substantivos e adjetivos, os determinantes.

Iniciação à noção de tempo: Presente, Futuro e Passado.

Flexões dos verbos de mais freqüência nessa etapa.

Vocabulário: Saudações, vestuário e cores, objetos escolares, as posições, horas e datas, a família, os animais, os alimentos, as refeições.

NÍVEL 2 —Discurso direto, discurso indireto, substitutos pessoais, substitutos demonstrativos, oração condicional.

À noção de Presente, Futuro e Passado, acrescentar o Condicional. Uso do Gerúndio.

Vocabulário: A rua, a casa e suas divisões, o corpo humano, os meios de transporte, as viagens, os documentos, dinheiros e compras, as festas.

Nessa etapa introduzir leitura de trecho em linguagem simples sobre assuntos da atualidade e de interesse dos jovens.

NÍVEL 3 —Voz passiva, adjuntos circunstanciais, o Passado e suas formas, (médios) oração condicional, noção de subordinação, os relativos. Uso do Subjuntivo.

Vocabulário: As grandes cidades, as profissões, divertimentos e jogos, a vida na cidade e no campo.
Introdução ao estudo da cultura do país.

Incrementar a leitura de textos.

IV. PROCEDIMENTOS PARA OPERACIONALIZAR AS DIRETRIZES

I.1 O ensino de Língua Estrangeira se fará através de 2 (dois) conjuntos de atividades:

- atividades de decodificação (ouvir, ler)
- atividades de codificação (falar, escrever)

I.2 É aconselhável que sejam adotados, sempre que possível, processos, técnicas e recursos atualizados como: laboratórios de Língua métodos audiovisuais.

Mas não esquecer:

que na falta de um laboratório de Língua, o professor, com um gravador, um projetor e diafilmes, pode realizar um trabalho atraente, eficiente e atualizado.

I.3 Sendo "os códigos da linguagem humana, em prioridade, vocais", é fundamental que a língua oral seja o ponto de partida para o ensino de Língua Estrangeira.

O método estrutural permite ao professor estabelecer uma comunicação oral com a classe, graças a um treino sistemático. Por esse método baseado no princípio da imitação, o aluno será gradativamente levado a:

ouvir
repetir
automatizar
discriminar
reproduzir
responder

e mais adiante:

ler
escrever.

É muito importante que o professor ao abordar o nível 2 tenha em mente dois fatos da realidade brasileira:

- a) O aluno médio terá poucas oportunidades de usar a língua oral fora da escola.
- b) Ele tem e terá à sua disposição grande número de informações escritas na Língua Estrangeira.

Considerando isso o professor deverá preocupar-se em motivá-lo e habilitá-lo a fazer uso dessas informações.

Portanto, a necessidade de decodificar textos escritos torna-se objetivo principal, a partir dessa etapa.

Introduzido à leitura, compreensão e discussão de pequenos textos sobre diversos assuntos, o aluno será levado gradativamente a dominar ao final do nível médio, um vocabulário passivo de 2 a 3 mil palavras na Língua Estrangeira.

V. PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO

I.1 A avaliação da aprendizagem do aluno em Língua Estrangeira obedecerá às normas gerais estabelecidas no Plano Pedagógico ou Regimento da Escola, e às técnico-pedagógicas da SEC.

I.2 Ao final de cada etapa de seu curso o aluno será avaliado quanto ao seu crescimento nas habilidades lingüísticas desenvolvidas:

ouvir
falar

ler
escrever

I.3 A avaliação será feita levando em consideração os níveis mentais de: identificação, descrição, comparação, classificação e aplicação.
O aluno deverá ser capaz de:

IDENTIFICAR, discriminar e reproduzir sons, responder e formular perguntas orais ou escritas.

DESCREVER imagens projetadas (do método audiovisual ou outras), coisas simples que o rodeiam, personagens ou aspectos de um trecho lido.

COMPARAR sons, estruturas, o assunto de um texto com outro, características do seu país e do outro.

APLICAR os conhecimentos adquiridos em: diálogos, ditados, elaboração de parágrafos, resumos, pequenas redações. Enfim, utilizar a língua de forma criativa para expressar idéias e opiniões simples.

I.4 Nessa avaliação, que deve caracterizar-se pela continuidade e abrangência, o professor não pode esquecer de levar em consideração: os objetivos que ele traçou, os critérios estabelecidos (e conhecidos dos alunos), e também o crescimento do aluno na área afetiva e psico-motora.

OBSERVAÇÃO

Como complemento ao seu trabalho, o professor de Língua Estrangeira, em contato com os centros culturais de sua cidade ou cidades mais próximas, poderá organizar projeção de filmes, audição de discos e até mesmo visitas a esses centros, visando a manter vivo no aluno o interesse pela disciplina e motivá-lo para continuar a aperfeiçoar os seus estudos.

Elaboração de:

- Iara Valesca Babot
- Laura Cecília Bohn Lautert
- Vera Maria Thielen

Colaboração de:

- Aglaé Machado de Oliveira
- Ady Borba Cardoso
- Ana Maria de Oliveira Becker
- Beatriz Penczek
- Bernadete Comparsi Apes
- Clecy Pasquetti
- Dalva Tereza Gonçalves
- Delmar Mancuso
- Doris Soares Lubisco
- Esther Lerrer Raizler
- Gladys B. Hencourt Lovatto
- Lires Heller Galina
- Luiz H. Gervasio Lemos
- Lygia Maria Sittoni
- Mainê Maria Valente da Rosa
- Maria Helena Wagner
- Maria Ignez Samarani
- Maria Sara E. de Azambuja
- Marisa Santos Veeck
- Marisa V. Viero de Moraes
- Sylvia M. Torgo Gomes
- Terezinha Abrahão Konkidis
- Vera Agostini

EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

I – INTRODUÇÃO

- 1.1 A Educação Artística, de acordo com o artigo 7º da Lei 5.692/71, tornou-se estudo obrigatório nos Currículos Plenos dos estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus.
- 1.2 No Ensino de 2º Grau, a Educação Artística deve ser desenvolvida como continuidade aos estudos realizados no 1º Grau, observando os princípios da integração e da criatividade enfocados pela referida Lei.
- 1.3 O Currículo de 2º Grau, em Educação Artística, visa a aquisição e sistematização dos conhecimentos e ao desenvolvimento das atividades de livre expressão do aluno.
- 1.4 A Educação Artística, figurando na Educação Geral, se constitui em elemento fundamental de estímulo às aptidões artísticas e à aquisição de pré-requisitos, indispensáveis tanto à formação especial, quanto ao ingresso em cursos no Ensino de 3º Grau.
- 1.5 A Educação Artística será desenvolvida na 1ª série do 2º Grau, salvo possibilidade de a escola ter condições de dar continuidade a essa disciplina, também, ao longo da 2ª e 3ª séries.
- 1.6 Organizada como disciplina, a Educação Artística deve ser planejada nas seguintes modalidades:

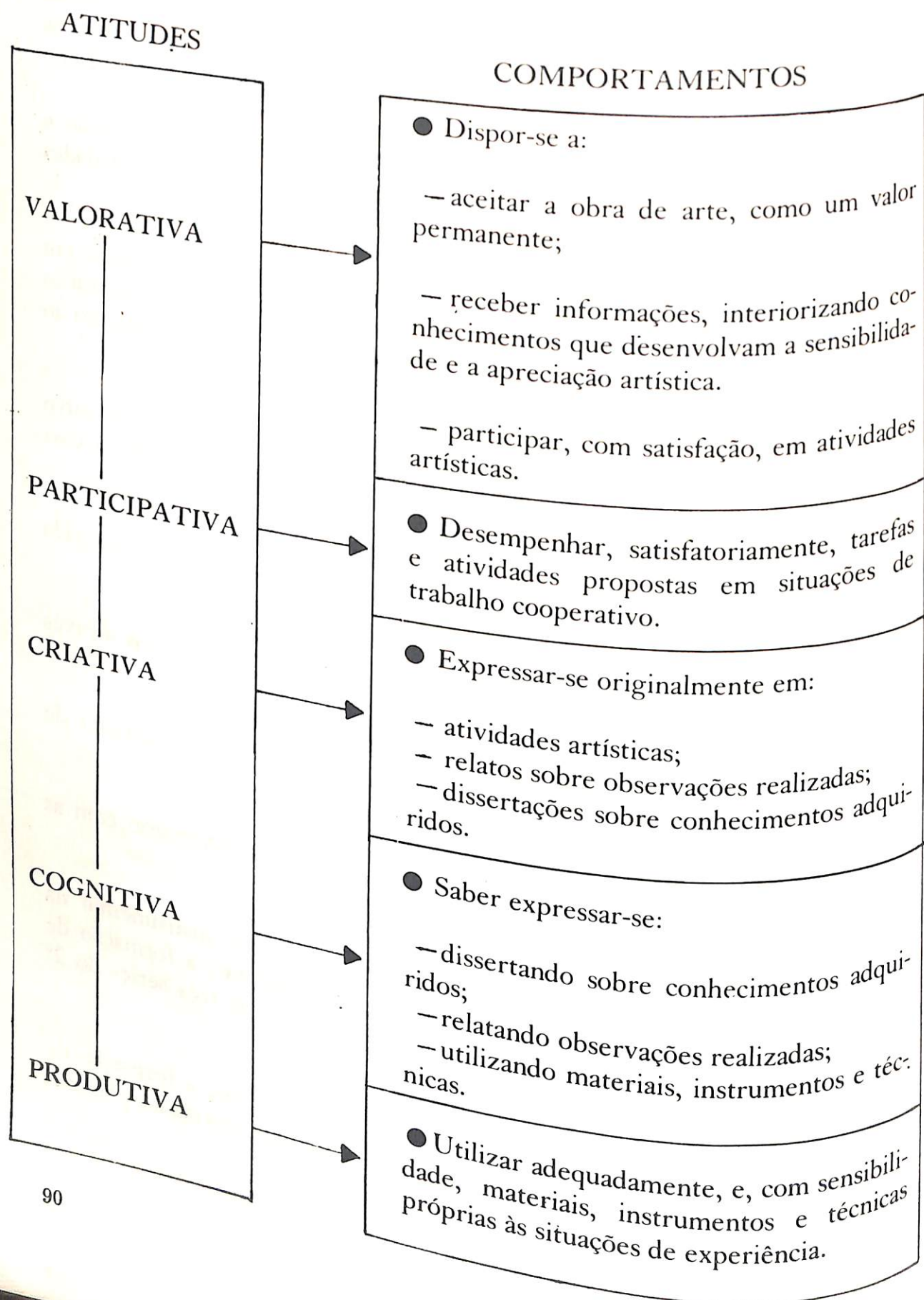
No primeiro semestre visará à aquisição de conhecimentos através dos focos “Arte na Educação” e “Arte no Tempo e no Espaço”.

No segundo semestre visará à auto-expressão do aluno através de atividades artísticas.
- 1.7 É aconselhável que a Educação Artística busque integração com as demais disciplinas que compõem o Currículo Pleno.
- 1.8 Tendo em vista a importância da prática coral e instrumental na escola, recomenda-se, como atividade complementar, a formação de conjuntos que poderão desenvolver-se ao longo das três séries do 2º Grau.
- 1.9 Recomenda-se, ainda, como atividade complementar, a formação de grupos teatrais e o funcionamento de ateliers para atividades plásticas e outras.

1.10 Visando à formação integral do aluno é, também, aconselhável incentivá-lo a assistir espetáculos artísticos bem como a visitar exposições de arte, museus, discotecas e outras instituições culturais.

2 – OBJETIVO GERAL

Desenvolver as potencialidades do aluno através do conhecimento, do processo criativo e da apreciação artística, a fim de possibilitar a estruturação de atitudes evidenciáveis em comportamentos.



3. SUGESTÕES PARA AS ATIVIDADES NO 1º SEMESTRE

3.1 FOCO

- A Arte na Educação.
- A Arte no Tempo e no Espaço.

3.2 OBJETIVOS

Levar o aluno a

- conscientizar a importância da Arte na Educação;
- reconhecer a Arte como expressão criadora;
- desenvolver o senso estético através da observação, apreciação e crítica da obra de arte;
- desenvolver a sensibilidade visando ao enriquecimento de seu mundo interior;
- conhecer as formas de expressão artística;
- conhecer os principais movimentos artísticos, com ênfase na arte contemporânea no Brasil e no mundo;
- compreender a necessidade humana de expressão artística através das culturas;
- identificar manifestações folclóricas e de arte popular.

3.3 CONTEÚDOS

- Fundamentos da Arte na Educação (a educação através da arte).
- Criatividade: fundamentos e conceito, segundo diversos autores.
- A Arte como manifestação de expressão permanente através das culturas.
- Formas de expressão artística: Teatro, Cinema, Literatura, Música, Dança, Artes Plásticas, etc.
- Elementos componentes das Artes: forma, ritmo, harmonia, melodia, som, textura, cor, dimensão, plano, movimento, expressão, espaço, composição, luz e sombra.
- Técnicas, elementos e recursos empregados na expressão artística.
- Relações entre as Artes no Brasil e no mundo.
- Folclore e Arte Popular Nacional e Internacional: músicas, danças, artesanato e festas populares.

3.4 PROCEDIMENTOS

3.4.1 Para operacionalizar as diretrizes referentes ao primeiro semestre.

O primeiro semestre visa à formação básica do aluno no que se refere a:

- sistematização dos conhecimentos sobre obras de arte;
- seu encaminhamento para verdadeiro apreciador de arte;
- sua participação na coleta de elementos que dinamizem as aulas.

Nesse sentido o professor deve:

- a) ressaltar que a Escola de Educação Geral não visa a formar artistas e sim a desenvolver a sensibilidade do aluno para apreciar a obra de arte, dela participando com satisfação;
- b) enfatizar a necessidade do desenvolvimento das potencialidades criativas do aluno, a fim de que ele possa expressar-se com individualidade e sensibilidade;
- c) proporcionar ao aluno uma visão geral do conhecimento das obras mais significativas de cada época em música, artes plásticas, cinema, teatro, literatura, dança, fazendo-o compreender que um estilo ou movimento constitui sempre o reflexo de um contexto sociocultural;
- d) levar o aluno a estabelecer relações entre a evolução das artes no Brasil e no mundo, com ênfase na arte contemporânea;
- e) proporcionar ao aluno uma visão das manifestações folclóricas e da arte popular, em diferentes culturas;
- f) levar o aluno a identificar os elementos, componentes das diversas formas de expressão artística e estabelecer as relações entre os mesmos;
- g) levar o aluno a reconhecer as diferenças entre as técnicas, os elementos e recursos empregados nas diversas formas de expressão artística.

3.4.2 Para a Avaliação

A avaliação em Educação Artística se apoia em situações valorativas que traduzem a interpretação individual da realidade.

No entanto, no primeiro semestre, em se tratando da assimilação de uma expressiva quantidade de conhecimentos, a avaliação da aprendizagem do aluno obedecerá aos critérios adotados pela escola.

4. SUGESTÕES PARA AS ATIVIDADES NO 2º SEMESTRE

4.1. FOCO

- Expressão criadora através de atividades artísticas.

4.2. OBJETIVOS

- Proporcionar, ao aluno, situações que o levem à auto-realização
- através de atividades que desenvolvam a criatividade.
- Oportunizar, ao aluno, situações de experiência com diversas formas de expressão artística, através do contato com técnicas, elementos e recursos próprios de cada expressão.

4.3. ATIVIDADES SUGERIDAS PARA AS SESSÕES DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

- Explorar:

- as cores primárias, secundárias, terciárias, complementares e neutras;
- cores quentes e frias;
- a escala tonal das cores;
- os efeitos cromáticos das cores em objetos e ambientes;
- os efeitos das cores (impressão de aproximação, afastamento, forma, tamanho, peso);
- recursos da natureza para obtenção de anilinas;
- formas planas e tridimensionais;
- texturas de materiais diversos;
- ritmos através de instrumentação corporal;
- sons com materiais diversos como pedaços de madeira, galhos de árvores, folhas secas, água, pedras, talos de mamona, bambu,
- vime, conchas, papéis, plástico em metro, canos de ferro e outros;
- sons através de gravações em rotações diversas;
- harmonia com tubos sonoros, garrafas e copos afinados com água, bambu de diferentes dimensões e outros;
- a harmonia, improvisando vocalmente e/ou com materiais sonoros, através de ostinatos, bordões, cânones rítmicos e melódicos;
- materiais, com vistas à criação de coreografias (bambus, panos, arcos, bastões e outros);
- o movimento para criar coreografias;
- sons onomatopaicos;
- frases quanto à intenção;
- palavras, provérbios, parlendas, quanto a intensidade, altura, duração, ritmo, andamento e expressão;
- diálogos espontâneos;
- leituras: branca (sem nuance), técnica (respeitando o aspecto de pontuação), subjetiva (interpretação);

- o movimento corporal em diversos andamentos e planos de altura;
- as potencialidades do corpo (parciais e totais) para atingir maior sentido cinestésico e expressão estética;
- dentro das atividades dramáticas, os planos:

gestual (coordenação sensório-motora; o sentido cinestésico para uma busca de conscientização estética);

verbal (domínio relativo da linguagem oral; recursos vocais dentro de um plano técnico: respiração, emissão, articulação e dicção para atingir a palavra, além do aspecto fonético ao aspecto interpretativo);

mental (adequação reflexiva);

afetiva (disciplina emocional);

social (relacionamento integrativo);

criador (manifestação das potencialidades de livre expressão);

- a linguagem cinematográfica;
- fontes de iluminação através de lanternas, velas, lâmpadas comuns, lâmpadas de flash, luz de retroprojektor, luz de projetor de slides, spots, luz negra, luzes coloridas utilizando papel celofane;
- ângulos, planos, enquadramento, movimento, luz e sombra através da fotografia.

● Confeccionar:

- fantoches, máscaras, cenários, cartazes, murais, instrumentos utilizáveis em atividades plásticas, como pincéis, estecos, cinzéis e teares;
- instrumentos musicais, como flautas de bambu, xilofones, tambores de pele e demais instrumentos de percussão.

● Compor:

- trabalhos plásticos bi e tridimensionais, jingles, montagens fotográficas, montagens de cenários através de slides, trilhas sonoras, audiovisuais;
- histórias em quadrinhos e charges;
- melodias, ritmos e harmonias.

● Realizar:

- pinturas, desenhos, recortes e colagem, colagens, modelagens, esculturas, entalhes, montagens (estruturas) e outros;
- coreografias e danças;
- técnica vocal;
- atividades de canto em conjunto;
- prática instrumental;
- teatro de fantoches;
 - teatro de sombra viva e chinesa;
- mímica e pantomima (animista, caricatural, etc.);
- jogos dramáticos;
- improvisações (mímica e verbal);
- coro falado (de textos em prosa ou poéticos);
- dramatização de fatos e situações correlacionados com outras disciplinas;
- dramatização de textos elaborados ou não pelos próprios alunos;
- teatro colagem (no qual o grupo reúne informações sobre determinado assunto, elabora um plano seqüencial e o dramatiza).

4. 4. PROCEDIMENTOS

4.4.1 Para operacionalizar as diretrizes referentes ao segundo semestre - ATIVIDADES ARTÍSTICAS

O segundo semestre deve se constituir num verdadeiro laboratório de experiências, quando o aluno terá oportunidade de entrar em contato com as mais diversas técnicas, elementos e recursos.

Nesse sentido o professor deve proporcionar, ao aluno, a vivência de situações que o levem

- ao crescimento nas diferentes formas de expressão artística;
- a expressar-se livremente, com criatividade;

Para que as atividades artísticas se constituam efetivamente em experiências significativas, o(s) professor(es) de Educação Artística deve(m)

- a) fazer o planejamento em conjunto;
- b) orientar o trabalho do aluno, participando com interesse no seu desenvolvimento;
- c) levar o aluno a aprofundar seus conhecimentos sobre técnicas já vivenciadas por ele no 1º Grau, bem como proporcionar-lhe experiências com novas técnicas;
- d) estimular o aluno a aproveitar sobras de materiais, bem como materiais já anteriormente utilizados com outros fins, com o objetivo de desenvolver seu senso de economia e de levá-lo a valorizar qualquer material como recurso para sua expressão criadora;
- e) lembrar que proposições com poucos materiais, em tarefas sugeridas, levam o aluno ao crescimento em sua capacidade de achar soluções e, conseqüentemente, em sua criatividade.
- f) dividir as turmas, sempre que possível, para um melhor atendimento.

Observação

A participação nas atividades artísticas deve contribuir para o enriquecimento da vida do aluno, de tal modo que os conhecimentos adquiridos e as situações vivenciadas por ele continuem presentes em sua vida profissional e em suas horas de lazer, como atitudes permanentes, embasadas em valores interiorizados.

4.4.2. Para a Avaliação

Partindo do objetivo geral de que a Educação Artística deve desenvolver as capacidades do aluno através do processo criativo e da apreciação artística, a ênfase da avaliação deverá estar voltada mais para o processo da realização e menos para o produto final dessa realização.

Sendo a avaliação um processo contínuo e progressivo, que se realiza a cada momento, deve o professor observar o aluno, em sua participação, desde as primeiras atividades artísticas.

A qualidade do trabalho do aluno é sempre inerente à sua capacidade de expressão, não devendo o professor exigir um produto além dessa capacidade.

É importante, outrossim, que no decorrer das atividades artísticas, a avaliação seja realizada não só pelo professor mas, também, pelo próprio aluno, o que favorecerá o desenvolvimento de sua capacidade de assumir tarefas.

Na avaliação das atividades criadoras, o desempenho do aluno será considerado satisfatório se ele revelar crescimento nos seguintes aspectos:

- criatividade;
- interesse e contribuição pessoal;
- disciplina;
- assiduidade;
- pontualidade;
- responsabilidade;
- espírito de ordem;
- capacidade de enfrentar situações novas;
- ajustamento ao trabalho de grupo;
- desenvolvimento de habilidades.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- ANDRADE, Mário de. Pequena História da Música. 5. ed., Porto Alegre, Martino, 1958.
- ANDRES, Maria Helena. Vivência e Arte. Rio de Janeiro, Agir, 1966.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. Cultura Popular Brasileira. 2. ed., São Paulo, 2 Melhoramentos, 1973.
- BARBOSA LESSA & PAIXÃO CORTES. Danças e Andanças da Tradição Gaúcha. Porto Alegre, Garatuja, 1975.
- BARDI, P.M. História da Arte Brasileira. São Paulo, Melhoramentos, 1975
- BLOCH, Pedro. Problemas da Voz e da Fala. Rio de Janeiro, Letras e Artes, s.d.
- BORBA FILHO, Hermilo. História do Teatro. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, s.d.
- CARPEAUX, Otto Maria. Uma Nova História da Música. Rio de Janeiro, Zahar, s.d.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro, M.E.C., I.N.L., 1962, V. 1 e 2.
- CAVALCANTI, Carlos. Como Entender Pintura Moderna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- . Dicionário Brasileiro de Artes Plásticas. Brasília, MEC, INL, 1973, 1º V.
- . História das Artes. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, 1º V.
- . História das Artes. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, 2º V.
- CHALANGUIER, Claude & BOSSU, Henri. A Expressão Corporal (Método e prática). São Paulo, Rio de Janeiro, Difel, 1975.
- COLODA, Santos & VIAN, Itamar. Cinema e TV no Ensino. Porto Alegre, Sulina, 1972
- FISCHER, Ernest et alii. Sociologia da Arte. Rio de Janeiro, Zahar, 1966, 1º V.

- FRANCASTEL, Pierre et alii. Sociologia da Arte. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, 2º V.
- GOUVEA, Ruth. Recreação. 2. ed., Rio de Janeiro, Agir, 1967.
- KNELLER, George F. Arte e Ciência da Criatividade. São Paulo, IBRASA, 1968.
- LEENHARDT, Pierre. A Criança e a Expressão Dramática. São Paulo, Estampa, 1974.
- LEITE, Luiza Barreto. Teatro e Cultura. Rio de Janeiro, Brasília, 1976.
- LOWENFELD, Viktor & BRITTAIN, W. Lampert. Desarrollo de la Capacidad Creadora. Buenos Aires, Kapelusz, 1972.
- LUIZ HEITOR. 150 anos de Música no Brasil: 1800-1950. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
- MAGALDI, Sábato. Iniciação ao Teatro. São Paulo, DESA, 1965.
- MARIZ, Vasco. Figuras da Música Brasileira Contemporânea. 2. ed., Brasília, Universidade de Brasília, 1970.
- MARTIN, Marcel. A Linguagem Cinematográfica. Belo Horizonte, Itatiaia, s.d.
- MOUSSINA, Leon. História do Teatro das Origens aos Nossos Dias. Portugal, Bertrand, 1957.
- NOVAIS, Maria Helena. Psicologia da Expressão Criadora. 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1972.
- NUNES, Lília. Cartilhas de Teatro 11. Manual de Voz e Dicção. Rio de Janeiro, S.N.T., 1972.
- OSBORN, Alex. O Poder Criador da Mente, 3. ed., São Paulo, IBRASA, 1972.
- OSBORN, Arold. Estética e Teoria da Arte. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, Cultrix, 1968.
- PONTUAL, Roberto. Dicionário das Artes Plásticas no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- READ, Herbert. Educación por el Arte. 5. ed., Buenos Aires, Paidós, 1973.
- O Sentido da Arte. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- Filosofia del Arte Moderno. Buenos Aires, Penser, 1960.

- RICE, Elmer. Teatro Vivo. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura S.A. 1959.
- RITTNER, Maurício. Compreensão de Cinema. São Paulo, DESA, 1965 (Coleção Buriti).
- SÁ, Irene Tavares de. Cinema e Educação. Rio de Janeiro, Agir, 1967.
- SALZAMAN, Eric. Introdução à Música do Século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- SCHMIDT, Maria Junqueira. Educar pela Recreação. 3. ed., Rio de Janeiro, Agir, 1964.
- SMALL, Michel. El Niño Actor y el Juego de Libre Expresión. Buenos Aires, Kapelusz, s.d.
- SOUZA, Enéas de. Trajetórias do Cinema Moderno. 2. ed., Porto Alegre, A Nação, IEL-DAC-SEC, 1974.

Elaboração de:

– Eloah Loyre Fritsch Brum

Colaboração de:

- Aileda B. de Faria
- Alice Opala
- Antonio Zauri Motta Pazinato
- Catharina Pereira
- Claudina Pinheiro
- Fandila Reginatto
- Luiza Copstein Waldemar
- Maria Lúcia L. dos Santos
- Maria Sirley Atanázio
- Mário Roberto Generosi Brauner
- Marisa Machado
- Marlene Richter
- Neda S. dos Santos
- Regina Maria Dias
- Rosa Maria Steffen
- Vera W. Campos
- Viro José Ames

EDUCAÇÃO FÍSICA

1 – INTRODUÇÃO

1.1. A Educação Física no 2º grau deverá atender ao princípio de continuidade, considerando-se que o comportamento de saída do 1º grau será necessariamente o comportamento de entrada para o 2º. Estabelece-se, nessas condições, a integração vertical, confere-se maior ênfase à sistematização das aprendizagens anteriores, uma vez que o currículo de 2º grau está organizado sob forma de disciplina.

1.2. “No 2º grau, a Educação Física caracterizar-se-á: por atividades que contribuam para o aprimoramento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe, pelo emprego útil do tempo de lazer, uma perfeita sociabilidade, a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade, a aquisição de novas habilidades, o estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios”.

“Quanto à composição das turmas, 50 alunos do mesmo sexo, preferencialmente selecionados por nível de aprendizagem física”.

(Dec. Federal nº 69.450 de 1º de Novembro de 1971 – Título II – art. 3º inciso II e Título IV – art. 5º inciso III)

1.3. Far-se-á o ensino de Educação Física através de quatro conjuntos de atividades:

- Desportos
- Ginástica Geral
- Danças
- Recreação

1.4. A atividade desportiva deverá ter maior enfoque, eis que atende às exigências biológicas, psicossociais e intelectuais do adolescente; oportuniza a continuidade da prática desportiva no 3º grau; possibilita sua opção como atividade para o lazer, compensando a vida sedentária do homem moderno.

Não deverá, no entanto, ser subestimada a Ginástica, a Dança e a Recreação.

1.5. Os objetivos caracterizados nestas diretrizes, elaborados a nível de Secretaria, deverão ser operacionalizados pelos professores no início de cada aprendizagem (Unidade Aula).

- 1.6. Nas escolas onde houver número suficiente de especialistas em Educação Física, poderá haver, no mesmo horário, atendimento a uma ou mais turmas subdivididas em grupos homogêneos, quanto à habilidade e conhecimento, para melhor aproveitamento por parte do Educando.
- 1.7. Os métodos e técnicas utilizados pelo professor de Educação Física, deverão atender sempre que possível, situações variadas de aprendizagem, enfatizando as atividades do aluno.
- 1.8. O professor de Educação Física planejará seu trabalho, sempre que possível, relacionando-o com as demais disciplinas que compõem o currículo pleno do 2º grau, oportunizando assim um enriquecimento a suas aulas.

2 – OBJETIVO GERAL

Considerando que a Educação Física envolve o educando em seu todo, isto é, em seu ser biológico, sociológico, psicológico e intelectual, é objetivo dessa disciplina, no Ensino de 2º Grau, proporcionar ao aluno condições para o aprimoramento de suas capacidades físicas de ação e de expressão.

3 – COMPORTAMENTOS DE SAÍDA

Ao ingressar no 2º grau, o aluno deverá aprimorar as habilidades, conhecimentos e técnicas, já desenvolvidas no 1º grau, mas visando sempre a novas aprendizagens.

Assim, respeitando as diferenças individuais, ao longo do processo de ensino de 2º grau na disciplina de Educação Física, o aluno, gradativamente, deverá tornar-se capaz de: identificar e/ou descrever, comparar, classificar, concluir, aplicar e/ou executar com vistas à concretização de atitudes valorativa, participativa, criativa, cognitiva e produtiva.

QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES

Níveis de Comportamento Foco	Identificar e/ou Descrever	Comparar	Classificar	Concluir que:	Aplicar e/ou Executar
GINÁSTICA	● história da Educação Física (noções gerais);	● atividades físicas do homem pré-histórico e as do homem moderno;	● meios, dos quais a Educação Física, se utiliza, segundo suas características;	● a atividade física, é uma necessidade básica do homem; ● as atividades de Educação Física oportunizam situações de demonstrar suas características pessoais, a livre manifestação de alegria, entusiasmo e emoção;	– atividades de Educação Física: ● evidenciando aquisição de embasamento teórico; ● estabelecendo relações entre o desenvolvimento das qualidades físicas e a atividade motriz; ● buscando satisfazer a necessidade de liberação e auto-expressão; ● selecionando a que conjuguem interesses com possibilidades;
	● instalações, material e equipamento, destinados às atividades de Educação Física;	● material quanto: – volume, – peso, – forma;	● material, instalações e equipamentos tendo em vista suas finalidades;	● para o desenvolvimento normal das atividades, determinadas condições precisam ser atendidas;	– atividades de Educação Física: ● demonstrando destreza no manuseio de bolas, arcos, cordas, pelotas, bastões, etc.; ● com o auxílio do companheiro; ● manifestando interesse na confecção e conservação do material;
	● o vocabulário específico;	● termos tendo em vista o significado;	● terminologia esportiva segundo a modalidade;	● para uma eficiente expressão escrita e oral é necessário conhecer o vocabulário específico;	● o vocabulário específico, expressando-se com objetividade;

Níveis de Comportamento Foco	Identificar e/ou Descrever	Comparar	Classificar	Concluir que:	Aplicar e/ou Executar
- exercícios: nomenclatura, técnicas de execução, finalidades, importância; - exercícios e atividades naturais e utilitários;	- exercícios que atuam de forma especial em determinados segmentos do corpo com os que exigem uma solicitação geral do organismo tendo em vista: — intensidade; — ritmo; — atração; — finalidade;	exercícios, quanto às qualidades físicas que desenvolvem: coordenação, força "endurance", resistência, flexibilidade, relaxamento, velocidade, equilíbrio, agilidade;	- existem diversas formas de trabalho para manter ou desenvolver a condição física; - conhecer e usar o corpo com eficiência implica em maior rendimento com menor gasto de energia, quer nas atividades cotidianas, quer em situações problemáticas, surgidas em qualquer momento da vida e cuja solução exige preparo físico;	- exercícios que exijam solicitação total do organismo: estimulação da circulação e respiração, desenvolvimento e fortalecimento muscular e orgânico; elasticidade muscular; fortalecimento e mobilidade das articulações; equilíbrio; - exercícios e atividades naturais e utilitários; - movimentos adequados à mecânica corporal em atividades da vida diária em família, no trabalho e na recreação; - exercícios para a manutenção da forma física visando as atividades que pratica;	- exercícios de descontração ou relaxamento evitando contrações musculares desnecessárias para a ação desejada; - os "princípios técnicos essenciais" ao praticar atividades físicas; - o ritmo individual e coletivo adequado à ação exigida;
- exercícios de descontração ou relaxamento: — estático; — dinâmico; - exercícios básicos das técnicas de correr, saltar e arremessar; - importância do ritmo nas atividades físicas;	- graus (intensidade) de relaxamento muscular entre si; - graus de eficiência nos gestos e movimentos desportivos; - os "princípios técnicos essenciais" quanto a eficiência dos gestos e movimentos desportivos; - exercícios executados em diferentes ritmos, quanto ao ritmo de execução ótimo (sob o ponto de vista fisiológico e mecânico);	- descontração ou relaxamento: — descontração diferencial; — descontração total; - habilidades de correr, saltar e arremessar, tendo em vista as diferentes formas de atividade física; - fases rítmicas que compõem o movimento: — estímulo; — explosão; — término;	- os exercícios de relaxamento são úteis para aumentar o rendimento nas atividades físicas e para aliviar as tensões emocionais; - a preparação física é indispensável à prática desportiva; - existem diferenças entre o ritmo individual (natural), coletivo (determinado) e o ritmo do próprio movimento;	- exercícios de descontração ou relaxamento evitando contrações musculares desnecessárias para a ação desejada; - os "princípios técnicos essenciais" ao praticar atividades físicas; - o ritmo individual e coletivo adequado à ação exigida;	- exercícios de descontração ou relaxamento evitando contrações musculares desnecessárias para a ação desejada; - os "princípios técnicos essenciais" ao praticar atividades físicas; - o ritmo individual e coletivo adequado à ação exigida;

GINÁSTICA

Níveis de Comportamento Foco	Identificar e/ou Descrever	Comparar	Classificar	Concluir que:	Aplicar e/ou Executar
GINÁSTICA	● Ginástica Rítmica — as características fundamentais — a totalidade do movimento, — o desenvolvimento fluente e rítmico dos movimentos, — a expressão do sentimento através do gesto-movimento, — a simplicidade e naturalidade do movimento; — as forças geradoras de movimento: molejar e impulsionar; ● a capacidade de receber e interpretar os estímulos do mundo exterior e do próprio corpo (percepção);	● a relação fluente e rítmica entre o aparelho manual e a executante; ● a percepção de si próprio — de seu corpo através dos órgãos dos sentidos;	● as formas básicas de movimento: andar, correr, saltar (saltitar) lanchar, aparar, "quicar", bater (percutir) balançar, rolar, etc; ● as relações perceptivas: — a percepção do próprio corpo imagem corporal (esquema corporal), — percepção do espaço (posição no espaço, relações espaciais), — percepção temporal (discriminação auditiva, seqüências temporais), — percepção visual (coordenação viso-motora, figura-fundo, constância perceptiva); ● a ioga em: — tradicional, — elementar.	● a essência e base da ginástica moderna consiste na educação do movimento; ● o aperfeiçoamento da percepção representa uma significativa melhoria no nível de desempenho pessoal, pois é através dela que se estabelece a relação entre o ser humano e o ambiente; ● a prática da ioga elementar aumenta a capacidade de concentração, aperfeiçoa o autodomínio, estimula a circulação sanguínea, educa o ritmo respiratório, desenvolve a flexibilidade muscular, a coordenação neuro-muscular e favorece o equilíbrio psico-físico.	● as formas de movimento com ou sem material, evidenciando domínio do mecanismo corporal; ● movimentos, jogos de movimento, composições, com criatividade; ● movimentos com senso rítmico e estético (individual ou coletiva); ● exercícios, sem ou com deslocamentos evidenciando domínio das habilidades perceptivas; ● as relações perceptivas em todas as formas de atividade física; ● exercícios da ioga elementar.
	● a ioga elementar como uma das formas de ginástica que contribui para o domínio das faculdades corporais e espirituais.				

D A N Ç A S

Níveis de Comportamento	Identificar e/ou Descrever	Comparar	Classificar	Concluir que:	Aplicar e/ou Executar
Foco	o corpo como instrumento de expressão individual e de comunicação intra e interpessoal;	- a auto-expressão através do movimento corporal quanto a: - formas de execução, - domínio do mecanismo corporal, - expressividade, - comunicação, - ritmo, - criatividade, - estética;	- as formas de comunicação verbal e não verbal; - formas de expressão através da ação corporal: - coreográficas; - dramáticas, - esportivas, - recreativas, - gimnicas, - gestual;	- é importante saber comunicar-se com o próprio corpo, para depois comunicar-se com outrem; - o movimento corporal e a dança são linguagens não verbais e universais;	- movimentos corporais: - com sensibilização, conscientização e integração, - integrando o espaço (parcial, total, pessoal e social), - interpretando temas musicais, textos, elementos da natureza, sensações e estados anímicos, - em planos rítmicos coletivos, - expressando-se com criatividade, - comunicando-se, - criando ritmos através da instrumentação corporal;
	- danças: - educacional criativa (expressão corporal), - livre, - folclórica, - social, etc;	- danças de livre expressão com as coreografias pré-estabelecidas, nos seguintes aspectos: - técnicas de execução, - ritmo, - liberdade de movimentos, - expressão de emoções e idéias, - estímulos à imaginação, - criatividade;	- danças em: - educacional criativa (expressão corporal), - livre, - folclórica, - social;	ao dançar exterioriza vitalidade e satisfaz seus impulsos físicos, mentais e emocionais;	- movimentos em diferentes ritmos, utilizando estímulos com instrumentos rítmicos e/ou instrumentação corporal; - interpretando temas livres; - a capacidade criativa na composição de coreografias; - expressando-se pela ação corporal, de forma criativa, com ou sem estímulos musicais; - danças em geral que expressem a coordenação mental-emocional e corporal com naturalidade;
	danças folclóricas: origem, indumentária, passos básicos coreografia, melodia, ritmo e letra (quando cantada);	danças entre si, segundo: origem, indumentária, música, coreografia, passos e movimentos básicos;	- danças do folclore: - regional, - nacional, - internacional;	as danças folclóricas além de propiciarem a educação do movimento no sentido rítmico, oportunizam situações de desenvolvimento pessoal e social;	- movimentos: - com desenvoltura, conjugando vivências espacial e rítmica, - associando música, palavra e ação corporal;

Níveis de Comportamento	D A N Ç A S				
	Identificar e/ou Descrever	Comparar	Classificar	Concluir que:	Aplicar e/ou Executar
	● fatos folclóricos do Rio Grande do Sul: danças, músicas, instrumentos musicais, artesanato, literatura(contos), lendas, quadrinhas, linguajar, comparações, etc) culinária, festas populares, etc; ● contribuições da dança à ginástica, desportos, recreação e à cultura.	● danças de origem portuguesa, alemã, italiana e outras, quanto à coreografia, indumentária e música; ● a dança com a ginástica e desportos, nos aspectos: biológicos, psico-social, intelectual e recreativos.	● as danças folclóricas do Rio Grande do Sul tendo em vista a sua organização: coletivas, individuais, pares soltos e enlaçados (dependentes e independentes); ● quanto a finalidades: atividade educativa, recreativa, artístico-cultural e social.	● as danças folclóricas e os desportos colaboram na concientização dos valores socioculturais e integram seu Estado e sua Nação no contexto universal; ● as danças são formas culturais de expressão individual e coletiva.	● danças do folclore gaúcho conhecendo o contexto em que as mesmas estão inseridas; ● danças, apreciando e valorizando as tradições culturais; ● danças em conjunto ou individuais.

DESPORTOS

Níveis de Comportamento Foco	Identificar e/ou Descrever	Comparar	Classificar	Concluir que:	Aplicar e/ou Executar
	● desportos: origens, terminologia, fundamentos, técnicas, regras, táticas;	● as técnicas dos fundamentos de um desporto com as de outro; ● habilidades em diferentes desportos;	● desportos, considerando: — o número de participantes, individuais e coletivos (equipes), — meio físico em que é praticado, — aspecto social (profissional e amador), — sexo, ● fundamentos individuais e os fundamentos em conjunto;	● os desportos atuam sobre o desenvolvimento biopsicossocial do participante, contribuindo assim para o desenvolvimento integral;	● nas práticas desportivas, o treinamento e fixação dos gestos e movimentos desportivos; ● táticas; ● práticas desportivas, evidenciando condições físicas e eficiência técnica (no mínimo, dois desportos coletivos e um individual); ● praticando razoavelmente outros desportos; ● apreciando competições desportivas, jogos e demonstrações de ginástica, concentrações cívicas, sociais e artístico-culturais, mantendo atitudes condizentes, autocontrole e respeito ao próximo;
	● resistência aeróbica e resistência anaeróbica:	● resistência aeróbica e anaeróbica quanto à validade na prática desportiva;	● modalidades desportivas quanto ao tipo de resistência: aeróbica e anaeróbica;	● a exigência do tipo de resistência varia com a modalidade desportiva;	● a resistência aeróbica e anaeróbica nas práticas desportivas;
	● atletismo: corridas, saltos, lançamentos, arremesso, marchas, pentatlo e decatlo;	● modalidades e estilos de saltos; ● modalidades de corridas, lançamentos e arremessos quanto a execução;	● provas de: — campo, — pista;	● o atletismo é considerado o "esporte-base";	● saltos, corridas, lançamentos e arremesso;
● organização de competições (processos);	● processos para organizar competições entre si; ● tarefas de desempenho de arbitragem entre si;	● funções da equipe de arbitragem e organizadores; ● instalações, material e equipamento desportivo;	● a organização e realização de competições se embasam em técnicas, regras e regulamentos;	● participando de atividades desportivas como: jogador, organizador, dirigente, árbitro, divulgador, espectador consciente;	

Níveis de Comportamento	DESPORTOS				
	Identificar e/ou Descrever	Comparar	Classificar	Concluir que:	Aplicar e/ou Executar
	o espírito de equipe, espírito de esportividade;	- desempenho de uma equipe com o desempenho da equipe adversária, nos aspectos: - técnicos, - capacidade de luta, - respeito ao companheiro, etc; - liderar com ser liderado;	- a prática desportiva nos aspectos: - competitivo, - recreativo;	- se joga e se luta com o adversário e não contra ele; - a maior resistência oferecida por este faz crescer as oportunidades de demonstrar seus próprios valores técnicos e humanos e os do adversário, levando ao desenvolvimento do espírito de tolerância, base da educação democrática;	- ao obedecer regras; - ao tecer comentários críticos e objetivos à própria equipe; - em ações que solucionem situações problemáticas, configuradas em jogos e desportos; - ajustando-se ao grupo para o bom desempenho do mesmo; - na conduta social, transferindo regras e formas de atuação, em situações concretas;
	as modalidades desportivas que integram a programação: Escola; Comunidade; Campeonato Estudantil Gaúcho; Jogos Intermunicipais do RS; Jogos Estudantis Brasileiros e Jogos Olímpicos;	a programação das modalidades desportivas que integram as competições, entre si;	- as referidas competições quanto à organização: - categorias, - modalidades, - sexo, - condições de participação;	- atuar numa equipe desenvolve o senso de responsabilidade, o equilíbrio emocional e o relacionamento interpessoal e grupal; "Saber vencer e perder" é uma filosofia de vida;	participando de atividades sociais, cívicas, artístico-culturais, desportivas e recreativas de maneira adequada em termos de: postura, atenção seletiva, cooperação, desempenho de papéis e exercício de liderança positiva;
	órgãos dirigentes dos desportos: âmbito municipal, estadual, nacional e mundial;			os desportos possuem órgãos legisladores e fiscalizadores;	conhecendo como estão organizados os desportos;
	Jogos Olímpicos e/ou Campeonatos Mundiais: fatos históricos, evolução;	fatos históricos brasileiros relacionados com a participação nos Jogos Olímpicos e/ou Campeonatos Mundiais.	modalidades esportivas em que os brasileiros se destacaram.	o desporto é um meio de comunicação entre os povos, caracterizando-se por regras de caráter disciplinador, aceitas internacionalmente.	- estruturando uma mentalidade desportiva: - ao realizar entrevistas com elementos da escola e da comunidade, envolvidos em atividades desportivas e/ou recreativas, - ao organizar murais ou outras formas de divulgar eventos desportivos, destaques, etc.
	os destaques desportivos individuais e/ou coletivos no âmbito municipal, estadual e nacional.				

Níveis de Comportamento		Identificar e/ou Descrever	Comparar	Classificar	Concluir que:	Aplicar e/ou Executar
Foco		as características da recreação;	atividades recreativas tendo em vista a solicitação do esforço físico;	modalidades de atividades recreativas;	a recreação é uma das formas universais de ocupação para o lazer;	as práticas recreativas e competitivas no aproveitamento sadio das horas de lazer;
		atividades recreativas em geral;	- atividades recreativas entre si; - atividades recreativas ao ar livre com as realizadas em ambiente fechado tendo em vista as experiências que oferecem;		as diferentes formas de atividade física – em especial as danças e os desportos – oportunizam o desenvolvimento da capacidade recreativa e alargamento do campo expressivo;	- participando e apreciando, como espectador esclarecido: de apresentações de ginástica, de danças, de competições esportivas e espetáculos desportivos e artísticos; - organizando com espírito lúdico: torcidas, equipes, competições, torneios, campeonatos, clubes, grupos de danças, gincanas, excursões, visitas a parques esportivos, sedes campestres, parques florestais, atividades ao ar livre, caminhadas, campismo, acampamentos, e acantonamentos, etc;
		atividades de Educação Física e atividades recreativas.	atividades de Educação Física com atividades recreativas, tendo em vista as características da recreação.		- as atividades de recreação em vista dos aspectos que lhe são inerentes (livre opção, alegria) também oportunizam condições de desenvolvimento pessoal e social; - a concretização do valor da Educação Física, na formação integral, evidencia-se, quando a atividade física é procurada espontaneamente, dentro e fora da escola.	- atividades desportivas nos aspectos competitivos e recreativos; - atividades de Educação Física como uma das formas de usufruir um lazer enativo e sadio.

RECREAÇÃO

S A Ú D E

Níveis de Comportamento	Identificar e/ou Descrever	Comparar	Classificar	Concluir que:	Aplicar e/ou Executar
Foco	● as medidas do seu corpo; — de crescimento (peso e altura); ● a contagem do ritmo cardíaco: no pulso e na carótida; ● sinais de fadiga física; ● a respiração correta;	● suas medidas de peso e altura, sistematicamente, em função de padrões de crescimento sadio; ● a frequência do ritmo cardíaco antes, durante e após a atividade física; ● a influência da atividade física no desenvolvimento dos aparelhos cardíaco-vascular e respiratório;	● em: normolineo, longelineo, brevilíneo; ● sinais de fadiga física; ● tipos de respiração: — costal superior (clavicular), — intercostal (torácica), — abdominal, diafragmática (profunda);	● precisa perceber, compreender e acompanhar o crescimento físico; ● é necessário saber preparar-se e dosar o esforço físico, conforme preparo físico existente; ● a respiração correta e a atividade física diária é uma das formas de conservar a saúde;	● registrando sistematicamente suas medidas de crescimento; ● praticando atividades físicas condizentes com suas possibilidades; ● evidenciando uso eficiente do aparelho respiratório;
	● sua aptidão física;	● qualidades físicas considerando o desempenho pessoal;	● exercícios para manter e/ou desenvolver a aptidão física;	● para manter e/ou desenvolver a aptidão física, torna-se necessário conhecer e praticar diversas formas de atividade física, selecionando-as de acordo com suas capacidades, possibilidades e interesses;	● exercícios e atividades físicas para desenvolver e/ou aprimorar a aptidão física;
	● as características da boa atitude corporal (bons hábitos posturais);	● a postura correta: ao ler, escrever, falar, ouvir, cantar, andar, realizar exercícios físicos; em atividades esportivas, artísticas-culturais, sociais, cívicas, recreativas e na vida cotidiana;	● os desvios de coluna (noções gerais); ● exercícios para desenvolver a musculatura do tronco;	● os desvios de coluna podem se originar também, de posturas incorretas; ● são indispensáveis bons hábitos posturais nas atividades em geral, para a manutenção da saúde e maior eficiência com menor gasto de energia;	● exercícios para manter a boa postura (bons hábitos posturais); ● mantendo bons hábitos posturais nas atividades da vida cotidiana e/ou profissionais;

Níveis de Comportamento Foco	Identificar e/ou Descrever	Comparar	Classificar	Concluir quer:	Aplicar e/ou Executar
S A Ú D E	● os procedimentos adequados para prevenir acidentes; ● uso adequado do material e conservação do mesmo;	● condições de segurança a serem tomadas de acordo com a situação;	● os procedimentos adequados para o atendimento urgente a pessoas acidentadas (primeiros socorros);	● para auxiliar pessoas acidentadas não é suficiente possuir iniciativa, mas saber como proceder;	● empregando medidas básicas para segurança contra acidentes; ● procedendo de forma adequada em situações que exijam prontidão no atendimento a pessoas acidentadas;
	● hábitos e atitudes de vida sadia.	● hábitos e atitudes de vida sadia segundo suas características.	● hábitos e atitudes de vida sadia considerando: higiene corporal e do vestuário; a alimentação apropriada e horários adequados; o equilíbrio entre repouso, trabalho e recreação; atividade física racional e adequada; atividades de lazer.	● fixar o hábito do esforço físico e hábitos de vida sadia, significa traçar a meta para uma longevidade sadia e ativa.	● fixando hábitos e atitudes de vida sadia; ● responsabilizando-se pela sua saúde.

4 – PROCEDIMENTOS PARA O ENSINO

As diretrizes Curriculares apresentam diretrizes gerais, conferindo-se ao professor a tarefa de elaborar o planejamento, com a seleção e operacionalização dos objetivos propostos.

Os procedimentos de ensino são meios adequados à consecução dos objetivos. Importante, pois, é a elaboração cuidadosa desses procedimentos.

– Na execução dos Procedimentos de Ensino aplicar-se-ão aquelas técnicas de trabalho que melhor atendam aos objetivos vivenciais dos alunos.

Esses objetivos se revelam em diversas situações consideradas individual, grupal e comunitariamente.

Situações individuais consistem na intensidade e complexidade da atividade física.

Por ser intensiva e complexa tal atividade, será ela desenvolvida, levando-se em conta as condições físicas de cada um.

Situações grupais e comunitárias são aquelas que integrarão o aluno a uma comunidade ou grupo.

Os requisitos que podem se apresentar diante desse binômio de situações, são entre outros, os que seguem:

a) na individualização:

- constatação da necessidade de auxílio recíproco;
- a prática da atividade em consonância com as possibilidades de cada um, considerado o grau de dificuldades a ser superado;
- o interesse individual;
- a graduação diversificada na execução de exercícios, tendo em vista as habilidades físicas e ritmo individual de aprendizagem.

b) a divisão da turma em grupos, estabelecendo diferenciação interna:

- grupos heterogêneos – envolvendo capacidade diferentes;
- grupos homogêneos – envolvendo capacidade semelhantes.

A aplicação desse grupamento possibilita atender às necessidades individuais, adaptando o trabalho aos diversos níveis de capacidade, interesses, necessidades e habilidades.

● Os variados procedimentos consistem em:

– Recorrer, através do processo de experimentação, ao método indutivo, pelo qual o aluno: averigua, descobre, expressa e prova suas possibilidades criativas.

Este método é mais lento, porém, mais permanentes e positivos seus resultados.

– Elaborar o planejamento dentro dos seguintes critérios: escolha de atividades exequíveis, atendidas as diferenças de sexo, idade, condições materiais da escola e também recursos comunitários e aspectos climáticos.

– Planejar a aula de modo que o tema seja desenvolvido de forma encadeada desde o início da mesma;

– Estruturar a atividade prevendo períodos de alternância entre os aspectos fisiológicos e psicológicos, sem prejudicar o caráter unitário da mesma. Essa alternância poderá se efetivar mediante solicitação de ordem psicológica, visando à recuperação fisiológica.

– Desenvolver atividades utilizando medidas de segurança para evitar riscos de acidentes.

– Variar os processos pedagógicos, sem alterar os objetivos.

– Empregar diferentes formas de trabalho: individual, em duplas, em pequenos grupos, em equipes, coletiva e em forma de jogo.

– Desenvolver as atividades, observando o princípio da progressão pedagógica.

– Oferecer situações compatíveis com a livre atuação do aluno e conseqüente atividade responsável.

– Evitar tensões nocivas na execução de exercícios ou atividades.

– Observar a qualidade da resposta rítmica.

– Apresentar estímulos que motivem o aluno para a resposta desejada (comportamento esperado).

– Observar a execução correta dos exercícios, pois esta conduz à economia do movimento e do esforço (maior rendimento com menor consumo de energia).

– Dosar a intensidade do esforço físico pois, embora, procedimento difícil, é decorrência de leis biológicas aplicadas ao campo do ensino:

- estímulos excessivos poderão provocar a destruição das funções celulares;

- estímulos intensos, desenvolvem, aperfeiçoando;

- estímulos normais conservam essas funções;

- estímulos fracos, diminuem;

- carência de estímulo, atrofia pelo desuso.

– Lançar mão de recursos audio-visuais (projeção de filmes e slides) e paralelamente verbalizar a sessão com palestras e diálogos em torno dos conteúdos.

● Procedimentos específicos para desportos

A prática dos desportos tem por fim abrir horizontes, criando uma mentalidade desportiva, sem preocupações profissionalizantes.

Com vistas a esse objetivo genérico, dever-se-á:

- selecionar modalidades desportivas condicionadas aos recursos humanos e materiais ao alcance da escola e da comunidade;

- aplicar essa seleção de modalidades, com caráter prioritário, à programação do Campeonato Estudantil Gaúcho e Jogos Estudantis Brasileiros;

- considerar, de modo particular, as condições climáticas;

- programar desportos que interessem e atinjam a todos, criando assim, um desporto de massa”. Este será caminho para a constituição de uma eventual “elite desportiva”.

● Sugestões para a organização dos quatro conjuntos de atividades

– Estruturar em forma de cursos essas atividades, distribuindo-os ao longo do ensino (número de aulas, duração, objetivos, etc.):

- selecionar os objetivos parcelados dentro do curso total;

- graduar por níveis, estabelecida a sequência pedagógica;

– Organizar clubes dirigidos pelos alunos, como atividade complementar, sempre com a supervisão do professor e, se possível com a colaboração do Círculo de Pais e Mestres;

- Organizar, como atividade regular e de frequência obrigatória:
 - uma aula semanal de clube;
 - um plano de atividades de modo a possibilitar opções em consonância com os recursos disponíveis, dentro de rodízios por bimestres ou semestres.

Essas alternativas propostas dinamizam a aprendizagem dos conteúdos, mas não só isso, despertam, ainda, o interesse dos alunos pela prática racional das atividades físicas, tanto competitivas como recreativas.

A educação para o lazer também é um dos objetivos dessas alternativas, eis que oferece condições para que o lazer seja usufruído de forma plena e sadia.

5. PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO

Todo o processo de avaliação, seja qual for o campo em que irá atuar, deverá ter um caráter científico.

Aplicado, dentro desse critério, à esfera da Educação Física, fará com que surjam aqueles elementos integradores da análise científica, não só da atividade do professor como, ainda, do aluno, em particular.

A avaliação depende dos objetivos propostos; assim, na elaboração do planejamento, ter-se-ão presentes os principais aspectos que servem de embasamento à atividade, como: a meticulosa atenção às necessidades do adolescente como, também, o cuidado a ser dispensado às atitudes e comportamentos respectivos.

● Aspectos a serem observados no processo de Avaliação:

- a avaliação será quantitativa e qualitativa, abrangendo os três domínios:

- psicomotor (habilidades),
- afetivo (atitudes),
- cognitivo (conhecimentos);

- estipular critérios identificadores do tipo de conduta final, comunicando-o aos alunos;

- avaliar as condições físicas (qualidades físicas e orgânicas: resistência, força, coordenação, flexibilidade, velocidade, agilidade, equilíbrio, ritmo, etc) e as condições técnicas (habilidades especiais em determinada atividade);

- efetuar a avaliação com base nos níveis mentais, como sejam:
 - identificar (e/ou descrever),
 - comparar,
 - classificar,
 - concluir,
 - aplicar (e/ou executar);
- solicitar a participação dos alunos não só na seleção de objetivos como na escolha de atividades aplicáveis à situação existente;
- possibilitar situações de aprendizagem de tal modo que o aluno possa auto-avaliar-se, sempre assistido pelo professor;
- criar oportunidades, no processo de ensino-aprendizagem, para que as tarefas propostas sejam discutidas em grande grupo. Nesse debate, surgirão alternativas, envolvendo todos os participantes e dirigidas ao melhor desempenho das tarefas perseguidas;
- considerar que o processo de avaliação é mais significativo quando o aluno se auto-avalia, sem referência comparativa aos demais;
- utilizar processos pedagógicos que favoreçam o inter-relacionamento pessoal e grupal e a conseqüente apreciação do comportamento social adequado;
- propor situações problemáticas a fim de que possam ser avaliadas as soluções encontradas (ação adequada em situações problemáticas);
- provocar a demonstração do espírito desportivo, valorizando-o e avaliando-o;

Em conclusão, e, no intuito de colaborar na tarefa de avaliar, apresentam-se exemplos do comportamento do aluno como evidências das atitudes propostas no Quadro de Referência para Organização do Currículo Pleno de 2º Grau.

No intuito de colaborar na tarefa de avaliar, exemplica-se de forma sucinta o resultado explicativo do comportamento. Todavia, o tema não está esgotado, somente se procura abrir perspectivas para que a criatividade de cada professor amplie o campo de ação, panoramicamente aqui exposto.

ATITUDES

Considerações sobre:

- atitude valorativa – a percepção, diferenciação, escolha de valores e consequente comprometimento são os atos mais expressivos em qualquer processo de aprendizagem;
- atitude participativa – receptividade, a livre manifestação de opinião e ação cooperativa são instrumentos adequados ao melhor desenvolvimento do processo de aprendizagem;
- atitude criativa – a exploração imaginativa das possibilidades individuais e a confirmação da exequibilidade dessas possibilidades bem como sua aplicação no campo da experimentação, são, também, meios hábeis à condução desse processo;
- atitude cognitiva – a auto-análise e a auto-crítica são veículos disciplinadores do espírito de independência, da capacidade criativa controlada e da auto-confiança moderada. A avaliação de terceiros fica em plano secundário;
- atitude produtiva – as etapas de valorização, participação, criação e cognição, quando desenvolvidas de forma global e concomitante, capacitam o aluno a aplicar no campo da produção todos os elementos considerados essenciais ao processo ensino-aprendizagem no que concerne à Educação Física.

COMPORTAMENTOS

Exemplos:

o aluno

- percebe o valor da Educação Física e escolhe, por preferência, uma atividade desportiva;
- dá e aceita novas idéias, experimentando-as em conjunto; participa com espírito de esportividade de grupos e de equipes; demonstra satisfação e alegria no relacionamento interpessoal e grupal;
- imagina soluções; propõe ações que possam solucionar problemas próprios ou do grupo;
- busca explicações sobre o jogo, utilizando-as; testa sua viabilidade, confrontando-as com suas possibilidades, fazendo apreciação crítica do próprio desempenho;
- escolhe determinada atividade física de acordo com suas possibilidades e interesses, praticando-as responsabilmente e com satisfação;

- participa integralmente e se auto-realiza;
- conserva, nessa participação integral, sua individualidade sem massificar-se;
- aplica os conhecimentos adquiridos no desempenho da atividade escolhida:
- enfrenta, conscientemente, situações novas e desafiadoras num mundo em contínua evolução, agindo de forma flexível:
- demonstra, por fim, sua conscientização da relevância da Educação Física, aderindo espontaneamente a essa atividade no âmbito intra e extra escolar.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA LESSA, PAIXÃO CÔRTEZ. Danças e Andanças da Tradição Gaúcha. Porto Alegre, Garatuja, 1975.
- BRUM, Regina A. Domínio Psicomotor-objetivos e avaliação. Porto Alegre, Sulina, 1974.
- BUTLER, George D. Recreação. Rio, Lidador Ltda, 1973.
- CAMARGO, Francisco. Handebol. Porto Alegre, Emma, 1972.
- COOPER, Mildred, COOPER Kenneth H. Método Cooper para Mulheres. GB, Forum, 1972.
- COOPER, Kenneth. Capacidade Acróbica. Rio de Janeiro, Forum, 1972.
- COOPER, J.M, MARTESEN, I.P. Técnica de Atletismo: Corridas, Saltos e Lançamentos. São Paulo, Esporte e Educação.– COSTALAT, Dalila Molina de. Psicomotricidade. Porto Alegre, Globo, 1974.
- FARIA, JR., Alfredo Gomes de. Introdução à Didática de Educação Física. Rio, Forum, 1972.
- GABRIELSEN, M, Alexander, HOLTZER, Charles. Educación al aire libre. Buenos Aires, Troquel S.A, 1971.
- GAELZER, Lenea. O recreio na escola de primeiro grau Porto Alegre, UFRGS – 1976.
- GIFFONI, Maria Amália Corrêa. Danças Tradicionais das Américas. São Paulo, Melhoramentos, 1960.
- GIFFONI, Maria Amália Corrêa. Danças Folclóricas Brasileiras. São Paulo, Martins, 1955.
- GONÇALVES, José A.P. Condição Física. Brasília, Ebrasa, 1970.
- GUÉRIOS, Estella F. M. Educação Física Feminina. São Paulo, Blucher Ltda. 1974.
- HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: o jogo como elemento de cultura. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- IDLA, Ernst. Movimiento y Ritmo – juego y recreación. Buenos Aires, Paidós, 1972.

- JOHNSON, Prescott. La evolución del rendimiento físico en los programas de educación física. Buenos Aires, Paidós, 1972.
- KOCH, K. Condicionamiento Físico para la Juventud. Buenos Aires, Kapelusz, 1973.
- MARINHO, Inezil P. Sistemas e Métodos de Educação Física. São Paulo, Brasil ed., 1971.
- MAZZEI, Julio, TEIXEIRA, Mauro S. Coleção C.E.R., São Paulo, Fulgon, 1967.
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
 - "Caderno Didático" - DED/MEC.
 - "Caderno Técnico" - DED/MEC.
 - "Caderno Cultural" - DED/MEC.
- "Introdução à Moderna Ciência do Treinamento Desportivo. Brasília, 1968".
- "Revista Brasileira de Educação Física".
- REQUIXA, Renato. As dimensões do Lazer. São Paulo, SESC, 1974.
- RIBEIRO, Lelio. Treinamento em circuito (individual e coletivo). Rio de Janeiro, Forum, 1972.
- ROSE, Eduardo de. Fisiologia. Porto Alegre, ESEF-IPA.
- SAUER, E. Ginástica Rítmica Escolar. Rio de Janeiro, Tecnoprint S.A., 1974.
- SEYBOLD, Annemarie. Principios pedagógicos en la educación Física. Buenos Aires, Kapelusz, 1974.
- STOKOE, Patricia. La Expression Corporal y el adolescente. Buenos Aires, Barry, 1974.
- TUBINO, Gomes. As qualidades físicas na educação física e desportos. GB, Forum, 1973.
- VECCHIO, Carlos A. Relajacion. Buenos Aires, López, 1963.

– VEGA, Carlos. Bailes Tradicionales Argentinos. Buenos Aires, Ricordi Americana, 1946.

– GUTIERREZ, Washington. Organização da Educação Física e Desportos. Porto Alegre, ESEF-IPA, 1972.

– GUTIERREZ, Washington. Torcida Organizada. Porto Alegre, IPA 1960.

– GUTIERREZ, Washington. História da Educação Física. Porto Alegre, ESEF-IPA, 1972.

Elaboração de:

- Idalina Gerosolina Curra
- Marília Corrêa Bonini

Colaboração de:

- Astrogildo Fernandes
- Helenara Moreira Alves
- Hélio Alabarse
- Maria de Jesus Cidade Soares
- Maria Luiza de Araújo Drügg
- Regina Roitman
- Waldemar Mendes Rabello
- Zenaide Gayeski

HISTÓRIA

1. INTRODUÇÃO – Considerações Gerais

1.1

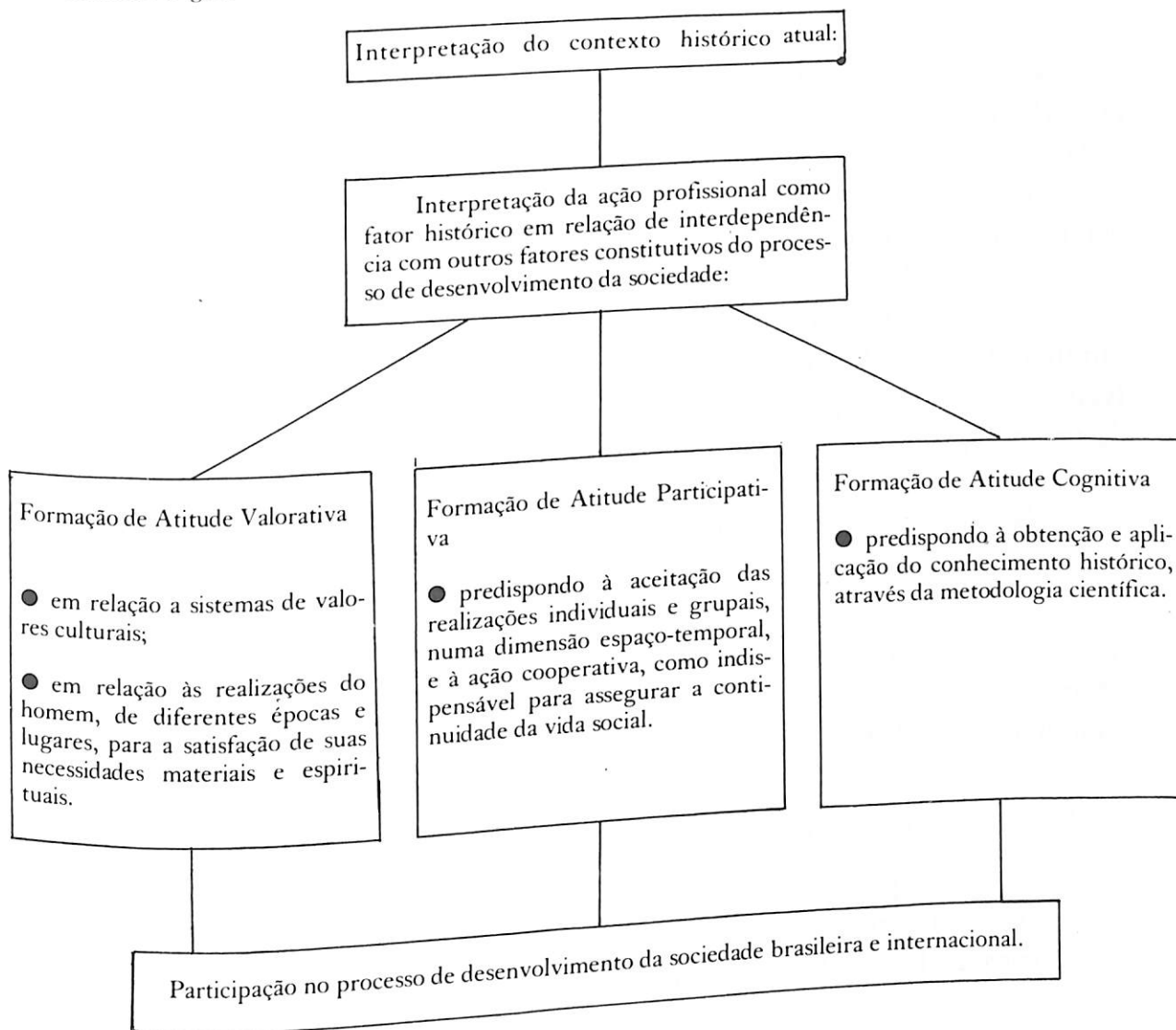
Art. 1º da Lei 5692/71

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Parecer 853/71 do C.F.E

...ajustamento crescente do educando ao meio, cada vez mais amplo e complexo, em que deve não apenas "viver como conviver", sem deixar de atribuir a devida "ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do seu desenvolvimento".

Considerando o artigo 1º da Lei 5692/71 e o parecer 853/71 do C.F.E. no que se refere a objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus e amplitude da matéria Estudos Sociais, a disciplina de História, no ensino de 2º grau terá como **OBJETIVO GERAL**:



1.2. A disciplina de História, no ensino de 2º grau, desenvolver-se-á:

● atendendo as mesmas idéias básicas da ciência, aplicadas no programa da área de Estudos Sociais, 1º grau, tendo em vista a integração vertical:

- as relações entre os fatores históricos (elementos da vida material e espiritual da sociedade) configuram o fato histórico;
- as relações entre os fatos históricos configuram uma realidade ou contexto histórico. A complexidade destas relações depende da delimitação dos fatos no tempo e no espaço;
- as relações entre os fatores históricos em determinado tempo e espaço, se estabelecem de acordo com a acumulação de conquistas materiais e espirituais pelo homem, num processo de transformação evolutiva;

● atendendo ao Quadro de Referência para Organização do Currículo Pleno de 2º Grau, especificado na II parte deste documento, dando-se ênfase à formulação das atitudes: valorativa, participativa, e cognitiva por apresentarem maior relação com a estrutura da disciplina e em decorrência, maiores responsabilidades de desenvolvimento.

A ênfase nas atitudes valorativas, participativa e cognitiva não elimina a possibilidade de que outras atitudes constantes no Quadro Referencial sejam consideradas, dependendo da organização das situações de ensino-aprendizagem realizada pelo professor.

Na organização das situações de ensino para a formação de atitudes, deverá o professor ter presente o Quadro de Referência, letra C

1.3 O foco de estudo da História, no ensino de 2º grau adequado ao objetivo proposto, será a realidade contemporânea numa perspectiva mundial, na qual se insere a dinâmica da História Brasileira.

Para tal contexto histórico deverão ser selecionados:

- fatos históricos dos séculos XIX e XX, catalizadores das relações características da nova ordem internacional;
- fatos históricos brasileiros relacionados a fatos da História Mundial, propulsores da realidade brasileira atual;
- fatos históricos marcantes na evolução da História da humanidade, relacionados à realidade contemporânea internacional com vistas a detalhamento de unidades de estudo quando necessário para sua interpretação.

1.4 A abordagem de temas já propostos no ensino de 1º grau será diversa em termos de aprofundamento na análise de relações e sistematização de conhecimentos, adequada à estrutura do currículo por disciplina.

1.5 O estudo da História deverá relacionar-se ao estudo da Geografia. Essa integração, que proporciona à História ligação com situações concretas atuais, tornará mais vivo e interessante seu estudo, ao mesmo tempo que atenderá à integração vertical dos programas (continuidade de princípios da estrutura da área de Estudos Sociais no currículo de 1º grau). Para que tal ocorra é necessário que ambas as disciplinas sejam trabalhadas nos mesmos semestres.

Ainda, o estudo da História, sempre que possível, deverá ser integrado às demais disciplinas do currículo, tais como: Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Literatura Brasileira, Educação Artística e disciplinas da área profissionalizantes.

Torna-se necessário, por ocasião do planejamento, contato com os professores das demais disciplinas, para a definição de objetivos, conteúdos e enfoques destes conteúdos.

1.6 Os objetivos específicos e os conteúdos básicos para elaboração de programas da disciplina de História serão organizados de diferentes formas a fim de:

- apresentar diferentes organizações que correspondem a diferentes abordagens no ensino da disciplina;
- facilitar a elaboração do planejamento, através da seleção da abordagem que mais se adapta às necessidades e interesses da realidade escolar;
- oferecer elementos que, a partir das organizações apresentadas possibilitam a estruturação de outra forma de organização;

2. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS OBJETIVOS E CONTEÚDOS

2.1 ORGANIZAÇÃO A

2.1.1 OBJETIVOS

Os estudos de História tornarão o aluno, ao final do ensino de 2º grau, capaz de:

IDENTIFICAR, DESCREVER, COMPARAR E CLASSIFICAR

- Fatos históricos dos séculos XIX e XX significativos na formação da atual estrutura da realidade brasileira e internacional e os sistemas de valores da sociedade e ou período histórico em que estes fatos históricos estão inseridos.

CONCLUIR

- A. – que as áreas das atividades humanas estão em relação de interdependência e expressam a resposta do homem ao “mundo objetivo” na satisfação de suas necessidades materiais e espirituais, numa dimensão espaço – temporal;
- B – que as atividades humanas refletem sistemas de valores culturais específicos a determinada época e lugar;
- C – que as relações de determinados fatos econômicos, sociais, políticos e culturais, atingindo um certo grau quantitativo de complexidade, se transformam qualitativamente, dando origem a uma nova realidade histórica;
- D – que a acumulação intensiva das conquistas materiais e espirituais do homem do século XX determinou uma aceleração em seu desenvolvimento histórico;
- E – que as realizações humanas de determinado período histórico apresentam vínculo de dependência em relação a períodos anteriores, comprometendo-se com o desenvolvimento de períodos posteriores, o que estabelece um elo de responsabilidade entre as diferentes gerações na ocorrência do progresso;

CONCEITOS ENVOLVIDOS

Interdependência

Posição (espaço-temporal)

Interação de fatos históricos

Transformações históricas

Ritmo de mudança

Cooperação

Progresso

F – que a complexidade da vida humana contemporânea expressa nas características dos problemas sociais existentes, impõe a utilização e difusão da ciência para a obtenção do conhecimento necessário para a solução destes problemas em detrimento do conhecimento fornecido pela cosmologia popular, restrito à determinada cultura, até então prevalecente;

Ciência

G – que o desenvolvimento técnico-científico, o aumento demográfico, a velocidade das comunicações modificou o ritmo das relações entre os homens, determinando a interação Continentes e Estados no século XX, numa sociedade internacional;

Integração

H – que a ação conjunta dos povos, na busca de soluções a problemas comuns, é necessária para a manutenção do equilíbrio internacional.

Sociedade Internacional

2.1.2 CONTEÚDO

A partir do esquema de conteúdos apresentado, o professor selecionará e organizará os conteúdos em unidades de estudo, de forma adequada aos objetivos que se propõe. Os conteúdos de História do Brasil devem ser abordados em relação aos conteúdos da História mundial.

Características Fundamentais das Épocas Históricas anteriores à Idade Contemporânea

- A Pré-História, a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna em seus aspectos caracterizantes (globais) quanto às áreas das atividades humanas: social, política, econômica e cultural.

Revolução Industrial

Origens da Industrialização – Inglaterra

Industrialização científica

- avanço técnico-científico no final do século XIX
- sociedade industrial
- neo-imperialismo-expansão colonial imperialista
- tendências demográficas na primeira metade do século XX
- processo de urbanização
- intensificação das relações mundiais

Evolução Sociopolítica do Século XIX

Liberalismo e nacionalismo
Socialismo
Democracia

A Ordem Política e Econômica do Mundo Atual

As grandes guerras

Organização política da sociedade tecnológica de pós-guerra:

- polarização – as grandes potências mundiais
- atitude de socialização face aos problemas da sociedade tecnológica
- economia capitalista e socialista

Configuração Atual da Ásia, África e América

Descolonização da África e Ásia
China e Japão contemporâneos
Oriente Médio
Continente Americano

Novas Formas de Expressão Artística

Mudança na atitude do homem frente à arte e à literatura em decorrência do contexto histórico.

Brasil Colonial

O Brasil colônia em seus aspectos caracterizantes (globais) quanto às áreas das atividades humanas: social, política, econômica e cultural no contexto da Idade Moderna.

Brasil Imperial

Organização política, – influência das idéias liberais européias

Organização socioeconômica

- predominância das atividades agropastoris
- influência da Inglaterra na economia

Transformações culturais

Brasil Republicano

Implantação do regime – Constituição republicana
Características da organização política da Primeira República
Agricultura, base da economia nacional – valorização do café
Origens da industrialização. Desenvolvimento da classe média
Revolução de 1930 – Constituição de 1934
Estado Novo

- organização sóciopolítica
- processo de industrialização e urbanização

Desenvolvimento politicoeconômico até 1964

- revolução de março de 1964

Plano de Desenvolvimento Nacional

22. ORGANIZAÇÃO B

2.2.1 OBJETIVOS (conforme item 2.1.1)

2.2.2 CONTEÚDOS

Características Fundamentais das Épocas Históricas Anteriores à Idade Contemporânea

- A Pré-História, a Idade Antiga, a Idade Média, a Idade Moderna em seus aspectos caracterizantes (globais) quanto às áreas das atividades social, política, econômica e cultural.
- O Brasil Colônia em seus aspectos caracterizantes (globais) quanto às áreas das atividades humanas: social, política, econômica e cultural, no contexto da Idade Moderna.

Revolução Industrial

Origem da industrialização – Inglaterra

Industrialização científica

- avanço técnico-científico no final do século XIX
- sociedade industrial
- neo-imperialismo – expansão colonial imperialista
- tendências demográficas na primeira metade do século XX
- processo de urbanização
- intensificação das relações mundiais

Evolução Sociopolítica do Século XIX

Liberalismo e nacionalismo

Socialismo

Democracia

Brasil Imperial

Organização política – influência das idéias liberais européias

Organização socioeconômica

- predominância das atividades agropastoris
- influência da Inglaterra na economia

Transformações culturais

Brasil Republicano

Implantação do regime – Constituição republicana

Características da organização política da Primeira República

Agricultura, base da economia nacional – valorização do café

Origens da industrialização – Desenvolvimento da classe média

A Ordem Política e Econômica do Mundo Atual

As grandes guerras

Organização política da sociedade tecnológica de pós-guerra:

- polarização – as grandes potências mundiais
- atitude de socialização face aos problemas da sociedade tecnológica
- economia capitalista e socialista

Brasil Republicano

Revolução de 1930 – Constituição de 1934

Estado Novo

- organização sociopolítica
- processo de industrialização e urbanização

Desenvolvimento políticoeconômico até 1964

- revolução de março de 1964

Plano de Desenvolvimento Nacional

Configuração Atual da Ásia, África e América

Descolonização da África e Ásia
China e Japão contemporâneos
Oriente Médio
Continente Americano

Novas Formas de Expressão Artística

Mudança na atitude do homem frente à arte e à literatura em decorrência do contexto histórico.

NÍVEIS DE COMPORTAMENTO

CONTEÚDO

CONTEÚDO	IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR	APLICAR CONHECIMENTOS
Características fundamentais das épocas históricas anteriores a Contemporânea: Pré-História, Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna.	- as áreas básicas da atividade humana: econômica, social, política e cultural; - os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana relativos a cada época histórica;	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana relativos a cada época histórica;	as diferentes épocas históricas quanto aos aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana;	- os sistemas econômicos de cada época histórica em revolução agrícola, mercantil escravista, feudal, mercantilista, capitalista e coletivista; - os sistemas políticos de cada época histórica em tribal, monárquico teocrático, feudalista, monárquico absolutista, monárquico constitucional e republicano; - as formas de estratificação social de cada época histórica em escravidão, estamento (estados), casta, classe social;	A. que as áreas das atividades humanas estão em relação de interdependência e expressam a resposta do homem ao "mundo objetivo" na satisfação de suas necessidades materiais e espirituais, numa dimensão espaço-temporal; B. que as atividades humanas refletem sistemas de valores culturais específicos a determinada época e lugar; C. que as relações de determinados fatos econômicos, sociais, políticos e culturais, atingindo um certo grau quantitativo de complexidade, se transformam qualitativamente, dando origem a uma nova realidade histórica;	- na interpretação de fatos atuais com origens anteriores à época contemporânea, de forma objetiva e imparcial; - respeitando valores inerente a determinadas épocas e lugares, reconhecendo como válidos àquela realidade de histórica;
Brasil colônia em seus aspectos caracterizantes	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana no período colonial;	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana no período colonial;	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do período colonial brasileiro com os da Idade Moderna;	os sistemas econômico, político e a forma de estratificação social do período colonial brasileiro;	(conclusões A e B); - que o processo socioeconômico e cultural do período colonial brasileiro reflete a relação de dependência com o processo de desenvolvimento europeu;	- na interpretação de fatos atuais brasileiros com origens no período colonial, de forma objetiva e imparcial; - respeitando a contribuição do homem do período colonial na configuração da nação brasileira;

140

CONTEÚDO	NÍVEIS DE COMPORTAMENTO				
	IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
Revolução Industrial	● as circunstâncias sociopoliticoeconômicas da Inglaterra e Europa; ● as causas da revolução industrial na Inglaterra; ● as características da 1ª, 2ª, e atual fase da revolução industrial;	● as circunstâncias sociopoliticoeconômicas da Inglaterra e Europa; ● as causas da revolução industrial na Inglaterra; ● as características da 1ª, 2ª e atual fase da revolução industrial;	● as circunstâncias sociopoliticoeconômicas da Inglaterra com as da Europa; ● as características da 1ª fase com as da 2ª fase e com as da atual fase da revolução industrial;		● que as circunstâncias sociopoliticoeconômicas da Inglaterra favoreceram a eclosão da revolução industrial;
	● a forma de estratificação social existente quando do início da revolução industrial e suas características;	● as características da forma de estratificação social quando do início da revolução industrial;			● de forma objetiva e imparcial, na interpretação dos problemas decorrentes da industrialização e compreensão das soluções encontradas; ● valorizando o emprego do conhecimento técnico-científico na resolução de problemas da vida cotidiana, reconhecendo, entretanto, as possíveis implicações de uma utilização não criteriosa;

NÍVEIS DE COMPORTAMENTO					
CONTEÚDO	IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
	● a forma de estratificação social decorrente da revolução industrial e suas características;	● as características da forma de estratificação social decorrente da revolução industrial;	● as características da forma de estratificação social quando do início da revolução industrial com as características da forma de estratificação social decorrente da revolução industrial;	● a forma de estratificação social existente quando do início da revolução industrial em estamental e a forma de estratificação decorrente da revolução industrial em classe social;	● que a ocorrência de alterações no sistema econômico ocasiona alterações no sistema de estratificação social; ● que as alterações no sistema econômico ocorrem em ritmo mais acelerado que as alterações no sistema de estratificação e nas instituições sociais; ● que a diferença entre o ritmo de mudança da economia em relação as demais partes da estrutura social ocasiona áreas de conflito que atuam como causa de mudança;
● as características do colonialismo comercial; ● as características do neo-imperialismo;	● as características do colonialismo comercial; ● as características do neo-imperialismo;				● na interpretação do processo de descolonização da África e Ásia, de forma objetiva e imparcial;
			● as características do colonialismo comercial com as características do neo-imperialismo;	● que o processo socio-político-econômico dos continentes africanos e asiático na fase da expansão colonial neo-imperialista reflete a relação de dependência com o processo de desenvolvimento mundial decorrente de revolução industrial.	● na interpretação do processo de descolonização da África e Ásia, de forma objetiva e imparcial;
					● na interpretação de problemas sociais decorrentes da industrialização, de forma objetiva e imparcial; ● buscando condições para alteração de sua posição social através do uso dos canais de mobilidade possibilitados pela estrutura social; ● predispondo-se à aceitação de mudanças;

CONTEUDO	NÍVEIS DE COMPORTAMENTO					APLICAR CONHECIMENTOS
	IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR	
					culo XX, determinou uma aceleração em seu desenvolvimento histórico; F. que a complexidade da vida humana contemporânea, expressa nas características dos problemas sociais existentes, impõe a utilização e difusão da ciência para obtenção do conhecimento necessário para a solução destes problemas; G. que o desenvolvimento técnico-científico, o aumento demográfico, a velocidade das comunicações modificou o ritmo das relações entre os homens, determinando a interação dos Continentes e Estados no século XX, numa sociedade internacional;	

NÍVEIS DE COMPORTAMENTO						
CONTEÚDO	IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR	APLICAR CONHECIMENTOS
Evolução sociopolítica do século XIX.	as origens, os princípios básicos e as repercussões do liberalismo, nacionalismo, democracia e socialismo;	as origens, os princípios básicos e as repercussões do liberalismo, nacionalismo, democracia e socialismo;	os princípios e as repercussões do liberalismo, nacionalismo, democracia e socialismo;	as repercussões do liberalismo, nacionalismo, democracia e socialismo nas áreas das atividades humanas: social, política, econômica e cultural;	- que o liberalismo, o nacionalismo, a democracia e o socialismo foram determinantes na configuração da estrutura sociopolítico-econômica do século XX; (conclusões A, B e C)	- na interpretação dos fatos políticos e econômicos do século XX, de forma objetiva e imparcial; - valorizando os princípios democráticos e atuando de acordo com os mesmos;
Brasil imperial em seus aspectos caracterizantes.	- os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do período imperial; - os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do correspondente momento histórico europeu;	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do período imperial e do correspondente momento histórico europeu;	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do período imperial com os do correspondente momento histórico europeu, estabelecendo as relações de dependência;	os sistemas econômico, político e a forma de estratificação social do período imperial brasileiro;	- que o processo sociopolítico-econômico e cultural do período imperial brasileiro reflete a relação de dependência com o processo de desenvolvimento europeu; (conclusões A,B,C);	- na interpretação de fatos atuais brasileiros com origens no período imperial, de forma objetiva e imparcial; - respeitando a contradição do homem do período imperial na configuração da nação brasileira;
Brasil republicano - 1ª República	- os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do período da 1ª República brasileira; - os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do correspondente momento histórico europeu;	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do período da 1ª República brasileira e os do correspondente momento histórico europeu;	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do período da 1ª República brasileira com os do correspondente momento histórico europeu, estabelecendo as dependências;	os sistemas político, econômico e a forma de estratificação social do período da 1ª República brasileira;	- que o processo sociopolítico-econômico e cultural do período da 1ª República brasileira apresenta uma relação de dependência com o processo de desenvolvimento europeu, ao mesmo tempo que se verifica uma tentativa de estruturar respostas particulares a uma realidade própria. (conclusões A,B,C)	- na interpretação de fatos atuais brasileiros com origens no período da 1ª República, de forma objetiva e imparcial; - respeitando a contradição do homem do período da 1ª República na configuração da nação brasileira;

146

NÍVEIS DE COMPORTAMENTO					
CONTEÚDO	IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
A ordem política e econômica do mundo atual.	- as causas e as consequências da 1ª Grande Guerra Mundial; - as causas e as consequências da 2ª Grande Guerra Mundial;	- as causas e as consequências da 1ª Grande Guerra Mundial; - as causas e as consequências da 2ª Grande Guerra Mundial;	as causas e as consequências da 1ª Grande Guerra Mundial com as causas e as consequências da 2ª Grande Guerra Mundial;	as consequências da 1ª e da 2ª Grande Guerra Mundial de acordo com as implicações nas áreas das atividades humanas: política, econômica, social e cultural;	- que as duas Grandes Guerras tem como causa subjacente a nova ordem sociopolítico-econômica estabelecida pela revolução industrial; - que as Grandes Guerras provocaram transformações no ambiente das relações internacionais, deslocando o centro de hegemonia mundial da Europa para os Estados Unidos e a União Soviética;
	as tendências de organização política e econômica predominantes no mundo de pós-guerra: democracia, capitalista e socialismo-coletivista;	as características da organização política e econômica predominantes no mundo de pós-guerra: democracia, capitalista e socialismo-coletivista;	as características da organização político-econômica democrática capitalista com as da organização política-econômica socialista-coletivista;	os países de acordo com a organização político-econômica estabelecida;	- que ambas as formas de organização político-econômica apresentam problemas em sua operacionalização; - que a tendência para a resolução de problemas na organização democrática-capitalista é a planificação estatal da economia e a centralização política, enquanto que na organização socialista-coletivista é uma maior abertura na produção de bens de consumo;
					- na interpretação dos fatos sociopolítico-econômicos da realidade atual, de forma objetiva e imparcial; - dispondo-se a respeitar os valores inerentes a cada forma de organização político-econômica, compreendendo-as como decorrentes dos processos históricos nos quais se inserem;

NÍVEIS DE COMPORTAMENTO						
CONTEÚDO	IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR	APLICAR CONHECIMENTOS
	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana (social, política, econômica e cultural) do período da 2ª República (1930-1945) e da República Nova (1945-1964);	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do período da 2ª República e os do correspondente momento histórico mundial;	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do período da 2ª República com os do correspondente momento histórico mundial, estabelecendo as relações;	os sistemas político, econômico, a forma de estratificação social e os movimentos culturais do período da 2ª República e do período da República Nova;	que o processo socioeconômico e cultural do período da 2ª República e do período da República Nova apresenta uma relação com o processo de desenvolvimento mundial, ao mesmo tempo	(conclusões A,B,C,F,G); E. que as realizações humanas de determinado período histórico apresentam vínculo de dependência em relação a períodos anteriores, comprometendo-se com o desenvolvimento de períodos posteriores, o que estabelece um elo de responsabilidade entre as diferentes gerações na ocorrência do progresso; H. que a ação conjunta dos povos na busca de soluções a problemas comuns é necessária para a manutenção do equilíbrio internacional;
Brasil republicano - 1930 à atualidade.	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana (social, política, econômica e cultural) do período da 2ª República (1930-1945) e da República Nova (1945-1964);	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do período da 2ª República e os do correspondente momento histórico mundial;	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do período da 2ª República com os do correspondente momento histórico mundial, estabelecendo as relações;	os sistemas político, econômico, a forma de estratificação social e os movimentos culturais do período da 2ª República e do período da República Nova;	que o processo socioeconômico e cultural do período da 2ª República e do período da República Nova apresenta uma relação com o processo de desenvolvimento mundial, ao mesmo tempo	- na interpretação de fatos atuais brasileiros, de forma objetiva e imparcial; - reconhecendo e respeitando as tentativas de soluções aos problemas, empreendidas na época, como uma con-

NÍVEIS DE COMPORTAMENTO					
CONTEÚDO	IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
	os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do correspondente momento histórico mundial;		- os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do período da República Nova com os do correspondente momento histórico mundial, estabelecendo as relações; - os aspectos caracterizantes de cada área da atividade humana do período da 2ª República com os do período da República Nova;		po que se configura uma estrutura sócio-politicoeconômica e cultural própria à realidade brasileira;
	as causas e as consequências da Revolução de março de 1964;	as causas e as consequências da Revolução de março de 1964;	as consequências sociais, políticas, econômicas e culturais da Revolução de março de 1964 com a situação sócio-político-econômica e cultural da República Nova;	os sistemas político, econômico e a forma de estratificação social do período posterior à Revolução de março de 1964;	que a Revolução de março de 1964 propõe-se a criar condições necessárias ao desenvolvimento sócio-político-econômico e cultural do Brasil;
					tribuição na configuração da nação brasileira;
					identificando no Plano Nacional de Desenvolvimento a operacionalização dos princípios e tendências políticas, econômicas e sociais do movimento revolucionário brasileiro;

NÍVEIS DE COMPORTAMENTO						
CONTEÚDO	IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR	APLICAR CONHECIMENTOS
Configuração atual da África, Ásia e América.	● as relações das tendências políticas e econômicas do movimento revolucionário brasileiro com as tendências políticas e econômicas mundiais;	● as relações das tendências políticas e econômicas do movimento revolucionário brasileiro com as tendências políticas e econômicas mundiais;	● as tendências políticas e econômicas do movimento revolucionário brasileiro com as tendências políticas e econômicas mundiais;		● que as tendências do movimento revolucionário brasileiro para a resolução de problemas na organização política, econômica e social apresenta uma relação com a tendência mundial de maior centralização política e planificação socioeconômica estatal; ● (conclusões A, B, C, D, E, F, G, H);	● buscando uma qualificação crescente de forma a garantir uma atuação eficiente no desempenho dos diferentes papéis como membro dos vários grupos sociais a que pertence;
	● as causas, as características e as repercussões mundiais do movimento de descolonização da África e Ásia; ● as características da organização sociopolítico-econômica e cultural da China e do Japão contemporâneo;	● as causas, as características e as repercussões mundiais do movimento de descolonização da África e Ásia; ● as características da organização sociopolítico-econômica e cultural da China e do Japão contemporâneos;	● as causas, as características do movimento de descolonização da África com as do movimento de descolonização da Ásia; ● as características da organização sociopolítico-econômica e cultural da China contemporânea com as do Japão contemporâneo;	● as repercussões mundiais do movimento de descolonização da África e Ásia nas diferentes áreas da atividade humana: social, política, econômica e cultural; ● os sistemas político, econômico e a forma de estratificação social da China e do Japão contemporâneos de acordo com as tendências políticas e econômicas mundiais;	● que o movimento de descolonização originou a formação de novos países que, na busca de sua auto-afirmação, participam ativamente na atual política internacional; ● que a China e o Japão contemporâneos apesar de apresentarem uma organização sociopolítico-econômica baseada em modelos diferentes constituem nações que desempenham papel significativo no equilíbrio do poder político e econômico mundial;	● de forma objetiva e imparcial, na interpretação de fatos relativos ao movimento de descolonização da África e da Ásia; à organização sociopolítico-econômica da China e Japão contemporâneos; à situação no Oriente Médio; à organização sociopolítico-econômica do Continente Americano; ● dispondo-se a respeitar os valores inerentes a cada cultura;

CONTEÚDO	NÍVEIS DE COMPORTAMENTO				
	IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
● as causas e as consequências dos atuais conflitos no Oriente Médio; ● as características das organizações sociopolítico-econômicas predominantes no Continente Americano;	● as causas e as consequências dos atuais conflitos no Oriente Médio;	● as causas e as consequências dos atuais conflitos no Oriente Médio com as causas e repercussões do movimento de descolonização da África e Ásia;	● as consequências dos atuais conflitos no Oriente Médio nas diferentes áreas das atividades humanas: social, política, econômica e cultural;	● que na atual conjuntura mundial, os conflitos específicos de uma região afetam o equilíbrio internacional pelo envolvimento direto ou indireto, de apoio ou repúdio, das demais nações;	● interessando-se pelos problemas, tentativas de soluções e realizações de ordem mundial, como membro integrante desta comunidade;
	● as características das organizações sociopolítico-econômicas predominantes no Continente Americano;	● as características das organizações sociopolítico-econômicas predominantes no Continente Americano;	● as características das diferentes organizações sociopolítico-econômicas que predominam no Continente Americano, estabelecendo as relações entre as nações;	● os sistemas políticos econômicos e as formas de estratificação social predominantes no Continente Americano;	
				● que a tendência a instabilidade política predominante no Continente Americano expressa a busca de soluções aos problemas da presente realidade;	● (conclusões A, B, C, D, E, F, G, H)

CONTEÚDO	NÍVEIS DE COMPORTAMENTO				
	IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
Novas formas de expressão artística	● as tendências artísticas e literárias contemporâneas, como decorrência das transformações ocorridas no setor socioeconômico e do desenvolvimento do conhecimento técnico-científico;	● as tendências artísticas e literárias contemporâneas, como decorrência das transformações ocorridas no setor socioeconômico e no desenvolvimento do conhecimento técnico-científico;	● as tendências artísticas e literárias contemporâneas;		
					● que os movimentos artísticos e literários refletem o contexto histórico no qual ocorrem; ● (conclusões A, B, C, D, E, G).
					● na compreensão e interpretação das realizações artísticas; ● respeitando as realizações artísticas como expressão de uma mensagem de um contexto histórico.

3. PROCEDIMENTOS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DAS DIRETRIZES

A estratégia de ação delineada pelo professor no processo de ensino está estreitamente relacionada aos objetivos, conteúdos e avaliação propostos. Isto porque, junto a objetivos, conteúdos e avaliação, é um elemento do processo de ensino e como tal só terá significação e validade na medida em que os modos operacionais envolvidos (técnicas, atividades, recursos) foram selecionados e organizados de acordo com os comportamentos definidos como desejáveis, o conteúdo abrangido e a forma como os comportamentos serão avaliados.

Considerando-se os objetivos gerais do ensino da disciplina de História no ensino de 2º grau, verifica-se a necessidade de operacionalizar o trabalho atendendo à metodologia científica e utilizando modos operacionais socializantes e individualizantes.

Dois pontos a considerar em relação à aplicação da metodologia científica na disciplina de História:

1. A ciência histórica se utiliza do método de investigação histórica, método científico não experimental pelas características de seu objeto de estudo – fato humano do passado – irreversível, não passível de reprodução.

Como método científico obedece aos seguintes passos:

- a. estabelecer objetivos precisos
- b. formular o problema
- c. formular hipóteses
- d. coletar informações
- levantamento de fontes de informação
- seleção das informações
- e. analisar informações
- f. constatar ou não as hipóteses – concluir.

2. Para fontes de informações, o cientista da História utiliza-se de documentos e restos, na grande maioria, apenas acessíveis ao trabalho de especialistas.

Os dois pontos considerados restringem a possibilidade de efetivar no ensino da História do 2º grau a idéia de – fazer do aluno um pequeno cientista –, ou seja, reproduzir na sala de aula as etapas do trabalho de investigação do historiador. Esta idéia, enfatizada particularmente por Bruner (1), embasa o processo de redescoberta tão necessário à uma aprendizagem efetiva.

(1) BRUNER, Jerome S; O Processo da Educação; tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 3ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1972.

Entretanto, como já afirmamos, há uma restrição, não uma impossibilidade de aplicação do método. O professor pode e deve planejar seu trabalho seguindo as etapas do método e operacionalizando a coleta de informações de acordo com seus recursos.

O professor deve selecionar as fontes de informação entre:

- pessoas – fonte contemporâneas do fato em estudo;
- documentos e restos acessíveis ou passíveis de reprodução;
- material da imprensa escrita contemporâneo do fato em estudo;
- estudos originais feitos por historiadores (livros, revistas, artigos);
- estudos de estudiosos da História de comprovada capacidade (livros, revistas, artigos).

O fato do professor não poder reproduzir o objeto de estudo e testar hipóteses em sala de aula e ainda não ter condições de proporcionar ao aluno o confronto direto com as fontes originais de estudo, não o exime da responsabilidade de orientar o processo ensino-aprendizagem de acordo com a metodologia científica. Treinar o aluno no levantamento, seleção e análise criteriosa (crítica interna e externa) das informações registradas para comprovar ou não hipóteses com vista a concluir sobre determinado problema é objetivo possível de ser alcançado no ensino da História. Não só possível como necessário e fundamental se quisermos que o estudo da História no ensino de 2º grau deixe de ser repetitivo e de memorização para passar a desenvolver uma atitude científica que permita o alcance de objetivos mais profundos.

Para dinamizar o proposto acima e ainda considerando os comportamentos envolvidos nos objetivos gerais e específicos propostos para a disciplina de História, os modos operacionais básicos são os que envolvem a consulta bibliográfica, estudo de texto e entrevista. A estes se complementam discussão, seminário, painel, técnicas que permitam o debate e análise das informações colhidas e dos estudos realizados pelos alunos numa situação propícia à socialização.

Quando planeja a operacionalização de seu trabalho o professor deve considerar a necessidade de adequar as diretrizes propostas às necessidades, interesses e nível de maturidade de seus alunos, à carga horária de que dispõe e aos recursos que a escola e comunidade possuem.

4. ASPECTOS BÁSICOS A SEREM AVALIADOS

A forma de avaliação terá que atender as normas gerais estabelecidas no plano pedagógico ou regimento da escola. Os meios e instrumentos de avaliação devem ser elaborados pelo professor de acordo com os objetivos definidos, atendendo as peculiaridades e características próprias de cada aluno e turma.

Ao planejar a avaliação do processo de aprendizagem, o professor deverá considerar que a identificação, a descrição, a comparação e a classificação são etapas que preparam para a conclusão, aplicação e julgamento crítico sobre fatos históricos, capacidades realmente necessárias e fundamentais para o aluno de 2º Grau, no momento atual.

A atitude científica em relação aos fatos da atualidade, o interesse e a disponibilidade em participar no processo de desenvolvimento grupal, a atenção à fidedignidade das fontes de informações, a valorização e comprometimento com a proteção e propagação dos direitos universais do homem, são comportamentos desejáveis para o aluno de 2º Grau e que o professor deverá prever ao planejar (e particularmente ao avaliar) o trabalho de História.

Elaboração de:

Casimiro Medeiros Jacobs

Gervásio Rodrigo Neves

Gilberto Lazare da Rocha

Gisela Copstein

Lia Luz Livi

GEOGRAFIA

GEOGRAFIA

I – INTRODUÇÃO

O ambiente geográfico é constituído pela interação entre a LITOSFERA, HIDROSFERA, ATMOSFERA, BIOSFERA e a SOCIOESFERA, constituindo o SISTEMA GEOGRÁFICO.

As interrelações existentes entre a Sociedade e seu meio engendram realidades geográficas, cujo processo é de grande significado para explicação do desenvolvimento dos grupos humanos.

O estudo dos domínios naturais somente demonstram relevância de sentido prático quando são considerados pertinentes como base das atividades econômicas; isto somente é possível por meio de uma análise simultânea dos complexos naturais e sociais de meio geográfico.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia tem provocado no meio geográfico uma dimensão progressivamente antropogenética, mas deve levar-se em consideração que tais transformações não anulam os efeitos das leis de ordem natural.

A unidade da ciência geográfica é assim evidenciada por meio do objeto de seu estudo: o meio geográfico.

O Conselho Federal de Educação (Parecer nº 853/71, 12/11/1971) ao dimensionar a Geografia como um dos componentes básicos dos Estudos Sociais, focalizando a Terra e os fenômenos naturais referidos à experiência humana, integra-se numa das concepções geográficas formuladas por Hettner, Hartschorne e outros que por sua riqueza de estrutura conceitual em termos de percepção do espaço nortearão a montagem do programa da Geografia.

O ensino da Geografia no segundo grau emerge de um currículo organizado por áreas de estudo onde as diferentes modalidades de integração devem favorecer predominantemente uma síntese das diferentes subáreas. Ao se estruturar como disciplina, no nível em questão, o binômio ensino/aprendizagem se desenvolverá predominantemente sobre conhecimentos sistemáticos relacionados com a estrutura da Geografia.

Com base em diferentes autores podemos conceituar a estrutura de uma disciplina como uma série de generalizações fundamentais – princí-

pios, regras, proposições ou abstrações básicas que integram um campo de conhecimento em uma unidade, evidenciando indicadores de totalidade, coerência interna, fixando os limites de investigação. Por conseguinte, a estrutura define e limita um campo de estudo, organizando-o para ser compreendido e utilizado para criar novas proposições e conhecimentos.

Ao estruturar-se o presente programa houve a intenção de selecionar o conteúdo de modo a representar a estrutura conceitual da Geografia numa dimensão filosófica e metodológica, já referenciada, e que pareceu mais adequada e de grande alcance para o conhecimento e compreensão das estruturas e processos espaciais. Nesta linha de ação foram ordenadas as idéias geográficas mais significativas para o estudo do dinamismo dos **SISTEMAS ESPACIAIS**, em qualquer abordagem de escala.

Cabe ressaltar que como qualquer subcampo do conhecimento científico, nenhuma estrutura é rígida, mas altamente dinâmica. A revolução conceitual que vem se processando, atualmente, na própria Geografia denota uma diversidade de concepções.

Bruner e outros cognitivistas, preocupados com o processamento da informação, em qualquer disciplina, enfatizam a importância do ensino organizado em bases estruturais, com as seguintes justificativas:

- compreensão mais fundamental dos conceitos básicos de cada disciplina, que dão estrutura à mesma;
- a aprendizagem que não consegue captar os princípios gerais é mal recompensada numa perspectiva intelectual;
- conhecimento adquirido sem a base estrutural está fadado ao esquecimento;
- uma compreensão de princípios e idéias fundamentais parece ser a trajetória mais correta e adequada para a "transferência de aprendizagem".

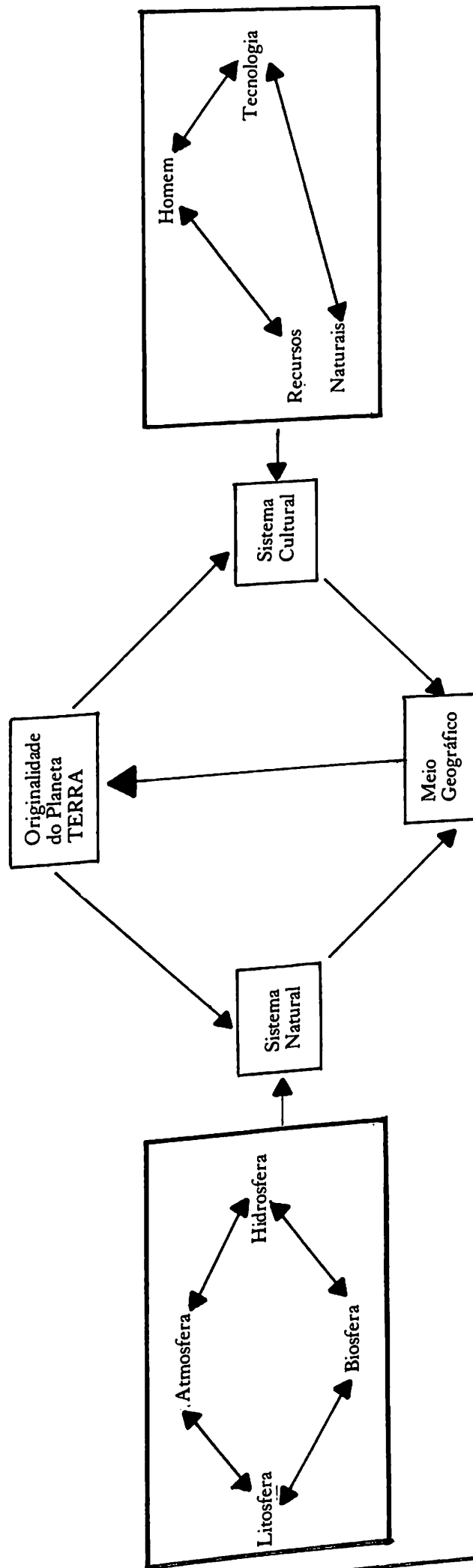
O enfoque sistêmico na montagem deste programa tem por objetivo integrar as diferentes variáveis estudadas pela Geografia, superando deste modo a dicotomia tradicional entre Geografia Física e Geografia Humana, e entre Geografia Geral e Geografia Regional. Assim, podem ser analisadas as relações espaciais mútuas dos fenômenos do meio geográfico, favorecendo a percepção global do espaço.

II – OBJETIVO GERAL DO ENSINO DA GEOGRAFIA

Com base no referencial teórico do Ensino de Segundo Grau, destacamos os seguintes objetivos:

1. Atitude valorativa: valorização do meio geográfico como fonte de recursos naturais finitos e substrato da atividade humana.
2. Atitude participativa: favorecer a atuação do educando na manutenção do equilíbrio ambiental, condição básica para a qualidade de vida.
3. Atitude criativa: busca de alternativas inovadoras capazes de encaminhar soluções viáveis aos problemas derivados da inserção humana nas paisagens geográficas.
4. Atitude cognitiva e produtiva: conhecimento e compreensão das estruturas e processos estruturadores das paisagens geográficas. Incorporação de princípios básicos relacionados aos diferentes meios geográficos, utilizando uma metodologia científica adequada.

SISTEMA GEOGRÁFICO



QUADRO 2	IDENTIFICAÇÃO DA PAISAGEM	IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO	IMAGEM 1	IMAGEM 2	IMAGEM 3	FOTOGRAFIAS GERAIS (*) FOTOGRAFIAS DE DETALHES SLIDES N.B.: ÁREAS DOMÍNIOS E REGIÕES (*) HORIZONTAIS E VERTICAIS QUANDO POSSÍVEL		
LOCALIZAÇÃO DA PAISAGEM	IDENTIFICAÇÃO DA PAISAGEM	IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO	ONDE ESTÁ A PAISAGEM NO PLANETA TERRA?			MAPA-MUNDI E GLOBO TERRESTRE		
GÊNESE DA PAISAGEM	COMPARAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO	OS FATORES FÍSICOS	OS FATORES HUMANOS		MAPAS-MUNDI RELEVO CIRCULAÇÃO ATMOSFÉRICA CIRCULAÇÃO OCEÂNICA DETALHES DA CIRCULAÇÃO SAZONAL MAPAS-MUNDI ÁREAS EXTRATIVAS ÁREAS DE PECUÁRIA ÁREAS AGRÍCOLAS DENSIDADE DEMOGRÁFICA E LOCALIZAÇÃO URBANA FATORES FÍSICOS FATORES HUMANOS		
CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM	CLASSIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO	CLIMA	HIDROLOGIA	SOLOS	FLORA E FAUNA	HABITAT	GRÁFICOS TERMO-PLUVIOMÉTRICOS TÍPICOS DETALHES CLIMÁTICOS COMPLEMENTARES GRÁFICOS DE VAZÃO FLUVIAL E, QUANDO POSSÍVEL, DO BALANÇO HÍDRICO DOS SOLOS PERFIS TÍPICOS DO SOLO INDICADORES TÍPICOS DA FLORA E DA FAUNA TIPOS DE HABITAT N.B. ESTRUTURA GEOLÓGICA, QUANDO IMPORTANTE PARA EXPLICAR CARACTERÍSTICAS.
A PAISAGEM INTEGRADA	CONCLUSÃO	IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO	RELEVO	RECURSOS NATURAIS	USO DO SOLO	PAISAGEM GEOLÓGICA	ÁREA - TIPO LOCALIZADA	EXPLICAÇÃO DA PAISAGEM - DETALHAMENTO DA ÁREA-TIPO - ABORDAGEM DA PAISAGEM A NÍVEL DE DOMÍNIO E DE REGIÃO
APLICAÇÃO			NOTA: ENFATIZAR PAISAGENS BRASILEIRAS					

Pré-requisitos	III – CONTEÚDOS a serem processados	
O sistema planetário. Orientação. Posição e coordenadas geográficas. Escala, cartas geográficas e globos. Litosfera: os grandes compartimentos da crosta; composição geológica; relevo. Hidrosfera: movimentos e composição das águas oceânicas, lagos e sistemas de drenagem. Atmosfera: constituição e compartimentação; elementos e fatores climáticos; circulação geral da atmosfera; tipos de climas. Distribuição da população. Movimentos da população. Composição da população. “Habitat” rural e urbano. As atividades econômicas. Significado dos recursos naturais e classificação.	1. Originalidade do planeta: – Interrelação dos grandes ambientes: litosfera, hidrosfera, atmosfera e biosfera (destacar o ciclo hidrológico como integrador). – Presença do homem. – Diferenciação espacial: interações locais dos fenômenos físicos, biológicos e humanos. – Localização das paisagens geográficas. 2. Paisagens geográficas e áreas tipo (o detalhamento do estudo está indicado no quadro anexo nº 2): – O homem e a floresta (tropical, temperada e conífera). – O homem e a savana (cerrado). – O homem e a estepe (campo). – O homem e os desertos. – O homem e a tundra. – O homem e as áreas polares. 3. Comparação das paisagens e áreas tipo.	– Diferenciação de áreas. – Integração e interação espacial de fenômenos. – Conservação dos recursos naturais (mesmo os renováveis são finitos). – Aproveitamento do meio geográfico, variando segundo padrões sócio-econômicos, tecnológicos e científicos. – Interdependência das áreas.

IV – DIRETRIZES GERAIS PARA AVALIAÇÃO DO BINÔMIO ENSINO-APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

A modalidade de avaliação deve ter os seguintes envolvimento:

- os objetivos da Lei 5.692/71;
- o objetivo geral dos Estudos Sociais no primeiro e segundo graus;
- os objetivos gerais do Plano Pedagógico ou Regimento da escola;
- os objetivos gerais e específicos da Geografia;
- os aspectos relacionados com a individualidade dos alunos;
- os aspectos relacionados com a interação social dos alunos;
- os padrões e dimensões de avaliação;
- os critérios e os instrumentos de avaliação.

O quadro nº 2 representa de forma expressiva a operacionalização, em termos estruturais, das informações geográficas desde os níveis mais simples de percepção espacial até os mais complexos. Tentou-se correlacionar todo o processo de ensino/aprendizagem em termos estruturais com os níveis graduais estabelecidos pela SEC, facilitando desta maneira o trabalho do professor; no mesmo sentido estão sugeridos os recursos considerados adequados para a implementação.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Econômica. São Paulo, Editora Atlas, S/A., 1975
- BIROT, Pierre. Geografia Física General. Barcelona, Vicens Vives, 1962
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Geografia da População. São Paulo, Companhia Editora Nacional e USP., 1971
- BLAIR, A. Thomas e FITE, C. Robert. Meteorologia. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S/A., 1964
- BLOOM, Arthur. Superfície da Terra. São Paulo, Edgard Ltda. e USP. 1970
- BRINKMANN, Roland. Geologia Geral. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, 1964
- BUNTING, Brian T. Geografia do Solo. Rio de Janeiro, Zahar, 1971
- CHABOT, G. e BEAUJEU-GARNIER, J. Geografia Urbana. Barcelona, Vicens-vives, 1970
- CHRISTOFOLETTI, Antônio. Geomorfologia. São Paulo, Edgard Blücher Ltda., 1974
- CLARK, Sydney P. Estrutura da Terra. São Paulo, Edgar Ltda. e USP. 1973
- DEBESSE-ARVISET, M.L. A Escola e a Agressão do Meio Ambiente. São Paulo, 1974
- DERRUAU, Max. Tratado de Geografia Humana. Barcelona, Omega, 1969
- DUMENGE, François. Geografia dos Mares. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967
- EHRlich, Paul R. e EHRlich, Anne H. População Recursos Ambiente. São Paulo, USP. e Polígono, 1972
- ERNST, W.G. Minerais e Rochas. São Paulo, Edgar Ltda. e USP. 1971
- ESTALL, R. C. e BUCHANAN, R. Ogilvie. Atividade Industrial e Geografia Econômica, Rio de Janeiro, Zahar, 1971
- FORS DYKE, A.G. Previsão do Tempo e Clima. São Paulo, 1975
- Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências. - . Livro Básico de Geologia e Ciências Afins. São Paulo, 1970
- FUNDAÇÃO IBGE. - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Atlas Nacional do Brasil
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Fundamentos de Geomorfologia. Rio de Janeiro, 1974
- FUNDAÇÃO IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dicionário Geológico-Geomorfológico. Rio de Janeiro, 1975

- FUNDAÇÃO I.B.G.E. – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Novas Paisagens do Brasil. Rio de Janeiro, 1972.
- FUNDAÇÃO IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. Migrações Internas e Suas Repercussões no Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, 1973
- GEORGE, Pierre. A Ação do Homem. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970
- GEORGE, Pierre et alii. A Geografia Ativa. São Paulo, Difusão Européia do Livro e USP, 1966
- GEORGE, Pierre. Geografia Econômica. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963
- GEORGE, Pierre. Geografia Rural. Barcelona, Ariel, 1969
- GEORGE, Pierre. O Meio Ambiente. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973
- GEORGE, Pierre. Panorama do Mundo Atual. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.
- . Investigando a Terra. São Paulo, MacGraw do Brasil Ltda., 2^ov. 1973 e 1976.
- HUECK, K. As Florestas da América do Sul. São Paulo, Universidade de Brasília e Polígono S/A., 1972
- JOLY, Aylthon Brandão. Conheça a Vegetação Brasileira. São Paulo, Universidade de São Paulo e Polígono, 1970
- JONES, Emrys. Geografia Humana. Barcelona, Nueva Colección Labor, 1966
- LACOSTE, Yves. Geografia do Subdesenvolvimento. São Paulo, Difusão Européia do Livro e USP., 1966
- LEINZ, Viktor e AMARAL, Sérgio Estanislau. Geologia Geral. São Paulo, Companhia Editoria Nacional, 1975.
- LÜTGENS, Rudolf. Los Espacios Productivos de la Economía Mundial. Barcelona, Omega, 1954
- MENDES, Josué Camargo. Conheça o Solo Brasileiro. São Paulo, Editora Polígono, 1968.
- MORGAN, W.B. e MUNTUN, R.J.C. Geografia Agrícola. Barcelona, Omega, 1975
- PAPY, L. y GOURU, P. Compendio de Geografia General. Madrid, Rialp, 1967.
- PATERSON, J.H. Geografia Econômica. Rio de Janeiro, Zahar, 1975
- POLANSKI, J. Geografia Física General. Buenos Aires, Eudeba, 1974
- POUNDS, N.J.G. Geografia do Ferro e do Aço. Rio de Janeiro, Zahar, 1966
- RAMPA, A.C. et alii. Geografia Dinâmica – Europa y Oceanía, Buenos Aires, 1963.
- RAMPA, A. C. et alii. Geografia General. Buenos Aires, Kapelusz, 1962
- STRAHLER, Arthur N. Geografia Física. Barcelona, Omega, S/A., 1974

- TAKEUCHI, H. et alii. A Terra um Planeta em Debate. São Paulo, Edart, 1974
- TREWARTHA, Glenn T. Geografia da População. São Paulo, Editora Atlas S/A., 1974
- WAGNER, Philip L. El Uso Humano de la Tierra. Madrid, Instituto de Estudios de Administracion Local, 1974
- ZELINSKI, Wilbur. Introdução à Geografia da População. Rio de Janeiro, Zahar, 1969

Elaboração de:

- Jucy Saraiva Osório
- Themis Drügg Eifler Ermida

Colaboração de:

- Ana Elisa Roennau Bott
- Egon Frederico Steyer
- Lúcia Ruschel da Silva Araújo
- Otília de Melo Canal
- Vera Regina Obino Martins
- Zilda Vargas

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA

I INTRODUÇÃO

O homem, ser racional livre e sociável, elemento primordial da nacionalidade, apresenta-se como núcleo de valores espirituais e é, por isso, o valor mais alto de uma nação. Origem da própria sociedade e fator necessário ao seu desenvolvimento, ao longo da História, é o homem que explora, valoriza e domina a terra e também aquele que, para viver melhor e mais ordenadamente, institucionaliza a vida em sociedade. Assim o Ser Humano é, também, o destinatário e o beneficiário da Ordem, por ele mesmo criada, segundo o critério do Bem Comum.

No grau de desenvolvimento em que começa a predominar o espírito de nacionalidade, a sociedade humana tende a procurar uma base física para ser habitada em caráter permanente e explorada sem interrupção. A comunidade nacional aspira a fixar-se em determinada extensão de terra e conservá-la íntegra sob seu domínio. Na terra, a comunidade estabiliza-se e as forças que a integram se tornam mais sólidas, pelo interesse comum em mantê-la e explorá-la em seu exclusivo proveito. Em suma, a existência de um certo espaço de terra é requisito normal para a constituição de uma Nação.

1. Papel da disciplina de Educação Moral e Cívica na formação de atitudes.

1.1. Pessoa e valor

Os objetivos nacionais, que consubstanciam as mais autênticas aspirações do povo, a vontade nacional e o próprio "Bem Comum", estão diretamente relacionados com a assertiva, de que o homem é a origem, o meio e o fim do desenvolvimento.

O "Bem Comum" é visualizado como um ideal que, além de contemplar o "bem estar", define um modelo de sociedade que permite pleno desdobramento das potencialidades humanas ao lado de exemplar compreensão e prática dos valores espirituais. O Desenvolvimento Nacional seria entendido, nesse sentido, como a otimização da capacidade do Poder Nacional, objetivando a consecução do "Bem Comum".

1.2. Pessoa e convivência

O homem vive e convive. Para coordenar esta convivência e disciplinar o conjunto variado das atividades humanas, a comunidade nacional se orienta segundo padrões sociais, econômicos e políticos, resultantes das características étnicas e culturais do homem, da natureza e peculiaridade da terra e das influências alienígenas. Esses padrões organizados da vida nacional, indispensáveis à ordem e progresso de uma Nação, conformam as instituições. Pode-se, portanto, dizer que as

instituições constituem o complexo integrado por idéias, normas, padrões de comportamento, relações humanas e, muitas vezes, um equipamento material, organizados em torno de interesses socialmente reconhecidos.

1.3. Pessoa e expressão

A Nação expressa-se pelo Poder Nacional. Assim, competirá à Política e à Estratégia Nacional dirigir a aplicação do Poder Nacional de modo a obter, de seu emprego, o máximo de efeitos positivos, uma vez que, além dos efeitos predominantes visados, sempre outros efeitos de ordem diversa serão produzidos.

Não existe predominância permanente ou institucional de nenhuma Expressão do Poder Nacional; qualquer prevalência será sempre circunstancial e episódica, ditada pela conjuntura, em razão da necessidade considerada de atingir determinado objetivo em certo campo e em certo prazo.

A decomposição didática do Poder Nacional em quatro Expressões – Política, Econômica, Psicossocial e Militar – visa a facilitar sobremaneira o trabalho de sua avaliação e, em consequência, de sua racional aplicação dentro de um processo de Planejamento da Política Nacional.

1.4. Pessoa e conhecimento

Em todos os campos do pensamento e da ação, o homem tem buscado imprimir a marca da racionalidade. A civilização pode ser compreendida como uma sedimentação de conhecimentos e de processos em que a razão vai paulatinamente se impondo em dois tipos fundamentais de relações: a do Homem com o meio e a dos Homens entre si.

A nação, como grupo social peculiaríssimo, por sua dimensão transtemporal e complexidade cultural, é realidade política que, no curso da história, desenvolve interesses vitais, aspirações características, que criam reações emocionais e convicção as quais se traduzem num comportamento peculiar do povo e de sua liderança.

1.5. Pessoa e produção

Os interesses nacionais encontram sua essencialidade em valores da natureza interna ou externa, representando uma relação entre o grupo nacional e algo que ele acredita indispensável no tempo e no espaço para sua determinação em condições existentes adequadas.

São portanto, os objetivos nacionais a cristalização de interesses e aspirações que, em determinada fase da evolução da comunidade, toda uma Nação busca satisfazer. Isto vale dizer que tanto melhor serão os objetivos nacionais atingidos quanto maior e eficiente for o Poder Nacional formado por um conjunto de meios políticos econômicos, psicossociais e militares.

O aperfeiçoamento e o acréscimo de eficiência do Poder Nacional são funções do Desenvolvimento. Índices crescentes de desenvolvimento implicam, necessariamente, no fortalecimento do Poder Nacional.

2. Aspectos legais

– O Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 estabeleceu a obrigatoriedade de Educação Moral e Cívica, em todos os estabelecimentos de ensino, em todos os graus e ramos de escolarização, no território nacional e

● fixou suas bases filosófico-constitucionais, (art. 2º, parágrafo único) as quais deverão motivar ação nos diversos campos de conhecimento, por parte de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado.

● O Decreto nº 68065 de 14 de janeiro de 1971, regulamentou o Decreto-Lei nº 869/69, dando outras providências.

● O Parecer 94/71 do CFE apresentou currículos e programas de Educação Moral e Cívica, ressaltando a importância do professor e de sua habilitação específica, traçando normas para o ensino da Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira.

● A Lei nº 5692/71, em seu Artigo 7º, inclui Educação Moral e Cívica, em caráter de obrigatoriedade, nos currículos plenos dos estabelecimentos, de acordo com o Decreto-Lei nº 869/69, ratificando no anexo ao Parecer nº 853/71 do Conselho Federal de Educação.

2.1. Idéias básicas

● Impregnar todos os assuntos dos programas das bases filosófico-constitucionais que determinam os fins da educação no Brasil.

● Considerar o homem como espírito e matéria, levando-o a realizar-se como pessoa humana e membro útil da Sociedade.

● Idealizar a Religião no sentido da re-ligação da criatura a seu criador, envolvendo Moral e Civismo:

– Civismo – vinculado a grupos maiores de direitos, deveres e atos morais;

– Moral – vinculada a princípios permanentes, originários de Deus.

● Levar o aluno à compreensão dos valores eternos, permanentes, imutáveis, verticais, criados pelo espírito, e valores mutáveis, transitórios, renováveis.

● Compreender que:

– Educação Moral e Cívica não é responsabilidade apenas da escola, mas também, da comunidade;

– o aperfeiçoamento do homem está sujeito ao influxo do meio onde vive, ao qual também, deverá dar sua colaboração;

– através da cidadania, o homem deverá chegar à Democracia como organização política que lhe oferece melhores condições para sua realização individual;

– Educação Moral e Cívica é necessária durante todo o processo de maturação do indivíduo, formando-lhe o caráter, integrando-o e tornando-o participante responsável da sociedade.

● Considerar que o conceito do Civismo deve ter em vista tais aspectos fundamentais:

Caráter – com base na moral, originária da ética, tendo por fonte Deus.

Amor à Patria – e às suas tradições.

Ação – intensa e permanente em benefício do Brasil.

– Educação Moral e Cívica, obrigatória em todos os sistemas, graus e ramos de escolarização, deverá atender às características de :

- a) Continuidade a ser planejada de tal forma que se integre com as demais disciplinas.
- b) Intensidade a ser organizada de modo que os assuntos e atividades referentes à formação ou aperfeiçoamento, objetivando o caráter e a progressiva formação Cívica do aluno, devem constar em todas as séries (situações de experiência (1)).

O Decreto-Lei nº 869/69 leva assim sua influência na formação do jovem, ao fixar Parágrafo Único do Artigo 2º que:

“as bases filosóficas de que trata deverão motivar a ação, nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado”.

Em decorrência, a totalidade dos currículos, no presente caso o de 2º grau, deverá ser reexaminada para que se impregne das bases filosóficas e se efetive a Organização Horizontal, isto é, a integração de disciplinas que compõem o currículo.

A Organização Horizontal oportunizará continuidade à dinâmica da Educação Moral e Cívica efetivada no 1º Grau (Currículo por Área de Estudo).

2.2 – Prescrições para a estruturação do currículo

– Na estruturação do currículo de 2º Grau, Educação Moral e Cívica deverá ser considerada como responsabilidade de todos os educadores, dos pais, dos demais membros da sociedade e não apenas da escola.

(1) A expressão: Situações de experiência substitui a de Prática Educativa com as mesmas conotações.

– Todo o esforço deverá ser feito para que influencie, igualmente, a educação assistemática realizada dentro d. comunidade, de modo que essa influência se estenda e prolongue no espaço e no tempo.

– Educação Moral e Cívica, no 2º grau, deverá constar ao menos em uma das séries, como disciplina.

– Os conhecimentos relativos a essa disciplina, deverão ser acompanhados ou resultantes de situações de experiência motivadas pelas bases filosóficas, em todo o ciclo da formação dos jovens desse Grau de ensino (Decreto-Lei nº 869/69 e Decreto nº 68.065/71).

– As situações de experiência deverão desenvolver-se através de todas as atividades escolares e complementares, inclusive quanto à organização e desenvolvimento de:

- Centros Cívicos
- Estudos de problemas brasileiros
- Atos Cívicos
- Promoções complementares (extra-classe)
- outras...
- Nesse sentido, a educação assistemática constituída por:
- TV
- Rádio
- Cinema
- Teatro
- Revistas, jornais etc..., é muito importante.

2.3. Carga horária

O Decreto nº 68.065/71 que regulamenta o Decreto-Lei nº 869/69, em seu Artigo 4º, Parágrafo 3º, dispõe o seguinte sobre a carga horária:

“A fixação do número de horas semanais destinadas à Educação Moral e Cívica, cabe aos estabelecimentos de ensino”.

Assim, cada estabelecimento de ensino oficial ou particular de 2º Grau fixará, em seu Plano Pedagógico ou Regimento o número de aulas semanais, de acordo com as determinações legais e as diretrizes e sugestões emanadas da SEC-RS.

II CONTEÚDOS BÁSICOS PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DA DISCIPLINA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.

De acordo com o Programa de Educação Moral e Cívica estabelecido pelo Conselho Federal de Educação (Parecer nº 94/71), o qual embasou os objetivos aqui apresentados, os conteúdos a serem desenvolvidos têm os seguintes enfoques:

- Dimensão pessoal do Homem.
- País – suas relações com o Mundo; sua problemática e metas.
- Intercâmbio de civilizações e culturas.
- Integração do Brasil na civilização Ibero-Americana e no contexto mundial.
- Relações internacionais.
- Símbolos Nacionais Brasileiros.

De acordo com o Decreto 23961/18.07.75, foi instituído o programa de Promoção Tributária denominado “ICM Pró Desenvolvimento”.

- Estado e Nação. Seu Desenvolvimento econômico e Social. Necessidades Públicas. Tributação. Deveres e Direitos do Homem em Sociedade.

III OBJETIVOS

1. Educação Moral e Cívica visa

- a “Formar ou aperfeiçoar o caráter do brasileiro e prepará-lo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores espirituais e morais da nacionalidade”.
- (Do Decreto-Lei nº 869/69)

- à Compreensão do Homem, de suas relações no grupo e dos grupos entre si, em uma dimensão espaço – temporal.

1.1 – Para o alcance desses objetivos os alunos do ensino de 2º Grau deverão:

Identificar e descrever

- Problemas brasileiros da atualidade: políticos, econômicos e socio-culturais.
- Os principais tributos da União, Estado e Municípios. Fato Gerador e Contribuinte.

- Metas governamentais brasileiras, visando ao desenvolvimento do País.
- A posição do Brasil no contexto mundial.
- Formas de integração do Brasil com outros países do mundo.
- Os símbolos Nacionais Brasileiros.

Comparar

- As diferentes formas com que se apresentam, entre as diversas regiões do Brasil, os problemas brasileiros identificados.
- As principais espécies de tributo entre si, segundo as suas características e importância.
- As alternativas adotadas pelo governo brasileiro na solução de um determinado problema, entre as diferentes unidades da Federação.
- As formas de relação do Brasil com os países americanos e os demais, no contexto mundial.
- A situação política, econômica e sociocultural brasileira da atualidade com a de outros países.

Concluir sobre:

- As metas governamentais brasileiras que visam ao desenvolvimento do País.
- Causas e conseqüências de problemas brasileiros na atualidade.
- Os tributos como fonte de recursos para o Governo, destacando-se o ICM como o de maior importância para o desenvolvimento econômico e social do Estado e do Município.
- A posição do Brasil no contexto mundial.
- As formas pelos quais o Brasil se relaciona com outros países do mundo.
- As diferentes formas de usar os Símbolos Nacionais Brasileiros.

Dar-se conta:

Da importância:

- de manter relações interpessoais amistosas e duradouras;
- de se interessar pela realização de tarefas propostas e em particular com alegria, em uma linha de constante cooperação;

– de conhecer e cumprir leis estabelecidas, tendo em vista a preservação do indivíduo e o bem comum.

Dispor-se:

– a aceitar críticas construtivas e a esforçar-se para revisar e mudar comportamentos à luz de evidências;

– a aceitar e acatar auxílio e experiência de outras pessoas;

– a contribuir para manutenção de um clima harmonioso no ambiente em que convive.

de modo a ser capaz de:

– auto-criticar-se construtivamente e a internalizar essa atitude como fonte de constante crescimento;

– desenvolver elementos para uma filosofia de vida com base em ideais democráticos;

– formular hipóteses para solucionar problemas identificados em determinados contextos, em termos científicos, ao invés de tomar posições amparadas em subjetivismo, preconceitos ou opiniões pré-estabelecidas.

– colaborar efetivamente para o cumprimento de leis, inclusive as que visam a preservar a integridade física do indivíduo, como por exemplo, as determinações sobre TRÂNSITO;

– Responsabilizar-se pelo pagamento espontâneo do tributo, consciente de sua contribuição para construção do Bem Comum.

– responsabilizar-se pela restauração e manutenção do equilíbrio ecológico.

– respeitar a propriedade pública e particular como uma das formas de respeito próprio.

Todos os objetivos aqui apresentados deverão ser operacionalizados na escola, em nível de sala de aula, considerando-se as características, as necessidades e as possibilidades dos alunos.

IV. AVALIAÇÃO

O Decreto nº 68.065/71 dispõe o seguinte:

Artigo 4º

Parágrafo 2º – Cada estabelecimento de ensino determinará em seu Regimento as normas e critérios de verificação de aproveitamento da

disciplina Educação Moral e Cívica, tendo em vista a sua índole peculiar. Atualmente as determinações supra citadas deverão ser expressas no Plano Pedagógico ou Regimento dos estabelecimentos.

Recomendamos sejam estabelecidos critérios para que se efetive um julgamento mais objetivo do rendimento da aprendizagem dos alunos no que se refere a conhecimentos, hábitos, atitudes e habilidades.

Aspectos básicos a serem desenvolvidos

Recomendamos que:

– a avaliação se refira a conhecimentos a serem adquiridos para esclarecer o aluno e embasar e orientar sua ação;

– seja enfatizada a ação dos alunos em termos de comportamentos adquiridos ao longo do estudo e em harmonia com os objetivos propostos pelo professor;

– a observação de situações de experiências vivenciadas pelos alunos deverão constituir um dos aspectos mais importantes da avaliação, pois consideramos que a mudança de comportamento é a evidência mensurável da realização da aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Educação Moral e Cívica – Documentos Básicos. Porto Alegre, PUC, 1971.

Manual Básico da Escola Superior de Guerra.
Rio de Janeiro, 1975

Programa de Promoção Tributária. “ICM Pró Desenvolvimento”, Secretaria da Fazenda.

RICHTER, Henrique, Estudo de Problemas Brasileiros. Porto Alegre, UFRGS, 1974.

SCHNEIDER, Odelcio et alii. Realidade Brasileira. Porto Alegre, Sulina, 1974.

Elaboração de:

– João Luís Soares Souto Mayor

Colaboração de:

- Angelica Sophia Costa Dias
- Anildo Holz
- Irene de Oliveira Leipnitz
- Norma F. Ligoeki
- Odir Mario R. Aléssio

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA

“Tenho consciência da dificuldade de estabelecer critérios rigorosos acerca da competência e da qualificação dentro destes campos (as disciplinas sociais). Sem dúvida, numa época em que todo mundo reconhece que muitos de seus problemas mais vitais dependem da compreensão do comportamento humano... e da ordem subjacente ao funcionamento de nossa variada sociedade, devemos admitir os grandes benefícios que se derivam do fato de que pessoas destacadas estudem essas questões”.

J. R. Openheimer

“A política é muito mais árdua do que a física”.

Albert Einstein

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA

I – INTRODUÇÃO

1.0 Fundamentos Legais

A disciplina Organização Social e Política do Brasil surgiu com a Indicação nº 1 de 24 de abril de 1962, do Conselho Federal de Educação. Ao atender as disposições dos artigos 9º, alínea e, 45 e 46 da Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a referida Indicação, em seu artigo 3º, caput, estabeleceu a Organização Social e Política do Brasil como uma das opções possíveis para que se completasse o número das disciplinas obrigatórias do Sistema Federal de Ensino, posicionando-a como passível de integrar o currículo pleno das 3ª e 4ª séries do então Ciclo Ginásial, conforme quadro exemplificativo anexo ao documento.

Posteriormente, o Parecer nº 4 de 4 de fevereiro de 1971, da Comissão Especial do Conselho Federal de Educação para a Educação Moral e Cívica, em sua parte II, item 3, estabeleceu que “no ensino médio, as duas disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil deverão figurar em, ao menos, uma série do ciclo ginásial e uma série do ciclo colegial”.

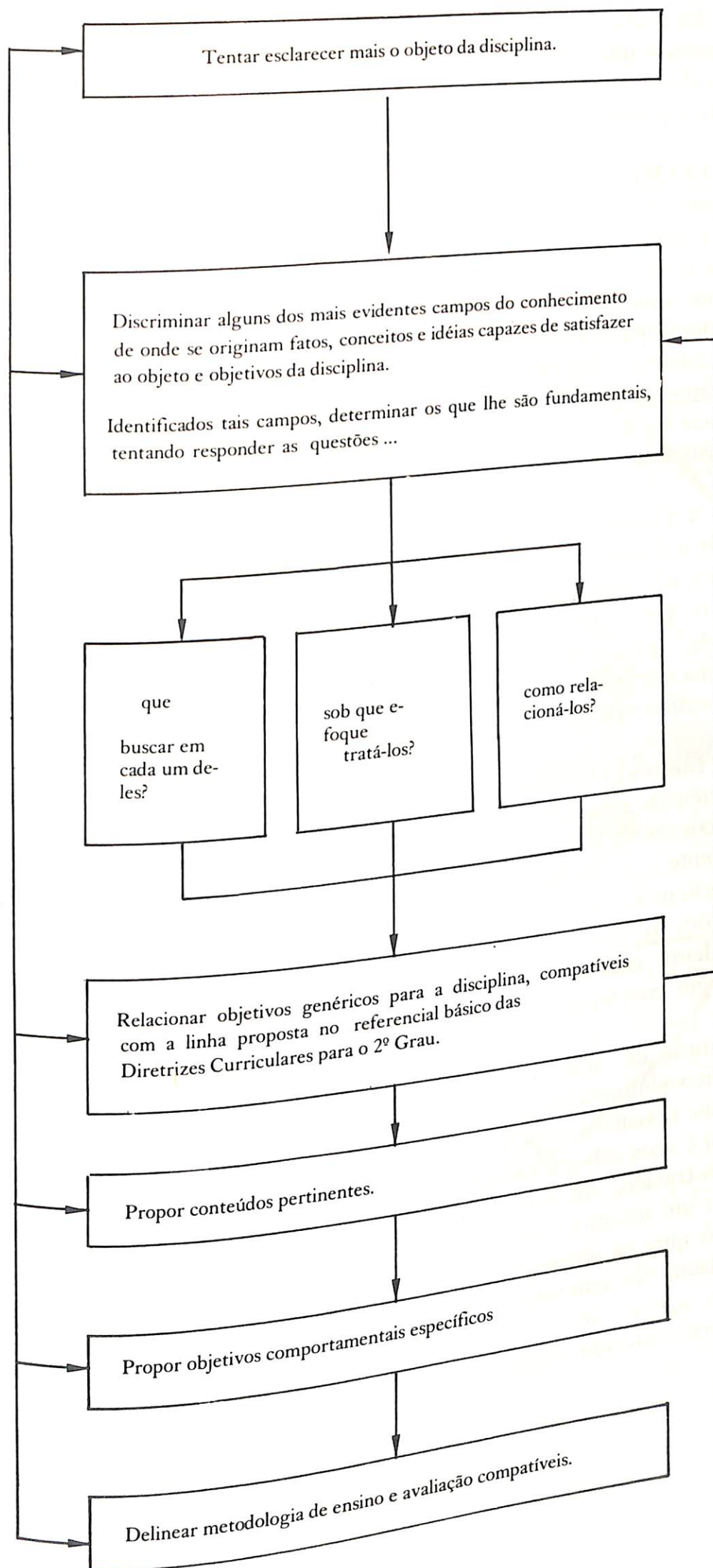
A Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971, em seu artigo 4º determina que “os currículos de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional”. A fim de esclarecer as matérias que constituem o núcleo comum, a Resolução nº 8/71 do Conselho Federal de Educação, em seu artigo 1º, alínea b, instituiu entre elas os Estudos Sociais que compreende – segundo o. § 1º, alínea b do mesmo artigo – a Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil. Estas, a nível de 2º grau, deverão ser tratadas como disciplinas, face ao Parecer nº 853/71 do Conselho Federal de Educação – “Das Matérias às Atividades, Áreas de Estudo e Disciplinas” – o que significa que as aprendizagens se farão predominantemente sobre conhecimentos sistemáticos...” (“predominância do sistemático sobre o ocasional”). Considerando o disposto pelo Parecer nº 94/71 do CFE e que para se formar uma visão mais clara de nossas peculiaridades sociais e políticas faz-se necessário o conhecimento de seus fundamentos históricos e do espaço geográfico brasileiro, parece ser mais conveniente que a OSPB componha o currículo pleno da 3ª série do 2º grau, a fim de que o alunado já possa contar, a tal

nível, com um embasamento sólido oferecido pela História, pela Geografia e pela Educação Moral e Cívica, abordadas preferencialmente nas séries precedentes, bem como, ainda, por outras disciplinas afetas à matéria Estudos Sociais, passíveis de inclusão na parte diversificada do currículo, conforme o previsto pela Resolução nº 97/72 do Conselho Estadual de Educação.

1.1 – A Estrutura da Disciplina.

Problemas e Proposições – A rigor não são conhecidos estudos sobre a estrutura da OSPB, se pressuposto um sentido bidimensional para o termo: o primeiro, compreendendo o conjunto de conceitos, proposições, princípios, idéias e generalizações da disciplina; o segundo, incluindo a organização, os métodos de investigação e de abordagem da matéria-prima própria de cada disciplina, envolvida na OSPB. Não constituindo por si mesma uma “ciência”, carece a OSPB de orientações mais precisas sobre seu objeto e enfoques. Tal fato, aliado à carência de habilitação específica para o professor que a leciona – segundo regulamentação complementar à LDB, seu ensino poderá ser ministrado por licenciados em Ciências Sociais, Geografia e História – vem causando um problema comum em nossas salas de aula: conforme a formação do professor, a abordagem dos conteúdos cinge-se a aspectos sociológicos genéricos, ou a um estudo perfunctório da Constituição Federal, ou à mera citação de fatos históricos ou geográficos, levando o alunado a uma percepção unilateral e, assim, deformada, do complexo integrado de relações que constitui a Organização Social e Política do Brasil.

Sem dúvida, o problema é complexo e sua solução exigiria estudos profundos por parte de uma equipe interdisciplinar, formação mais adequada para o professor e materiais de ensino compatíveis para se chegar à organização que nomeia a disciplina. Para se chegar à estrutura da OSPB, torna-se imprescindível a contribuição das diversas ciências sociais ou humanas e de campos organizados do conhecimento que lhes sejam afins. Não é, entretanto, pretensão desta diretriz curricular apontar respostas completas para os problemas da disciplina mas visa, sim, a partir desses, oferecer um subsídio que alerte o professor quanto às múltiplas facetas de sua disciplina, tão ricas e, por vezes, pouco exploradas. Assim:



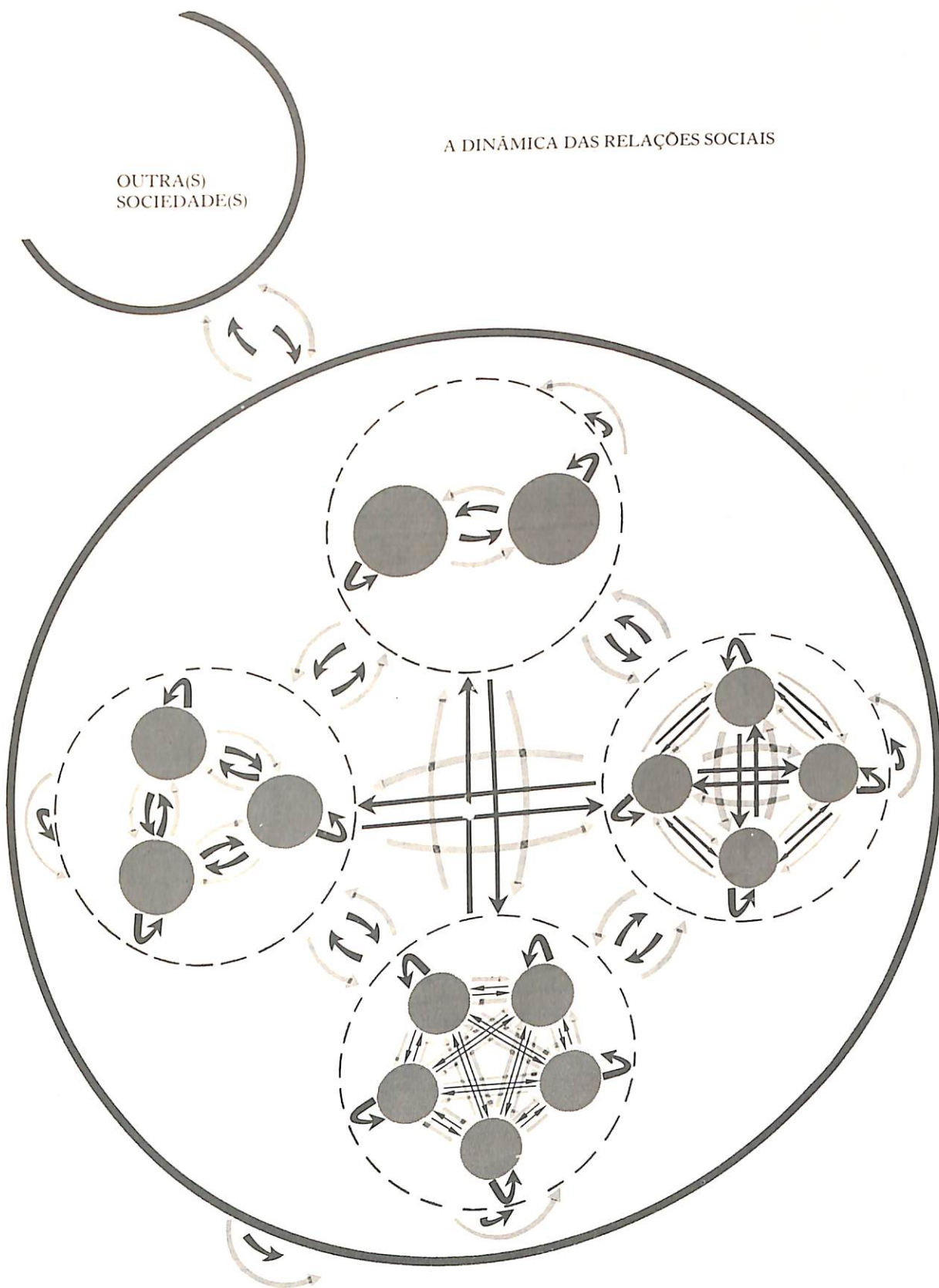
Ao tentar responder as três primeiras proposições acreditamos estar fornecendo um subsídio para a compreensão da estrutura da disciplina. A partir deste subsídio, as demais proposições visam orientar mais especificamente o processo ensino – aprendizagem.

O Objeto da Disciplina – Da investigação do complexo sistema de relações intra e interpessoais, intra e intergrupais em interdependência com o meio físico, desenvolveram-se ciências ou conjuntos organizados de idéias e/ou informações afins que procuram, através de métodos próprios ou por múltiplos empréstimos descrever e/ou explicar e/ou prever o comportamento humano, genericamente ou em face de dadas circunstâncias. Assim, o objeto de qualquer ciência social (ou dita “ciência humana”) é o homem em suas relações com seus semelhantes, não sendo possível dissociá-las da interação homem/meio físico do qual depende para sua subsistência.

A abrangência das ciências sociais é constante alvo de controvérsias, donde a necessidade de se adotar um enfoque sistêmico para os fenômenos sociais, por pressupor o esclarecimento de suas relações de interdependência, o que o torna, em suma, interdisciplinar. Conforme Durkheim (1964), “para uma certa avaliação é útil encarar a sociedade como um sistema integrado de partes mutuamente interrelacionadas e funcionalmente interdependentes”.

Boutwel (1972), lembra que... “as disciplinas que formam o âmago das ciências sociais são discerníveis na medida em que cada uma observa o comportamento humano de uma perspectiva conceitual e operacional diferente”. A disciplina Organização Social e Política do Brasil, por seu próprio nome, indicou o objeto de seu estudo: a estrutura e a dinâmica das relações interpessoais, intra e intergrupais mais significativas no espaço brasileiro, conforme relacionadas à ação do poder institucionalizado e também conforme determinadas ou determinantes desse próprio poder. Esse poder, criado pelo homem para regular seu comportamento na dinâmica de suas relações, se consubstancia na estrutura político-jurídico-administrativa vigente no Brasil. Assim, do complexo das relações sociais, ressalta-se o político. Mas, como acontece sempre que a dinâmica social é vista sob um enfoque sistêmico – grupo de elementos interrelacionados tratados em sua totalidade – toda ação humana pode ser vista tanto como um insumo, tanto como um processo, tanto como um produto, de forma que, na abordagem da OSPB não se poderá encarar o homem, por um lado, tão somente como paciente nem, por outro lado, tão somente como agente de seu meio, particularmente no que tange ao poder institucionalizado. Assim, veria a OSPB...

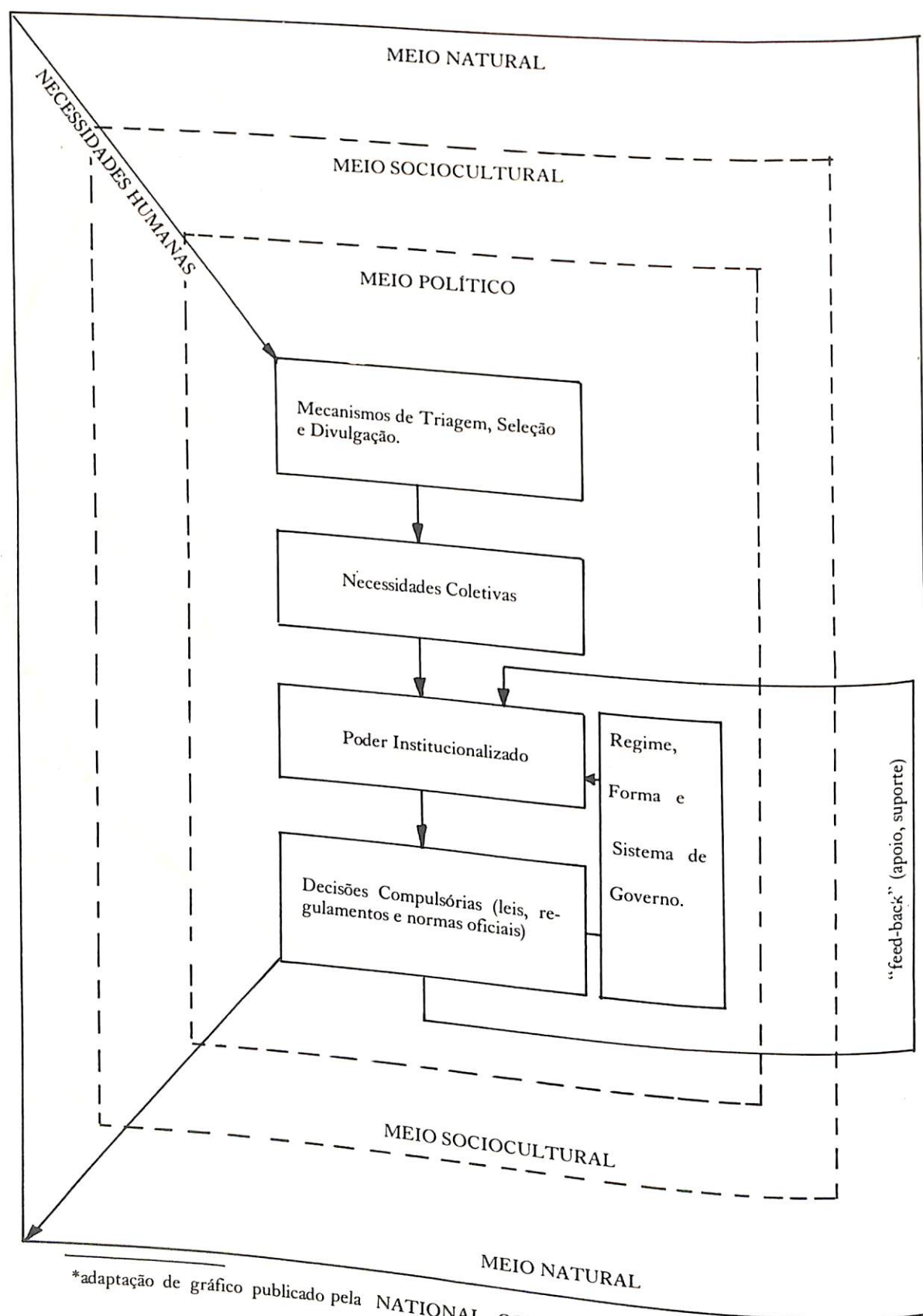
A DINÂMICA DAS RELAÇÕES SOCIAIS



ONDE:

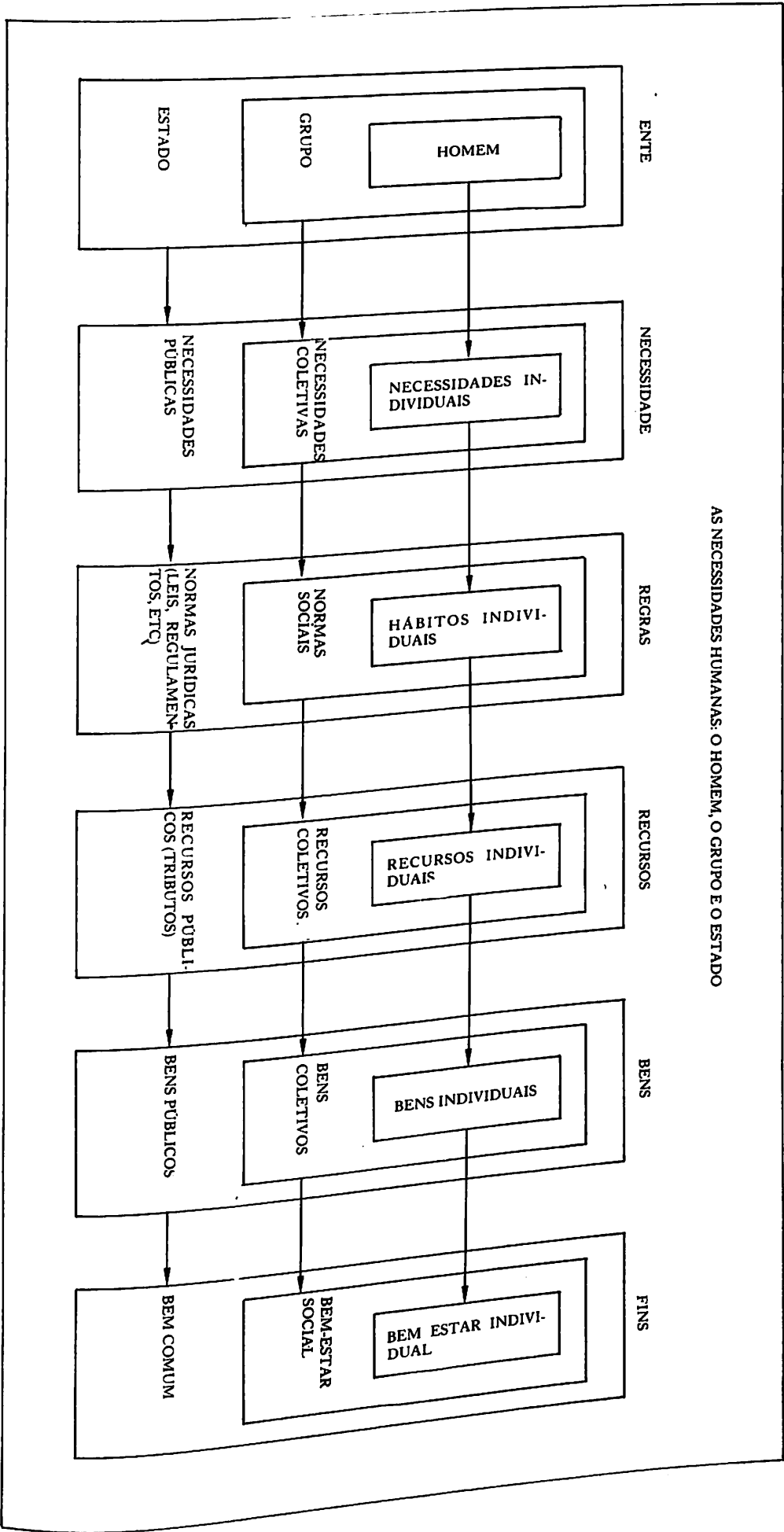
-  ser humano, em seu ambiente físico
-  grupo social, em seu ambiente físico
-  a sociedade
-  interrelações de qualquer natureza
-  interrelações políticas: a ação política parte do indivíduo ou o atinge, através do grupo

Ainda outra forma de representar a ênfase do político dentro do todo que constituem as relações sociais* como objeto da OSPB seria:



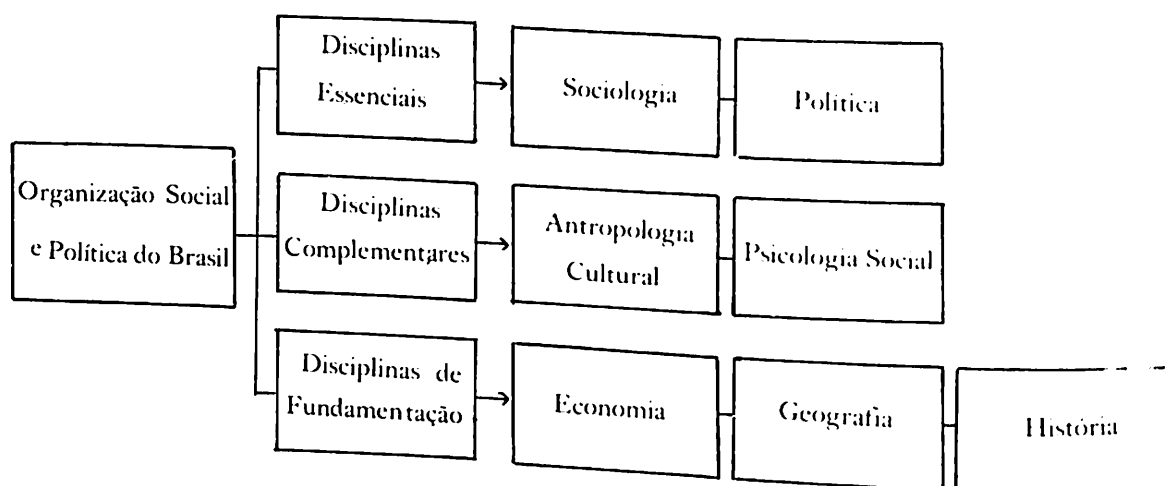
*adaptação de gráfico publicado pela NATIONAL COUNCIL FOR THE SOCIAL STUDIES.

Neste sentido, vê-se o Estado como o poder institucionalizado capaz de decidir compulsoriamente – através de seus organismos próprios – visando a consecução de sua finalidade, realizar o bem-comum que, em última análise, é a satisfação das necessidades públicas, conforme demonstra o quadro*seguinte:



* R.S. Secretaria da Fazenda, 1976

Os Campos do Conhecimento Manipuláveis pela OSPB – Tal é a dificuldade de se definir pontos limítrofes para o estudo dos fenômenos pelas várias ciências sociais – “humanas” em “lato sensu” – e pelas várias áreas de assuntos especializados (discutíveis quanto a se constituírem em “ciências”), que parece de valia alertar o professor da importância de um elenco de conhecimentos afins a serem levados em conta – como um subsídio preliminar para que possa perceber a estrutura de sua disciplina, que pode partir da seguinte formação:



Nos quadros que se seguem, sem pretensões de definir ou limitar as ciências em questão são tecidas considerações sobre suas peculiaridades, dentro da seguinte forma de apresentação:

COLUNA “A” – Indicação dos Campos do Conhecimento. Nesta coluna são lembrados alguns campos que têm no estudo do homem, enquanto ser social, seu objeto fundamental e que devem ser considerados pelo professor de OSPB.

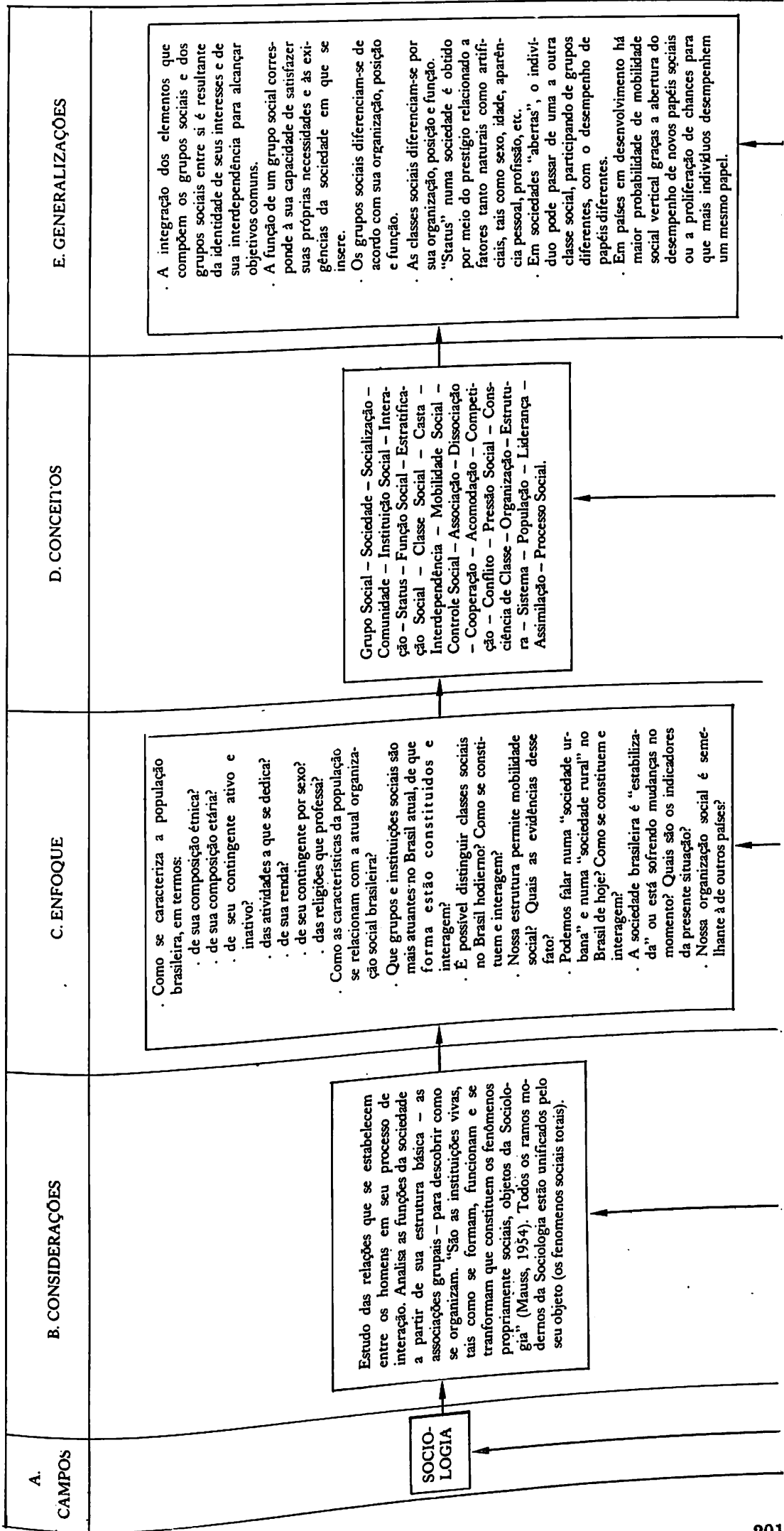
COLUNA “B” – Considerações sobre o Âmbito de Interesse dos Campos do Conhecimento Indicados. São feitas considerações sobre seus respectivos focos de estudo, alertando ao professor sobre a perspectiva pela qual tais ciências são vistas nestas diretrizes.

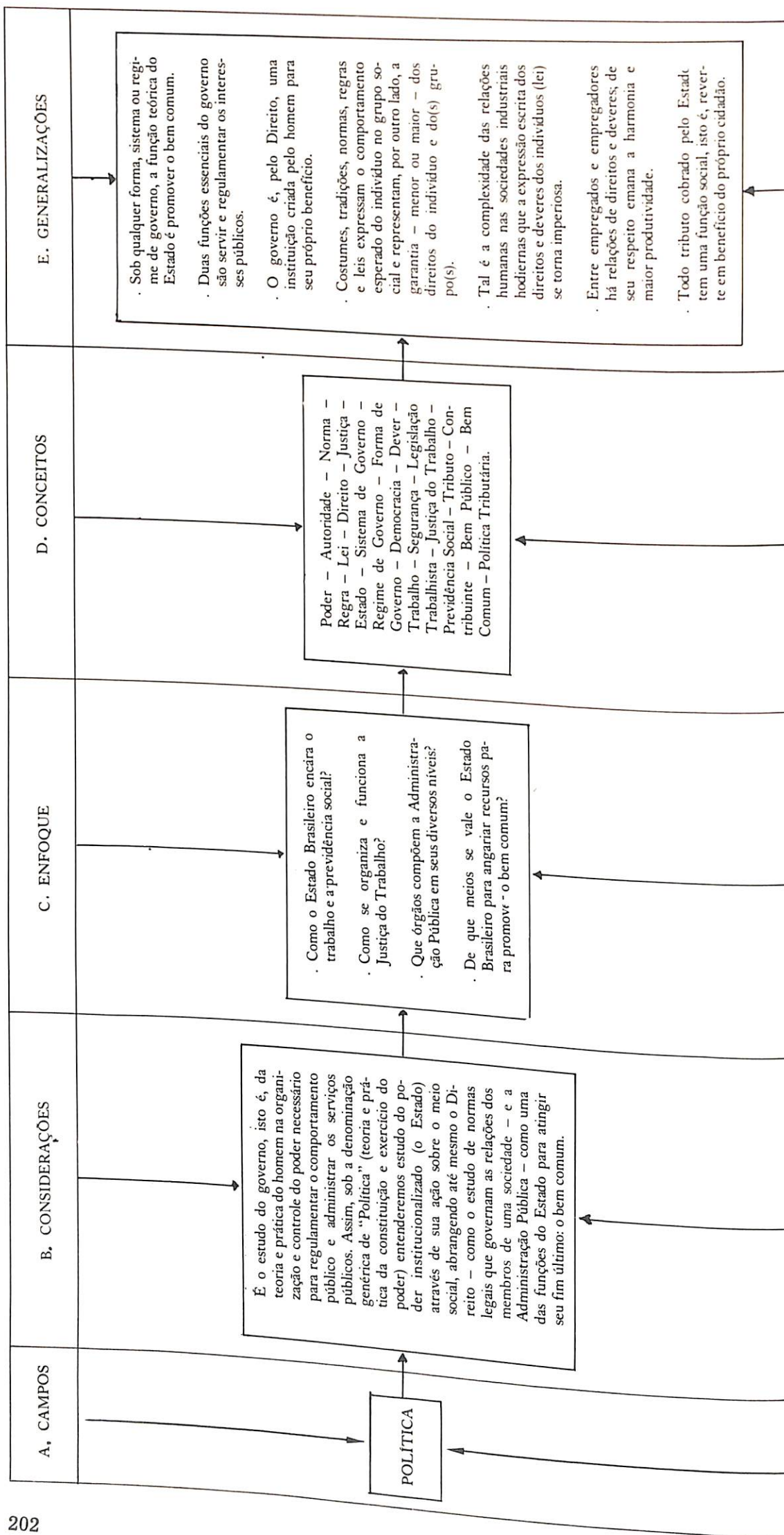
COLUNA “C” – Enfoque Dado em OSPB para as Ciências Indicadas. Considerando que a OSPB deverá ter integrado o currículo pleno de uma série do 1º grau como subárea dos Estudos Sociais e que, portanto, certos conteúdos já deverão ser de domínio do alunado, a contribuição de cada campo do conhecimento para a OSPB no 2º grau é apresentada sob a forma de perguntas que representam a fonte geradora de objetivos a serem atingidos.

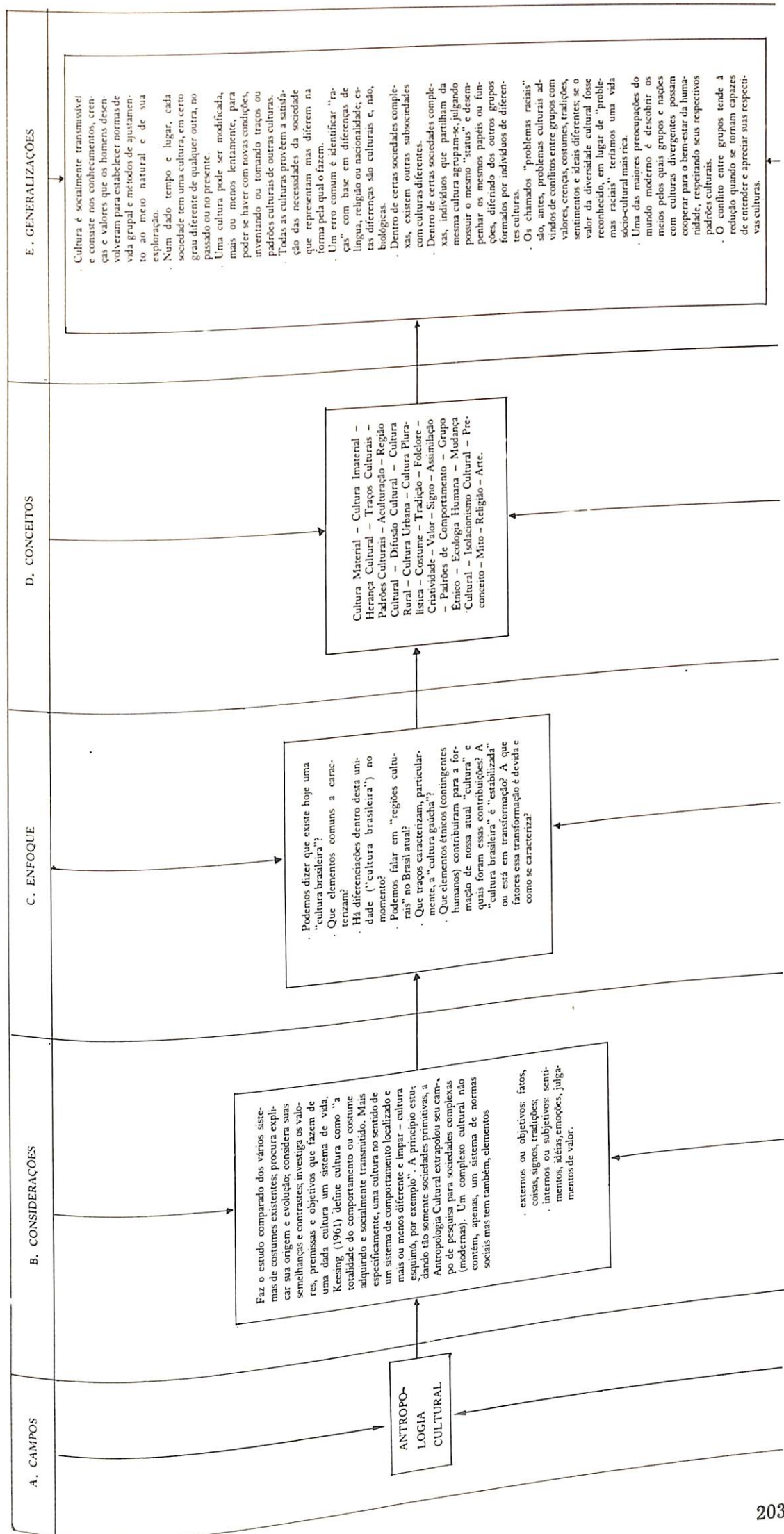
COLUNA “D” – Conceitos Evidentes. São lembrados alguns conceitos que servem de base aos campos de conhecimento listados e que poderão ser aprofundados e ampliados ao longo do processo ensino/aprendizagem. O fato de um determinado conceito estar circunstancialmente

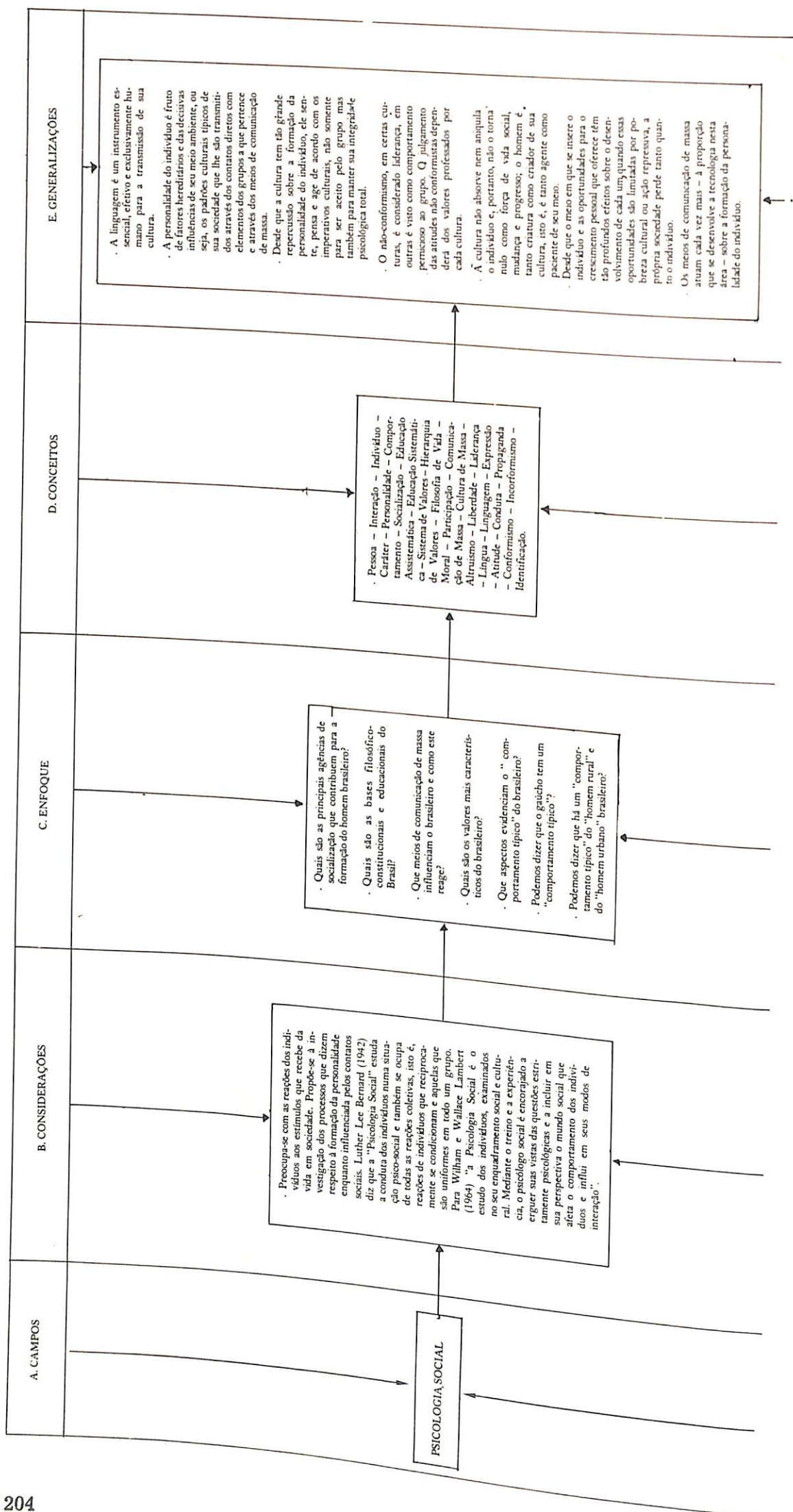
relacionado a um certo campo do conhecimento, evidentemente não significa que a sua aplicação seja particular a tal campo; seria correto, mas nada prático, repetí-lo sempre que relacionado a outras ciências.

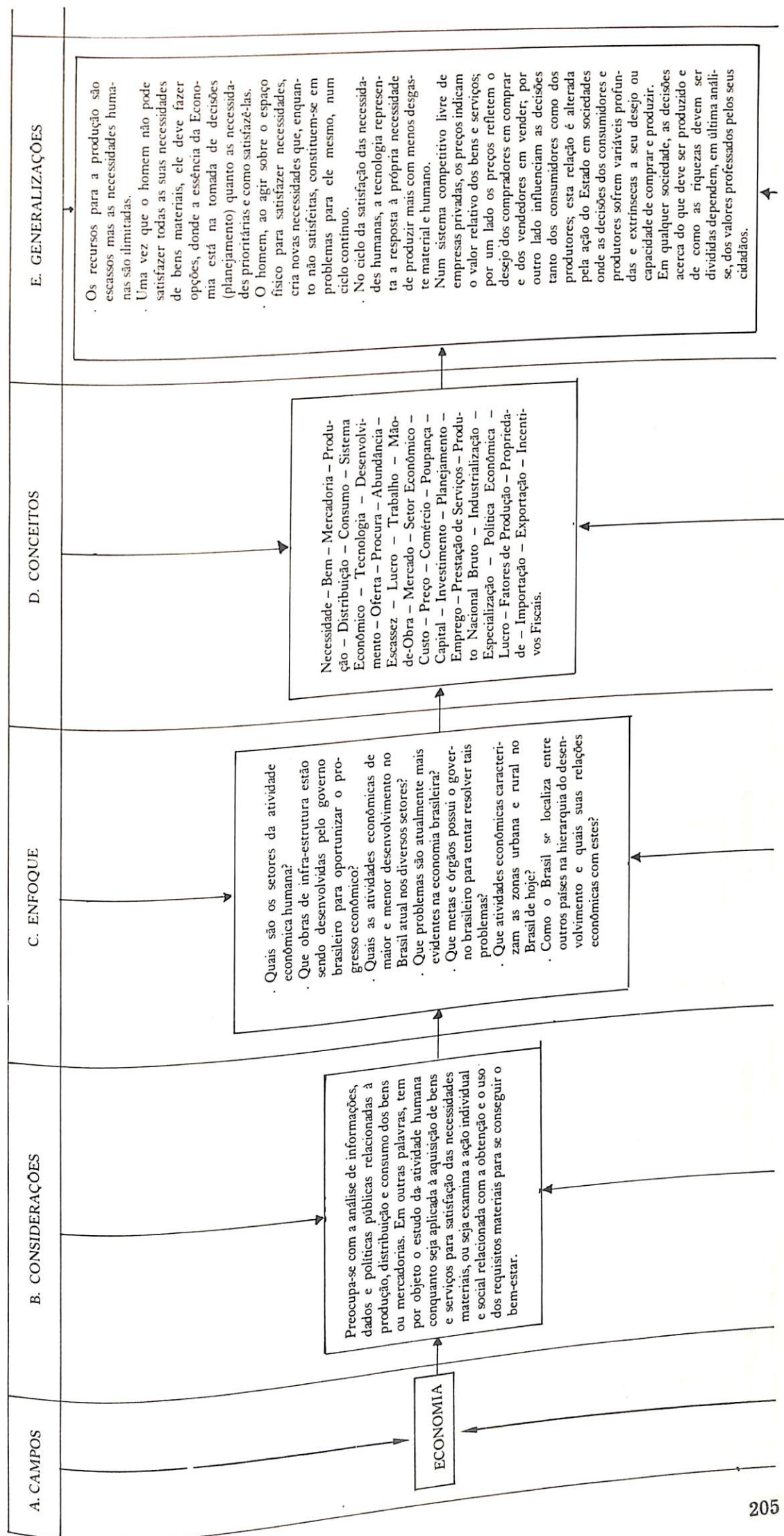
COLUNA "E" – São sugeridas algumas generalizações que poderão ser alcançadas pelo alunado. A relação entre as generalizações e os campos a que aparecem ligadas pode ser também circunstancial.

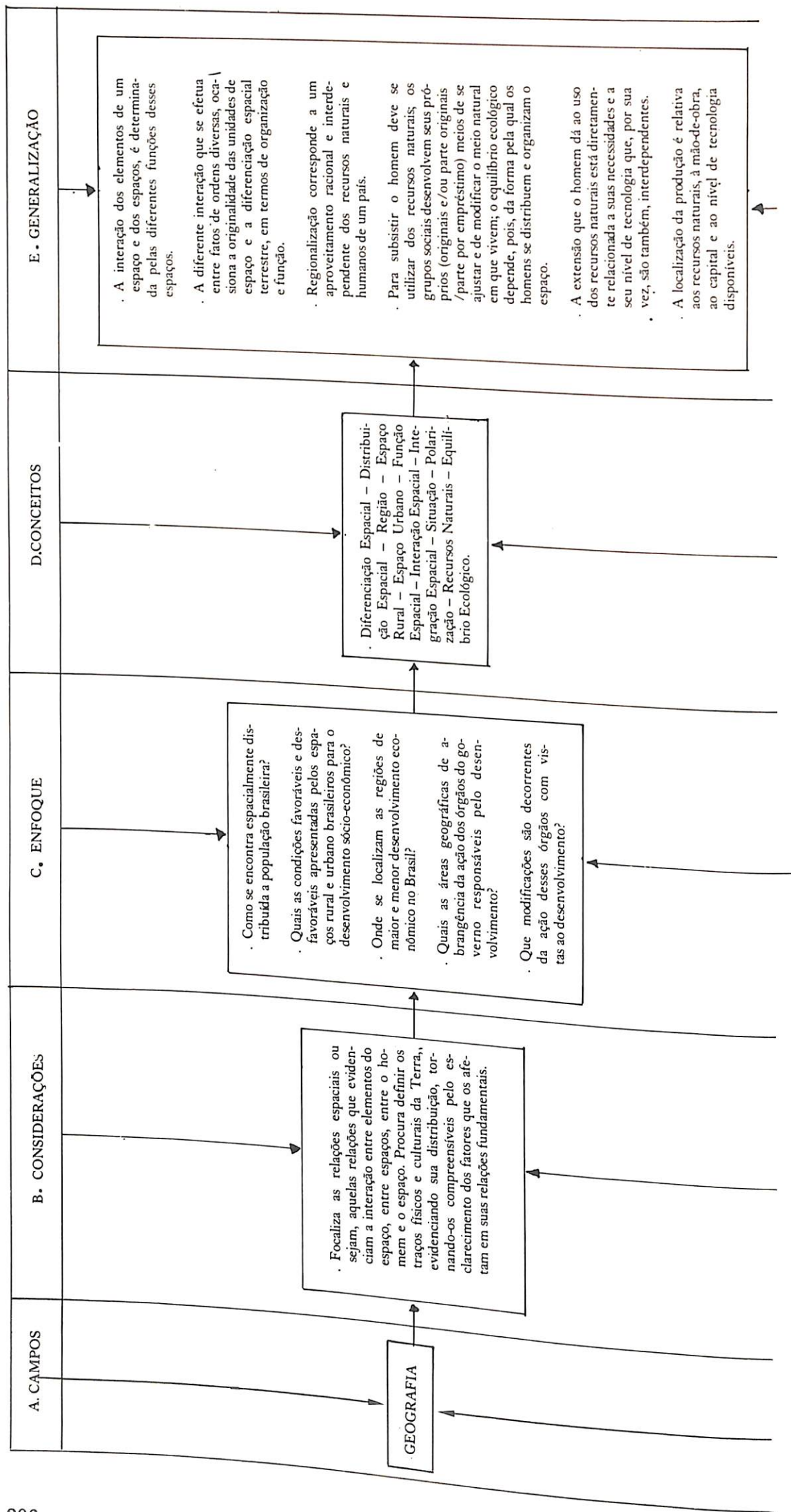


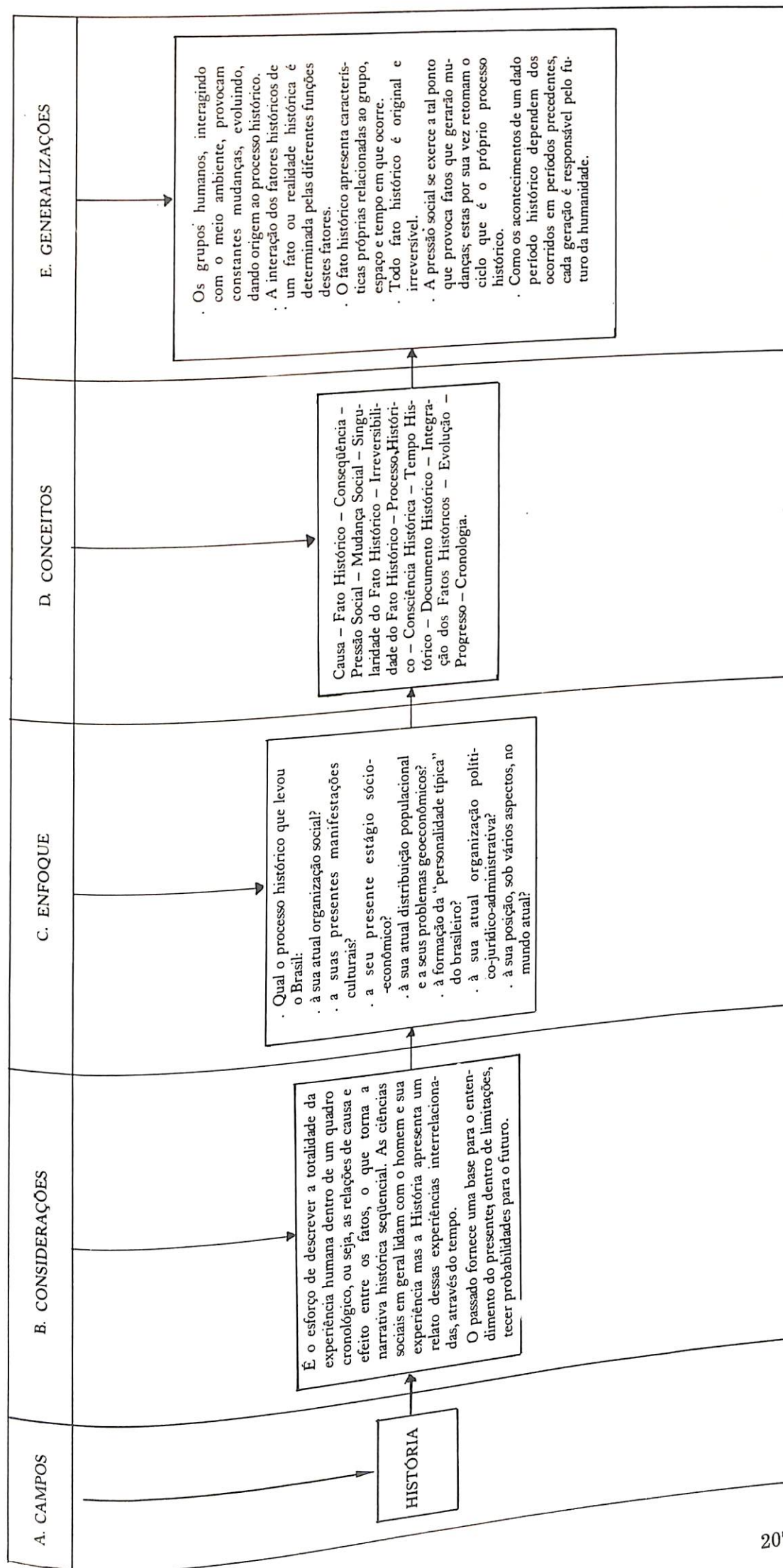












1.3 A OSPB: Uma Proposta de Currículo Humanista e Alternativa

Já procuramos esclarecer o objeto da disciplina e os campos do conhecimento mais evidentes que podem ser por ela manipulados. Para os campos essenciais procuramos identificar sua contribuição para a OSPB levantando questões, alguns conceitos e certas generalizações válidos para a disciplina, oferecendo, assim, subsídios para a compreensão da estrutura da OSPB. Tanto textual como simbolicamente, procuramos demonstrar a interdependência dos conteúdos levantados. Resta, portanto, organizar tais conteúdos sob a forma que mais de perto responde às necessidades imediatas do professor: os objetivos a serem atingidos pela orientação docente.

São os seguintes os objetivos gerais da disciplina para a presente proposta:

- . Oportunizar ao aluno a compreensão do próprio quadro referencial em que se insere e o atendimento e a apreciação das perspectivas dos outros.
- . Enfatizar e ampliar a compreensão da dignidade, do valor e da originalidade de cada indivíduo.
- . Proporcionar ao aluno uma idéia adequada da realidade sócio-econômica e cultural brasileira.
- . Contribuir para a compreensão dos valores que embasam o comportamento do brasileiro.
- . Ajudar o aluno a desenvolver, cuidadosamente, valores, atitudes e crenças.
- . Oportunizar a compreensão da ação do Estado para a satisfação das necessidades coletivas.
- . Contribuir para a compreensão dos princípios que regem o trabalho, a previdência social e a justiça trabalhista no Brasil.
- . Desenvolver o espírito cívico.

Para que tais objetivos, possam ser alcançados, são sugeridos alguns valores que poderão ser evidenciados no decorrer do processo ensino-aprendizagem, junto a tantos outros que partirão das oportunidades criadas pelo professor:

- . liberdade
- . igualdade
- . justiça
- . honestidade
- . verdade

- . responsabilidade
- . solidariedade
- . lealdade
- . segurança
- . equilíbrio
- . criatividade
- . racionalidade
- . espontaneidade
- . produtividade
- . originalidade
- . tolerância
- . expressividade
- . participação
- . honra
- . respeito à lei, à ordem, à herança cultural, à tradição, à vida, à natureza, à pessoa
- . dignidade
- . dedicação ao trabalho
- . bem-estar físico
- . bem-estar mental
- . bem-estar individual
- . bem-estar coletivo
- . consciência grupal
- . fé (crença)
- . iniciativa
- . liderança

O próximo quadro (item II) consta de:

- . proposição de conteúdos, advindos dos campos de conhecimento que estruturam a disciplina OSPB;
- . objetivos específicos, sob a forma de diferentes níveis que poderão ser atingidos pelo alunado;

Os conteúdos e objetivos pretendem qualificar esta proposta curricular como humanista e alternativa.

Humanista na medida em que:

- . o objeto da disciplina, é o homem, estudando seus padrões formais de comportamento conseguidos por intermédio da imposição de regras tradicionais (costumes) ou normas escritas que, por sua vez, são justificadas por valores, encarando o homem como agente e paciente de seu meio;
- . propõe objetivos “humanizadores”, isto é, que levam à liberação e valorização do aluno-pessoa-indivíduo-personalidade-universo em si mesmo. O professor notará que ao nível de “aplicar conhecimentos” (quadro de objetivos – item II) estarão visíveis comportamentos que expressam atitudes valorativas, participativas, criativas e produtivas, eminentemente liberadoras das potencialidades individuais.

Alternativa na medida em que:

- . propõe, uma variedade de conteúdos e objetivos que poderão ser selecionados ou abordados com maior ou menor ênfase na disciplina OSPB, conforme as peculiaridades do quadro curricular de cada estabelecimento de ensino.

Assim, por exemplo, se no currículo pleno de uma escola, em face da habilitação que oferece, estiver incluída a disciplina Direito e Legislação, a OSPB não abordará ou estudará superficialmente (para suprir lacunas ou constituir reforço) os conteúdos que envolvam o tema, evitando redundância. Esta possibilidade – compatibilizar conteúdos de OSPB com os de disciplinas de formação especial – justifica o volume, numa primeira vista exagerado, de proposições para um só ano letivo;

- . propõe variedade de conteúdos e objetivos que poderão ser adequados ao interesse do alunado, comumente relacionado à localização do estabelecimento de ensino conforme: situação sócio-econômica, maior ou menor proximidade de áreas onde predominam atividades econômicas do setor primário, secundário ou terciário e outros aspectos que influenciam as motivações do educando;

Ao selecionar os conteúdos o professor deverá, portanto, considerar:

- . o que os alunos já estudaram ou estão estudando em outras disciplinas, evitando qualquer abordagem histórica, geográfica ou antropológica, caso se demonstre o domínio desses conteúdos por parte dos alunos ou em caso de insuficiência de tempo;
- . enfatizar, sempre, os aspectos sociológicos e políticos enriquecendo-os sempre que possível.

II - CONTEÚDOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

(Comportamentos de Saúde para o Aluno de 2º Grau na Disciplina OSPB)

Objetivo da Matéria Estudos Sociais (Parecer 853/71 do CFE): "Ajustamento crescente do educando ao meio que é cada vez mais amplo e complexo, em que deve não apenas viver como conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual de seu desenvolvimento."



1. O Aspectos da Organização Social Brasileira

IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR	APLICAR CONHECIMENTOS
- os índices de crescimento demográfico brasileiro, no decorrer do processo histórico, e suas causas; - os índices de crescimento demográfico de outro(s) países, no decorrer do processo histórico, e suas causas;	- as causas do crescimento demográfico brasileiro, considerando seu processo histórico; - as causas do crescimento demográfico de outro(s) país(es), considerando seu(s) processo(s) histórico(s);	- os índices de crescimento demográfico brasileiro, em diferentes períodos históricos, considerando suas causas; - os índices de crescimento demográfico brasileiro com os de outro(s) país(es) considerando suas causas;	- as causas do crescimento demográfico brasileiro, segundo sua natureza; - o Brasil atual, no panorama internacional, segundo sua população;	- que a população de um país pode aumentar tanto pela imigração quanto pelo crescimento vegetativo; - que embora o crescimento da população brasileira revele um fenômeno comum a quase todos os países pré-industriais - ou seja, a aceleração de seu ritmo no pós-guerra pela redução das taxas de mortalidade provocada pela melhoria das condições sanitárias - no último decênio, graças ao desenvolvimento econômico e à urbanização, o Brasil iniciou a desaceleração demográfica pela redução da natalidade; - que o Brasil é um país de população jovem e de origens étnicas diversificadas; - que quanto mais elevado é o contingente inativo de um país, maior é a sobrecarga econômica sobre a	- interpretando e/ou elaborando gráficos relativos à população brasileira e de outro(s) país(es); - na solução de problemas envolvendo dados relativos à população brasileira e a de outro(s) país(es); - discutindo com propriedade aspectos relativos à situação demográfica brasileira e a de outro(s) país(es); - fazendo prognósticos sobre a população brasileira e a de outros(s) país(es) em face de dados atuais; efetuando censos em sua comunidade; - reconhecendo a responsabilidade do jovem em face do esforço dispendido pela população econômica ativa para sua manutenção e formação; - reconhecendo e respeitando (valorizando) a diversidade étnica e religiosa
- as características da população brasileira e as de outro(s) países na atualidade, em termos: - de sua composição étnica; - de seus contingentes ativo e inativo;	- as características da população brasileira e as de outro(s) país(es) na atualidade, em termos: - de sua composição étnica; - de seus contingentes ativo e inativo;	as características da população brasileira com as características da população de outro(s) país(es), considerando os termos de referência;	o Brasil, atual, no panorama internacional, com relação aos aspectos enfocados em sua constituição populacional;		

1.0 Aspectos da Organização Social Brasileira				
IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
- de sua estrutura etária; - de sua composição por sexo; - das atividades econômicas a que se dedica; - de sua renda; - das religiões que professa; - as consequências mais evidentes do crescimento demográfico brasileiro e as consequências do crescimento demográfico para outro(s) país(es);	- de sua estrutura etária; - de sua composição por sexo; - das atividades econômicas a que se dedica; - de sua renda; - das religiões que professa; - as consequências mais evidentes do crescimento demográfico brasileiro e as consequências do crescimento demográfico para outro(s) país(es);	as consequências mais evidentes do crescimento demográfico brasileiro com as consequências do crescimento demográfico para outro(s) país(es);	as consequências do crescimento demográfico, segundo sua natureza;	população economicamente ativa; - que no Brasil, a exemplo de outros países ainda em desenvolvimento, a maior parte da população ativa se dedica a atividades do setor primário; - que a proporção que a população cresce: - aumenta a demanda social de bens e serviços; - torna-se necessário explorar mais e novos recursos naturais; - aumenta a necessidade de espaço vital; - torna-se imperioso planejar para atender a crescente demanda social;
as principais correntes de migração interna no Brasil, no presente e no processo histórico, e suas causas;	as principais correntes de migração interna no Brasil, no presente e no processo histórico, e suas causas;	as principais correntes de migração interna no Brasil, atual e suas causas com as principais correntes de migração interna no Brasil, em diferentes períodos históricos, e suas causas;	as causas das principais correntes de migração interna no Brasil, segundo sua natureza;	- interpretando com propriedade os mecanismos que provocam as migrações internas; - dramatizando ("role playing") as causas que levam o brasileiro a migração interna; - realizando entrevistas com pessoas da comunidade de que são provenientes de outras partes do país para conhecer seus motivos, valores e atitudes; - percebendo e diferenciando os valores característicos dos diversos grupos e instituições de sua comunidade; - comprometendo-se (participando produtivamente) com os grupos e instituições de que faz parte;
os grupos e instituições sociais de influência mais evidente na sociedade brasileira atual, suas características e processos de interação;	os grupos e instituições sociais de influência mais evidente na sociedade brasileira atual, suas características e processos de interação;	entre si, os grupos e instituições de maior influência na sociedade brasileira atual, segundo suas características e formas de interação;	os grupos e instituições de influência mais evidente na sociedade brasileira atual, segundo suas características e formas de interação;	que os grupos sociais se diferenciam segundo sua organização, posição, função e formação histórica;

1.0 Os Aspectos da Organização Social Brasileira

Identificar	Descrever	Comparar	Classificar	Concluir	Aplicar conhecimentos
o processo histórico que levou à formação e evolução dos grupos e instituições de maior influência na sociedade brasileira;	o processo histórico que levou à formação e evolução dos grupos e instituições de maior influência na sociedade brasileira;	os grupos e instituições de maior influência na sociedade brasileira atual com grupos e instituições de outros períodos históricos, em termos de suas características e formas de interação;	os grupos e instituições de maior evidência no passado brasileiro, segundo suas características e formas de interação;	- que a integração dos elementos que compõem os grupos sociais entre si é fruto da identidade de seus interesses e de sua interdependência para alcançar objetivos comuns; - que os grupos e instituições brasileiras atuais refletem os valores que através do processo histórico, foram internalizados no povo, por múltiplas influências; - que é possível discernir tantas classes sociais num dado contexto quanto sejam os critérios ou perspectivas adotados para qualificação dessas classes;	- comunicando com objetividade suas observações sobre as formas de interação grupal perceptíveis em seu meio; - reconhecendo a influência dos grupos e instituições sociais no processo histórico brasileiro; - reconhecendo o valor e dignidade dos indivíduos qualquer que seja a "classe" que integrem; - relacionando-se igualmente com os colegas, independentemente de diferenças de "classe"; - observando e discutindo ordenadamente o "modus vivendi" característico de indivíduos de diferentes classes sociais; - elaborando e/ou interpretando gráficos; - levantando dados em sua comunidade organizando-os, comunicando-os com objetividade; - participando e/ou organizando campanhas em prol de sua comunidade; - reconhecendo a realidade do conceito de classe social e do posicionamento dos indivíduos em determinadas classes;
as classes sociais evidentes no Brasil de hoje e suas características;	as características das classes sociais evidentes no Brasil de hoje;	entre si, as classes sociais evidentes no Brasil de hoje, segundo suas características;	as classes sociais evidentes no Brasil de hoje, segundo suas características;	- que as classes sociais discerníveis no Brasil de hoje são resultantes do processo histórico representativo das relações homem/mundo, através do tempo; - que o próprio conceito de classe social se modifica conforme as peculiaridades históricas de um determinado período; - que o posicionamento de um indivíduo numa determinada classe depende de múltiplos fatores, incluindo até mesmo aspectos subjetivos;	
os indicadores que posicionam o homem brasileiro numa determinada classe no presente e o posicionaram no passado;	os indicadores que posicionam o homem brasileiro numa determinada classe no presente e o posicionaram no passado;	os indicadores que posicionam o homem brasileiro numa determinada classe no presente com os indicadores que o posicionaram no passado;	os indicadores que posicionam um indivíduo numa certa classe, segundo sua natureza;		

1.0 Aspectos da Organização Social Brasileira				
IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
os canais de mobilidade social mais facilmente observáveis no Brasil de hoje e no passado;	os canais de mobilidade social mais facilmente observáveis no Brasil de hoje e no passado;	os canais de mobilidade social mais facilmente observáveis no Brasil de hoje e no passado;	os canais de mobilidade social segundo sua natureza;	- que as classes sociais se diferenciam por sua posição e valores que seus componentes possuem; - que a sociedade brasileira, por suas características, permite uma mobilidade social evidente; - que a mobilidade social é devida, principalmente, a fatores de ordem econômica;
as características particulares de organização da "sociedade urbana" e da "sociedade rural" brasileiras e o processo histórico de sua formação;	as características particulares de organização da "sociedade urbana" e da "sociedade rural" brasileiras e o processo histórico de sua formação;	as características particulares de organização da "sociedade urbana" e da "sociedade rural" brasileiras;	comunidades em "urbanas" ou "rurais" segundo suas formas características de organização social;	- que a organização social brasileira, dentro de sua homogeneidade relativa, apresenta diferenças bem discerníveis; - que as diferenças de organização social entre comunidades urbanas e rurais têm explicação, em sua maior parte, em contingências históricas; - que a medida que o país se desenvolve, tendem a diminuir as diferenças extremas entre as características dos meios urbano e rural;
os problemas sociais mais evidentes no Brasil de hoje e os de outro(s) país(es);	os problemas sociais mais evidentes no Brasil de hoje e os de outro(s) país(es);	os problemas sociais mais evidentes no Brasil de hoje e os de outro(s) país(es);	o Brasil, no panorama mundial, em termos dos problemas sociais que apresenta;	- participando e/ou promovendo campanhas em prol de sua comunidade; - traçando paralelos entre o Brasil e outro(s) país(es) em termos de seus problemas sociais; - reconhecendo a responsabilidade do cidadão brasileiro na obra do desenvolvimento.

2.0 Aspectos da Organização Econômica Brasileira					
IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR	APLICAR CONHECIMENTOS
- os setores da atividade econômica humana e suas respectivas atividades características; - os fatores de produção; - as atividades econômicas de maior desenvolvimento no Brasil e em outro(s) país(es) e sua importância para os respectivos contextos nacionais; - as atividades econômicas de importância para o Brasil que ainda carecem de maior desenvolvimento e as atividades que ainda carecem de desenvolvimento em outro(s) país(es); - os elementos de infraestrutura econômica necessários ao desenvolvimento da economia brasileira e de outro(s) país(es) e a ação dos respectivos governos para dotá-los dessa estrutura;	- as atividades características dos diversos setores econômicos; - os fatores de produção; - as atividades econômicas de maior desenvolvimento no Brasil e em outro(s) país(es) e sua importância para os respectivos contextos nacionais; - a importância das atividades econômicas ainda insuficientemente desenvolvidas no contexto brasileiro e no de outro(s) país(es); - a ação do(s) governo(s) no sentido de dotar seu(s) país(es) dos elementos de infraestrutura necessários ao desenvolvimento da(s) economia(s) nacional(is);	- os setores econômicos entre si, segundo as atividades que os caracterizam; - os fatores de produção entre si, segundo sua essência; - o Brasil com outros países em termos das atividades econômicas de maior desenvolvimento no território nacional; - o Brasil com outros países, em termos das atividades econômicas que ainda carecem de maior desenvolvimento no contexto nacional; - o Brasil com outros países quanto aos elementos de infraestrutura que oferecem às respectivas economias nacionais;	- as atividades econômicas desenvolvidas pelo homem, por setores; - os fatores de produção segundo sua essência; - o Brasil, entre outros países em termos das atividades econômicas de maior desenvolvimento no território nacional; - o Brasil, entre outros países, em termos das atividades econômicas que ainda carecem de maior desenvolvimento no contexto nacional; - os elementos de infraestrutura necessários ao desenvolvimento econômico, segundo sua natureza;	- que cada setor da atividade econômica é dotado de função própria no contexto das relações de produção, distribuição e consumo; - que a conjugação dos fatores de produção é condição essencial para o desenvolvimento econômico; - que o Brasil ainda é um país predominantemente agrícola; - que o Brasil é um país em desenvolvimento e, por isso, os aspectos "tradicionais" de sua economia vêm sofrendo mudanças, o que acarreta constante desequilíbrio; - que o Brasil ainda carece da exploração de muitas de suas riquezas naturais;	- observando, relacionando e comunicando com objetividade problemas econômicos da comunidade; - imaginando soluções possíveis para problemas econômicos da comunidade, elaborando "projetos" e planos da ação; - interpretando e elaborando gráficos e mapas; - organizando e/ou participando de campanhas em prol da comunidade; - participando produtivamente de uma atividade econômica;

2.0 Aspectos da Organização Econômica Brasileira				
IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
- as metas e órgãos do governo no sentido de desenvolver o país e sanar problemas econômicos evidentes; - as atividades econômicas mais características das zonas urbana e rural brasileiras; - os problemas econômicos mais evidentes no contexto nacional;	- as metas e funções dos órgãos do governo no sentido de desenvolver o país e sanar problemas econômicos evidentes; - as atividades econômicas mais características das zonas urbana e rural brasileira; - os problemas econômicos mais evidentes no contexto nacional; - o processo histórico que levou o Brasil a seu atual perfil econômico;	- entre si, os diferentes órgãos do governo no sentido de desenvolver o país e sanar problemas econômicos evidentes, segundo suas funções e áreas de abrangência; - as atividades econômicas mais características da zona urbana com as da zona rural no Brasil; - o Brasil com outros países em termos de problemas econômicos evidentes no contexto nacional; - os aspectos da economia nacional em diferentes períodos históricos;	- os diferentes órgãos do governo no sentido de desenvolver o país e sanar problemas econômicos evidentes, segundo suas funções e áreas de abrangência; - as atividades econômicas mais características das zonas urbanas e rural brasileiras, por setores; - o Brasil na hierarquia do desenvolvimento; - diferentes momentos da evolução econômica do Brasil em "ciclos" distintos;	CONCLUIR - que para que se processe o desenvolvimento são necessárias obras de infraestrutura que sirvam de base para o progresso dos diversos setores econômicos; - que iniciativa estatal e iniciativa privada conjugam esforços no sentido de desenvolver o país, sanando seus problemas, segundo planejamentos; - que há interdependência entre a demanda de bens de consumo e desenvolvimento tecnológico; - que à proporção que o país se desenvolve, diminuem as características extremas das zonas urbana e rural; - que o Brasil está integrado no contexto econômico mundial e, por isso, seus próprios problemas, em parte, independem da ação exclusivamente interna; - que nosso perfil econômico atual é fruto da evolução histórica; APLICAR CONHECIMENTOS - percebendo e diferenciando os valores que motivam a ação econômica de indivíduos ou grupos; - efetuando levantamento das atividades econômicas características de sua comunidade; - discutindo com critério problemas da economia nacional e de outro(s) país(es). - interpretando e elaborando gráficos demonstrativos da economia nacional em diferentes períodos históricos;

IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR	APLICAR CONHECIMENTOS
as metas e órgãos do governo no sentido de desenvolver o país e sanar problemas econômicos evidentes;	as metas e funções dos órgãos do governo no sentido de desenvolver o país e sanar problemas econômicos evidentes;	entre si, os diferentes órgãos do governo no sentido de desenvolver o país e sanar problemas econômicos evidentes, segundo suas funções e áreas de abrangência;	os diferentes órgãos do governo no sentido de desenvolver o país e sanar problemas econômicos evidentes, segundo suas funções e áreas de abrangência;	que para que se processe o desenvolvimento são necessárias obras de infraestrutura que sirvam de base para o progresso dos diversos setores econômicos;	percebendo e diferenciando os valores que motivam a ação econômica de indivíduos ou grupos;

IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR	APLICAR CONHE- CIMENTOS
- as diferentes conotações dadas a palavra cultura; - os elementos étnicos que contribuíram para a formação da cultura brasileira, suas respectivas contribuições e o valor dessas contribuições;	- os diferentes significados de que se reveste o termo cultura; - as contribuições mais evidentes dos diferentes elementos étnicos que levaram à formação da cultura brasileira; - o valor das contribuições dos diferentes grupos étnicos na formação da cultura brasileira;	- o significado antropológico do termo cultura com outras conotações assumidas pelo termo; - as contribuições mais evidentes dos diferentes elementos étnicos que levaram à formação da cultura brasileira, segundo a natureza dessas contribuições;	as contribuições mais evidentes dos diferentes elementos étnicos que levaram à formação da cultura brasileira, segundo a natureza dessas contribuições;	- que embora variem as conotações dadas ao termo cultura este é, de uma forma ou de outra, relacionado ao acervo das realizações do homem; - que diferentes grupos étnicos contribuíram para a formação da cultura brasileira e que, portanto, nossa cultura é rica e complexa; - que um erro comum é identificar "raças" com base em diferenças de língua, religião ou nacionalidade; essas diferenças são culturais e, não, biológicas; - que os chamados "problemas raciais" são, muitas vezes, "problemas culturais" advindos de conflitos entre grupos com valores, crenças, costumes, tradições e ideais diferentes; - que se o valor da diversidade cultural fosse reconhecido, em lugar de "problemas raciais" teríamos uma vida sócio-cultural mais rica; - que cultura é socialmente transmissível; - que nossos atuais traços e padrões culturais são decorrentes do processo histórico; - que a grande extensão territorial do Brasil e as influências dos diferentes grupos étnicos através do processo histórico, causaram traços e padrões culturais regionais;	- utilizando corretamente a palavra cultura conforme o significado que assume no contexto frasal; - organizando e/ou participando de campanhas, associações ou iniciativas diversas em prol da divulgação da contribuição e do valor dos diferentes grupos étnicos na formação da cultura brasileira; - desenvolvendo toda forma de expressão para representar valores, hábitos, costumes, tradições e sentimentos característicos da cultura nacional; - reconhecendo a importância da cultura nacional como elemento de integração do povo; - reconhecendo a riqueza e complexidade da cultura brasileira; - valorizando os traços e padrões culturais característicos da cultura brasileira; - organizando e/ou participando de campanhas, associações ou iniciativas em prol da divulgação dos padrões e traços característicos da cultura brasileira; - reconhecendo a importância do processo histórico na formação da cultura brasileira; - valorizando e defendendo a cultura gaúcha;
- os padrões e traços culturais característicos da cultura brasileira e da cultura de outra(s) sociedade(s); - o processo histórico que levou à formação da cultura brasileira; - os padrões e traços culturais, característicos da cultura gaúcha;	- os padrões e traços característicos da cultura brasileira e da cultura de outra(s) sociedades(s); - o processo histórico que levou à formação da cultura brasileira; - os padrões e traços característicos da cultura gaúcha;	- os padrões e traços característicos da cultura brasileira, com o(s) de outra(s) sociedade(s); - os padrões e traços característicos da cultura gaúcha com os de outras cultura;	- os padrões e traços característicos da cultura brasileira segundo sua natureza; - os padrões e traços característicos da cultura gaúcha segundo sua natureza;		

3.0 O Brasileiro e suas Manifestações Culturais					
IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR	APLICAR CONHECIMENTOS
- os traços e padrões culturais característicos das zonas urbana e rural brasileiras; - o processo histórico responsável pelas diferenças culturais entre zona urbana e rural; - os traços e padrões culturais externos que estão influenciando a cultura brasileira, no momento atual; - os traços e padrões da cultura brasileira que foram difundidos em outras culturas;	- as zonas urbana e rural brasileiras, em face de suas características culturais; - o processo histórico responsável pelas diferenças culturais entre zona urbana e rural; - os traços e padrões culturais externos que atualmente influenciam a cultura brasileira; - os traços e padrões da cultura brasileira que foram difundidos em outras culturas;	- a zona urbana com a zona rural no Brasil segundo suas características culturais; - os traços e padrões culturais externos que atualmente influenciam a cultura brasileira, segundo sua natureza, com os traços e padrões da cultura brasileira que foram difundidos em outras culturas;		- que há traços e padrões culturais que diferenciam as zonas urbana e rural embora suas diferenças extremas tendam a diminuir com o progresso nos vários setores; - que todos participam da formação da cultura de um povo, ao mesmo tempo que são por ela influenciados, sendo o homem portanto, agente e paciente de sua cultura; - que todas as sociedades do mundo são dotadas de cultura uma vez que qualquer que seja seu estágio de evolução tecnológica – são dotadas de seus próprios valores, crenças e tradições onde têm um comportamento próprio e, assim, realizam-se de formas peculiares; - que, dado às facilidades hodiernas de comunicação social, assim como a cultura brasileira está exposta a múltiplas influências externas, também influencia outras culturas;	- interpretando hábitos, crenças e atitudes característicos de diferentes culturas; - reconhecendo que todos os indivíduos são dotados de valor por serem capazes de raciocínio, aspecto intrínseco à natureza humana, o que os faz criadores de cultura, por sua própria essência; - agindo no sentido de salvaguardar a cultura brasileira;

40 - O Brasileiro e seu Comportamento				
IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
- As principais agências de socialização que contribuem para a formação do caráter e da personalidade do brasileiro e suas respectivas formas de ação; - as bases filosófico-institucionais e educacionais que fundamentam a formação do brasileiro; - a legislação educacional vigente no Brasil, seus objetivos e princípios básicos; - o processo histórico da educação no Brasil; - os meios de comunicação de massa que influenciam o homem brasileiro, suas características e seus respectivos mecanismos de influência;	- as principais agências de socialização que contribuem para a formação do caráter e da personalidade do brasileiro e suas respectivas formas de ação; - as bases filosófico-institucionais e educacionais que fundamentam a formação do brasileiro; - os objetivos e princípios básicos de legislação educacional vigente no Brasil; - o processo histórico da educação no Brasil; - as características dos meios de comunicação de massa e seus mecanismos de influência sobre os indivíduos;	- entre si, as principais agências de socialização que contribuem para a formação do caráter e da personalidade do brasileiro, segundo sua forma de ação sobre o indivíduo (sistemática, assistemática); - entre si, os objetivos e princípios básicos da legislação educacional vigente no Brasil, em termos dos valores que expressa; - entre si, diferentes fases históricas da educação no Brasil, segundo suas características; - entre si, os meios de comunicação de massa que influenciam o homem brasileiro, segundo suas características;	- as principais agências de socialização que contribuem para a formação do caráter e da personalidade do brasileiro, segundo sua forma de ação sobre o indivíduo (sistemática, assistemática); - diferentes fases históricas da educação no Brasil, segundo suas características; - os meios de comunicação de massa que influenciam o brasileiro, segundo sua natureza;	- que a família e a escola são agências de socialização de capital importância para a formação do indivíduo; - que todo sistema educacional de um povo se embasa numa hierarquia de valores, geralmente implícitos nos documentos legais que orientam a formação do cidadão; - que os objetivos e princípios básicos que orientam a educação no Brasil estão claramente expressos em legislação específica; - que cada fase histórica da educação no Brasil reflete os valores considerados desejáveis pela sociedade de seu tempo; - que a linguagem é um instrumento essencial, efetivo e exclusivamente humano para a transmissão de sua cultura; - que a personalidade do indivíduo é fruto de fatores hereditários e das influências de seu meio ambiente; - que os meios de comunicação de massa influenciam cada vez mais na formação do indivíduo, à proporção que tais meios são aperfeiçoados, pela técnica e à medida que se tornam economicamente acessíveis ao povo;
				reconhecendo a importância da família e da escola na formação do indivíduo; reconhecendo os valores implícitos nos documentos legais que orientam a formação do brasileiro; demonstrando atitudes e comportamentos compatíveis com os preceitos educacionais; organizando e/ou participando de campanhas visando a internalização de valores socialmente desejáveis nos membros de sua comunidade; desenvolvendo livremente todas as formas de expressão para demonstrar fatos e aspectos relativos ao comportamento humano e suas causas, principalmente com relação às influências dos meios de comunicação de massa na formação da pessoa; discutindo com objetividade o papel dos meios de comunicação de massa; participando da redação do jornal escolar, do centro cívico, do órgão de representação estudantil ou outras entidades;

4.0 O Brasileiro e Seu Comportamento				
IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
- os valores que tradicionalmente são professados pelo brasileiro; - os aspectos que evidenciam o "comportamento típico" do homem brasileiro e o "comportamento típico" de indivíduos de outra(s) nacionalidade(s); - Os aspectos que evidenciam o comportamento do "gaúcho típico" e do tipo característico de outra(s) região (regiões) brasileira(s); - os aspectos que evidenciam o "comportamento típico" do homem urbano e do homem rural; - o processo histórico responsável pela formação do "comportamento típico"; - do brasileiro - do gaúcho - do homem rural e urbano;	- os valores que tradicionalmente são professados pelo brasileiro; - os aspectos que evidenciam o "comportamento típico" do homem brasileiro e o "comportamento típico" de indivíduos de outra(s) nacionalidade(s); - os aspectos que evidenciam o comportamento do "gaúcho típico" e do tipo característico de outra(s) região (regiões) brasileira(s); - os aspectos que evidenciam o "comportamento típico" do homem urbano e do homem rural; - o processo histórico responsável pela formação do "comportamento típico"; - do brasileiro - do gaúcho - do homem rural e urbano;	- os valores que tradicionalmente são professados pelo brasileiro, segundo sua natureza; - o "comportamento típico" do brasileiro com o "comportamento típico" de indivíduos de outra(s) nacionalidade(s); - o comportamento do "gaúcho típico" com tipo(s) característico(s) da outra(s) região (regiões) brasileira(s); - os aspectos que evidenciam o comportamento típico do homem urbano com o comportamento típico do homem rural; - o processo histórico responsável pela formação do "comportamento típico"; - do brasileiro - do gaúcho - do homem rural e urbano;	- os valores que tradicionalmente são professados pelo brasileiro, segundo sua natureza; - que a internalização de valores é fundamental para a formação do caráter e da personalidade do indivíduo; - que o "comportamento típico" do homem brasileiro se fundamenta nos valores que lhe foram inculcados através dos organismos sociais responsáveis por sua formação, através do tempo; - que desde que a cultura tem tão grande repercussão sobre a formação do indivíduo, ele sente, pensa e age de acordo com os imperativos culturais de seu meio, não somente para ser aceito pelo grupo mas também para manter sua integridade psicológica total; - que o "comportamento típico" do homem rural e urbano tende a se aproximar na medida em que se desenvolve a tecnologia aplicada à zona rural e a medida que os meios de comunicação de massa aproximam ambas as partes; - que os atuais "comportamentos típicos" do brasileiro e gaúcho (urbano ou rural) formaram-se através de sucessivos acúmulos culturais através do tempo;	- Identificando os valores que professa e que professam os grupos que compõe; - dramatizando situações que expressem o "comportamento típico" do brasileiro; - analisando o comportamento do brasileiro em face a determinadas situações; - reconhecendo as diferenças entre o "gaúcho típico" e outros tipos brasileiros; - contribuindo para salvar a herança cultural gaúcha; - demonstrando interesse pelo povo gaúcho, suas tradições, costumes e reelizações; - demonstrando respeito pelo comportamento típico do homem rural e do homem urbano; - reconhecendo o valor do homem rural para a sociedade; - dramatizando o "comportamento típico" do homem urbano e do homem rural; - interpretando o "comportamento típico" do gaúcho;

5.0 O Brasileiro e o Espaço Geográfico				
IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
- as características do espaço brasileiro em termos da distribuição populacional; - as condições favoráveis e desfavoráveis apresentadas pelos espaços rurais e urbanos para o desenvolvimento sócio-econômico brasileiro; - localizando, as regiões de maior e menor desenvolvimento econômico no Brasil; - localizando, as áreas geográficas de abrangência da ação dos órgãos do governo responsáveis pelo desenvolvimento; - as transformações ocorridas no meio geográfico devido à ação dos órgãos do governo.	- as características do espaço brasileiro em termos da distribuição populacional; - as condições favoráveis e desfavoráveis apresentadas pelos espaços rurais e urbanos para o desenvolvimento econômico brasileiro; - aspectos do sistema natural que caracterizam as regiões de maior e menor desenvolvimento no Brasil; - características dos meios geográficos sobre os quais recai a ação dos órgãos do governo responsáveis pelo desenvolvimento; - as transformações ocorridas no meio geográfico devido à ação dos órgãos do governo.	- diferentes áreas do espaço brasileiro, em termos da distribuição populacional; - as condições favoráveis com as condições desfavoráveis apresentadas pelos espaços rurais e urbanos para o desenvolvimento sócio-econômico Brasileiro; - regiões de maior com regiões de menor desenvolvimento no Brasil, em termos de suas características naturais; - entre si, características dos meios geográficos sobre os quais recai a ação dos órgãos do governo responsáveis pelo desenvolvimento; - as transformações ocorridas no meio geográfico devido à ação dos órgãos do governo;	- diferentes áreas do espaço brasileiro em termos da distribuição populacional; - as condições favoráveis e desfavoráveis apresentadas pelos espaços rurais e urbanos brasileiros, segundo sua natureza;	- que a população se encontra irregularmente distribuída pelo espaço brasileiro; - que por sua extensão e localização na Terra, o Brasil apresenta um sistema natural de características variadas que, acrescidas da ação humana, contribuem para a diversificação do país em termos de condições para seu desenvolvimento; - que na totalidade do espaço brasileiro coexistem áreas de níveis de desenvolvimento sócio-econômico diferentes, nitidamente contrastantes; - que em face da complexidade dos fatores que influenciam a organização espacial e de suas consequências, tornou-se necessário planejar, controlar e avaliar a ação organizada do homem sobre o meio em busca do desenvolvimento.
				APLICAR - interpretando e/ou confeccionando mapas e gráficos; - valorizando o meio geográfico como fonte de recursos; - reconhecendo a necessidade da manutenção do equilíbrio ambiental e participando/ou organizando campanhas em defesa do equilíbrio ambiental; - propondo alternativas de solução para problemas criados pelo homem em seu meio natural; - comunicando com objetividade suas observações sobre seu meio ambiente; - relacionando sistema natural e sistema cultural; - reconhecendo a necessidade do planejamento.

6.0 O Brasileiro, o Trabalhador, a Previdência Social, o Estado e a Administração				
IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
as necessidades humanas;	as necessidades humanas em termos de suas características biopsicossociais;	as necessidades humanas entre si, em termos de suas características biopsicossociais;	as necessidades humanas segundo as condições biopsicossociais do ser;	que as necessidades humanas devem ser satisfeitas visando o desenvolvimento harmônico do indivíduo e da sociedade;
o trabalho como meio utilizado pelo homem para satisfazer suas necessidades socio-econômicas e para sua realização integral;	o trabalho como meio utilizado pelo homem para satisfazer suas necessidades socio-econômicas e para sua realização integral;	trabalho e ociosidade em termos de suas consequências socioeconômicas e psíquicas para ser:		que o trabalho contribui para a realização do homem e da sociedade enquanto que a ociosidade acarreta em danos para o indivíduo e para o grupo;
				- efetuando levantamento das necessidades satisfeitas e não satisfeitas de sua própria turma, escola ou comunidade; - relacionando problemas a partir das necessidades não satisfeitas, comunicando-os com objetividade e propondo soluções viáveis; - promovendo e/ou participando de campanhas em prol da satisfação de necessidades escolares ou comunitárias; - participando em/ou criando órgãos comunitários para a satisfação de necessidades;
				- efetuando levantamentos das razões pelas quais indivíduos de profissões diversas se realizam em seu trabalho e comunicando com objetividade os resultados de suas pesquisas; - efetuando levantamento da função social de diversas profissões (atividades) ligadas a diferentes setores; - reconhecendo a dignidade do homem enquanto ser produtivo, independentemente da atividade a que se dedica;

APLICAR CONHECIMENTOS

IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR	APLICAR CONHECIMENTOS
- os tipos de mão-de-obra característicos no Brasil, vistos em sua perspectiva histórica; - as fontes reais e formais da regulamentação do trabalho no Brasil: - na colônia; - no império; - na república; - na Consolidação das Leis do Trabalho: - a carteira profissional como condição obrigatória para o exercício de qualquer prestação de serviço remunerado; - o horário de trabalho permissível pela legislação; - o salário-mínimo vigente como obrigação de todo empregador ao empregado; - as férias anuais como direito adquirido pelo trabalhador; - a higiene, saúde e segurança do trabalho como requisitos de qualquer atividade trabalhista; - as principais normas de tutela do trabalho, enfatizando: - o trabalho feminino; - o trabalho do menor; - os direitos e restrições do estrangeiro no exercício do trabalho;	- as condições de trabalho características dos diferentes tipos de mão-de-obra utilizados no processo histórico brasileiro; - as fontes reais e formais da regulamentação do trabalho no Brasil: - na colônia; - no império; - na república; - na Consolidação das Leis do Trabalho: - a carteira profissional como condição obrigatória para o exercício de qualquer prestação de serviço remunerado; - o horário de trabalho permissível pela legislação; - o salário-mínimo vigente como obrigação de todo empregador ao empregado; - as férias anuais como direito adquirido pelo trabalhador; - a higiene, saúde e segurança do trabalho como requisitos de qualquer atividade trabalhista; - as principais normas de tutela do trabalho, enfatizando: - o trabalho feminino; - o trabalho do menor; - os direitos e restrições do estrangeiro no exercício do trabalho;	- as condições de trabalho visíveis no processo histórico brasileiro, segundo suas características; - as fontes reais e as fontes formais da regulamentação do trabalho no Brasil: - na colônia; - no império; - na república; - os princípios fundamentais da CLT com os princípios vigentes quanto ao trabalho nos séculos XVIII e XIX;	- a mão-de-obra à luz do processo histórico brasileiro, segundo a relação trabalhador / senhor / patrão; - as fontes de regulamentação do trabalho no Brasil, segundo suas características;	- que o reconhecimento da dignidade humana levou à substituição do trabalho servil pelo trabalho livre; - que o reconhecimento da dignidade humana, do valor do trabalho e do trabalhador levaram o Estado à constituição de regulamentos e leis em defesa de ambos; - que o reconhecimento da dignidade humana e do valor do trabalho e do trabalhador provocaram a evolução da legislação trabalhista a ponto de codificá-la na atual Consolidação das Leis do Trabalho onde estão garantidos os direitos fundamentais do trabalhador;	- reconhecendo o valor e a dignidade do trabalho e do trabalhador, qualquer que seja a tarefa desenvolvida; - reconhecendo que o trabalho e o trabalhador vêm gradativamente sendo valorizados através do processo histórico pelo reconhecimento da dignidade humana; - reconhecendo os princípios básicos presentes na Consolidação das Leis do Trabalho; - efetuando entrevistas a fim de constatar o conhecimento de que as pessoas têm de seus direitos como empregados; - respondendo a questões-problema com relação à situação de empregados e empregadores em situações de trabalho; - dramatizando ("role-playing") o papel de empregados e empregadores em face de dadas situações; - reconhecendo a importância do conhecimento das disposições da CLT para o trabalhador; - discutindo com propriedade os direitos do trabalhador em face das disposições da CLT; - discutindo com fundamento, os direitos e restrições do estrangeiro no exercício do trabalho em solo brasileiro;

5.0 O Brasileiro, o Trabalho, a Previdência Social, o Estado e a Administração				
IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR
- as organizações sindicais e cooperativas como órgãos de representação de classe ou de atividades econômicas afins para garantir o bem-estar de seus associados; - os órgãos que compõem a Justiça do Trabalho, sua finalidade, estrutura e seu funcionamento; - os principais órgãos de previdência social existentes no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, suas funções e características de estrutura e funcionamento; - o processo histórico que levou à atual organização previdenciária no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul; - o Estado como instituição capaz de satisfazer necessidades individuais e principalmente as necessidades coletivas; - as necessidades cuja satisfação constitui obrigação privativa do Estado; - os órgãos que compõem a Administração Pública, em seus diversos níveis de competência (federal, estadual, municipal);	- as organizações sindicais e cooperativas como órgãos de representação de classe ou de atividades econômicas afins para garantir o bem-estar de seus associados; - a finalidade, estrutura e funcionamento dos órgãos, que compõem a Justiça do Trabalho; - os principais órgãos de previdência social existentes no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, suas funções e características de estrutura e funcionamento; - o processo histórico que levou à atual organização previdenciária no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul; - a ação do Estado para satisfazer necessidades individuais e principalmente as necessidades coletivas; - as necessidades cuja satisfação constitui obrigação privativa do Estado; - a função dos órgãos que compõem a Administração Pública, em seus diversos níveis de competência (federal, estadual, municipal);	- organizações sindicais com cooperativas em termos de sua organização e função; - entre si, os órgãos que compõem a Justiça do Trabalho, segundo sua organização e função; - os principais órgãos de previdência social, segundo suas características; - a atual organização previdenciária com as formas de previdência social em outros períodos históricos brasileiros; - a ação do Estado com a ação individual e de outras instituições no sentido de satisfazer as necessidades individuais e coletivas; - entre si, a função dos órgãos que compõem a Administração Pública, em seus diversos níveis de competência (federal, estadual, municipal);	- os órgãos de representação de classe e de atividades econômicas afins, segundo sua natureza e função; - os meios utilizados pelo Estado para captar recursos materiais visando a satisfação das necessidades individuais e coletivas; - os órgãos da Administração Pública, conforme os níveis de sua competência;	APLICAR CONHECIMENTOS - visitando sedes de sindicatos, cooperativas e associações; - observando sua estrutura e funcionamento; - propondo e organizando entidades de representação escolar; - propondo entidades de representação comunitária ou participando das já existentes; - dramatizando a solução de dissídios trabalhistas; - visitando e observando o funcionamento de órgãos da Justiça do Trabalho; - visitando órgãos de previdência social; - comunicando com objetividade sua função social; - reconhecendo os serviços que presta; - propondo novos serviços para os órgãos de previdência ou formas para aperfeiçoar seu atendimento ao público; - discutindo, com fundamento, problemas relativos à previdência; - reconhecendo a ação individual, de instituições diversas e do Estado na satisfação das necessidades humanas; - participando e/ou organizando campanhas em prol da satisfação de necessidades escolares ou comunitárias; - visitando órgãos da Administração Pública e discutindo ordenadamente sua estrutura e funcionamento.

IDENTIFICAR	DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR	APLICAR CONHECIMENTOS
- o tributo como contribuição instituída por lei e exigida pelo Estado para a realização das finalidades próprias do governo; - as diferentes espécies de tributo instituídas por lei e exigidas pelo Estado; - o ICM no elenco tributário do Estado.	- as características das diferentes espécies de tributo instituídas por lei e exigidas pelo Estado; - o ICM em termos: - de seu fato gerador; - do campo de sua incidência; - da participação em sua arrecadação; - dos documentos fiscais exigidos nas saídas de mercadorias (Nota Fiscal, Nota Fiscal de Venda a Consumidor, Nota Fiscal de Produtor, Talão de Máquina Registradora, Nota Fiscal de Entrada); - dos estabelecimentos comerciais não obrigados a emitir documentos fiscais nas saídas de mercadorias a consumidor (estabelecimentos sujeitos ao regime de EVA - Estimativa do valor adicionado); - de sua importância na arrecadação do Estado; - de sua função social.	- as diferentes espécies de tributo, segundo suas peculiaridades; - o ICM com os demais tributos de competência estadual em termos: - de seu fato gerador; - do campo de sua incidência; - de sua importância na arrecadação do Estado; - de sua função social.	- os mais importantes tributos, segundo sua espécie (imposto, taxa, contribuição de melhoria; - o ICM no elenco tributário estadual em termos de sua importância para o Estado.	- que quaisquer das espécies de tributo revertam sempre em benefício do contribuinte como membro de uma coletividade, revestindo-se qualquer tributo, portanto, de função social; - que todos devem participar voluntária e conscientemente de suas obrigações tributárias pois o seu pagamento constitui-se em dever cívico; - que o ICM é a fonte de recursos mais importante para a execução dos planos do Governo (estados e municípios), em suas metas de desenvolvimento, visando o bem comum; - que o ICM deve ser pago espontaneamente para que o Governo disponha dos meios necessários à promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado; - que o Governo Estadual, no exercício de suas atividades específicas, tem por objetivos alcançar o desenvolvimento econômico e social, dentro do contexto brasileiro; - que o desenvolvimento social e econômico do Estado concorre para o desenvolvimento social e econômico do Brasil; - que a evasão fiscal é perniciosa para toda coletividade e deve, portanto, ser evitada;	- interpretando e/ou elaborando gráficos sobre a arrecadação de tributos; - reconhecendo a função social dos tributos e os males acarretados pela evasão fiscal; - visitando órgãos ligados à administração dos tributos; - organizando e/ou participando de campanhas em prol da conscientização da importância do pagamento de todos tributos; - interpretando e elaborando gráficos sobre os principais produtos do Rio Grande do Sul; - relacionando o aumento da produção com o aumento da arrecadação do ICM; - utilizando documentos fiscais, como sejam: - Notas Fiscais, Talão de Máquinas Registradoras e Guias de Arrecadação para o Cálculo e pagamento do ICM; - organizando e utilizando recursos cartográficos para localizar os municípios do Rio Grande do Sul de maior arrecadação do ICM; - reconhecendo: - a responsabilidade do contribuinte (comerciante, industrial e produtor) para com o Estado, no recolhimento espontâneo do ICM, visando proporcionar os meios necessários ao desenvolvimento e realização do bem comum; - a importância Socio-econômica do ICM como a principal fonte de recursos do Estado; - participando e/ou elaborando campanhas de promoção para o pagamento espontâneo e consciente do ICM;

Identificar, descrever, comparar e classificar as relações de interdependência entre organização social, estrutura econômica, manifestações culturais, comportamento social do indivíduo e organização político-administrativa características no espaço brasileiro e concluir sobre a complexidade das relações humanas no sentido de satisfazer suas necessidades, individuais e coletivas.

IV – PROCEDIMENTOS: ENSINO E AVALIAÇÃO

Porque comumente se considera complexo tudo que diga respeito a valores, por ser de difícil definição, pelo tão pouco que é ainda conhecido sobre os processos de sua internalização e porque não parece suficientemente claro o papel da escola quanto a esta tarefa, o assunto vem sendo, na prática, evitado. Sob alegações diversas, tais como a necessidade de manter o currículo em nível de objetividade, de evitar discussões sem fim entre alunos ou entre estes e seus professores e de, por conseguinte, abordar sempre temas “seguros”, nossas escolas parecem esquecer a importância da internalização de valores para a formação da pessoa. No momento em que é proposto – conforme já assinalado, a partir do referencial básico – um currículo “humanizador”, não se poderia deixar de enfatizar a necessidade de trabalhar com valores que, por sua vez, fornecem às disciplinas relacionadas à matéria Estudos Sociais (para não se falar nas demais) a base para dois processos mentais de capital importância:

- . o desenvolvimento do raciocínio em si mesmo;
- . a tomada de decisões.

Assim, torna-se imperioso, com todas as dúvidas e riscos que possamos correr, tentar trabalhar mais claramente com valores. Dessas dúvidas, destacamos a fundamental, ou seja, a dificuldade de definir o que seja valor. Nas Reflexões sobre a Definição de Valor o Prof. Armando Câmara diz:

“Seria supérfluo afirmar, aqui, que nas obras tão opulentas em análises axiológicas de Sotze, de Max Scheler, Nicolai Hartmann, Luiz Savelle e Hessen, não encontramos uma definição de valor. Ele é descrito. Não é definido”.

“O valor seria algo que se vivencia em múltiplas formas e situações, mas que é irreduzível a uma fixação conceitual numa fórmula definidora”.

Em face de tal dificuldade, impõe-se algumas questões:

1. Que valores deve a escola tentar desenvolver?
- R. Nas diretrizes propostas para a OSPB, alguns valores já foram sugeridos. São compatíveis com os princípios democráticos e humanistas propostos por nossa legislação maior (Constituição Federal, Lei 4024/61, Lei 5692/71) e têm como ponto de partida, ou valores maiores, aqueles que julgamos capitais, considerando os processos mentais anteriormente mencionados:

- . a racionalidade (uso da razão);
- . a dignidade humana.

O uso da razão facilitará ao educando fazer escolha. Se fazer escolha, isto é, optar por alguma coisa em consideração a determinados critérios, é uma condição inerente ao indivíduo numa sociedade democrática, ele deveria saber porque está fazendo tal opção. O uso da lógica, das conclusões embasadas em dados concretos e em observações criteriosas são os princípios da objetividade. Com o domínio desses mecanismos o indivíduo tende a se tornar independente do ponto de vista dos outros, sendo capaz de montar e de defender sua própria escala de valores.

Quanto à dignidade humana, explica-se por si mesma como valor inerente ao ser racional; se os valores assumidos pelas pessoas negam a individualidade dos outros, não podem ser defendidos. A sobrevivência numa sociedade que se proponha democrática fundamenta-se no princípio da originalidade de cada indivíduo. Tomar decisões sem considerar os outros seres humanos é negar a própria condição humana de quem decide. Num currículo "humanizador", o reconhecimento da dignidade do ser é fundamental.

2. Para que desenvolver valores?

R. Em primeiro lugar, porque o processo de valorização é essencial para o desenvolvimento da responsabilidade social. Para que o indivíduo atue como cidadão responsável, "vivendo e convivendo num mundo cada vez mais amplo e complexo" deve estar permanentemente perguntando e respondendo a si mesmo.

- . Quem sou eu?
- . Como me igualo e me diferencio dos outros?
- . Como posso participar produtivamente em minha comunidade, respeitando o modo de ser dos outros?

A resposta a estas perguntas (e são tão pertinentes aos que trabalham com adolescentes) se fundamenta numa hierarquia de valores e permite ao indivíduo conhecer-se, tomar suas próprias decisões e agir produtivamente. É Erich Fromm (1945) quem nos afirma:

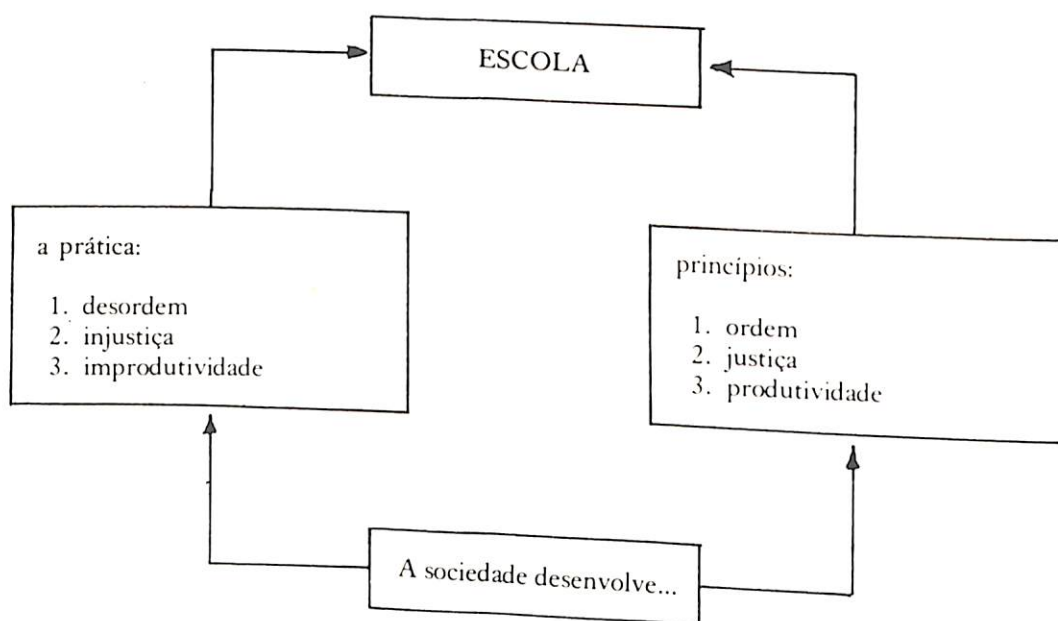
"(O homem moderno) seria livre para agir segundo sua própria vontade se soubesse o que quer, o que pensa, o que sente. Mas não o sabe. Por isso, conforma-se".

Em segundo lugar, porque a vida numa sociedade livre exige que o indivíduo saiba "conviver" com outros e este convívio exige respeito mútuo, isto é, o reconhecimento do outro, o dispor-se a aceitá-lo um certo grau de empatia. Aceitar também o fato de que a própria vida social impõe ao indivíduo, através do grupo. Neste sentido, se o indivíduo não é emocionalmente independente talvez não saiba?

conviver com o sistema que lhe impõe situações que embora visem a harmonia social, podem restringir parcialmente a ação individual.

3. Como a escola se posiciona em meio ao “conflito de valores” comum em nossa sociedade?

R. A escola se coloca em posição delicada, particularmente o professor de OSPB, que lidará frequentemente com temas que envolvem contradições sociais, econômicas, culturais e políticas. Conquanto apaixonantes, tais contradições, encontradas em todas as sociedades em diferentes épocas, podem perturbar professores e alunos. Na realidade, a escola ao encarar valores, encontra-se em meio a duas influências distintas:*



Em face dessas influências a escola parece ter duas opções:

- . ou assume as contradições criadas pela sociedade, em sua totalidade;
- . ou, considerando que nem tudo são contradições em nossos meios, aborda, não agindo hipocritamente, os fatos que demonstram o esforço do homem no intuito de aproximar os extremos, o que igualmente ocorre a cada momento, mormente no Brasil, país em desenvolvimento.

4. Como procederá o professor para desenvolver valores?

R. Vejamos, antes, o que não significa desenvolver valores:

- . doutrinar. Técnicas de preleção sobre o que o alunado deve ou não deve fazer parecem não ser o meio adequado, por não solicitar raciocínio por parte do ouvinte;
- . definir valores, isto é, levar o aluno a memorizar o significado de palavras que expressam valores (coragem, justiça, verdade etc.)

não é tampouco desenvolver valores porque, em tais circunstâncias, somente o domínio cognitivo, e em seu nível mais elementar, está sendo trabalhado e o processo de valoração é bidimensional, isto é, envolve tanto cognição como afetividade;

- levar o aluno a conformar-se com normas por receio à punição tampouco o é, pois o comportamento adquirido desta forma tem pouca permanência, isto é, tal comportamento dura, apenas, enquanto o estímulo da punição persiste ou por pouco tempo após a retirada do estímulo; tal comportamento é aparente, isto é, não se fundamenta em valores adquiridos. Em lugar de tais processos, preferimos esclarecer valores. Significa trazer à tona os valores implícitos em fatos do presente ou do passado, em situações concretas ou fictícias, criadas pelo professor ou alunos ou, ainda, tomadas na literatura e outras formas de expressão, analisando-os à luz da razão.

Para isso, o professor poderá se valer:

- de perguntas que provoquem o raciocínio sobre o contexto em análise. Por exemplo, tendo em vista um preceito legal, o professor poderá perguntar:
 - que aconteceria se todos obedecessem a esta norma?
 - que aconteceria se ninguém a seguisse?
 - que exceções seriam admissíveis?
 - quais os objetivos desta norma?
 - que costumes deram origem a ela?
 - que normas alternativas poderiam ser sugeridas em seu lugar?

Outro exemplo comum para OSPB seria fazer perguntas envolvendo fatos históricos tais como no estudo do desbravamento do território:

- quais os objetivos de tal bandeirante ao empreender sua jornada?
- que aconteceria se muitos outros procedessem da mesma forma?
- e se nenhum outro o fizesse?
- como você procederia, vivendo naquela época? E como procederia se fosse um explorador, hoje?

Ainda, constatando realidades como a atitude de vandalismo contra momentos históricos nacionais, o professor poderá perguntar:

- que pensa a pessoa que destrói uma obra pública de valor histórico?
- que aconteceria se todos fizessem o mesmo? E se todos procedessem de forma diferente?
- por que r. em todos agem da mesma forma?

- da introdução de fatos, situações ou valores fictícios num contexto concreto. Por exemplo, imaginando se:

- . a Inconfidência Mineira se tornasse movimento vitorioso;
 - . o governo não tivesse desenvolvendo obras de infra-estrutura tais como a construção de hidroelétricas;
 - . o homem não fosse atraído pela vida urbana;
 - . ainda hoje não houvesse leis trabalhistas no Brasil;
 - . houvesse sido encontrado ouro em maior abundância no extremo oeste do Brasil;
 - . o nordestino não fosse tão arraigado a terra;
- . do desenvolvimento da empatia, através do "role-playing". Por exemplo, o aluno dramatiza:
- . a chegada de um retirante nordestino a um grande centro do litoral nordestino ou do centro-sul;
 - . um pequeno negociante que ascendeu rapidamente na escala social;
 - . a integração de um imigrante em sua comunidade gaúcha;
 - . um médico face a um problema profissional;
- . do desenvolvimento da empatia, através de dramatizações totais (peças completas ou partes) e da discussão sobre as atitudes demonstradas pelos personagens, análise de caracteres etc, podendo fazer o mesmo utilizando filmes, contos, novelas etc...
- . da auto-avaliação do aluno e da avaliação grupal;
- . do estabelecimento de normas, regras e preceitos por parte do próprio aluno para seu comportamento;
- . da tomada de decisões ante situações-problema propostas;
- . do júri simulado;
- . do uso de instrumentos para que os alunos expressem seus valores, claramente ou através de atitudes, tais como:
- . escalas de valorização, como o exemplo:

AFIRMATIVAS	NÍVEIS DE PREFERÊNCIA
A. A natureza humana é basicamente boa/má	1 2 3 4 5
B. O homem é usualmente tolerante/intolerante	1 2 3 4 5
C. O homem se preocupa com o bem-estar dos outros/não se preocupa	1 2 3 4 5

- . testes de múltipla escolha e preenchimento de lacunas tais como...

- A. Creio que os monumentos históricos nacionais...
- () devem ser preservados
 - () não devem ser preservados
 - () me são indiferentes porque _____

B. *Creio que os índios brasileiros...*

- () devem permanecer isolados de influências culturais externas
 () devem manter contatos limitados e controlados com culturas externas
 () devem ser assimilados à cultura branca
 () me são indiferentes porque _____

C. Quanto a amigos de outras origens étnicas...

- () gosto de tê-los
 () não me importo em tê-los
 () não quero tê-los porque _____

Em quaisquer desses casos, deverá haver discussão racional das atitudes e valores inferidos.

5. É possível avaliar se houve no alunado internalização de valores?

R. Sim. Embora seja difícil fazê-lo pois em casos da aplicação de instrumentos que dependam unicamente de respostas do aluno, estas poderão não ser sinceras e, sim, dadas para agradar ao professor, é possível montar instrumentos de observação para situações em que certas atitudes sejam evidenciadas pelos alunos.

No caso de instrumentos especificamente montados pelo professor para trazer atitudes e valores à tona, os mesmos instrumentos podem ser utilizados após as discussões, como pós-testes. Outros instrumentos possíveis seriam:

escalas de observação montadas pelo professor que listará atitudes observáveis no ambiente da sala de aula ou em atividades "extra-classe", tais como, no caso de uma visita a um museu:

ATITUDES	INCIDÊNCIA				
	1	2	3	4	5
A. Toca os objetos expostos	1	2	3	4	5
B. Lê os cartões de identificação das peças expostas	1	2	3	4	5
C. Faz perguntas pertinentes ao guia	1	2	3	4	5
D. Mantém-se unido ao grupo	1	2	3	4	5

onde:

- 1 = Com muita freqüência
 2 = Com freqüência
 3 = Algumas vezes
 4 = Raras vezes
 5 = Nunca

Os dados colhidos pelo professor poderão compor uma ficha descritiva que deverá ser discutida com os alunos.

REFERÊNCIAS

- DURKHEIM, Émile. The Rules of Sociological Method, New York, The Free Press, 1964.
- BOUTWELL, Clinton Getting It All Together, The New Social Studies, California, Leswing Press, 1972.
- KEESING, Felix. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- NATIONAL COUNCIL FOR THE SOCIAL STUDIES. Structures in the Social Studies, in Social Studies Reading 3.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Fazenda, Subsistema de Educação Tributária do Programa de Promoção Tributária "ICM Pró-Desenvolvimento", Porto Alegre, 1976.
- LAMBERT, William e Lambert, Wallace. Psicologia Social, Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- FROMM, Erich. Escape From Freedom, New York, Rinehart and Winston, 1945.
- JAROLIMEK, John e WALSH, Huber. Readings for Social Studies in Elementary Education, Macmillan Publishing Co. Inc., New York, 1974.
- BERNARD, Luther Lee. An Introduction to the Study of Society, New York, 1942.
- OLIVEIRA VIANA, Francisco José. Instituições Políticas Brasileiras, Rio de Janeiro, Record, 1974.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. Regiões Culturais do Brasil, Rio de Janeiro, INEP/CBPE, 1960
- MAUSS, M Sociologie et Anthropologie, Paris. P.U.F., 1950.
- RUSSOMANO, MOZART. Curso de Direito do Trabalho, Rio de Janeiro, Konfino, 1972.
- GEORGE, PIERRE. População e povoamento, Rio de Janeiro, Difel, 1974.
- M. BERMAN, Lonise. Novas Prioridades para o Currículo, Porto Alegre, Globo, 1975

Elaboração de:

- Maria Alice Portela de Melo
- Zilá Maria Guedes Paim

Assessoramento de:

- Joana de Oliveira Bender
do Instituto de Matemática da UFRGS

Colaboração de:

- Arno Borckert
- IaraMaria Casarotto de Souza
- Isaac Padilha Guimarães
- Jurema Brufatto
- Maria Eleonor Pinto Martins
- Maria Judith Sperb Ribeiro
- Maria Raquel Ferrás Wolwacz
- Neusa Maria Saraiva Rodrigues
- Renato Felipe Pereira Rocha

MATEMÁTICA

MATEMÁTICA

I – INTRODUÇÃO

O presente documento expressa as Diretrizes Curriculares para o Ensino de 2º Grau na Disciplina de Matemática. Essas diretrizes foram elaboradas, a partir da reformulação das Diretrizes do Ensino de 2º Grau no Rio Grande do Sul – Currículo de 2º Grau no Rio Grande do Sul – SEC/1974, com a participação de professores de Matemática, em exercício em escolas de 2º Grau da Grande Porto Alegre e Taquara que, em função de suas experiências docentes no 2º Grau, sugeriram modificações que foram efetuadas em termos de orientações pedagógicas e detalhamento de conteúdos programáticos.

Estas diretrizes estão baseadas no Quadro de Referência para Organização do Currículo Pleno de 2º Grau.

Estas diretrizes curriculares constam de:

- Objetivos
- Conteúdos
- Procedimentos para o Ensino
- Avaliação.

No item dos Objetivos são apresentados: o posicionamento do Conselho Federal de Educação sobre a disciplina de Matemática no Ensino de 2º Grau, expresso no Parecer 853/71, os níveis de comportamento que o aluno deverá ser capaz de apresentar em continuidade aos comportamentos que ele deverá expressar ao longo do Ensino de 1º Grau, e a formação das atitudes valorativa, participativa, criativa, cognitiva e produtiva, que deverá ocorrer ao longo do 2º Grau e mesmo durante toda a vida.

No item dos Conteúdos, são apresentados: uma sugestão esquemática de conteúdos básicos para elaboração de Programas de Matemática, aspectos que devem ser considerados no desenvolvimento desses conteúdos sugeridos e um detalhamento em forma de listagem de conteúdos. Este detalhamento (que deveria ser realizado a nível de escola, pelos professores desta disciplina, junto com o coordenador pedagógico e com os professores de disciplina afins, como parte do trabalho docente que deverá ser planejado de modo a preservar a unidade desses estudos ao longo das séries do Ensino de 2º Grau), consiste em apenas uma sugestão, uma vez que há várias outras formas sob as quais poderia ser feito.

É oferecida, também, uma sugestão de operacionalização dos conteúdos programáticos da disciplina de Matemática em função das atitudes e comportamentos expressos no Referencial para Organização do Currículo Pleno de 2º Grau.

Os conteúdos da disciplina de Matemática, como parte do Núcleo Comum, devem ser distribuídos ao longo das séries do 2º Grau, visando a manter a continuidade desse estudo, considerando seu valor formativo e suas inúmeras aplicações.

No item dos Procedimentos para o Ensino, são sugeridos alguns modos operacionais socializados e individualizados que auxiliam ao professor no desenvolvimento de seu trabalho docente. São salientados, também, aspectos relevantes que visam a nortear o planejamento e a atuação docente.

No item da Avaliação, são apresentadas considerações gerais sobre sondagem, diagnóstico e avaliação e algumas fichas de acompanhamento do desempenho dos alunos. Essas fichas visam a facilitar o importante e difícil papel do professor ao atribuir conceitos a seus alunos.

II – OBJETIVOS

De acordo com o Parecer 853/71:

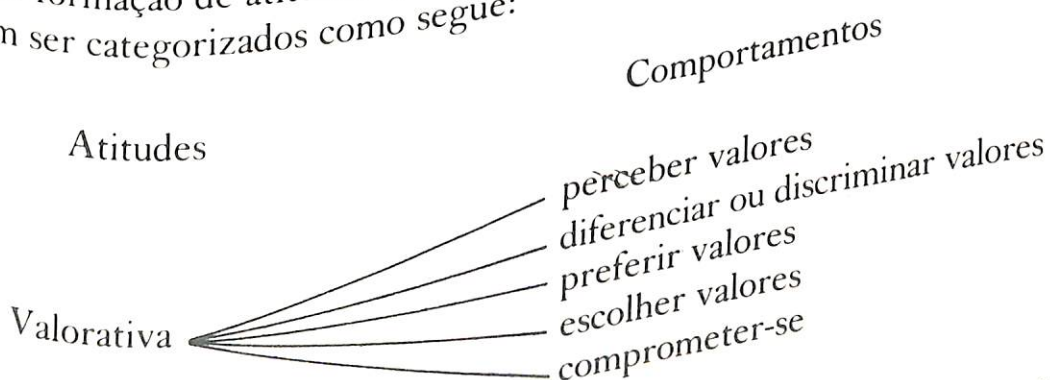
“A Matemática tem por função tornar o educando capaz de explicar o meio próximo e remoto que o cerca e atuar sobre ele, desenvolvendo para tanto o espírito de investigação, invenção e iniciativa, o pensamento lógico e a noção de universalidade das leis científicas e matemáticas. Repetimos que não se despreza o conhecimento feito e compendiado e sim que a ele se deverá chegar pela redescoberta dos princípios gerais em relação aos quais, em cada caso, o conhecimento é funcionalmente uma aplicação. Procurar-se-á, desde o início, levar o aluno, com apoio em situações concretas, a compreender as estruturas da realidade e suas relações, deixando em segundo plano a aquisição de mecanismos puramente utilitários para a solução de “problemas” práticos. Claro está que ainda não se dispensa a habilidade de cálculo mental; mas também aqui parte-se de que tal habilidade, ao invés de constituir um fim, deve sempre incluir-se em mais amplas construções lógicas e delas resultar.”

Propomos que os objetivos de Matemática do núcleo comum sejam, de maneira geral, os mesmos do Ensino de 1º Grau. A diferença neste Grau consiste em que as relações, funções e operações vão se tornando cada vez mais complexas e as estruturas cada vez mais refinadas, exigindo do aluno um nível de maior profundidade.

O aluno deverá ser capaz de:

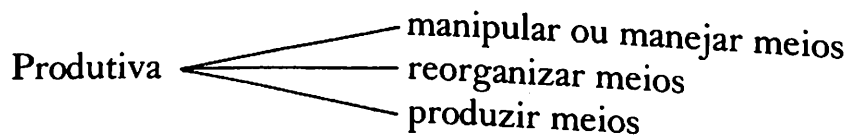
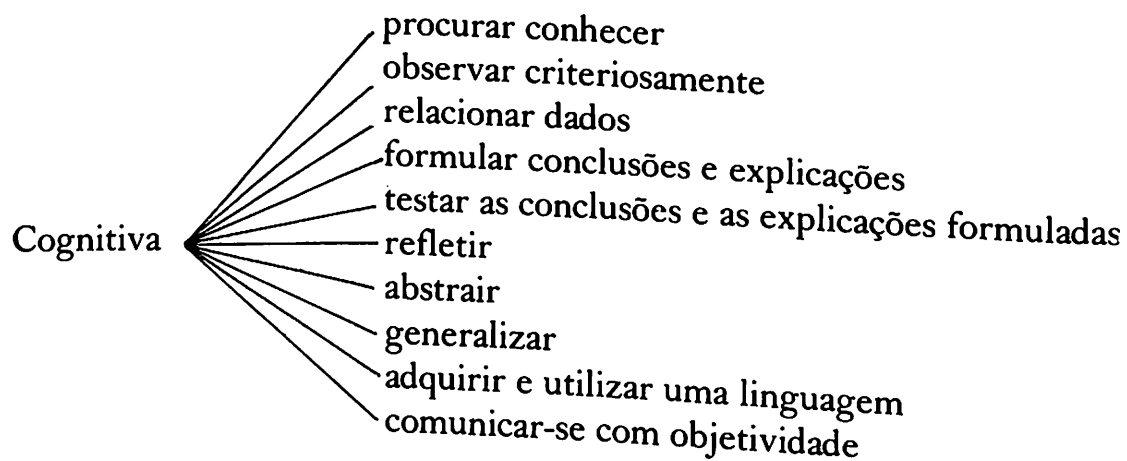
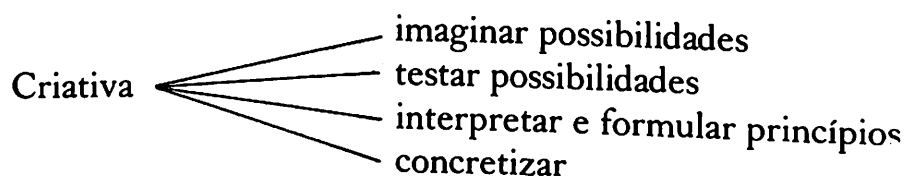
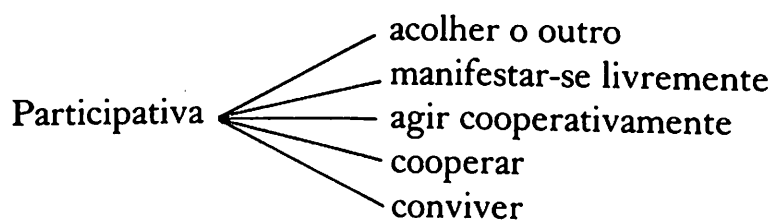
- determinar conjuntos;
- estabelecer e descrever relações;
- verificar propriedades de relações;
- classificar relações;
- reconhecer e descrever funções;
- classificar funções;
- identificar, descrever, comparar, classificar e realizar operações;
- identificar, descrever, comparar e classificar propriedades de operações;
- construir estruturas;
- aplicar os conhecimentos elaborados para resolver problemas de vida em diferentes estruturas.

A formação de atitudes que são expressas através de comportamentos podem ser categorizados como segue:



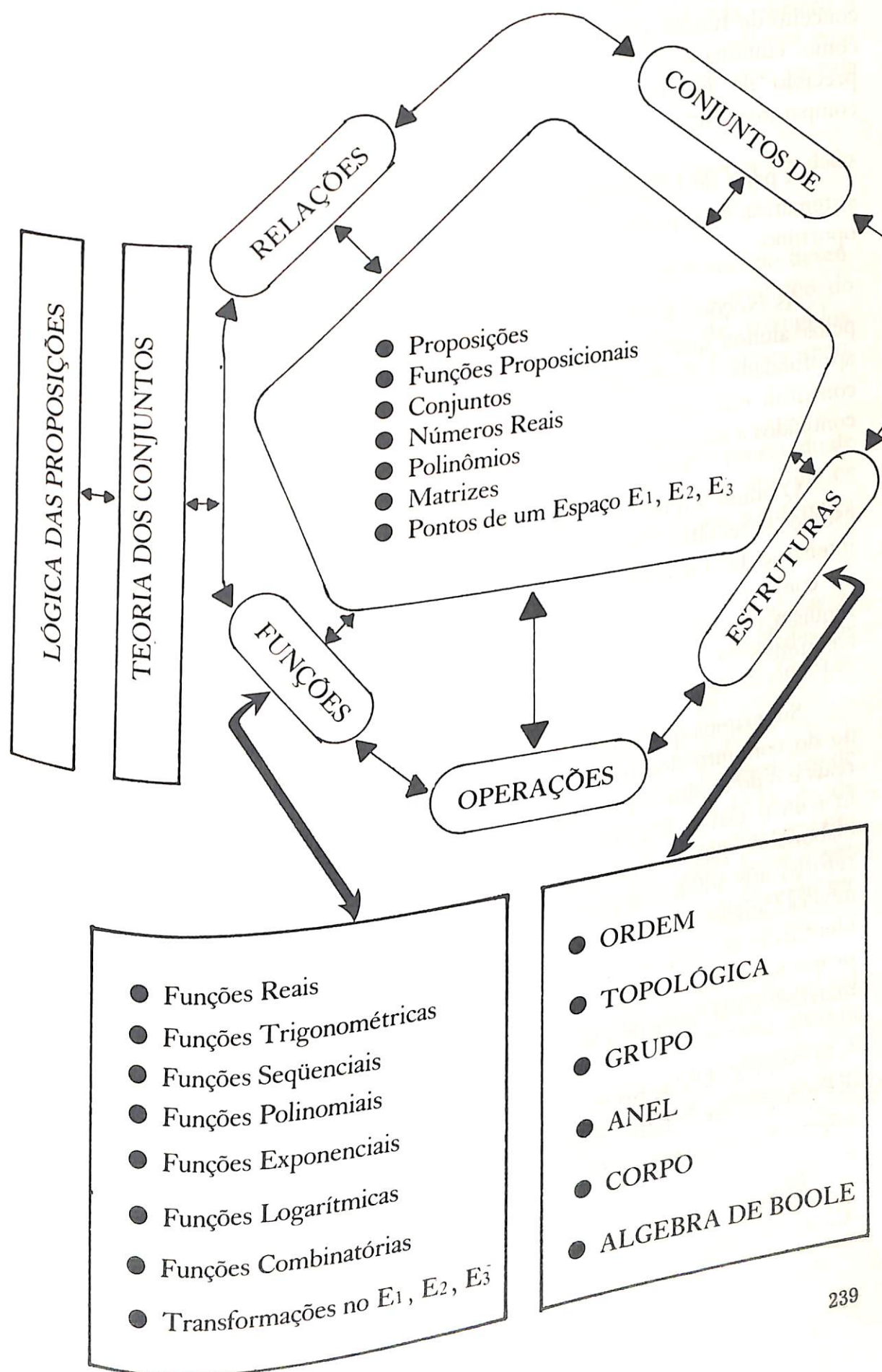
Atitudes

Comportamentos



III - CONTEÚDOS

SUGESTÃO ESQUEMÁTICA DE CONTEÚDOS BÁSICOS PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE MATEMÁTICA



ASPECTOS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS CONTEÚDOS APRESENTADOS NO ESQUEMA

A Matemática no Ensino de 2º Grau, tendo como base a Lógica das Proposições e a Teoria dos Conjuntos, deve dar ênfase especial ao conceito de função e ao estudo de determinadas funções a fim de atingir como culminância as estruturas. Deve preocupar-se também com a precisão de linguagem que pode ser obtida através de um estudo comparativo entre a linguagem corrente e a linguagem matemática.

A parte de Lógica não deverá ser necessariamente tratada de maneira sistemática. Se o professor achar conveniente, poderá fazê-lo em momento oportuno.

As Noções de Teoria dos Conjuntos que foram estudadas, em parte, pelos alunos que ingressam no Ensino de 2º Grau, deverá agora ser aprofundada, através de um tratamento sistemático. Essas noções devem se constituir em instrumental a ser desenvolvido concomitantemente com os conteúdos a serem estudados no 2º Grau.

O aluno a quem se destina este programa deve ter desenvolvido um estudo sistemático ou não dos conjuntos: dos números naturais, dos inteiros e dos racionais e elaborado algumas noções e conceitos, referentes ao conjunto dos números reais. Esses conteúdos são alguns dos pré-requisitos para o trabalho que será então desenvolvido em outros conjuntos.

Sugerimos que seja retomado e realizado um estudo mais aprofundado do conjunto dos números reais. O estudo do conjunto dos números reais e o do conjunto das funções deve ser desenvolvido concomitantemente com o estudo dos espaços E_1 e E_2 , a fim de que os conhecimentos elaborados, nesses diferentes conjuntos, se complementem e sirvam de reforço uns aos outros, tornando mais eficiente a aprendizagem. O aluno deverá ainda estabelecer relações e realizar operações, bem como identificar as propriedades dessas relações e operações nos conjuntos das proposições, das funções proposicionais, de conjuntos, dos polinômios, das matrizes e dos espaços a três dimensões.

No estudo das funções seqüenciais deverá ser dado destaque ao estudo das progressões. Este também poderá ser um dos momentos úteis para salientar a importância do método indutivo matemático.

Estudos mais atualizados das funções polinomiais são feitos através da Álgebra Linear, dando maior enfoque à função linear e à função quadrática.

Quanto às funções reais, sugerimos, nesta etapa, que o professor retome o estudo do conjunto dos números reais e o das funções, com os quais o aluno já teve contato, para fazer então um estudo sistemático das funções reais, definindo-as e classificando-as quanto à correspondência entre os elementos do domínio ou do conjunto de chegada, quanto à paridade, ou à monotonicidade, ou à continuidade. Recomendamos aqui um estudo detalhado de gráficos de funções, visando a sua aplicação na vida prática. .

No estudo das funções logarítmicas e exponenciais deverá ser dado maior realce à parte de propriedades.

O Estudos mais atualizados das funções trigonométricas são desenvolvidos através da Álgebra Linear. Lembramos que a introdução do estudo das funções trigonométricas visa à resolução de triângulos, portanto, nesta unidade, sugere-se trabalhar apenas com as funções: seno, co-seno e tangente.

Quanto a combinatória, deverá ser desenvolvida a partir do estudo de funções definidas em conjuntos finitos. Neste momento seria útil que os alunos formassem noções de probabilidade, estabelecessem a diferença entre fenômeno determinísticos e fenômenos probabilísticos.

No conjunto dos pontos dos espaços E_3 , E_2 , E_1 , serão estudadas as transformações bicontínuas (topológicas), as projeções, as afinidades, as simetrias e isometrias e, através da composição dessas e de suas propriedades, chegar às diferentes estruturas do espaço.

Quanto às estruturas, à medida que forem surgindo modelos de estrutura topológica, de ordem, de grupo, de anel, de álgebra de Boole, de corpo, o professor deverá dar-lhes um enfoque especial, deixando para um ponto culminante do trabalho, se possível, seu tratamento de maneira abstrata. Problemas em que se apliquem esses conhecimentos deverão ser propostos aos alunos, ao longo de todo o curso.

Os conteúdos de Matemática desenvolvidos no núcleo comum, ou como parte diversificada do núcleo comum, ou como instrumental, devem ser trabalhados de maneira a se complementarem e a destacarem a funcionalidade do estudo realizado nessas diferentes especificações curriculares.

SUGESTÃO DE LISTAGEM DE CONTEÚDOS

1. LÓGICA DAS PROPOSIÇÕES

- 1.1. proposições simples e compostas
- 1.2. conjunto de proposições
- 1.3. relações de implicação e de equivalência
- 1.4. operações: conjunção, disjunção, condição e bicondição

2. CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS

- 2.1. construção dos números reais
- 2.2. relações no conjunto dos números reais e propriedades
- 2.3. operações no conjunto dos números reais e propriedades
- 2.4. estruturas definidas no conjunto dos números reais
- 2.5. resolução de problemas.

3. FUNÇÕES

- 3.1. funções, tipos de funções: bijetora, injetora e sobrejetora
- 3.2. função inversa
- 3.3. composição de funções
- 3.4. exemplos de funções
- 3.5. funções proposicionais
- 3.6. função real de variável real – conceito e representação gráfica
- 3.7. funções trigonométricas
 - 3.7.1. arcos e ângulos
 - 3.7.2. funções trigonométricas: seno co-seno e tangente
 - 3.7.3. gráficos e relações fundamentais das funções trigonométricas (seno, co-seno e tangente)
 - 3.7.4. adição e subtração das medidas de arcos
 - 3.7.5. resolução de problemas sobre triângulos retângulos, utilizando funções trigonométricas.
- 3.8. funções sequenciais
 - 3.8.1. função sequencial: conceito
 - 3.8.2. progressão aritmética: conceito, propriedades, cálculo do termo geral e da soma dos termos
 - 3.8.3. progressão geométrica: conceito, propriedades, cálculo do termo geral e da soma dos termos
 - 3.8.4. resolução de problemas
- 3.9. funções polinomiais
 - 3.9.1. conjunto dos polinômios – relações, operações e propriedades
 - 3.9.2. função polinomial: conceito
 - 3.9.3. resolução de problemas
- 3.10. funções exponenciais
 - 3.10.1. função exponencial: conceito e propriedades
 - 3.10.2. resolução de equações exponenciais
 - 3.10.3. resolução de problemas que envolvam funções exponenciais.

3.11. funções logarítmicas

3.11.1. função logarítmica: conceito

3.11.2. propriedades das funções logarítmicas

3.11.3. logaritmos decimais: aplicação, propriedades e propriedades operatórias dos logaritmos.

4. PONTOS DE UM ESPAÇO E_1 E_2

4.1. coordenadas cartesianas

4.2. coordenadas cartesianas ortogonais e ortonormais

4.3. distância entre dois pontos

4.4. transformações no espaço E_1 E_2 | projeções, afinidades, simetrias, isometrias

4.5. função linear e sua representação gráfica

4.6. retas:

4.6.1. equação geral da reta

4.6.2. ângulo de duas retas orientadas

4.6.3. condições de paralelismo e de perpendicularismo de duas retas.

4.7. círculo

4.7.1. equação do círculo em função das coordenadas do centro e do raio

4.7.2. equações do 2º grau a duas variáveis que são equações de um círculo

4.8. equações do 2º grau a duas variáveis

4.9. estruturas no espaço E_1 E_2

4.10. resolução de problemas

5. MATRIZES E DETERMINANTES

5.1. matriz

5.2. matriz quadrada

5.3. determinantes de 3ª e 2ª ordem e suas propriedades fundamentais

5.4. regra de Sarruas

5.5. resolução de sistemas de equações lineares a duas ou a três incógnitas através de determinantes

6. COMBINATÓRIA

6.1. permutações, arranjos e combinações simples de objetos distintos

6.2. lei de formação do produto de binômios distintos

6.3. aplicação da fórmula do Binômio de Newton (desenvolvimento de $(x + a)^n$) e do termo geral e da soma dos coeficientes

6.4. resolução de problemas

7. PONTOS DO ESPAÇO E_3

7.1. posições relativas de retas e planos no espaço

7.2. diedros, ângulos sólidos

7.3. noções gerais sobre poliedros

7.4. noções gerais, áreas laterais e total e o volume de prismas, pirâmides, cilindros, cones

7.5. noções gerais, área e o volume da esfera

7.6. transformações no espaço E_3 : projeções, afinidades, simetrias, isometrias

7.7. estruturas no espaço E_3 :

OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DA DISCIPLINA MATEMÁTICA EM FUNÇÃO DAS ATITUDES E COMPORTAMENTOS EXPRESSOS NO REFERENCIAL PARA ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO PLENO DE 2º GRAU

O professor, ao planejar suas aulas, deve selecionar métodos, técnicas e processos que ofereçam ao aluno condições de trabalho ativo, que oportunizem ao mesmo elaborar seus próprios conhecimentos, desenvolver seu pensamento, imaginando possibilidades, testando-as e concretizando-as, tendo assim a possibilidade de formar uma atitude criativa.

A organização do ambiente deve ser de tal sorte que permita a formação de uma atitude participativa efetivada nos comportamentos de manifestar-se livremente, de acolher o outro (ouvir o colega que fala, acatar e respeitar suas opiniões) e de agir cooperativamente.

As situações de ensino-aprendizagem devem também oportunizar a formação da atitude valorativa, que pode ser configurada através dos comportamentos de perceber, diferenciar, preferir e escolher valores e de comprometer-se com a hierarquia de valores por ele próprio estabelecida.

Além disso, a organização das situações de ensino-aprendizagem deve prever a formação das atitudes cognitiva e produtiva. A atitude cognitiva pode ser expressa através dos comportamentos de procurar conhecer, observar criteriosamente, estruturar conclusões e explicações, testar as explicações e as conclusões formuladas, generalizar, comunicar com objetividade e aplicar conhecimentos. A atitude produtiva pode ser expressa através dos comportamentos de manipular, reorganizar e produzir meios.

Os quadros que seguem constituem-se numa exemplificação do relacionamento dos conteúdos sugeridos em termos de atitude criativa, cognitiva e produtiva, indicando comportamentos que poderão ser expressos pelo aluno. Compete ao professor selecionar esses comportamentos ou prever novos comportamentos tendo presente os pré-requisitos, as necessidades e interesses de seus alunos.

ATITUDES E COM- PORTAMEN- TOS CONTEÚDOS	CRIATIVA			Procurar Conhecer	Observar Criteriosamente	Estruturar Conclusões e Explicações	Verificar conclusões e explicar os conteúdos sob
	Imaginar Possibilidades	Testar Possibilidades	Concretizar				
1. Lógica das proposições 1.1 proposições simples e compostas; 1.2 conjunto de proposições; 1.3 relações de implicação e de equivalência; 1.4 operações: conjunção, disjunção, condição e bicondição.	Construir: . proposições simples e compostas; . relações; . operações – conjunção, condição, disjunção e bicondição.	Testar as proposições construídas: . as relações estabelecidas; . as operações efetuadas.	Formular proposições: . estabelecer relações de implicação e de equivalência; . realizar operações de conjunção e disjunção.	Identificar: . proposições simples e compostas; . relações de implicação e de equivalência; . as operações de conjunção, disjunção, condição e bicondição.	Listar características e proposições simples e compostas; Descrever relações de implicação e de equivalência. Descrever e comparar as operações de conjunção, disjunção, condição e bicondição.	Determinar valores lógicos das proposições simples e compostas. Formular conclusões sobre: . as relações de implicação e de equivalência; . as operações de conjunção, disjunção, condição e bicondição. Explicar esses conteúdos através de exemplos.	Verificar conclusões e explicar os conteúdos sob
2. Conjunto dos números reais 2.1 construção dos números reais; 2.2 relações no conjunto dos números reais e propriedades; 2.3 operações no conjunto dos números reais e propriedades; 2.4 estruturas definidas no conjunto dos números reais; 2.5 resolução de problemas.	Formular conceito de: . número real; . conjunto dos números reais; . relações no conjunto dos números reais e propriedades dessas relações; . operações no conjunto dos números reais; . propriedades dessas operações; . estruturas definidas no conjunto dos números reais. Construir grafos e gráficos das relações e das operações definidas no conjunto dos números reais.	Testar e exemplificar: . os conceitos formulados; . os grafos e os gráficos construídos	Formular suas próprias conclusões referentes a cada assunto estudado.	Identificar os elementos do conjunto dos números reais. Estabelecer relações no conjunto dos números reais e identificar suas propriedades. Realizar operações no conjunto dos números reais e identificar suas propriedades. Conhecer as estruturas de ordem, grupo, corpo, anel, que podem ser definidas no conjunto dos números reais diante de relações ou operações.	Determinar características dos números reais. Descrever as relações, as operações estabelecidas no conjunto dos números reais. Comparar as relações e as operações estabelecidas no conjunto dos números reais. Classificar as relações e operações através de suas propriedades. Descrever as estruturas, que forem definidas no conjunto dos números reais.	Formular conclusões sobre: . as características dos números reais; . as relações que podem ser estabelecidas no conjunto dos números reais; . as operações que podem ser definidas no conjunto dos números reais; . as propriedades dessas relações ou operações; . as relações de ordem ou equivalência; . as estruturas que podem ser construídas no conjunto dos números reais. Explicar esses conteúdos através de exemplos.	Verificar conclusões e explicar os conteúdos sob

COGNITIVA				PRODUTIVA		
Testar as Explicações Conclusões Formuladas	Generalizar	Comunicar com Objetividade	Aplicar Conhecimentos	Manipular Meios	Reorganizar Meios	Produzir Meios
Verificar a correção das conclusões formuladas e exemplos elaborados sobre: - proposições simples e compostas; - relações de implicação e de equivalência; - operações de conjunção, disjunção, condição e bicondição.	Empregar letras minúsculas para simbolizar as proposições. Conceituar proposições simples e compostas. Construir relações de implicação e de equivalência entre proposições.	Formular proposições claras e precisas. Simbolizar proposições simples e compostas. Utilizar símbolos para representar relações de implicação e de equivalência entre proposições. Formular com precisão as proposições resultantes de operações de conjunção, disjunção, condição e bicondição no conjunto das proposições.	elaborados utilizando-os como pré-requisitos para a formulação de outros conhecimentos e para a resolução de problemas práticos. Realizar operações de conjunção, disjunção, condição e bicondição no conjunto das proposições	Selecionar ou utilizar: - proposições; - relações definidas num conjunto de proposições; - operações definidas no conjunto de proposições. Selecionar e utilizar meios que facilitem o estudo das propriedades das relações e das operações. Selecionar meios com a finalidade de facilitar o estudo dos teoremas.	Reorganizar as proposições de um texto científico ou literário. Comparar os textos científicos com os textos literários. Reorganizar os meios selecionados com a finalidade de facilitar o estudo: - propriedades das relações; - propriedades das operações; - demonstrações e aplicações dos teoremas.	Construir textos científicos ou literários empregando proposições.
Verificar a validade das conclusões formuladas e exemplos: Números Reais - conjunto de números reais; - relações e operações definidas no conjunto dos números reais; - propriedades de relações e operações definidas no conjunto dos números reais; - relações de equivalência ou de ordem definidas no conjunto dos números reais; - estruturas determinadas no conjunto dos números reais;	Construir e representar: - número real; - conjunto de números reais; - relações; - propriedades das relações; - operações - propriedades das operações; - relações de ordem; - relações de equivalência; - classe de equivalência; - estruturas de ordem grupo, corpo, anel que podem ser definidas no conjunto dos números reais.	Determinar por compreensão o conjunto dos números reais. Representar o conjunto dos números reais. Formular com precisão as relações e as operações no conjunto dos números reais. Simbolizar as estruturas no conjunto dos números reais.	para resolver problemas nas diferentes estruturas definidas no conjunto dos números reais.	Selecionar ou utilizar os subconjuntos de números reais mais convenientes para resolver problemas referentes a: - escala e percentagem; - cálculo de juros, tempo, taxa, capital, montante, descontos e amortização; - financiamento para comprar a crédito; - financiamento do BNH; - regra de sociedade; - medidas de tendência central - média - mediana - moda - câmbio; Selecionar a maneira mais conveniente de representar os números reais com a finalidade de facilitar a resolução dos problemas. Selecionar a forma mais conveniente de representar os problemas e as suas soluções.	Reorganizar os dados com a finalidade de melhor resolver os problemas que envolvem relações ou operações definidas no conjunto dos números reais:	Construir modelos de alternativas ou de solução de problemas utilizando números reais.

ATITUDES E COMPETÊNCIAS	CRIATIVIDADE					
	Imaginar Possibilidades	Testar Possibilidades	Concretizar	Procurar Conhecer	Observar Criteriosamente	Estruturar Conclusões e Explicações
3. Funções 3.1 funções, tipos de funções: bijetora, injetora e sobrejetora; 3.2 função inversa; 3.3 composição de funções; 3.4 exemplos de funções; 3.5 funções proposicionais; 3.6 função real de variável real (conceito e representação gráfica).	Construir e representar graficamente: • funções, função injetora, função sobrejetora, função bijetora; • função inversa; • exemplos de funções definidas no conjunto dos números reais; • funções resultantes de composições de funções; • função real de variável real.	Testar: • as funções construídas; • os exemplos de funções definidas no conjunto dos números reais; • os gráficos e os gráficos utilizados na representação de funções.	Formular: • funções, funções injetoras, sobrejetoras e bijetoras; • função inversa; • exemplos de funções definidas no conjunto dos números reais; • exemplos de funções compostas; • funções proposicionais; • função real de variável real.	Identificar funções bijetora, injetora e sobrejetora. Conhecer a função inversa de uma função. Nomear funções definidas no conjunto dos números reais. Identificar funções compostas, funções proposicionais, funções reais de variável real.	Descrever características de função bijetora, injetora e sobrejetora. Determinar os critérios para que uma função seja a inversa de outra, função. Examinar as condições para que se realize composição de funções. Determinar características das funções proposicionais. Descrever função real de variável real.	Formular exemplos e explicações referentes a: funções bijetora, sobrejetora, injetora e inversa. Determinar as leis ou as funções inversas definidas no conjunto dos números reais. Formular leis de composição de funções. Formular funções proposicionais. Formular exemplos e explicações sobre funções reais de variáveis reais.
3.7 função trigonométrica: 3.7.1. arcos e ângulos 3.7.2. funções trigonométricas: seno, co-seno e tangente; 3.7.3. gráficos e relações fundamentais das funções trigonométricas (seno, co-seno e tangente); 3.7.4. adição e subtração das medidas de arcos; 3.7.5. resolução de problemas sobre triângulos retângulos, através das funções trigonométricas.	Construir: arcos e as funções trigonométricas; gráficos e relações fundamentais das funções trigonométricas. Efetuar adição e subtração das medidas de arcos. Elaborar soluções de problemas sobre triângulos retângulos, utilizando as funções trigonométricas.	Verificar a correção das construções realizadas de: • arcos e funções trigonométricas; • gráficos e relações fundamentais das funções trigonométricas; • operações de adição e subtração das medidas de arcos. Testar as soluções apresentadas aos problemas sobre triângulos retângulos.	Formular conclusões sobre arcos e funções trigonométricas. Resolver problemas sobre triângulos retângulos através das funções trigonométricas.	Identificar arcos e as funções trigonométricas. Reconhecer os gráficos das funções trigonométricas: seno, co-seno e tangente. Nomear relações existentes entre as funções trigonométricas. Identificar medidas resultantes de adição ou subtração de medidas de arcos.	Descrever características das funções trigonométricas. Comparar os gráficos das funções trigonométricas. Determinar as variações das funções trigonométricas. Descrever as relações fundamentais das funções trigonométricas.	Explicar as variações das funções trigonométricas. Concluir as relações existentes entre as funções trigonométricas.
3.8 funções sequenciais: 3.8.1. função sequencial: conceito; 3.8.2. progressão aritmética: conceito, propriedades, cálculo do termo geral e da soma dos termos; 3.8.3. progressão geométrica: conceito, propriedades, cálculo do termo geral e da soma dos termos; 3.8.4. resolução de problemas.	Construir progressões aritméticas a partir de determinados elementos ou dados fornecidos. Construir progressões geométricas a partir de determinados elementos ou dados fornecidos. Apresentar formas de solução de problemas através de progressões aritméticas ou geométricas.	Verificar as possibilidades de construção de progressões aritméticas. Verificar as possibilidades de construção de progressões geométricas.	Formular progressões aritméticas. Formular progressões geométricas. Criar instrumentos capazes de resolver problemas através de progressões aritméticas ou geométricas.	Identificar progressões aritméticas. Nomear as propriedades das progressões aritméticas. Identificar o termo geral e a soma dos termos de uma progressão aritmética. Identificar progressões geométricas. Nomear as propriedades das progressões geométricas. Identificar o termo geral e a soma dos termos de uma progressão geométrica.	Determinar a razão de uma progressão aritmética. Descrever as propriedades das progressões aritméticas. Determinar a razão de uma progressão geométrica. Descrever as propriedades das progressões geométricas. Determinar semelhanças e diferenças entre as progressões aritméticas e as geométricas.	Apresentar exemplos de progressões aritméticas e de progressões geométricas. Explicar as propriedades das progressões, o cálculo do termo geral e da soma dos termos. Determinar o termo geral de uma progressão aritmética. Elaborar a fórmula da determinação da soma dos termos de uma progressão aritmética. Determinar o termo geral de uma progressão geométrica. Elaborar a fórmula da determinação da soma dos termos de uma progressão geométrica.

COGNITIVA				PRODUTIVA			
Testar as Explicações e as Conclusões Formuladas	Generalizar	Comunicar com Objetividade	Aplicar Conhecimentos	Manipular Meios	Reorganizar Meios	Produzir Meios	
Verificar se a inversa de uma função é também uma função. Verificar a correção de leis de composição de funções. Testar a correção das formulações realizadas e dos exemplos sobre: - funções proposicionais; - funções reais de variáveis reais.	Definir função bijetora, injetora e sobrejetora. Definir função inversa. Conceituar função composta. Utilizar símbolos ou fórmulas para expressar os diferentes tipos de funções e de suas inversas. Conceituar funções proposicionais. Conceituar função real de variável real.	Construir gráficos de funções definidas no conjunto dos números reais. Expressar as funções proposicionais, utilizando símbolos. Construir gráficos de funções reais de variáveis reais.	Aplicar os conhecimentos formulados como pré-requisitos para o estudo de novos conteúdos ou para resolver problemas práticos que podem ocorrer em diferentes situações. Classificar as funções determinadas ou estabelecidas em diferentes situações de vida. Utilizar a composição de funções para estabelecer novas funções.	Selecionar ou utilizar as funções mais convenientes para interpretar ou explicar um fato ou acontecimento.	Reorganizar as funções selecionadas de acordo com sua eficiência para explicar um fato ou acontecimento em estudo.	Construir funções que expliquem fatos ou acontecimentos que necessitam ser estudados em todas as disciplinas em especial na Física, Química, Biologia, na Comunicação e em outros problemas práticos.	
Testar os gráficos das funções trigonométricas. Comprovar as variações das funções trigonométricas. Verificar a validade das relações estabelecidas entre as funções trigonométricas.	Conceituar arcos. Definir as funções trigonométricas. Construir os gráficos das funções trigonométricas. Utilizar símbolos ou fórmulas para: representar os arcos ou as funções trigonométricas.	Expressar as funções trigonométricas através de leis estabelecidas ou de gráficos. Formular proposições que expressem as relações existentes entre as funções trigonométricas.	Identificar, equacionar e resolver problemas sobre triângulos retângulos aplicando as funções trigonométricas.	Selecionar ou utilizar a função trigonométrica mais conveniente para solucionar um problema que envolva a resolução de triângulos retângulos (na topografia, astronomia, navegação aérea, navegação marítima, lançamento de naves espaciais, lançamento de projéteis).	Reorganizar os dados ou as funções trigonométricas selecionadas com a finalidade de resolver problemas práticos da vida.	Construir meios que permitam resolver problemas que envolvam funções trigonométricas, em particular os problemas práticos e os da Física, Astronomia, entre muitos outros.	
Verificar a correção na determinação: - da razão de uma progressão; - dos termos de uma progressão; - da soma dos termos de uma progressão.	Conceituar progressão aritmética. Determinar as fórmulas ou os símbolos para: - o termo geral de uma progressão; - a razão de uma progressão; - a soma do termo geral de uma progressão; Conceituar progressão geométrica.	Escrever com precisão uma progressão aritmética. Indicar os elementos necessários para a formação de uma progressão aritmética. Expressar os conceitos formulados através de fórmulas. Escrever com precisão uma progressão geométrica. Indicar os elementos necessários para a formação de uma progressão geométrica.	Aplicar os conhecimentos formulados sobre progressão, utilizando-os como pré-requisitos para a elaboração de novos conteúdos ou para resolução de problemas práticos da vida cotidiana. Identificar, equacionar, resolver e formular problemas que envolvam progressões aritméticas e geométricas.	Determinar maneiras de estabelecer a correspondência entre o conjunto dos números naturais e os termos de uma progressão a fim de poder deduzir o termo geral. Determinar ou utilizar meios para construir a fórmula do termo geral e as propriedades das progressões com a finalidade de resolver problemas, por exemplo, da Estatística. Utilizar as equações algébricas para determinar os termos desconhecidos das progressões.	Reorganizar os termos de uma progressão com a finalidade de observar as transformações efetuadas. Reorganizar os meios utilizados com a finalidade de evidenciar o método indutivo.	Produzir meios que facilitem o estudo e a resolução de problemas de diferentes campos do conhecimento em especial os da Física.	

CONTEÚDOS	CRIATIVA					
	Imaginar Possibilidades	Testar Possibilidades	Concretizar	Procurar Conhecer	Observar Criteriosamente	Estruturar Conclusões e Explicações
3.9 Funções polinomiais: 3.9.1. conjunto dos polinômios-relações, operações e propriedades; 3.9.2. função polinomial: conceito; 3.9.3. resolução de problemas.	Construir: - relações e operações no conjunto dos polinômios; - funções polinomiais; - soluções de problemas, utilizando relações ou operações no conjunto dos polinômios ou funções polinomiais.	Testar as construções imaginadas sobre: - relações e operações no conjunto dos polinômios; - funções polinomiais; - soluções de problemas, utilizando relações ou operações no conjunto dos polinômios ou funções polinomiais.	Realizar as construções consideradas válidas a partir da testagem. Formular exemplos sobre os conteúdos estudados.	Conhecer diferentes funções polinomiais. Nomear relações ou operações no conjunto dos polinômios.	Determinar características de funções polinomiais. Classificar funções polinomiais. Comprovar relações ou operações definidas no conjunto dos polinômios. Classificar os polinômios, ou as funções polinomiais.	Formular explicações e conclusões sobre: - relações e operações no conjunto dos polinômios; - propriedades de relações ou operações no conjunto dos polinômios; - funções polinomiais.
3.10 funções exponenciais: 3.10.1 função exponencial: conceito e propriedades; 3.10.2 resolução de equações exponenciais; 3.10.3 resolução de problemas que envolvam fun-	Construir: - funções exponenciais; - equações exponenciais. Citar possibilidades de aplicação: - das propriedades de funções exponenciais na solução de equações exponenciais; - das funções exponenciais, suas propriedades ou das equações exponenciais na resolução de problemas.	Testar as funções exponenciais e as equações exponenciais construídas. Verificar a validade e correção das construções realizadas.	Elaborar gráficos das funções exponenciais. Formular as soluções de equações exponenciais e as resoluções de problemas determinados com a aplicação dos conteúdos estudados.	Identificar funções exponenciais. Nomear as propriedades das funções exponenciais. Identificar equações exponenciais.	Comparar funções exponenciais. Classificar funções exponenciais. Descrever as propriedades das funções exponenciais ou das equações exponenciais.	Utilizar as propriedades das funções exponenciais na solução das equações exponenciais. Apresentar exemplos e explicações das funções exponenciais e das equações exponenciais.
3.11 funções logarítmicas: 3.11.1 função logarítmica: conceito; 3.11.2 propriedades das funções logarítmicas; 3.11.3 logaritmos decimais: aplicação, propriedades e propriedades operatórias dos logaritmos.	Construir: - função logarítmica; - gráficos das funções logarítmicas representadas em coordenadas cartesianas. Citar alternativas de resolução de problemas, utilizando: - função logarítmica e suas propriedades; - propriedades operatórias dos logaritmos decimais.	Verificar a correção das funções logarítmicas e das representações construídas. Testar as alternativas de resolução de problemas sugeridos.	Elaborar gráficos das funções logarítmicas. Dar exemplos de: - funções logarítmicas; - logaritmos decimais. Formular as soluções dos problemas, empregando os conteúdos utilizados.	Identificar função logarítmica. Nomear as propriedades das funções logarítmicas. Identificar as propriedades operatórias dos logaritmos. Citar logaritmos decimais e suas propriedades.	Descrever características da função logarítmica. Verificar as propriedades das funções logarítmicas. Comparar: as propriedades dos logaritmos e os logaritmos em diferentes bases. Descrever características de logaritmos decimais. Classificar as propriedades operatórias e as propriedades dos logaritmos decimais.	Exemplificar e explicar os logaritmos e as suas propriedades. Formular as propriedades das funções logarítmicas. Verificar situações de aplicação dos logaritmos decimais e suas propriedades

COGNITIVA				PRODUTIVA		
Testar as Explicações e as Conclusões Formuladas	Generalizar	Comunicar com Objetividade	Aplicar Conhecimentos	Manipular Meios	Reorganizar Meios	Produzir Meios
Verificar a validade das explicações e conclusões formuladas.	Conceituar função polinomial. Apresentar os polinômios ou as funções polinomiais de maneira genérica.	Expressar em linguagem clara e precisa: - o conceito da função polinomial; - as relações ou operações definidas no conjunto dos polinômios; - as propriedades das relações ou operações.	Identificar, equacionar e resolver problemas, utilizando os conteúdos estudados	Selecionar ou utilizar meios para a resolução de problemas que envolvam funções polinomiais e a resolução de equações.	Organizar os meios selecionados com a finalidade de facilitar a resolução dos problemas que envolvam funções polinomiais.	Produzir meios para facilitar a resolução de problemas práticos sobre: - funções polinomiais - relações ou operações definidas no conjunto dos polinômios;
Conferir as soluções das equações exponenciais. Conferir os gráficos das funções exponenciais.	Conceituar função exponencial. Construir o gráfico da função exponencial. Escrever as funções e as equações exponenciais de maneira generalizada.	Formular com clareza e precisão o conceito de equação exponencial. Expressar em linguagem simples e correta os conhecimentos adquiridos sobre função exponencial.	Resolver equações exponenciais. Resolver problemas, aplicando funções exponenciais, suas propriedades ou equações exponenciais.	Selecionar ou utilizar meios para a resolução das equações exponenciais: fatoração, emprego das propriedades, equações algébricas. Contrastar as progressões geométricas e as funções exponenciais.	Reorganizar os meios selecionados tendo em vista sua aplicação ou sua maior eficiência.	Construir outras maneiras mais eficazes para a resolução de problemas que envolvam funções exponenciais.
Verificar a correção das propriedades das funções logarítmicas formuladas. Testar as soluções de situações apresentadas através de logaritmos decimais, suas propriedades e propriedades operatórias.	Conceituar função logarítmica. Construir o gráfico da função logarítmica. Expressar os conceitos formulados de maneira generalizada.	Formular com clareza e precisão o conceito de função logarítmica. Expressar em linguagem simples os conhecimentos adquiridos sobre função logarítmica.	Resolver problemas aplicando funções logarítmicas, suas propriedades, logaritmos decimais e propriedades operatórias.	Selecionar ou utilizar meios que evidenciem a importância das propriedades dos logaritmos na resolução de operações e utilização dos logaritmos decimais e de suas propriedades operatórias. Construir meios que permitam comparar a função logarítmica e a função exponencial.	Reorganizar os meios selecionados em função de sua maior eficiência na resolução de problemas práticos.	Construir meios que expressem os conteúdos elaborados e a significância dos mesmos para a resolução de problemas.

ATITUDES E COMPORTAMENTOS CONTEÚDOS	CRIATIVA			COGNITIVO		
	Imaginar Possibilidades	Testar Possibilidades	Concretizar	Procurar Conhecer	Observar Criteriosamente	Estruturar Conclusões e Explicações
4 – Pontos de um espaço E_1, E_2 4.1. coordenadas cartesianas; 4.2. coordenadas cartesianas ortogonais; 4.3. distância entre dois pontos; 4.4. transformações nos espaços E_1, E_2: projeções, afinidades, simetrias, isometrias; 4.5. função linear e sua representação gráfica; 4.6. retas 4.6.1. equação geral da reta; 4.6.2. ângulo de duas retas orientadas; 4.6.3. condições de paralelismo e de perpendicularismo de duas retas; 4.7. círculo 4.7.1. equação do círculo em função das coordenadas do centro e do raio; 4.7.2. equações do 2º grau a duas variáveis que são equações de um círculo; 4.8. equações do 2º grau a duas variáveis; 4.9. estruturas no espaço E_1, E_2; 4.10. resolução de problemas.	Construir: - coordenadas cartesianas; - coordenadas cartesianas ortogonais; - formas de determinar a distância entre dois pontos; - função linear; - equação geral da reta; - ângulo de duas retas orientadas; - modelos que utilizam o paralelismo e o perpendicularismo de duas retas; - equações de um círculo; - transformações no espaço E_1 ou no E_2. Estudar formas de representação gráfica de: - função linear; - estruturas no espaço E_1 ou no E_2. Equacionar problemas sobre pontos de um espaço E_1 ou no E_2, aplicando os conteúdos estudados.	Testar as construções realizadas sobre: - coordenadas cartesianas; - coordenadas cartesianas ortogonais; - distância entre dois pontos; - função linear; - equação geral da reta; - ângulo de duas retas orientadas; - modelos que utilizam paralelismo e perpendicularismo de duas retas; - equações de um círculo; - transformações no espaço E_1 ou no E_2; - estruturas no espaço E_1 ou no E_2. Conferir a correção e conveniência das representações gráficas apresentadas. Verificar a correção do equacionamento aos problemas sobre pontos de um espaço E_1 ou E_2.	Formular as construções testadas sobre os conteúdos estudados. Formular exemplos que ilustrem as construções realizadas. Representar graficamente: - função linear; - transformações no espaço E_1 ou no E_2. Resolver os problemas equacionados utilizando os conteúdos formulados.	Identificar coordenadas cartesianas e coordenadas cartesianas ortogonais. Determinar a distância entre dois pontos. Identificar função linear e sua representação gráfica. Nomear retas e reconhecer a equação geral da reta. Determinar o ângulo de duas retas orientadas. Identificar as condições de paralelismo e de perpendicularismo de duas retas. Citar equação do círculo em função das coordenadas do centro e do raio. Citar equações de 2º grau a duas variáveis. Identificar equações de 2º grau a duas variáveis que são equações de um círculo. Identificar transformações no espaço E_2 ou no E_1. Nomear as estruturas que podem ser definidas no espaço E_1 ou no E_2.	Comparar coordenadas cartesianas e coordenadas cartesianas ortogonais. Descrever função linear. Descrever características de retas. Determinar características dos ângulos, determinados por duas retas orientadas. Comparar as condições de paralelismo e de perpendicularismo de duas retas. Descrever equação do círculo em função das coordenadas do centro e do raio. Comparar equações de 2º grau a duas variáveis e equações de 2º grau a duas variáveis que são equações de um círculo. Observar e descrever transformações no espaço E_1 ou no E_2. Nomear as características das estruturas que podem ser definidas no espaço E_2 ou no E_1.	Determinar a distância entre dois pontos. Explicar a representação gráfica da função linear. Construir a equação geral da reta. Explicar a formação de ângulos, determinados por duas retas orientadas. Concluir as condições de paralelismo e de perpendicularismo de duas retas. Concluir as condições para que uma equação do 2º grau a duas variáveis seja equação de um círculo. Apresentar exemplos e explicações sobre: função linear, equação geral da reta, ângulo formado por duas retas, retas paralelas e perpendiculares. Explicar as equações do 2º grau, equação de um círculo e as transformações estudadas no espaço E_2 ou no E_1. Explicar e exemplificar as estruturas que podem ser definidas no espaço E_1 ou no E_2.
5. Matrizes e determinantes 5.1. matriz; 5.2. matriz quadrada; 5.3. determinantes de 3ª e 2ª ordem e suas propriedades fundamentais; 5.4. regra de Sarrus; 5.5. resolução de sistemas de equações lineares a duas ou a três incógnitas através de determinantes.	Construir: - matriz; - matriz quadrada; - determinantes de 3ª e 2ª ordem; - regra de Sarrus; - soluções de sistemas de equações lineares a duas ou a três incógnitas através de determinantes. Indicar procedimentos para determinação das propriedades: - da matriz quadrada; - dos determinantes de 3ª e 2ª ordem.	Testar as construções realizadas sobre: - matriz; - matriz quadrada; - determinantes de 3ª e 2ª ordem; - regra de Sarrus; - soluções de sistemas de equações lineares a duas ou a três incógnitas através de determinantes. Verificar a validade das propriedades: - da matriz quadrada; - dos determinantes de 3ª e 2ª ordem.	Formular as construções testadas sobre esses conteúdos. Elaborar exemplos práticos que ilustrem essas construções. Formular as propriedades determinadas: - da matriz quadrada; - dos determinantes de 3ª e 2ª ordem. Resolver problemas utilizando os conteúdos criados.	Conhecer matriz. Identificar matriz quadrada e suas propriedades. Identificar determinantes de 3ª e 2ª ordem e suas propriedades fundamentais. Nomear a regra de Sarrus. Identificar sistemas de equações lineares a duas ou a três incógnitas.	Comparar matriz e matriz quadrada. Descrever as propriedades de uma matriz quadrada. Nomear características de determinantes de 3ª e 2ª ordem e de suas propriedades. Descrever a regra de Sarrus. Listar características de sistemas de equações lineares a duas ou a três incógnitas.	Classificar os elementos de uma matriz quadrada. Concluir as propriedades de uma matriz quadrada. Explicar o cálculo de determinantes de 3ª e 2ª ordem. Explicar e concluir a regra de Sarrus. Resolver sistemas de equações lineares a duas ou a três incógnitas através de determinantes.

TIVA				PRODUTIVA		
Testar as Explicações e as Conclusões Formuladas	Generalizar	Comunicar com Objetividade	Aplicar Conhecimentos	Manipular Meios	Reorganizar Meios	Produzir Meios
Verificar a correção da determinação da distância entre dois pontos. Conferir as equações de retas determinadas. Verificar as condições de paralelismo e perpendicularismo de duas retas. Testar a validade das condições formuladas para que uma equação de 2º grau a duas variáveis seja equação de um círculo. Verificar a correção das explicações efetuadas sobre transformações no espaço E_1 ou E_2. Verificar a existência das propriedades das estruturas definidas no espaço E_1 ou no E_2.	Conceituar função linear. Conceituar ângulo de duas retas orientadas. Formular as condições de paralelismo e de perpendicularismo de duas retas. Construir a equação do círculo em função das coordenadas do centro e do raio. Formular equações de um círculo através de equações de 2º grau a duas variáveis. Conceituar as transformações estudadas no espaço E_1 ou no E_2. Definir estruturas no espaço E_1 ou no E_2. Descrever as transformações e as estruturas de maneira generalizada.	Construir o gráfico da função linear. Representar retas em coordenadas ortogonais ou não. Expressar com clareza e precisão as condições de paralelismo e de perpendicularismo de duas retas. Expressar com clareza e precisão as equações de um círculo. Expressar os conteúdos formulados através de gráficos ou de equações. Comunicar em linguagem clara e precisa as noções e conceitos elaborados sobre transformações no espaço E_1 ou no E_2. Simbolizar com precisão as estruturas definidas no espaço E_1 ou no E_2.	Realizar representações em coordenadas cartesianas e em coordenadas cartesianas ortogonais. Resolver problemas que envolvam paralelismo ou perpendicularismo de retas. Identificar, equacionar e resolver problemas no espaço E_1 e no E_2, utilizando os conhecimentos adquiridos. Utilizar as transformações no espaço E_1 ou E_2 para explicar casos de projeções, afinidades, simetrias, isometrias. Resolver problemas nas diferentes estruturas definidas no espaço E_1 ou no E_2.	Utilizar com habilidade as coordenadas cartesianas para representar maquetes, diferentes plantas, mapas, etc. Identificar os meios através dos quais se pode calcular a distância entre dois pontos em diferentes plantas ou mapas. Utilizar a função linear para estudar fenômenos observados. Utilizar meios para exemplificar o paralelismo e o perpendicularismo de duas retas. Selecionar ou utilizar meios para exemplificar e formular equações do 2º grau a duas variáveis ou suas aplicações. Selecionar meios que permitam melhor estudar as transformações nos espaços E_1 e E_2. Selecionar meios que permitam estudar problemas que envolvem projeções, afinidades, simetrias. Como exemplos dessas transformações citaremos a construção de edifícios, transmissão de sons pelas estações de rádio, transmissão de imagens e sons pelas estações de TV, o estudo de diferentes objetos do mundo da natureza.	Reorganizar os meios com a finalidade de facilitar a representação de objetos de diferentes maneiras ou de maneiras mais conveniente. Reorganizar os meios com a finalidade de facilitar a resolução de problemas que envolvam: - distância entre dois pontos; - função linear; - paralelismo; - equação da reta; - ângulo formado por duas retas; - paralelismo e perpendicularismo; - equação do círculo em função das coordenadas do centro e do raio; - equações do 2º grau a duas variáveis de um círculo. Reorganizar os meios selecionados com a finalidade de estudar melhor os problemas que envolvam: - transformações nos espaços E_1 e E_2; - projeções; - afinidades; - simetrias; - isometrias.	Produzir meios com a finalidade de facilitar a resolução de problemas que envolvam: - representação de objetos de diferentes maneiras para selecionar a mais conveniente; - distância entre dois pontos; - função linear; - paralelismo; - perpendicularismo; - equação da reta; - ângulo formado por duas retas; - paralelismo e perpendicularismo; - equação do círculo em função das coordenadas do centro e do raio; - equação do 2º grau a duas variáveis; - equação do 2º grau a duas variáveis que são equações de um círculo. Produzir meios com a finalidade de resolver problemas que envolvam: - transformações nos espaços E_1 ou no E_2; - projeções; - afinidades; - simetrias; - isometrias.
Testar as propriedades de uma matriz quadrada. Verificar o cálculo de determinantes de 3ª e 2ª ordem. Verificar a correção das explicações e das conclusões sobre a regra de Sarrus. Testar a solução de sistemas de equações lineares a duas ou a três incógnitas através de determinantes.	Conceituar matriz e matriz quadrada. Definir as propriedades de matriz quadrada. Elaborar técnicas de cálculo de determinantes de 3ª e 2ª ordem. Construir a regra de Sarrus. Formular o procedimento efetuado na solução de sistemas de equações lineares a duas ou a três incógnitas através de determinantes.	Simbolizar matriz e matriz quadrada. Formular proposições que expressem as propriedades de uma matriz quadrada. Simbolizar com precisão a regra de Sarrus. Comunicar com precisão a solução de sistemas de equações lineares a duas ou a três incógnitas obtidas através de determinantes.	Identificar, equacionar e resolver problemas aplicando as noções e conceitos de matrizes e determinantes.	Selecionar meios com a finalidade de facilitar o estudo de: - matriz; - matriz quadrada; - determinantes de 2ª e 3ª ordem e suas propriedades fundamentais; - regra de Sarrus; - resolução de sistemas de equações lineares a duas ou a três incógnitas através de determinantes.	Reorganizar os meios selecionados com a finalidade de facilitar o estudo de: - matriz; - matriz quadrada; - determinantes de 2ª e 3ª ordem e suas propriedades fundamentais; - regra de Sarrus; - resolução de sistemas de equações lineares a duas ou a três incógnitas através de determinantes.	Produzir meios que possibilitem ou facilitem a resolução de problemas que envolvam conhecimentos sobre: - matriz; - matriz quadrada; - determinantes de 2ª e 3ª ordem e suas propriedades fundamentais; - regra de Sarrus; - resolução de sistemas de equações lineares a duas ou três incógnitas, através de determinantes.

CONTEÚDOS	ATITUDES E COMPORTAMENTOS	CRIATIVA				
		Imaginar Possibilidades	Testar Possibilidades	Concretizar	Procurar Conhecer	Observar Criteriosamente
6. Combinatória 6.1 permutações, arranjos e combinações simples de objetos distintos; 6.2 lei de formação do produto de binômios distintos; 6.3 aplicação da fórmula do binômio de Newton (desenvolvimento de $(x + a)^n$) e do termo geral e da soma dos coeficientes; 6.4 resolução de problemas.		Construir arranjos, permutações e combinações simples de objetos distintos. Citar possibilidades de aplicação: • da lei de formação do produto de binômios distintos; • da fórmula do desenvolvimento de $(x + a)^n$ e do termo geral e da soma dos coeficientes.	Verificar a correção dos arranjos, permutações e combinações simples de objetos distintos. Testar a correção e a validade das aplicações citadas sobre: • a lei de formação do produto de binômios distintos; • da fórmula do desenvolvimento de $(x + a)^n$ e do termo geral e da soma dos coeficientes.	Elaborar exemplos de arranjos, permutações e combinações simples de objetos distintos. Resolver problemas concretizando as aplicações dos conteúdos estudados em combinatória.	Determinar arranjos, permutações e combinações simples de objetos distintos. Identificar a lei de formação do produto de binômios distintos. Identificar a fórmula do binômio de Newton.	Comparar as características de arranjos, permutações e combinações simples de objetos distintos. Exemplificar e explicar a lei de formação do produto de binômios distintos. Explicar a fórmula do desenvolvimento de $(x + a)^n$ e do termo geral e da soma dos coeficientes.
7. Pontos do Espaço E_3 7.1. posições relativas de retas e planos no espaço; 7.2. diedros, ângulos sólidos; 7.3. noções gerais sobre poliedros; 7.4. noções gerais, áreas laterais e total e o volume de prismas, pirâmides, cilindros, cones; 7.5. noções gerais, área e volume da esfera; 7.6. transformações no espaço E_3 : projeções, afinidades, simetrias, isometrias; 7.7. estruturas no espaço E_3 .		Construir: • retas e planos no espaço; • diedros e ângulos sólidos; • noções gerais sobre poliedros; • noções gerais sobre prismas, pirâmides, cilindros, cones; • noções gerais da esfera; • transformações: projeções, afinidades, simetrias, isometrias no espaço E_3 ; • estruturas no espaço E_3 . Indicar procedimentos para determinar: • posições relativas de retas e planos no espaço; • as áreas laterais e totais e o volume de prismas, pirâmides, cilindros, cones; • área e o volume da esfera.	Verificar a correção das construções realizadas sobre: • retas e planos no espaço; • diedros e ângulos sólidos; • noções gerais sobre poliedros; • noções gerais sobre prismas, pirâmides, cilindros, cones; • noções gerais da esfera; • transformações de projeções, afinidades, simetrias, isometrias, no espaço E_3 ; • estruturas no espaço E_3 . Testar os procedimentos indicados para a determinação de: • posições relativas de retas e planos no espaço; • áreas laterais ou totais, ou volume dos sólidos.	Elaborar exemplos que ilustrem as construções realizadas. Formular em linguagem clara e precisa as noções, conceitos e conclusões construídas sobre pontos do espaço E_3 . Realizar representações de grafos, gráficos, diagramas, figuras, símbolos das construções realizadas. Expressar através de símbolos os procedimentos convenientes na determinação de: • posições relativas de retas e planos no espaço; • áreas laterais ou totais, ou volume dos sólidos estudados. Resolver problemas no espaço E_3 , aplicando esses conteúdos.	Identificar: • posições relativas de retas e planos no espaço; • diedros e ângulos sólidos; • noções gerais sobre poliedros; • noções gerais, áreas laterais e totais e o volume de prismas, pirâmides, cilindros, cones; • noções gerais, área e volume da esfera; • as transformações de projeções, afinidades, simetrias, isometrias; • estruturas que podem ser definidas no espaço E_3 .	Comparar posições relativas de retas e planos no espaço. Descrever e comparar diedros e ângulos sólidos. Descrever noções gerais sobre poliedros. Descrever noções gerais, sobre prismas, pirâmides, cilindros, cones. Comparar as áreas laterais e totais e o volume de prismas, pirâmides, cilindros, cones. Descrever noções gerais da esfera. Comparar área e o volume da esfera. Descrever e comparar as transformações de projeções, afinidades, simetrias, isometrias. Descrever as estruturas que podem ser definidas no espaço E_3 .

COGNITIVA					PRODUTIVA		
Condições e as Conclusões Formuladas	Testar as Explicações e as Conclusões Formuladas	Generalizar	Comunicar com Objetividade	Aplicar Conhecimentos	Manipular Meios	Reorganizar Meios	Produzir Meios
Aplicar a lei do produto de binômios distintos. a do de $(x + a)^n$ da soma	Verificar a correção do produto de binômios distintos através da lei de formação do desenvolvimento de binômios. Verificar o cálculo do termo geral e da soma dos coeficientes do binômio de Newton.	Conceituar arranjos, permutações e combinações simples de objetos distintos. Expressar arranjos, permutações e combinações de objetos distintos de maneira generalizada, utilizando símbolos matemáticos ou letras.	Expressar com clareza e precisão a lei de formação do produto de binômios distintos.	Utilizar arranjos, permutações e combinações simples de objetos distintos na solução de problemas práticos da vida diária. Utilizar os conhecimentos formulados para adquirir noções de probabilidade. Determinar a diferença entre fenômenos probabilísticos e determinísticos.	Selecionar ou utilizar meios para resolver problemas que envolvam: arranjos, permutações, combinações, a fórmula do binômio de Newton (termo geral ou soma dos coeficientes), medidas de tendência central (média, mediana, moda) frequência, desvio padrão.	Reorganizar os meios com a finalidade de facilitar a resolução de problemas que envolvam: • arranjos, permutações, combinações, binômio de Newton (termo geral e soma dos coeficientes).	Produzir meios que facilitem a resolução de problemas que envolvam esses conteúdos.
Condições e conclusões de retas e planos no espaço; ângulos sólidos; sobre poliedros; áreas laterais e o volume de prismas, pirâmides, cilindros, cones; área e volume da esfera; transformações no espaço E_3 (projeções, afinidades, simetrias, isometrias); estruturas que podem ser definidas no espaço E_3 .	Verificar a validade das explicações e das conclusões formuladas sobre: • posições relativas de retas e planos no espaço; • diedros e ângulos sólidos; • noções gerais sobre poliedros; • noções gerais, áreas laterais e totais e o volume de: prismas, pirâmides, cilindros, cones; • noções gerais, área e o volume da esfera; • as transformações (projeções, afinidades, simetrias, isometrias); • estruturas que podem ser definidas no espaço E_3.	Determinar posições relativas de retas e planos no espaço. Conceituar diedros e ângulos sólidos. Determinar áreas laterais e totais e volume de prismas, pirâmides, cilindros, cones. Determinar a área e o volume da esfera. Conceituar as transformações, projeções, afinidades, simetrias, isometrias. Definir estruturas no espaço E_3.	Comunicar com clareza e precisão: • posições relativas de retas e planos no espaço; • diedros e ângulos sólidos; • noções gerais sobre poliedros; • noções gerais sobre áreas laterais e totais e o volume de prismas, pirâmides, cilindros, cones; • noções gerais, área e o volume da esfera; • as transformações (projeções, afinidades, simetrias, isometrias); • estruturas que podem ser definidas no espaço E_3.	Aplicar os conhecimentos adquiridos: • na formulação de novos conhecimentos; • na solução de problemas no espaço E_3; • na explicação de fatos ou fenômenos que ocorrem no mundo físico ou na Natureza.	Selecionar e utilizar meios que possibilitem ou facilitem um estudo mais eficiente dos conteúdos: • posições relativas de retas e planos no espaço; • diedros e ângulos sólidos; • poliedros; • áreas laterais e totais e o volume de prismas, pirâmides, cilindros e cones; • área e volume da esfera; • transformações no espaço E_3 – projeções, afinidades, simetrias e isometrias; • estruturas no espaço E_3.	Reorganizar os meios com a finalidade de possibilitar ou facilitar a utilização dos conteúdos a seguir para a resolução de problemas práticos: • posições relativas de retas e planos no espaço a três dimensões; • diedros e ângulos sólidos; • poliedros; • áreas laterais e totais e o volume de prismas, pirâmides, cilindros e cones; • área e volume da esfera; • transformações no espaço E_3 – projeções, afinidades, simetrias e isometrias; • estruturas no espaço E_3.	Produzir meios que possibilitem ou facilitem o estudo ou a resolução de problemas referentes a: • posições relativas de retas e planos no espaço a três dimensões; • diedros e ângulos sólidos; • poliedros; • áreas laterais e totais e o volume de prismas, pirâmides, cilindros e cones; • área e volume da esfera; • transformações no espaço E_3 – projeções, afinidades, simetrias e isometrias. Alguns desses problemas se referem a construção de edifícios, transmissão de sons pelas estações de rádios, transmissão de sons e imagens pelas estações de televisão, estudos de objetos do mundo físico ou da Natureza.

IV – PROCEDIMENTOS PARA O ENSINO

Na tarefa de planejar o ensino na disciplina de Matemática, o professor deverá realizar uma sondagem dos conhecimentos e de habilidades que seus alunos possuem e dos comportamentos que devem ser modificados, com a finalidade de fazer diagnóstico da situação e de sua classe. Isso permitirá ao professor uma adequada determinação de objetivos e uma conveniente organização e seleção de conteúdos, procedimentos, recursos de ensino e processo de avaliação, de acordo com as características de seus alunos e do meio ambiente em que eles estão inseridos.

É importante que os professores se conscientizem de que a técnica expositiva é uma entre muitas outras e de que, em nossos dias, esta não é a que melhores resultados tem alcançado.

Procedimentos, onde um problema é proposto para que os alunos em pequenos grupos de dois, três ou quatro elementos discutam, levistem alternativas, selecionem as mais adequadas para resolvê-lo, têm-se mostrado mais eficazes, não só para a aquisição ou elaboração de conhecimentos, mas para a formação de atitudes, tais como a criativa, a participativa e a valorativa.

Além disso, o trabalho por grupos diferenciados (grupos formados por alunos que têm os mesmos interesses ou as mesmas dificuldades) oferece ao professor oportunidade para melhor atender seus alunos. Num trabalho por grupos diferenciados é possível realizar concomitantemente diferentes tipos de atividades, atendendo dessa maneira aos interesses, às inclinações ou às dificuldades dos alunos. Esses grupos podem ser orientados por um sistema de monitoria, onde alunos que já alcançaram um bom nível na formulação dos conteúdos ou na aquisição de habilidades, auxiliam os seus colegas a melhorarem sua aprendizagem. Os monitores, além de aprofundar e alargar seus conhecimentos, têm oportunidade para exercitar grande número de habilidades, entre elas, a de liderança, a de comunicação, a de companheirismo e a de colaboração. Tem acontecido, com freqüência, que um conteúdo que é difícil de ser ensinado por um professor é muitas vezes fácil de ser ensinado por um aluno que recém o aprendeu, por vários motivos, entre eles: esse aluno acaba de vencer os obstáculos para a aprendizagem e os tem bem presentes ainda; além disso ele fala a mesma linguagem de seu colega, enquanto que o professor pode jamais ter tido essas dificuldades e, se as teve, já faz tanto tempo que não as lembra mais e, de outra parte, há ainda a barreira da linguagem que, em geral, separa professor e aluno.

Além desses procedimentos, podem ser utilizadas formas de procedimentos didáticos individualizados, entre as quais: estudo dirigido, estudo de fichas, estudo programado.

É importante ainda que o professor considere que uma das tarefas da escola é a de sistematizar, ampliar e aprofundar os conhecimentos que o aluno adquire em contato com o seu mundo. A ênfase do ensino de 2º Grau é a sistematização de conhecimentos, mas não deve ser esquecido que é através de atividades que o aluno chega às sistematizações: é fazendo que se aprende. Deve considerar, além disso, que a escola tem obrigação de proporcionar elementos aos alunos, para que eles mesmos possam, ao longo de suas vidas, reorganizar e reelaborar seus conhecimentos, de maneira a serem capazes de aplicá-los nas mais diferentes situações de vida e na solução de problemas práticos. E, mais do que isso, sejam capazes de construir novos conceitos, desenvolver novas habilidades e atitudes, para resolverem os problemas com os quais venham a se defrontar, muito embora não os tivessem encontrado quando ainda estavam na escola.

A comunicação é fundamental em qualquer setor da vida humana e no campo científico ela adquire uma importância especial. Deve-se ter presente, contudo, que os alunos de 2º Grau necessitam construir com segurança cada etapa de aprendizagem, principalmente as primeiras, das quais dependerão todas as demais, a fim de que tenham condições de comunicar com objetividade os conhecimentos formulados. De nada vale um vocabulário extenso, do qual não se sabe bem o significado. As palavras servem para exprimir conceitos já construídos, devendo ser estudadas, portanto, à medida que esses conceitos se forem formando. O vocabulário e o simbolismo matemático devem ser aprendidos gradativamente, com cautela, atendendo à necessidade de nomear os conteúdos em elaboração, evitando-se que o estudo desse vocabulário, bem como a utilização de termos e símbolos, venham a constituir-se num fim em si mesmo.

Os procedimentos sugeridos para o ensino devem ser postos em prática através de um planejamento flexível que leve em consideração o plano da Escola, as condições de cada classe e, se possível, de cada aluno de seus alunos e dos aspectos mais significativos da disciplina de Matemática, é que indicarão o ritmo a ser adotado, o método a ser empregado, os conteúdos a serem aprofundados, retomados ou apenas mencionados.

V – AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo constante, contínuo e progressivo que deve ser efetivado ao longo de todo o ano. Nestas diretrizes, tem sido fartamente enfatizado que o aspecto cognitivo é apenas um entre muitos dos que devem ser alvo da atenção dos professores. A formação de hábitos e atitudes, a aquisição de habilidades, são alguns dos outros aspectos, os quais estão detalhados na Operacionalização dos Conteúdos Programáticos da Disciplina de Matemática, em Função das Atitudes e Comportamentos Expressos no Referencial para a Organização do Currículo Pleno de 2º Grau.

Para que o trabalho do professor seja mais produtivo, é necessário que ele realize um controle contínuo da aprendizagem de seus alunos. Com a finalidade de auxiliar os professores nesta tarefa, foram anexados a estas diretrizes vários modelos de fichas de Acompanhamento do Desempenho dos Alunos.

É de importância fundamental que o professor se certifique de que seus alunos já construíram as bases (ou pré-requisitos) para os conteúdos a serem desenvolvidos ou habilidades a serem adquiridas. Se os alunos não tiverem estudado os conteúdos que servem de pré-requisitos a outros ou não tiverem adquirido as habilidades necessárias para alcançarem o nível de desempenho desejado esses deverão ser construídos de maneira mais ou menos aprofundada (dependendo da possibilidade de seus alunos, do tempo disponível para o estudo na disciplina de Matemática, da necessidade que os alunos têm de elaborar os conteúdos a serem estudados, das habilidades a serem adquiridas, quer para o estudo de outras disciplinas, quer para a utilização prática imediata).

A avaliação, como processo, deverá caracterizar-se pela continuidade, constância e abrangência, considerando-se todas as situações, atitudes e comportamentos indicados nos objetivos. Deve ser dada ênfase aos seguintes aspectos:

- desenvolvimento do raciocínio lógico;
- expressão do conhecimento em diferentes níveis de complexidade, de acordo com os objetivos a que os professores ou os alunos se propuseram;
- habilidade na utilização do método científico;
- habilidade de utilizar as noções ou conceitos matemáticos formulados na resolução de problemas práticos;
- clareza e precisão de linguagem escrita ou simbólica.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DOS ALUNOS (2)

[illegible]

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DOS ALUNOS (1)

ATTITUDES E COMPORTAMENTOS		NOME DOS ALUNOS
Valorativa	Participativa	
Perceber, Diferenciar, Preferir e Escolher Valores	Comprometer-se	Acolher o outro
	Manifestar-se livremente	
	Agir cooperativamente	Criativa
	Imaginar e testar possibi- lidades	
	Concretizar	Cognitiva
	Procurar conhecer	
	Observar criteriosamente	
	Formular e testar conclusões e explicações	
	Generalizar	
	Comunicar com objetividade	
	Aplicar	Produtiva
	Manipular, reorganizar e produzir meios	
CONCEITO FINAL		

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DOS ALUNOS (3)

ITENS							
NOMES DOS ALUNOS							
	Participação						
	Contribuições pessoais						
	Interesse						
	Formulação de noções ou conceitos						
	Aquisição de habilidades						
	Conceito						
	Participação						
	Contribuições pessoais						
	Interesse						
	Formulação de noções ou conceitos						
	Aquisição de habilidades						
	Conceito						
	1º						
	2º						
	3º						
	Frequência						
	Pontualidade						
	Conceito Final						

Preenchimento da Ficha de Acompanhamento do Desempenho dos Alunos

Para que as fichas de acompanhamento do desempenho dos alunos auxiliem de fato o trabalho de avaliação que os professores devem realizar, é necessário que elas sejam preenchidas tão freqüentemente quanto possível.

Como em geral os professores têm grande número de alunos em uma classe, é óbvio que não poderão ser observados, em cada hora, todos os alunos, ao mesmo tempo. Por isso deve ser planejada a forma mais conveniente para realizar essa tarefa. Os professores devem determinar quantos e quais os alunos sobre os quais focalizarão sua atenção em determinado dia e quais e quantos observarão em outro dia.

Dependendo da habilidade do professor em observar, não é conveniente que ele determine um grande número de alunos para acompanhar de cada vez (dez ou quinze é um bom número). Além disso, o professor deve escolher os símbolos que utilizará para anotar as suas observações. Para as fichas nºs 1 e 2, por exemplo, podem ser usados os seguintes sinais:

- S – se o comportamento foi evidenciado,
- EP – se o comportamento foi evidenciado em parte,
- N – se o comportamento não foi evidenciado,
- NO – se o comportamento não pôde ser constatado pelo professor.

Se o professor optar por atribuir conceitos, ele deverá determinar com precisão os critérios, descrevendo-os detalhadamente e indicando claramente os indicadores que utilizará para avaliar o desempenho de seus alunos.

Se o professor desejar utilizar um modelo de ficha semelhante a de nº3, deverá descrever com clareza o que ele considerará como indicador de participação, de interesse, de contribuições pessoais, de formulação de conceitos ou de aquisição de habilidades.

Além disso, o professor deverá indicar quais são as habilidades e os conceitos que serão objetos de avaliação, bem como qual o nível de desempenho que será considerado muito ou pouco satisfatório.

VI – RELAÇÃO DE LIVROS CONSULTADOS

1. ADLER, Irving. Matemática e Desenvolvimento Mental.
2. ALENCAR FILHO, Edgard. Teoria Elementar dos Conjuntos 3º ed. São Paulo, Nobel, 1968.
3. ———. Relações e Funções. Rio de Janeiro, Bloch, 1969.
4. ———. Iniciação à Lógica Matemática. São Paulo. Livraria Nobel, 1971.
5. BEX, Roger. Leçons de Mathématique. Gembloux, Bélgica, Dudelot. V.1.
6. ———. Leçons de Mathématique. Gembloux, Bélgica, Dudelot, 1969 V.2.
7. BLOOM, Benjamin. et alii. Taxionomia de Objetivos Educacionais Domínio Cognitivo. Porto Alegre, Globo, 1972. V.1.
8. BRUNER, Jerome S. Uma Nova Teoria de Aprendizagem. Rio de Janeiro, Bloch, 1969.
9. BUNGE, Mario. La Ciência, su Metodo y su Filosofia. Buenos Aires, Paidós, 1970.
10. CASTRUCCI, Benedito. Elementos da Teoria dos Conjuntos. São Paulo, L.P.M., 965.
11. DIAS, Giselda Maria Britto Lima et alii. Diretrizes Curriculares para o Ensino de 1º Grau do Meio Rural nº 3, Área de Ciências. Porto Alegre EMMA, 1974.
12. DIAS, Giselda Maria Britto Lima et alii. Sugestão de Programa da Área de Ciências. In: Ensino de 1º GRAU NO RIO GRANDE DO SUL, Currículo por Área.
13. DIENES, Z.P. & JEEVES, M.A.S. Pensée et Structure. Paris, O.C. D.L., 1967.
14. DIENES, Z.P. La Mathématique moderne dans l'enseignement primaire Paris, O.C.D.L., 1965.
15. DIENES, Z.P. & GOLDING, E.W. Primeiros Passos em Matemática, lógica e jogos lógicos. São Paulo, Herder, 1969. V.1.

16. — . Primeiros Passos em Matemática, Conjuntos, números e potências. São Paulo, Herder, 1969, V. 2.
17. — . Primeiros Passos em Matemática, Exploração do Espaço. São Paulo Herder, 1969.
18. DIENES, Z.P. A Matemática Moderna no Ensino Primário. Portugal, Livros Horizonte, 1967.
19. ENSINO DE 1º GRAU NO RIO GRANDE DO SUL, Caracterização de Currículo. Rio de Janeiro, Bloch, 1972. V.1.
20. ENSINO DE 1º GRAU NO RIO GRANDE DO SUL, Nº 5, Avaliação. Rio de Janeiro, Bloch, 1972. V.4.
21. IEZZI, Gelson et alii. Matemática 1ª série, 2º Grau. São Paulo, Atual, 1974.
22. — . Matemática 2ª série, 2º Grau. São Paulo, Atual, 1974.
23. — . Matemática 3ª série, 2º Grau. São Paulo, Atual, 1974.
24. LIPCHUTZ, Seymour. Teoria dos Conjuntos. São Paulo, Hill do Brasil, 1970.
25. LOPES, Leda Sperb et alii. Ensaio de um programa de Matemática para uma escola de oito anos. 3. ed. Porto Alegre, SEC/RS, 1970. (material mimeografado) 128p.)
26. LOPES, Leda Sperb & PAIM, Zilá Maria Guedes. Sugestão de um Programa de Matemática. Porto Alegre, SEC/RS, 1970.
27. Marquez, Angel Diego. La enseñanza de las Matemáticas por el método de los números en color y Método Cuisinaire. Buenos Aires, El Ateneo, 1964.
28. MONJALLON, A. Introduction aux mathématiques modernes. Paris, Vuiber, 1963.
29. Monteiro, L.H.J. et alii. Matemática, Curso Moderno para 2º Ciclo, São Paulo, Nacional, 1970
30. MUNHOZ, Aida F. da Silva et alii. MAI, Matemática Auto-Instrutiva 1. São Paulo, Saraiva, 1975.
31. PAPY, G. Mathématique Moderne. Bruxelas Paris, Didier, 1964 V. 1
32. PAPY, G. Mathématique Moderne. Bruxelas Paris, Dider, 1965. V. 2

33. PAPY, G. Mathématique Moderne Bruxelas, Paris, Didier, 1967. V. 3
34. PIAGET, Jean & SZEMINSKA, a.a. Gênese do número Criança, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
35. PIAGET, Jean & INHELDER, Barbel. Gênese das estruturas lógicas, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
36. PIERRO NETTO, Scipione di et alii. Matemática na Escola Renovada, 1ª série, 2º Grau. São Paulo, Saraiva, 1972.
37. — Matemática na Escola Renovada, 2ª série, 2º Grau. São Paulo, Saraiva, 1972.
38. — Matemática na Escola Renovada, 3ª série, 2º Grau. São Paulo, Saraiva, 1972.
39. PUIG ADAM, Pedro. La Matemática y su enseñanza actual. Madrid, 1960.
40. REVUZ, André. Mathématique moderne, mathématique vivante. Paris, O.C.D.L., 1965.
41. SANTOS, Udmyr P. & ANDRAUS, Sylvio. Matemática no Ensino do Segundo Grau. São Paulo, Nacional, 1973. V. 1, 2 e 3.
42. SELLTIZ, Claire et alii. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo, Herder, 1971.
43. SHERMAN, N. & TINKELMAN. Melhorando os testes na sala de aula. Rio de Janeiro, USAID e Freitas Bastos, 1967.

Elaboração de:

- Berenice Alvares Rosito
- Fernando G. Ritter
- Geanete Maria Bergamaschi
- Yara Reis Mostardeiro
- Luiz Newton Souza

Colaboração de:

- Alva Rodrigues
- Anna Regina Lanner
- Carlos H. Lewandowski
- Eni Lanius Rauber
- Eugênia Kulbiej
- Eunice Silveira Schirmer
- Helena Beatriz Petry
- Helnay G. Pinto da Silva
- Herbert Willy Bon
- Ilma Luiza Petersen
- Jane Ayres Crivellaro
- João Bosco Soron
- José Carlos Franzen
- Josué Gonçalves
- Júlio Vicente Rásia
- Jurema Nasi
- Lahyre Cenoni
- Lourdes Shirley Scarparo
- Lúcia C. Faraco Cioffi
- Maria Augusta de Almeida Feldman
- Maria Eva Licht de Souza
- Maria Kleufe H. Wiehe
- Marlene Lucion Mc Mannis
- Olisses Pedro Chitolina
- Roberto Emílio Dienstmann
- Ronaldo Camargo Costa
- Sirlei Araneda de Souza

CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS

1 – INTRODUÇÃO

1.1. – A disciplina de Ciências Físicas e Biológicas se constitui de estudos de aspectos biológicos, físicos e químicos de fenômenos e processos naturais que devem ser analisados a partir de conceitos e noções básicas, possibilitando que o aluno venha a redescobrir os princípios gerais que fundamentam essa disciplina, empregando o método científico.

1.2. – No presente momento a escola não conta com recursos humanos com habilitação específica para trabalhar a disciplina de Ciências Físicas e Biológicas. Assim sendo, os professores que atuarem nessa disciplina devem realizar um trabalho de equipe ao programar e planejar as suas aulas.

1.3. – O planejamento conjunto (processo de tomada de decisões baseada na realidade) deverá atentar para:

- Objetivos que a Lei determina e da disciplina.
- Sondagem (pré-requisitos) (comportamento de entrada no 2º Grau).
- Seleção de conteúdos.
- Procedimentos (métodos, técnicos e processos de ensino).
- Avaliação.
- As adaptações necessárias durante o desenvolvimento das atividades.

1.4. – O planejamento deve dar condições ao aluno de tornar-se capaz de explicar o meio próximo e remoto que o cerca e atuar sobre ele, atendendo dessa forma o objetivo da Lei, expresso no parecer 853/71, que diz respeito ao desenvolvimento do pensamento lógico e à vivência do método científico e suas aplicações.

1.5. – Com base na sondagem inicial, os professores deverão estabelecer a necessária compatibilização entre o desenvolvimento da matéria e as reais condições e necessidades dos alunos.

A disciplina de Ciências Físicas e Biológicas se constitui, no 2º Grau, na continuidade natural do conteúdo específico de Ciências Físicas e Biológicas (Área de Ciências) do 1º Grau. Será portando considerado como comportamento de entrada, a ser aferido por sondagem, o comportamento correspondente aos níveis propostos para a conclusão do 1º Grau na Área de Ciências:

IDENTIFICAR – COMPARAR – CLASSIFICAR – CONCLUIR – APLICAR

Esses comportamentos são pré-requisitos para que o aluno tenha condições para formular os conceitos, adquirir habilidades ou desenvolver capacidades importantes para a compreensão da Ciência e para estabelecer relações entre os conceitos e as habilidades ou determinar relações de ciência.

1.6. – Para a seleção e organização de conteúdos, a escola disporá de tópicos gerais apresentados em forma de esquema por este documento, dos quais poderá extrair os elementos necessários para a elaboração de seus planejamentos. A dosagem dos conteúdos e a indicação dos conceitos fundamentais devem possibilitar o alcance dos objetivos visados.

A aquisição dos conhecimentos da disciplina deve se constituir de noções científicas fundamentais indispensáveis a todos os alunos no processo educativo, conduzindo o educando a compreender melhor o mundo que o cerca.

1.7. – São muitos os procedimentos para o ensino – aprendizagem. No caso de Ciências Físicas e Biológicas, a característica fundamental é o Método Científico (conjunto sistematizado de etapas de atividades mentais e práticas).

A vivência deste método não é a transposição pura e simples dos procedimentos próprios dos cientistas para a sala de aula, mas sob o enfoque pedagógico, o método científico é desenvolvido a partir de uma situação organizada de ensino-aprendizagem que possibilitará e favorecerá o desenvolvimento das capacidades de observação, reflexão, criação, discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio, cooperação, decisão e ação, encaradas como objetivo geral do processo educativo (resol. 853/71 – C.F.E.).

1.8. – A fim de que a disciplina produza a necessária modificação nas atitudes do aluno, deve apresentar desempenhos adequados e coerentes com as atitudes (valorativa, participativa, criativa, cognitiva, produtiva) e respectivos comportamentos gerais.

A partir da utilização do conteúdo (fatos, conceitos, leis, generalizações) o aluno terá oportunidade de imaginar, observar, testar possibilidades explicativas da ocorrência dos fenômenos naturais, generalizar e aplicar conhecimentos, adquirindo uma nova visão da realidade.

Tais comportamentos diretamente relacionados com a atitude cognitiva, nada mais são do que as etapas do método científico sob o enfoque pedagógico.

2. OBJETIVOS

2.1. – Objetivos Legais

O ensino de Ciências visará o desenvolvimento do pensamento lógico, a vivência do método científico e de suas aplicações.

“Tornar o educando capaz de:

- explicar o meio próximo e remoto que o cerca
- atuar sobre ele, desenvolvendo para tanto: o espírito de investigação, invenção e iniciativa o pensamento lógico e a noção da universalidade das leis científicas”...

(Parecer 853/71 C.F.E.)

2.2. – Atitudes e comportamentos esperados em Ciências Físicas e Biológicas na formação da personalidade.

Atitude Valorativa

- Determinar razões que justifiquem a posição da ciência como uma atividade humana por meio da qual o homem investiga seu ambiente.

Atitude Participativa

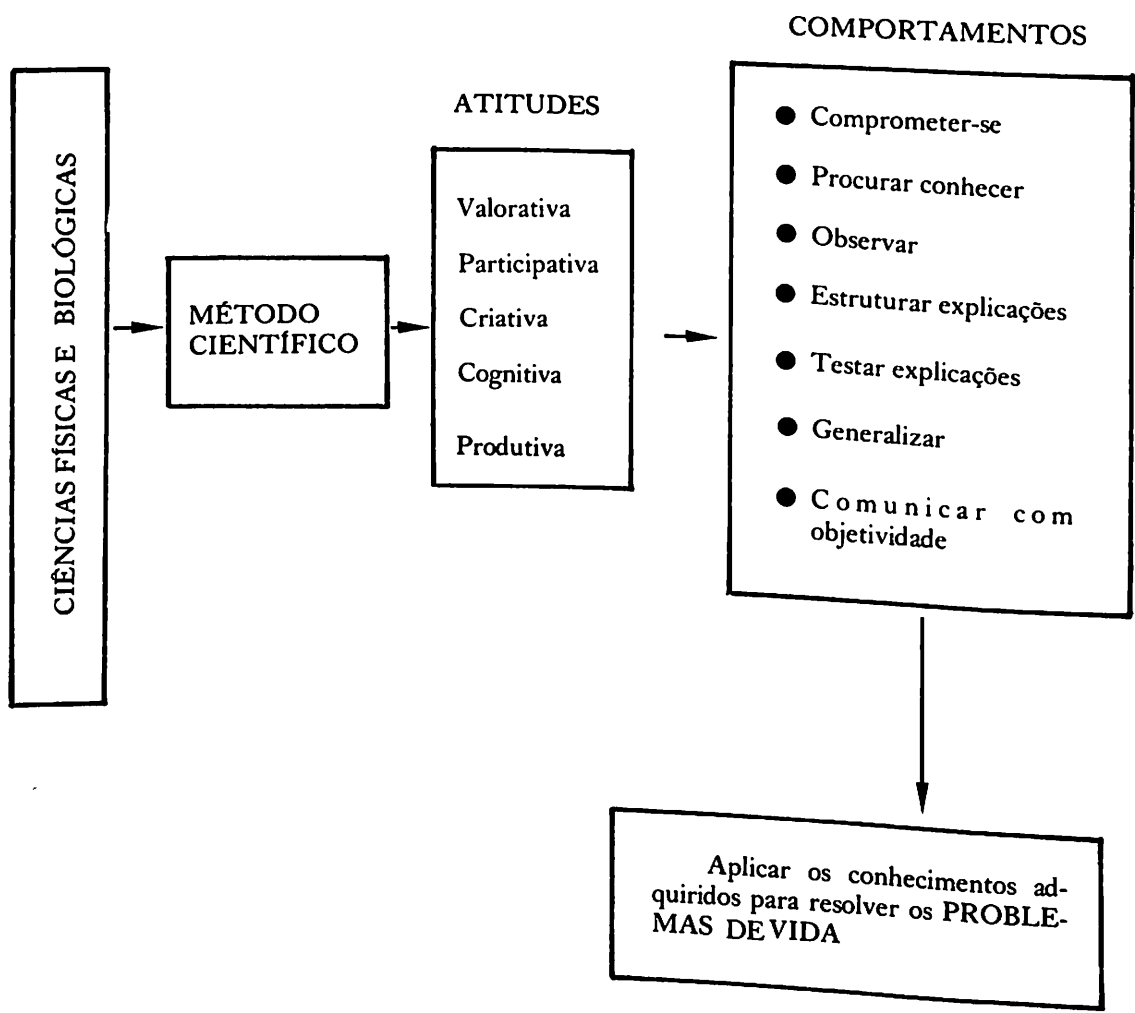
- Manifestar-se livremente demonstrando curiosidade, perseverança, tolerância com a opinião alheia, julgamento cauteloso e honestidade intelectual.
- Aplicar a habilidade de observar, coletar dados e raciocinar no desenvolvimento do estudo da disciplina.

Atitude Cognitiva e Criativa

- Examinar objetiva e criticamente os dados disponíveis, organizando-os, interpretando-os e comunicando com clareza e precisão as conclusões.
- Aplicar conhecimentos demonstrando compreender as inter-relações dos fenômenos biológicos, físicos e químicos e o papel desses fenômenos no desenvolvimento do mundo atual.
- Aplicar conhecimentos e habilidades na solução de problemas da vida diária, em função da preservação do meio ambiente e da adequada utilização dos recursos naturais.

Atitude
Produtiva

- Manipular com habilidade os equipamentos destinados a observação e experimentação.
- Utilizar adequadamente a literatura pertinente na procura de indicações para a solução de problemas.



3 – SUGESTÕES DE CONTEÚDOS BÁSICOS PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DA DISCIPLINA

3.1

- Evolução da Ciência
- Caracterização dos seres vivos
- Cinemática do ponto material
- Estrutura atômica
- Classificação periódica dos elementos
- Dinâmica do ponto material
- Ligação química
- Estrutura e organização dos seres vivos
- Funções da química inorgânica
- Estática dos Fluidos
- Divisão celular
- Termologia
- Soluções
- Histologia
- Noções sobre cinética química, equilíbrio químico e PH
- Ondas
- Organismo em funcionamento
- Estrutura e propriedades dos compostos orgânicos
- Noções de eletricidade
- Continuidade genética da vida
- Magnetologia e eletromagnetismo
- Funções da Química Orgânica
- Noções de Física Moderna
- Seres vivos e o meio

3.2. NÍVEIS DE COMPORTAMENTO CONTEÚDOS	IDENTIFICAR E/OU DESCRVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR QUE	UTILIZAR CONHECIMENTOS
Evolução da Ciência	• surgimento e evolução da Ciência; • Teorias sobre a origem da vida.	• os métodos para o estudo da ciência.		• a Ciência é o conjunto do trabalho científico (método científico) e da soma de conhecimentos adquiridos.	• através de situações práticas (trabalho científico) entender o meio próximo e remoto que o cerca.
Caracterização dos seres vivos	• as semelhanças e diferenças entre os seres vivos e brutos; • características gerais dos seres vivos.	• os seres vivos e brutos; • os animais e vegetais.	• os animais e vegetais.	• o ser vivo caracteriza-se por sua capacidade de reprodução, regeneração, estrutura celular, reação a estímulos, por sofrerem mutação, serem formados de ácidos nucleicos e por possuírem metabolismo.	
Cinemática do ponto material	• sistema de referência, repouso, movimento e suas características, posição, deslocamento, distância, trajetória, velocidade e aceleração; • movimento retilíneo uniforme; • movimento retilíneo uniformemente variado;	• formas de utilização dos sistemas de referência; • repouso e movimento; • velocidade e aceleração; • velocidade e aceleração; • movimento retilíneo uniforme e movimento retilíneo uniformemente variado; • movimento retilíneo	• os movimentos de acordo com a velocidade e aceleração;	• movimento, repouso e trajetória dependem do sistema de referência que se considere; • aceleração é função da velocidade e do tempo; • a queda livre é um caso particular do movimento retilíneo uniformemente variado; • o movimento retilíneo uniforme não apresenta aceleração;	• de sistema de referência para o estudo dos movimentos; • da equação horária para determinar a posição que um corpo ocupa em relação ao tempo; • da posição, velocidade e aceleração na interpretação de gráficos;

NÍVEIS DE COM- PORTAMEN- TO CONTEÚDOS	IDENTIFICAR E/OU DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR QUE	UTILIZAR CONHECI- MENTOS
	● movimento circular uniforme; ● período e frequência.	uniformemente variado e queda livre; ● período e frequência.		● o período é o inverso da frequência.	● identificando, formulando, equacionando e resolvendo problemas que podem acontecer na vida prática relativos à cinemática do ponto material.
Estrutura atômica	● partículas fundamentais do átomo; ● modelo atômico de Rutherford Bohr.	● distribuição eletrônica dos elementos; ● propriedades dos elementos relacionando-as com sua distribuição eletrônica.	● os elementos, de acordo com a distribuição eletrônica, em metais, não metais e gases nobres.	● as propriedades químicas dos elementos relacionam-se com a sua configuração eletrônica,	● através da distribuição eletrônica, determinando o número de elétrons do último nível; ● através da distribuição eletrônica, reconhecendo metais, não metais e gases nobres.
Classificação Periódica dos elementos	● metais, não metais e gases nobres; ● propriedades periódicas e aperiódicas.	● propriedades dos metais, não metais e gases nobres; ● propriedades periódicas e aperiódicas.	● os elementos, de acordo com a sua configuração eletrônica.	● as propriedades químicas dos elementos e de seus compostos podem ser previstas através do estudo da tabela periódica,	● prevendo, através do uso da tabela periódica, propriedades químicas e físicas dos elementos e possíveis combinações entre os mesmos.

NÍVEIS DE COM- PORTAMEN- TO CONTEÚDOS	IDENTIFICAR E/OU DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR QUE	UTILIZAR CONHECI- MENTOS
Dinâmica do ponto material	● força; ● leis de Newton sobre o movimento; ● força de atrito;	● força aplicada em corpos de diferentes massas; ● atrito estático e atrito cinético;	● as forças quanto à direção e sentido; ● forças de atrito.	● força é o agente capaz de modificar a velocidade e de deformar um corpo; ● sobre a validade das leis de Newton; ● um corpo está em equilíbrio se forem nulas a resultante e a soma dos momentos das forças que agem sobre ele; ● a energia no Universo é constante;	● de forças aplicadas a sólidos em equilíbrio ou não; ● sobre as Leis de Newton em situações práticas; ● forças e coeficientes de atrito; ● de energia cinética, potencial, gravitacional e elástica;
	● energia cinética, potencial gravitacional e elástica e princípio da energia; ● impulso e quantidade de movimento;	● energia cinética e energia potencial; ● impulso e quantidade de movimento;			● sobre a conservação da energia; ● na aplicação da quantidade de movimento e na conservação da quantidade de movimento;
	● trabalho e potência.	● trabalho e potência.		● para qualquer força, a componente normal ao movimento não realiza trabalho.	● de energia como capacidade de realizar trabalho.

NÍVEIS DE COM- PORTAMEN- TO CONTEÚDOS	IDENTIFICAR E/OU DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR QUE	UTILIZAR CONHECIMENTOS
Ligação química	ligação iônica, covalente e pontes de hidrogênio;	propriedades das substâncias que apresentam ligação iônica e covalente;	as substâncias de acordo com o tipo de ligação química que apresentam.	os átomos dos elementos adquirem estabilidade, estabelecendo ligações químicas, nas quais os átomos podem ceder, receber ou compartilhar elétrons.	através de exercícios, estabelecendo ligações químicas entre os elementos;
	- propriedades das substâncias que apresentam ligação iônica e covalente; - propriedades das substâncias que formam pontes de hidrogênio.	propriedades das substâncias que formam pontes de hidrogênio.			reconhecendo o tipo de ligação química existente em diferentes substâncias.
Estrutura e Organização dos seres vivos	- célula e teoria celular - componentes celulares quanto a: — estrutura, — composição, — propriedades, — função;	- a forma de algumas células; - as células animais e vegetais; - as características comuns dos componentes celulares.	as células de acordo com a forma.	- todo o ser vivo é formado por célula; - na célula se processam as funções vitais; - o protoplasma é uma mistura complexa de diversas substâncias; - da organização e do funcionamento dos componentes celulares depende a vida.	através da formulação e resolução de problemas sobre células.

NÍVEIS DE COMPETÊNCIAS CONTÊÚDOS	IDENTIFICAR E/OU DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR QUE	UTILIZAR CONHECIMENTOS
Funções da química inorgânica	• óxidos, ácidos, bases e sais; • propriedades e métodos de obtenção de óxidos, ácidos, bases e sais.	• propriedades dos óxidos, ácidos, bases e sais.	• óxidos, ácidos, bases e sais.	• função química é um conjunto de substâncias com propriedades químicas semelhantes.	• a respeito de óxidos, ácidos, bases e sais, resolvendo problemas de ordem prática.
Estática dos fluidos	• massa específica; • peso específico; • densidade; • pressão.	• massa específica e peso específico; • massa específica e densidade.	• os fluidos em líquidos e gases; • densidade em densidade absoluta e densidade relativa.	• a massa específica e a densidade de um fluido dependem da temperatura e da pressão a que estiver submetido; • as pressões nos líquidos se transmitem integralmente em todas as direções.	• na resolução de problemas práticos; • que levem à aplicação do Princípio de Pascal e do Princípio de Arquimedes.
Divisão celular	• a divisão celular.	• as fases da mitose com as da meiose.		• os organismos para crescerem e se reproduzirem utilizam a divisão celular.	• sobre divisão celular.
Termologia	• calor e temperatura; • termômetros e as principais escalas termométricas; • propagação do calor;	• calor e temperatura; • escalas termométricas; • formas de propagação do calor;	• formas de propagação do calor;	• corpos em diferentes temperaturas quando postos em contato trocam calor até atingir o equilíbrio térmico; • temperatura é a grandeza que caracteriza o estado de aquecimento dos corpos; • de um modo geral, sempre que os corpos	• na resolução de problemas práticos e para explicar fenômenos da vida cotidiana.

NÍVEIS DE COM- PORTAMEN- TO CONTEÚDOS	IDENTIFICAR E/OU DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR QUE	UTILIZAR CONHECIMENTOS
	● dilatação térmica dos sólidos e dos líquidos; ● quantidade de calor, capacidade calorífica, calor específico e o princípio do equilíbrio térmico; ● mudanças de fase; ● transformação dos gases e equação de um gás ideal.	● os coeficientes de dilatação; ● quantidade de calor e capacidade calorífica; ● capacidade calorífica e calor específico.	● as transformações dos gases perfeitos mediante a alteração de uma ou mais variáveis de estado.	são aquecidos eles se dilatam; ● a água apresenta uma dilatação anômala.	
Soluções	● concentração de soluções; ● soluções iônicas e moleculares.	● soluções; ● concentração de soluções; ● soluções iônicas e moleculares.	● soluções;	● solução é qualquer sistema homogêneo constituído de dois ou mais componentes; ● a concentração de uma solução é a relação entre a quantidade de soluto e a quantidade do solvente (ou da solução); ● as soluções podem ser iônicas ou moleculares.	● a respeito de soluções, preparando-as convenientemente.

NÍVEIS DE COMPETÊNCIAS / CONTEÚDOS	IDENTIFICAR E/OU DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR QUE	UTILIZAR CONHECIMENTOS
Histologia	- tecidos animais e suas funções; - tecidos vegetais e suas funções.	tecidos animais e tecidos vegetais.	- tecidos animais; - tecidos vegetais.	cada tipo de tecido tem suas células características especializadas para funções determinadas.	para identificar através da formulação e resolução de problemas sobre tecidos.
Noções sobre cinética, equilíbrio químico e pH	- reações químicas; - fatores que influem na velocidade das reações químicas; - equilíbrio químico; - fatores que influem no deslocamento do equilíbrio químico.	- reações químicas; - pH das substâncias.	reações químicas.	- a reação química é todo o fenômeno que se processa com uma ou mais substâncias, acarretando sua transformação em uma ou mais outras substâncias distintas das primeiras; - equação química é a representação gráfica e abreviada de uma reação química.	- equacionando reações químicas; - prevedendo a ocorrência ou não de reações químicas.
Ondas	- ondas mecânicas, propagação de ondas; - reflexão, refração e interferência; - som.	- ondas transversais e ondas longitudinais; - propagação do som em diferentes meios.	o som quanto às suas qualidades fisiológicas.	- ondas transversais e ondas longitudinais propagam-se de maneira diferente; - o som é o resultado de um movimento vibratório.	sobre as qualidades fisiológicas do som, de sua propagação, de sua velocidade e de sua reflexão: eco.

NÍVEIS DE COM- PORTAMEN- TO CONTEÚDOS	IDENTIFICAR E/OU DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR QUE	UTILIZAR CONHECIMENTOS
	● Luz ● Leis da reflexão.	● as leis da reflexão com as leis da refração; ● a refrigência dos meios de acordo com o ângulo de refração.	● as lentes quanto às superfícies.	● os raios, refletido e refratado, estão contidos no plano formado pelo raio incidente, com a normal à superfície no ponto de incidência; ● o índice de refração, de um meio em relação ao outro, geralmente varia com o comprimento de onda.	● sobre espelhos planos e esféricos e as equações dos espelhos; ● sobre prismas, lentes esféricas e as equações das lentes esféricas.
Organismo em funcionamento	● processos de: — nutrição (animal e vegetal) . digestão, . respiração, . circulação, . excreção; — reprodução . tipos, . humana, . formação de gametas e fecundação, . os estágios da embriogênese; — coordenação; sensibilidade (animal e vegetal);	● nutrição animal e vegetal; ● reprodução assexuada e sexuada nos animais e vegetais;	● alimentos; ● vitaminas;	● através do processo de nutrição dá-se a obtenção e transformação de matéria e energia para a construção e atividade do organismo; ● através da reprodução é assegurada a perpetuação da espécie; ● a coordenação das funções do organismo é estabelecida através de uma coordenação nervosa;	● utilizando as noções de nutrição, para o homem atender melhor suas necessidades básicas; ● interpretando as reações do organismo como resposta à ação do sistema nervoso;

NÍVEIS DE COM- PORTAMEN- TO CONTEÚDOS	IDENTIFICAR E/OU DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR QUE	UTILIZAR CONHECIMENTOS
	— regulação.	● a ação de diferentes glândulas; ● o modo de funcionamento das glândulas.		● a percepção do ambiente ou sensibilidade é detectada pelos receptores sensoriais; ● nos vegetais há manifestação de irritabilidade; ● há substâncias que governam a intensidade de funcionamento de outros órgãos estimulando ou retardando o trabalho dos mesmos.	
Estrutura e propriedades dos compostos orgânicos	● estrutura dos compostos orgânicos; ● propriedades dos compostos orgânicos.	● compostos orgânicos.	● compostos orgânicos.	● existe relação entre a estrutura e propriedades dos compostos orgânicos.	● a respeito de compostos orgânicos, resolvendo adequadamente problemas de ordem prática.
Noções de electricidade	● Carga eléctrica relativa a electrização e Lei de Coulomb; campo eléctrico e linhas de força;	● electrização por atrito, contacto e por indução; ● campo e carga em um condutor; ● linhas de força em cargas puntiformes;	● os materiais quanto a bons condutores e maus condutores (isolantes); ● campo eléctrico e linhas de força;	● corpos carregados com cargas de mesmo sinal se repelem e corpos carregados com carga de sinais diferentes se atraem; ● as linhas de força caracterizam o vector campo eléctrico e dão uma idêia de intensidade do campo em cada ponto;	● na interpretação gráfica de campo eléctrico e linhas de força;

NÍVEIS DE COMPETÊNCIAS CONTÊÚDOS	IDENTIFICAR E/OU DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR QUE	UTILIZAR CONHECIMENTOS
	● potencial elétrico; ● corrente elétrica, resistência e Lei de Ohm, associação de resistores; ● força eletromotriz e circuitos simples.	● diferenças de potencial em diferentes pontos de um campo elétrico; ● corrente em diferentes meios; ● o relacionamento entre f.e.m e o trabalho elétrico; ● f.e.m e f.c.e.m.	● tipos de associação de resistores; ● espécies de energia consumidas e dissipadas em um circuito simples.	● existe conservação de energia no campo elétrico; ● a corrente elétrica em um condutor sólido é o movimento dos elétrons livres que se deslocam em sentido contrário ao campo aplicado; ● as energias transformadas nos geradores e receptores não são criadas nem destruídas, mas transformadas de uma modalidade em outra.	● sobre diferença de potencial; ● sobre a pilha de Volta; ● na construção de circuitos simples; ● na resolução de problemas práticos; ● de f.e.m para resolver problemas relativos aos circuitos simples; ● na construção de circuitos simples.
Continuidade genética da vida.	● os fenômenos da hereditariedade; Leis de Mendel, padrões de transmissão dos genes e características; vinculação, crossingover; ● variações na expressão dos genes (pleiotropia); interação não alélica; herança poligênica; ● herança dos sistemas ABO – RH – MN; ● Gens letais; ● herança ligada ao sexo;	● os diferentes modos de cruzamento; ● a frequência ou incidência nos casos. (probabilidades);	● variações dos grupos sanguíneos.	● os genes, unidades de função, mutação e transmissão, são responsáveis pela transmissão dos caracteres hereditários.	● reconhecendo a importância do mecanismo da herança com vistas ao melhoramento dos seres vivos; ● resolvendo problemas relacionados com a variação de dominância dos caracteres hereditários.

NÍVEIS DE COMPORTAMENTO CONTEÚDOS	IDENTIFICAR E/OU DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR QUE	UTILIZAR CONHECIMENTOS
	- herança e meio; - código genético; - mutação; - teorias evolucionistas.	teorias evolucionistas.		- os caracteres herdados geralmente manifestam-se em combinação com o seu meio ambiente; - as modificações bruscas de genes ou de cromossomas acarretam uma variação hereditária; - da luta pela sobrevivência os mais aptos permanecem e os menos aptos desaparecem; - a genética explica a evolução através de uma variação hereditária por mutação genética e por reprodução diferencial; - uma variação ocorrida num indivíduo pode chegar a ser, através da reprodução diferencial, um carácter comum a toda a população.	através de constatações, de como o homem domina a natureza e os seus seres.
Eletromagnetismo	- ímãs naturais e ímãs artificiais; - o campo magnético, vector indução e campo magnético terrestre.	campo eléctrico e campo magnético.	os ímãs em naturais e artificiais.	- não se consegue um polo magnético isolado; - uma carga eléctrica em movimento gera um campo magnético em torno dela.	da ação do campo magnético sobre cargas que nele penetrem.

NÍVEL DE COMPONENTO CONTÊÚDOS	IDENTIFICAR E/OU DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR QUE	UTILIZAR CONHECI- MENTOS
	● campo magnético e corrente elétrica.	● os relacionamentos entre o campo magnético e as cargas móveis que o originaram; ● o relacionamento entre a corrente elétrica e o campo magnético que a originou.		● uma corrente elétrica é capaz de produzir efeitos magnéticos (princípio do funcionamento do motor elétrico); ● um campo magnético pode criar corrente elétrica (princípio do funcionamento do gerador elétrico).	● sobre a experiência de Oersted; ● sobre a lei de Biot-Savart; ● sobre a lei de Faraday - Lens.
Funções da Química Orgânica	● funções da química-orgânica; ● grupos funcionais.	● funções da química orgânica.	● funções da química orgânica.	● função química é um conjunto de substâncias com propriedades químicas semelhantes; ● numa função, o fator comum a todos os seus componentes é a presença (em suas moléculas) de um determinado radical, o qual é responsável pelas propriedades comuns.	● a respeito das funções da química orgânica, resolvendo adequadamente problemas de ordem prática.
Noções de Física Moderna	● descargas elétricas através dos gases; ● quantização da energia ● efeito fotoelétrico.			● o feixe eletrônico sofre ação de campos elétricos e magnéticos.	● adquiridos através do estudo do efeito fotoelétrico relacionando-os com a prática.

NÍVEIS DE COMPONENTAMENTO CONTEÚDOS	IDENTIFICAR E/OU DESCREVER	COMPARAR	CLASSIFICAR	CONCLUIR QUE	UTILIZAR CONHECIMENTOS
Seres vivos e o meio.	● importância e objetivos da Ecologia; ● a organização a nível de população e comunidade; ● os processos dinâmicos e propriedades: — a homeostasia, — sucessão ecológica; ● ecossistemas: — os produtores e consumidores, — cadeias alimentares, — utilização cíclica da matéria e energia, — biociclos, — relações entre os seres vivos (intra e interespecíficas); ● poluição.	● os componentes bióticos e abióticos; ● relacionando as diversas formas de poluição e o equilíbrio ecológico.		● os seres vivos se relacionam com o seu ambiente sem o qual é impossível a vida; ● há fatores limitantes e certa tolerância no desenvolvimento dos seres vivos. ● a preservação do ambiente e dos recursos naturais é uma necessidade atual, pois o homem, às vezes, desequilibra a natureza.	● debatendo sobre os processos prejudiciais à Ecologia. ● elaborando planos de ação e participando na solução de problemas relacionados com os seres vivos e a preservação do ambiente e dos recursos naturais.

4. AVALIAÇÃO

Na avaliação o professor deve formular critérios, tendo em vista os comportamentos indicados nos objetivos, como procurar conhecer, observar, estruturas explicações, textar explicações; comunicar com objetividade, acolher o outro, agir cooperativamente, comprometer-se.

O processo de avaliação deve ser pleno e constante, considerando todas as situações de ensino-aprendizagem onde se possa observar:

- a atitude científica.
- a ação do aluno em termos de mudança de comportamento.

NOTA

O Grupo Funcional de Currículo, da Unidade de Pesquisa, Supervisão e Orientação Educacionais da Supervisão Técnica da Secretária de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, está elaborando diretrizes para avaliação do processo ensino-aprendizagem do aluno de 2º Grau, incluindo conceitos, técnicas, procedimentos e instrumentalização, visando propiciar ao professor meios para a operacionalização do seu trabalho avaliativo.

Por esse motivo foi inserida, ao final das diretrizes de cada disciplina, apenas uma orientação preliminar de como avaliar.



companhia rio-grandense de artes gráficas

EDU